



DEPARTAMENTO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS
DOUTORAMENTO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS
UNIVERSIDADE AUTÓNOMA DE LISBOA
“LUÍS DE CAMÕES”

HIDROVIA PARANÁ- PARAGUAI:
CONECTOGRAFIAS LÍCITAS E ILÍCITAS

Tese para a obtenção do grau de Doutor em Relações Internacionais

Aluno: Luciano Stremel Barros

Orientadora: Professora Doutora Nancy Elena Ferreira Gomes

Número do candidato: 30000327

Março de 2025

Lisboa

AGRADECIMENTOS

Foram mais de duas décadas de caminhada desafiadora e incrível até chegar à conclusão desta tese doutoral.

Muitas pessoas contribuíram de forma contundente para o enfrentamento deste desafio.

Inicialmente agradeço à minha família, que sempre incentivaram esta trajetória e tiveram muita paciência com a obstinação de um pesquisador que caminhou e trocou viagens de férias, por viagens pelas extensas fronteiras da América Latina em busca de entender os fenômenos que foram objetos desta pesquisa.

Aos meus amigos, Fernando Ludwig, que me fez enxergar e (re) despertar para a vida acadêmica, a geógrafa Laura Feindt Urrejola, pelas incríveis discussões sobre a importância da geografia no contexto das fronteiras latino-americanas, aos amigos da academia, Tassio Franchi, Tomaz Esposito Neto, Marcelo Alves da Silva, Camilo Carneiro, Eloiza Dal Pozzo, Antonio César Bochenek e todos aqueles que muito contribuíram para esta caminhada.

Aos muitos e muitos exemplares funcionários públicos das diversas instituições brasileiras e dos países que vizinham com o Brasil, que enfrentam desafios diários para realizarem o hercúleo trabalho de combater o crime organizado.

A minha orientadora, Professora Doutora Nancy Elena Ferreira Gomes, que desde o início do trabalho teve a coragem de me orientar nesta complexa temática e fazê-lo com muito zelo, paciência e carinho.

À energia cósmica, aquela que nos move e nos encoraja a continuar sempre.

RESUMO

Esta tese busca contribuir para a compreensão de como e por que o crime transfronteiriço (CT) utiliza a Hidrovia Paraná-Paraguai como rota para o comércio de ilícitos, tendo como ponto estratégico a Tríplice Fronteira (TF) entre Argentina (Puerto Iguazú), Brasil (Foz do Iguaçu) e Paraguai (Ciudad del Este), que funciona como um hub de comando e controle dessas operações. Como produto da pesquisa, e com base em fontes primárias, foi desenvolvida uma plataforma de dados georreferenciados que possibilitou o mapeamento das rotas das chamadas "commodities ilícitas". Verificou-se que os trajetos e infraestruturas utilizados coincidem com os canais de exportação de produtos primários e manufaturados sul-americanos com destino à Europa e à Ásia. Além disso, foram descritas as estruturas organizacionais de segurança dos três países na TF, bem como os arranjos institucionais específicos (como o Comando Tripartite) e aqueles estabelecidos no âmbito de fóruns multilaterais (como o Mercosul), concebidos para o enfrentamento das atividades do CT. A análise evidenciou raros casos de sucesso, mas também revelou sobreposição de competências, negligência, falta de prioridade política, desequilíbrio tecnológico e de efetivo entre as agências envolvidas, além de demandas emergenciais não atendidas. Entrevistas realizadas com servidores de órgãos de segurança pública e fiscalização que atuam na TF (lado brasileiro), associadas à análise de dados e das políticas públicas em vigor nos três países, permitiram responder à principal questão da pesquisa. Constatou-se a incapacidade das autoridades da Argentina, Brasil e Paraguai de exercerem, de forma integrada e eficiente, o controle sobre o crescente desenvolvimento das atividades criminosas transfronteiriças - também denominadas transnacionais na literatura especializada. Por fim, a análise dos dados socioeconômicos da TF permitiu identificar os impactos dessas modalidades criminais, que envolvem tanto a cooptação de agentes públicos por meio da corrupção quanto a inserção de parcela da população economicamente vulnerável nas organizações criminosas.

Palavras-chave: *commodities* ilícitas; crimes transfronteiriços; infraestrutura exportação de commodities; Hidrovia Paraná-Paraguay; crime organizado transnacional.

ABSTRACT

This thesis aims to contribute to the understanding of how and why cross-border crime (CBC) exploits the Paraná-Paraguay Waterway as a route for illicit trade, with the Triple Border (TF) between Argentina (Puerto Iguazú), Brazil (Foz do Iguaçu), and Paraguay (Ciudad del Este) serving as a hub for command and control operations. As the final product of this research, and based on primary sources, a georeferenced data platform was developed, enabling the mapping of the routes used for so-called "illicit commodities." The study found that these routes and infrastructures overlap with export channels for primary and manufactured South American goods destined for Europe and Asia. Additionally, the research describes the security organizational structures of the three countries at the TF, as well as specific institutional arrangements (such as the Tripartite Command) and those established within multilateral forums (such as Mercosur), all aimed at combating CBC activities. The analysis revealed a few isolated cases of success, but also pointed to overlapping responsibilities, negligence, lack of political prioritization, technological and personnel imbalances among agencies, and unmet urgent demands. Interviews with officials from public security and inspection agencies operating at the TF (on the Brazilian side), combined with data analysis and a review of current public policies in the three countries, enabled the research to address its central question. It found that authorities in Argentina, Brazil, and Paraguay are unable to effectively and jointly control the growing development of cross-border criminal activities—also referred to as transnational crimes in the specialized literature. Finally, an analysis of the region's socioeconomic data revealed the impacts of these criminal dynamics, including the co-optation of public agents through corruption and the recruitment of economically marginalized populations into criminal organizations.

Keywords: Illicit commodities; Cross-border crimes; Commodity export infrastructure; Paraná-Paraguay Waterway; Transnational organized crime.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
Apresentação do problema	12
Perguntas de Pesquisa	20
Hipótese	20
Objetivos.....	21
Justificativa	22
Estrutura da tese.....	22
1. MARCOS TEÓRICOS CONCEITUAIS E METODOLOGIA.....	25
Conceitos.....	25
Fundamentação Teórica.....	27
Métodos	36
a) Obtenção, tratamento e georreferenciamento de dados	36
b) Níveis de análise	37
c) Estudo-caso.....	37
d) Pesquisa bibliográfica e entrevistas.....	38
2. ANTECEDENTES HISTÓRICOS.....	40
2.1. O <i>uti possidetis</i> luso-hispânico no cone sul da América	41
2.2. A concertação das fronteiras no cone sul implícita na “Guerra do Paraguai” (1864 – 1870)	44
2.3. O passivo socioeconômico da Guerra.....	51
2.4. O foco dos “cinquenta anos em cinco” sobre os “vazios” sul-americanos	52
2.5. Considerações Finais do Capítulo	55
3. A ECONOMIA DO CRIME TRANSFRONTEIRIÇO NA AMÉRICA DO SUL: CONECTOGRAFIA DAS <i>COMMODITIES</i> ILÍCITAS E AS CADEIAS GLOBAIS DE VALOR	56
3.1. Conectar para Governar ou para Comercializar? Eis a questão.....	58
3.2. Os vácuos de poder que viabilizam o ecossistema econômico cocaleiro	60
3.4. Conclusões do Capítulo	75
4. LOGÍSTICA MULTIMODAL NA BACIA DO PRATA: DA COLÔNIA DE EXPLORAÇÃO ÀS MONOCULTURAS DA SOJA, COCA E MARIJUANA.....	77
4.1. Características socioeconômicas da área de influência da Hidrovia	78
4.1.1. Bacia do rio Paraná.....	83
4.1.2. Bacia do rio Paraguai.....	86
4.1.3. Bacia do rio Uruguai	88
4.1.4. Bacia do rio de la Plata	89

4.2. O uso do solo na Área de Influência (AI) da Hidrovia Paraguai-Paraná	90
4.3. Conectividade rodoviária e ferroviária	97
4.4. Infraestrutura como essência da conectividade de interesses entre os países da Hidrovia	101
4.5. A composição logística e a vulnerabilidade socioeconômica da Tríplice Fronteira	105
4.6. Conclusões do Capítulo	117
5. VAZIOS DE PODER: INTERDEPENDÊNCIA ENTRE AS POLÍTICAS PÚBLICAS E AS NARCO-POLÍTICAS	120
5.1. Arranjos institucionais e competências burocráticas dos organismos multilaterais dos quais participam Argentina, Brasil e Paraguai	121
5.1.1. O Mercosul	121
5.1.2. Os Gabinetes de Gestão Integrada de Fronteiras (GGIFs)	129
5.1.3. O Comando Tripartite	130
5.2. Acordos binacionais	134
5.2.1. Acordos entre Brasil e Paraguai	134
5.2.2. Brasil e Argentina	135
5.2.2.1. Acordos bilaterais entre Brasil e Argentina sobre drogas e crimes conexos	136
5.2.3. Acordos conjuntos	136
5.3. Hierarquia da burocracia de segurança e defesa dos países da Tríplice Fronteira (Argentina, Brasil e Paraguai)	137
5.3.1. Argentina	137
5.3.2. Brasil	140
5.3.3. Paraguai	142
5.4. Operações Integradas nos planos doméstico e internacional	145
5.5. A infraestrutura que incrementa a capacidade de resiliência e redundância do crime transfronteiriço na TF	149
5.5.1. Os casos das “alianças” entre bandas e facções	156
5.6. Conclusões do Capítulo	161
6. PLATAFORMA CRIMES TRANSFRONTEIRIÇOS	164
6.1. Modais logísticos associados à implantação e operação da Hidrovia Paraguai-Paraná	165
6.2. Conclusões do Capítulo	200
CONCLUSÕES E CONSIDERAÇÕES FINAIS	202
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	211
ANEXO 1	241
Respostas questionários	255
Consolidação das respostas dos questionários	269

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Obras da revisão bibliográfica.	32
Tabela 2 – Obras da revisão bibliográfica (Continuação).....	33
Tabela 3 – Obras da revisão bibliográfica (Continuação II).	35
Tabela 4 – Vítimas do conflito armado no Departamento de Nariño (município de Ipiales), de acordo com gênero e evento vitimizante, casos em 2015	68
Tabela 5 – Vítimas de conflito armado no Departamento de Nariño (municípios de Pasto e Tumaco), de acordo com gênero e evento vitimizante, casos em 2015.....	69
Tabela 6 – Portos e Terminais da Hidrovia Paraguai-Paraná.....	91
Tabela 7 – Tramos Hidrovia Paraguai-Paraná	94
Tabela 8 – IDH e atributos socioeconômicos, índices de investimento público em educação e corrupção	109
Tabela 9 – Cartel Competitiveness Report (2016).....	114
Tabela 10 – População Total dos municípios da Tríplice Fronteira – 1970/2000 a partir de IBGE, DGEEC e INDEC	150
Tabela 11: Portos e Terminais Público e Privados na Hidrovia Paraná- Paraguai.....	165
Tabela 12: Infraestrutura e Áreas Protegidas na Tríplice Fronteira	165
Tabela 13 – Dados de Contrabando, Descaminho e Tráfico de Drogas na região da tríplice fronteira (2019-2023)	176
Tabela 14 – Números de Boletins de Ocorrências na tríplice fronteira (2019–2023)	176
Tabela 15 – Total de veículos apreendidos pela Alfândega/Foz no período de 2000 a 2022	184
Tabela 16 – Total em milhões de US\$ apreendidos pela RF (2000 a 2021) por tipo de mercadoria ..	184
Tabela 17 – Enquadramento dos portos e dos terminais em operação na Argentina	241
Tabela 18 – Enquadramento dos portos e dos terminais em operação na Bolívia	241
Tabela 19 – Evolução das tipologias de produtos transportados na Hidrovia.....	243
Tabela 20 – Grupos Eixo Hidroviário Paraguai – Paraná. Funções Estratégicas e Tipologia de Projetos. Obs: apenas os projetos grafados em negrito não têm tipologia comum para todos os grupos.....	244
Tabela 21 – Índices do Fórum Econômico Mundial para o “Global Competitiveness Report”	246

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Print screen das telas da plataforma de dados georreferenciada – Apreensões – Drogas	24
Figura 2 – Pleitos sem solução de controvérsia, tendo a manifestação do Tribunal de Haia pendente.	45
Figura 3 – A evolução territorial da Guerra do Paraguai	50
Figura 4 – International River Basins of South America	54
Figura 5 – Mapa de rotas do narcotráfico na América	70
Figura 6 – Tipologia de apreensões realizadas – série histórica	73
Figura 7 – Quantitativos apreensões realizadas no 1º trimestre de 2020 na TF	74
Figura 8 – Rota bioceânica cocaína na América do Sul.....	75
Figura 9 – HUB IIRSA	79
Figura 10 – Projetos Prioritários da IIRSA	80
Figura 11 – Área de influência do Eixo Hidroviário Paraguai-Paraná.....	81
Figura 12 – Mapa da Bacia hidrográfica do rio da Prata	83
Figura 13 – Mapa das nascentes da Bacia hidrográfica do rio Paraná	84
Figura 14 – Detalhes reservatórios hidrelétricos na bacia hidrográfica do rio Paraná	84
Figura 15 – Detalhes dos portos na Hidrovia Paraguai-Paraná.....	85
Figura 16 – Narcotráfico e a Hidrovia Paraguai-Paraná.	86
Figura 17 – Paraguai.....	87
Figura 18 – Recortes da Bacia rio Paraguai.....	87
Figura 19 – Bacia Alto rio Uruguay	88
Figura 20 – Bacia Baixo rio Uruguay	89
Figura 21 – Sub bacia do próprio rio de la Plata.....	90
Figura 22 – “Corixos” no Pantanal. Mato Grosso, Brasil	95
Figura 23 – Canal Tamengo Bolívia.....	95
Figura 24 – Área assoreamento e afloramentos rochosos Rio Paraguai necessita dragagem prioritária	96
Figura 25 – Médio tramo do Rio Bermejo (Águas Blancas -Argentina/Bermejo - Bolívia).....	96
Figura 26 – Localização da Malha Ferroviária atual dos países signatários do Acordo de Transporte Fluvial pela Hidrovia Paraguai-Paraná	99
Figura 27 – Localização da Malha Rodoviária atual dos países signatários do Acordo de Transporte Fluvial pela Hidrovia Paraguai-Paraná	100
Figura 28 – Grupos do Eixo Hidroviário Paraguai - Paraná	101
Figura 29 – Mapa AI e Projetos do Grupo 1	102
Figura 30 – Mapa AI e Projetos do Grupo 2.....	102
Figura 31 – Mapa AI do Grupo 3.....	103
Figura 32 – Mapa AI e Projetos do Grupo 4.....	104
Figura 33 – Mapa AI e Projetos do Grupo 5.....	104
Figura 34 – Cidades da Tríplice Fronteira Argentina, Brasil e Paraguai	106
Figura 35 – Cartel Competitiveness Report.....	112
Figura 36 – Fatores mais problemáticos para a realização de negócios Argentina, Brasil e Paraguai	116
Figura 37 – Temas abordados pelo Mercosul	123
Figura 38 – Rotas exportações droga América do Sul e Central.....	163
Figura 39 – Rotas globais tráfico de cocaína	164
Figura 40 – Mapa BPFron pontos de travessia e portos clandestinos no reservatório de ITAIPU.....	168
Figura 41 - IDHM, PIB per Capita, Abandono Escolar e Mortes Violentas (médias entre 2019 e 2022).	169
Figura 42 – Conjunto de notícias da mídia (exemplos)	172
Figura 43 – Notícia Oficial do Governo do Estado do Paraná sobre o patrulhamento das fronteiras .	173

Figura 44 – Equipamento doado por ITAIPU no momento da inauguração da nova sede do BPFron em Guaíra	174
Figura 45 – Imagem de satélite e detalhamento do trecho da Fronteira Brasil-Paraguai	175
Figura 46 – Preço da Cocaína da Maconha na Europa	178
Figura 47 – Distribuição de atores no mercado de drogas ilícitas.....	179
Figura 48 – Etapas implementação Projeto Piloto (PP) no Brasil.....	179
Figura 49 – Harmonização dos conceitos de Drogas Ilícitas Naturais e Sintéticas para o PP Brasil ..	180
Figura 50 – Funções dos atores no mercado de drogas ilícitas	181
Figura 51: localização das sedes dos 16 municípios lindeiros ao reservatório de Itaipu, na margem brasileira. Fonte: Site Conselho dos Municípios Lindeiros (2024) https://www.lindeiros.org.br/cidades	187
Figura 52: Plataforma Crimes (2016/2024).	188
Figura 53: Rotas commodities ilícitas (2016/2024).	189
Figura 54: Rotas armas ilegais 2016 e 2024.	190
Figura 55: Zoom para demonstrar as rotas a partir da Tríplice Fronteira até os Portos Internacionais.	191
Figura 56: Zoom na Tríplice Fronteira e Reservatório da Hidrelétrica Itaipu binacional (BR/PY). Apreensão de Cigarros.....	192
Figura 57: Zoom na Tríplice Fronteira e Reservatório da Hidrelétrica Itaipu binacional (BR/PY). Apreensão de Drogas.....	193
Figura 58: BO BPFron e recorte Plataforma com a ocorrência de contrabando de agroquímicos e cigarros em uma mesma embarcação.....	195
Figura 59: Figura 60: BO BPFron e recorte Plataforma com a ocorrência de tráfico de drogas por menores em larga distância com uso de aplicativo. Detalhe: o homem mencionado no BO, tinha 18 anos.....	196
Figura 61: BO BPFron e recorte Plataforma com a ocorrência de um menor traficando drogas em uma escola em Terra Roxa portando material escrito alusivo ao PCC. Aproveitamos o recorte espacial da plataforma para ilustrar outras ocorrências com a presença de menores no contrabando de cigarro, tráfico de drogas e armas de grosso calibre.	197
Figura 62: Uso do solo às margens do reservatório com concentração de apreensões de contrabando de cigarros associada às margens mais preservadas do reservatório em ambos os países.	198
Figura 63 – Principais rotas de tráfico de Drogas no Brasil.....	201
Figura 64 – Comitês de Integración Fronteriza Argentina.....	247
Figura 65 – Memória da última reunião do Comitês de Integración Fronteriza Puerto Iguazú-Foz do Iguaçu	248
Figura 66 – Organograma Ministério de Seguridad da República Argentina - maio de 2024	249
Figura 67 – Organograma Ministério da Justiça e Segurança Pública do Brasil - maio de 2024.....	250
Figura 68 – Organograma do Gabinete de Segurança Institucional GSI – maio 2024.....	251
Figura 69 – Organograma do Programa de Proteção Integrada de Fronteiras (PPIF) – maio 2024. ...	252
Figura 70 – Organograma da Polícia Nacional do Paraguai – maio 2024.	254
Figura 71 – Organograma da Secretaría Nacional Antidrogas (SENAD) – maio de 2024.	254

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Ônibus apreendidos pela Receita Federal (2000 a 2021) em Foz do Iguaçu (TF).....	182
Gráfico 2 – Quantidade de Maconha e Cocaína apreendidas (por kg).....	185
Gráfico 3 – Quantidade de Cigarros apreendidos (por milhões de maços).....	185
Gráfico 4: Evolução por tipologia de apreensões ao longo dos anos.....	185

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ABIN	Agência Brasileira de Inteligência
AIAMP	Associação Ibero-Americana de Ministérios Públicos
ALADI	Associação Latino-Americana de Integração
AUC	Autodefensas Unidas de Colômbia
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
BO	Boletins de Ocorrência
BP Fron	Batalhão de Polícia de Fronteira
CAF	Corporação Andina de Fomento
CB	Comando Bipartite
CdE	Centro de Excelência para a Redução da Oferta de Drogas Ilícitas
CDIF	Comissão Permanente para o Desenvolvimento e Integração da Faixa de Fronteira
CHS	Complexo Hidropolítico Securitizado
CICAD	Comissão Interamericana para o Controle do Abuso de Drogas
CIH	Comité Intergubernamental de la Hidrovía
CIOF	Centro Integrado de Operações de Fronteira
CIPO Fron	Companhia Independente de Policiamento e Operações de Fronteira
CMC	Conselho do Mercado Comum
COFEDRO	Conselho Federal de Prevenção e Assistência às Dependências e Controle do Tráfico de Drogas
CT	Comando Tripartite
CV	Comando Vermelho
Depen	Departamento Penitenciário Nacional
DNM	Direção Nacional de Migrações
DNSPF	Directoria Nacional del Servicio Penitenciario Federal
DOU	Diário Oficial da União
EIDs	Eixos de Integração e Desenvolvimento
ELN	Exército de Libertação Nacional
EPP	Exército do Povo Paraguaio
EUA	Estados Unidos da América
FARC	Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia
FCO	Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste

GGI-Fron	Gabinete de Gestão Integrada de Fronteiras
GLO	Garantia da Lei e da Ordem
GSI	Gabinete de Segurança Institucional
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IIRSA	Infraestrutura Regional da América do Sul
IPC	Índice de Percepção da Corrupção
MERCOSUL	Mercado Comum do Sul
MJSP	Ministério da Justiça e Segurança Pública
MRE	Ministério de Relações Exteriores
ODS	Objetivos do Desenvolvimento Sustentável
OEA	Organização dos Estados Americanos
ONU	Organização das Nações Unidas
PCC	Primeiro Comando da Capital
PDIFF	Planos de Desenvolvimento e a Integração da Faixa de Fronteira
PF	Polícia Federal
PIB	Produto Interno Bruto
PN	Polícia Nacional (Paraguai)
PPIF	Programa de Proteção Integrada de Fronteiras
PRF	Polícia Rodoviária Federal
PTI	Parque Tecnológico Itaipu
REMPM	Reunião Especializada de Ministérios Públicos do Mercosul
RFAD	Rede de Procuradores Antidrogas da Iberoamérica
SAE/PR	Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República
SENAD	Secretaria Nacional Antidrogas
SENAD	Secretaria Nacional Antidrogas
SENASP/MJ	Secretaria Nacional de Segurança Pública/Ministério da Justiça
SEPRELAD	Secretaria de Prevenção à Lavagem de Dinheiro
SIMCI	Sistema Integrado de Monitoreo de Cultivos Ilícitos
SIVAM	Sistema de Vigilância da Amazônia
STF	Supremo Tribunal Federal
TF	Tríplice Fronteira
UFPR	Universidade Federal do Paraná
UHE	Usina Hidrelétrica
UNODC	Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime

INTRODUÇÃO

Apresentação do problema

O tema desta tese é bastante complexo pelas várias dimensões que possui. O objeto de estudo cabe no âmbito do campo de estudo das Relações Internacionais porque relaciona decisões e políticas associadas a toda uma dinâmica de integração regional e a estratégia seguida por grupos criminosos que utilizam as infraestruturas públicas para os seus negócios. A sobreposição dos mapas das conectografias lícitas e ilícitas conduzem para uma reflexão alargada que aborda assuntos e problemáticas próprias de outra áreas como a Ciência Política e Políticas Públicas, História, Geografia, Criminologia, ou seja, a análise exige uma perspectiva interdisciplinar. Assumimos, por tanto, os riscos.

Tendo na centralidade a questão da utilização, pelo crime, das infraestruturas públicas inicia-se esta contextualização do fenômeno com uma citação de Gary Becker (laureado com o Nobel de Ciências Económicas de 1992), referindo-se a economia do crime afirmando que “algumas pessoas tornam-se criminosas não porque sua motivação básica difere da de outras pessoas, mas porque seus benefícios e custos diferem”, o autor argumenta que os indivíduos escolhem cometer crimes baseando-se em um cálculo racional de custos e benefícios, pesando o ganho esperado da atividade criminosa contra os custos potenciais, que incluem a probabilidade de serem presos e a severidade da punição (BECKER, 1968, p. 177, tradução do autor).

Essa lógica racional de custos e benefícios que orienta a apropriação ilícita de infraestruturas públicas — exposta pela teoria econômica do crime — ajuda a compreender por que grandes obras logísticas de integração regional, como a hidrovía em questão, tornam-se simultaneamente vetores de desenvolvimento e alvos estratégicos de grupos que buscam capitalizar suas vantagens geográficas e históricas nas zonas fronteiriças.

A concepção da Hidrovía, na bacia do Plata (ou Platina) remonta um processo histórico de ocupação geopolítica das faixas de fronteiras, desde o século XVII, compartilhadas por Argentina, Bolívia, Brasil, Paraguai e Uruguai, influenciando vis a vis a ocupação do Sul e do Oeste brasileiros e as franjas meridionais do bioma Amazônico em contato com o bioma Cerrado.

Como serão destacados nos objetivos geral e específicos e nos capítulos especificamente dedicados a compreender como se deu e quais as propostas futuras para implantação de infraestrutura de modais logísticos na Hidrovía Paraná-Paraguai (deste ponto em diante

“Hidrovia”) e, em detalhe, na Tríplice Fronteira (Argentina, Brasil e Paraguai), a tese se debruça sobre os caminhos e rotas de comércio de produtos lícitos que também atendem ao comércio (contrabando e tráfico) dos ilícitos.

A Hidrovia é uma das principais rotas para escoamento da produção de *commodities*¹ do agronegócio sul-americano. Pelos portos fluviais, podem ser embarcadas para o Pacífico ou para o Atlântico, vindo inclusive da floresta amazônica boliviana onde estão localizadas as cabeceiras da bacia, não sendo apenas a soja que encontra seu destino fora do continente americano.

No século XXI, o uso da Hidrovia, com todo o arcabouço de infraestrutura de polos logísticos multimodais instalados, viabiliza a conectividade das produções de *commodities* dos cinco países limítrofes com as cadeias globais de valor. Às margens do rio Paraná, antes da confluência com o rio Paraguai, há um importante ponto de confluência entre as fronteiras de Argentina, Brasil e Paraguai, a Tríplice Fronteira (TF). Trata-se de uma região em que os três países compartilham o uso das águas do rio representando um recorte de análise desta tese para o tema da circulação das *commodities* ilícitas².

O grupo de autores responsáveis pela publicação do *Atlas de la Violencia en América Latina* (DELGADILLO & MORICONI et al., 2017), evidenciam a complexidade da criminalidade na região, demonstrando que a violência não é apenas um fenômeno isolado, mas uma questão estrutural, interligada a fatores como desigualdade social, corrupção, mercados ilegais e governança fragilizada. A publicação fornece uma visão aprofundada de como os países enfrentam esses desafios de maneiras distintas, variando entre políticas repressivas, estratégias de segurança comunitária e, em alguns casos, a incapacidade total do Estado de conter a criminalidade.

A partir dos dados apresentados no “Atlas” ou autores demonstram que a criminalidade na América Latina é distribuída de maneira desigual. Países como El Salvador, Honduras e

¹ “É um bem básico utilizado no comércio que é intercambiável com outros bens do mesmo tipo. As *commodities* são mais frequentemente usadas como insumos na produção de outros bens ou serviços. A qualidade de uma determinada *commodity* pode diferir um pouco, mas é essencialmente uniforme entre os produtores. Quando negociadas em bolsa, as *commodities* também devem atender aos padrões mínimos especificados, também conhecidos como nota básica. Eles tendem a mudar rapidamente de ano para ano. A ideia básica é que há pouca diferenciação entre uma *commodity* proveniente de um produtor e a mesma mercadoria de outro produtor. Um barril de petróleo é basicamente o mesmo produto, independentemente do produtor. Por outro lado, para produtos eletrônicos, a qualidade e os recursos de um determinado produto podem ser completamente diferentes, dependendo do produtor. Alguns exemplos tradicionais de *commodities* incluem o seguinte: Grãos, Ouro, Carne, Óleo, Gás natural” (Investopedia, 2020).

² Optamos por utilizar a palavra *commodities* para referir-nos também à Cannabis Sativa, pasta de coca, cocaína, pessoas, armas, cigarros, bebidas, munição, dinheiro, animais silvestres, peças para veículos, equipamentos eletrônicos, defensivos agrícolas etc. As premissas deste conceito serão detalhadas na seção dedicada a conceitos.

Venezuela apresentam alguns dos maiores índices de homicídios do mundo, enquanto nações como Chile e Uruguai mantêm níveis relativamente baixos de violência letal. No entanto, mesmo nesses países considerados "seguros", a percepção de insegurança e o aumento de crimes patrimoniais preocupam a população (DELGADILLO & MORICONI et al., 2017).

O estudo também evidencia que, dentro de um mesmo país, existem grandes disparidades na distribuição da violência. Em nações como Argentina, Brasil e México, algumas regiões são altamente violentas, enquanto outras possuem taxas de criminalidade comparáveis às de países desenvolvidos. Essa variação interna reforça a necessidade de políticas de segurança pública ajustadas às especificidades locais, em vez de abordagens generalistas e argumentam que *“la violencia en América Latina es un fenómeno heterogéneo pero generalizado, pues no existe en realidad ningún país que pueda asegurar estar libre de la epidemia homicida que corre en la región”* (DELGADILLO & MORICONI et al., 2017, p. 15).

Em um contexto amplo as análises apresentadas no “Atlas” indicam que a população jovem é a mais vulnerável à violência, seja como vítimas ou como autores de crimes. A falta de acesso à educação, oportunidades de trabalho e redes de apoio social empurra muitos jovens para a criminalidade ou os torna alvos fáceis do recrutamento por organizações criminosas. Em países como Guatemala e Nicarágua, a pobreza e a ausência de perspectivas de mobilidade social criam um ambiente propício para o fortalecimento de grupos ilegais.

Corroborando com essa percepção, podemos citar o economista James Heckman, vencedor do Prêmio Nobel de Ciências Econômica de 2000.

Inteligência e habilidades sociais são definidas em uma idade precoce - e ambas são essenciais para o sucesso. Muitos dos principais problemas econômicos e sociais na América - criminalidade, gravidez na adolescência, taxas de evasão escolar, condições adversas de saúde - podem ser atribuídos a baixos níveis de habilidade e capacidade social, como atenção, persistência, controle de impulso. Não estamos olhando para o quadro completo quando se trata do desenvolvimento do potencial humano. Nós nos concentramos no desenvolvimento de habilidades cognitivas onde a inteligência pode ser testada, mas ignoramos o desenvolvimento de habilidades sociais. Quando as habilidades sociais são combinadas em uma idade precoce com habilidades cognitivas, elas ajudam a criar cidadãos mais capazes e produtivos. Devemos investir no desenvolvimento precoce do pacote de habilidades cognitivas e sociais para criar melhor sucesso para os indivíduos e a sociedade (HECKMAN, 2017, tradução do autor).

Ainda como contribuição analítica do “Atlas”, que estabelece uma relação entre comunidades vulneráveis ao tráfico e a criminalidade a este associada como um dos frameworks da análise, os autores afirmam que o abandono escolar e a baixa qualidade da educação são fatores que contribuem para o aumento da violência e a falta de oportunidades para os jovens

os torna vulneráveis ao recrutamento por gangues. Como observado na Nicarágua e na Guatemala, crianças e adolescentes que deixam a escola tornam-se presas fáceis para redes criminosas, seja através do tráfico de drogas, da exploração sexual ou do trabalho forçado, afirmando que “*Honduras es uno de los países más peligrosos para los jóvenes, quienes ven reducidas sus opciones a la migración o a la criminalidad*” (Rincón & Henríquez, 2017, p. 178).

Barvinsk (2013), analisa a vulnerabilidade das comunidades que vivem na faixa de fronteira, com foco no fenômeno de tráfico de mulheres na Tríplice Fronteira. A autora concluiu que a vulnerabilidade das comunidades fronteiriças cria um ambiente propício para o crescimento do crime transnacional e que o tráfico de mulheres é um exemplo emblemático de como essa vulnerabilidade permite que os residentes dessas áreas atuem tanto como vítimas quanto como agentes do crime. A pesquisa aponta que qualquer solução efetiva para o problema deve incluir estratégias de desenvolvimento social e econômico.

Se presentará evidencia vívida de los lazos que hacen de la población de dicha frontera Tri-partita, tanto víctimas como victimarios de la Trata de Personas con fines de explotación sexual, a raíz de la vulnerabilidad económica, social y política que sufre la zona en cuestión (BARVINSK, 2013, p. ii).

Ademais, a autora complementa

El caso de la trata de personas en la Triple Frontera compone, sin vacilación alguna, un ejemplo de la forma en la que la sociedad se refugia voluntariamente, o es victimizada de manera forzada en el crimen organizado, ante la imposibilidad de hallar una solución alternativa a las necesidades socioeconómicas insatisfechas de las que sufre (BARVINSK, 2013, p. xlvii).

Em relação a rotas e uso das infraestruturas públicas, há publicações que investigam a expansão do narcotráfico na América do Sul, além dos países andinos tradicionalmente associados à produção de cocaína. Analisam como Argentina, Chile e Uruguai, historicamente consideradas de trânsito ou consumo, estão se tornando produtoras e exportadoras de drogas, inclusive as sintéticas.

De acordo com Bartolomé e Barreiro (2019), o narcotráfico se adapta e expande em resposta a fatores econômicos, sociais e políticos, afetando países anteriormente periféricos na cadeia de produção de drogas ilícitas.

Esse deslocamento geográfico e funcional do narcotráfico, que transforma antigos corredores de passagem (rotas) em polos produtivos, expõe os limites das respostas estatais fragmentadas e, ao mesmo tempo, reforça a urgência de articular políticas transnacionais que

aliem repressão qualificada a estratégias de desenvolvimento inclusivo baseadas também na implantação de infraestruturas de integração, de modo a atuar simultaneamente sobre as rotas, os incentivos econômicos e as vulnerabilidades institucionais que sustentam a expansão das redes ilícitas.

Os autores avaliaram as políticas públicas implementadas para combater o narcotráfico e destacaram a importância da cooperação regional e internacional para enfrentar eficazmente o problema argumentando que *“las respuestas gubernamentales han sido insuficientes, resaltando la necesidad de una mayor cooperación regional e internacional”*, reiterando a necessidade de uma abordagem abrangente e coordenada para combater o narcotráfico na América do Sul, considerando as especificidades de cada país e promovendo o desenvolvimento socioeconômico como estratégia de prevenção, sendo *“imperativo adoptar políticas integrales que aborden las causas profundas del narcotráfico, promoviendo el desarrollo socioeconómico y fortaleciendo las instituciones democráticas.”* (BARTOLOMÉ e BARREIRO, 2019, p.206).

Nesse quadro, a Hidrovia Paraguai-Paraná desponta como palco decisivo para materializar a cooperação transnacional reclamada: ao mesmo tempo em que impulsiona a integração econômica regional, sua governança precisa incorporar mecanismos conjuntos de controle, políticas públicas e desenvolvimento inclusivo que desestimulem a captura da infraestrutura por circuitos ilícitos.

Em relação a contextualização da Hidrovia Paraguai-Paraná (HPP) como uma infraestrutura de exportação para *commodities*, há publicações que analisam sua importância como um dos eixos centrais na integração regional da América do Sul.

Álvarez (2019, p.22), argumenta sobre o papel da infraestrutura na inserção dos países da região na economia global, enfatizando os riscos do modelo de reprimarização produtiva e os possíveis impactos socioeconômicos e ambientais aos projetos de desenvolvimento dos países limítrofes da hidrovia caso se dediquem de forma exclusiva ao uso do solo e das infraestruturas para abastecimento dos mercados globais. *“La HPP implica un corredor logístico esencial para la integración suramericana, pero sus proyectos de desarrollo han sido diseñados bajo una lógica de conexión con el mercado global, más que de integración regional efectiva.”* e complementa que *“iniciativas como IIRSA no constituyen proyectos regionales de integración, sino una cartera de obras de interconexión regional y articulación de los recursos estratégicos con el mercado internacional”* (ÁLVAREZ, 2019, p. 22).

Desse modo, a centralidade conferida à exportação de *commodities*, sem correspondentes salvaguardas de governança e fiscalização, converte os mesmos corredores logísticos que prometem dinamizar a economia regional em trajetos altamente suscetíveis à

apropriação por redes ilícitas transnacionais, reproduzindo a dependência produtiva e multiplicando riscos socioambientais e de segurança.

Barvinsk (2013), admite que os corredores logísticos e as hidrovias têm sido usados tanto para transporte legítimo quanto para o tráfico ilegal de drogas e contrabando e que devido ao menor controle estatal em determinadas regiões, onde deveria ocorrer o intenso e contínuo monitoramento das redes de transporte e dos pontos de entrada e saída, estas tendem a se tornar hubs de criminalidade. Alvarez (2017) corrobora afirmando que a integração de infraestruturas logísticas e a ausência de fiscalização eficaz facilitam o uso de corredores estratégicos por redes criminosas." (ÁLVAREZ, 2017).

Essa vulnerabilidade estrutural , marcada por fiscalização deficitária e rotas altamente adaptáveis opera, simultaneamente, como motor da criminalidade e como barreira à produção de conhecimento: quanto mais flexíveis e desprotegidos se tornam esses corredores, mais precários e lacunares permanecem os dados que permitiriam rastrear padrões e articular respostas baseadas em evidências.

Há consenso entre os autores sobre as dificuldades na identificação precisa das rotas do crime e que apesar dos avanços tecnológicos, ainda ocorrem diversos desafios. Um dos principais problemas é a falta de dados sistematizados sobre atividades criminosas, impedindo análises robustas. Tal problema que se assevera uma vez que as redes criminosas utilizam códigos secretos e rotas móveis para evitar detecção. Os autores acrescentam que os registros policiais frequentemente não incluem informações sobre se um crime foi cometido por um grupo organizado, tornando mais difícil identificar também possíveis padrões e conexões (GÓMEZ-QUINTERO et al., 2022; ALBANESE, 2025).

A lacuna informacional que obscurece o mapeamento das rotas ilícitas, portanto, converte-se no próprio ponto de partida para a ação: só a partir de mecanismos cooperativos de inteligência e de um reforço institucional que chegue às fronteiras se torna possível substituir incerteza por evidência e fragilidade por dissuasão.

Diante dos desafios mencionados, foram correlacionadas as estratégias sugeridas para mitigar os obstáculos e aprimorar a identificação das rotas do crime transfronteiriço que passam pela criação de centros de inteligência regionais para compartilhamento de informações criminais sendo essencial que políticas públicas fortaleçam as capacidades institucionais locais para dificultar o estabelecimento de redes criminosas em territórios vulneráveis."(SCHULTZE-KRAFT, 2017) e o reforço da presença estatal em zonas fronteiriças, com melhores equipamentos e infraestrutura de controle (BARVINSK, 2013).

No “Atlas” (2011) as sugestões identificadas referem-se a: ampliação da cooperação internacional; integração de bancos de dados entre forças policiais e unidades de inteligência dos países sul-americanos; criação de protocolos conjuntos para extradição e investigação transnacional, evitando que criminosos se refugiem em países vizinhos para escapar da justiça e, de acordo com Álvarez (2017), "uma coordenação eficaz entre nações vizinhas é fundamental para impedir que criminosos explorem brechas jurídicas e zonas de baixo controle governamental."

Albanese (2025), afirma que o “avanço da tecnologia permite que novos métodos sejam empregados para identificar e rastrear atividades criminosas, mas que as autoridades precisam atualizar constantemente seus recursos humanos e tecnológico". Há um consenso entre os autores que a identificação das rotas do crime transfronteiriço exige uma abordagem multifacetada, combinando inteligência tecnológica, integração de dados e fortalecimento das instituições e que os principais desafios continuam sendo a corrupção, a falta de cooperação internacional e a adaptação das redes criminosas às novas tecnologias.

Adicionalmente, a partir desta contextualização foi possível identificar uma lacuna investigativa que pudesse associar a potencialidade econômica gerada pela operação da Hidrovia Paraguai-Paraná com a “ocupação/sequestro”, pela economia do crime organizado, de tal infraestrutura logística regional, suas rotas de acesso e áreas lindeiras. Ademais, não há uma pesquisa doutoral publicada que conecte tal fenômeno às providências de políticas públicas com iniciativas conjuntas de securitização de tal espaço de integração regional.

Ademais, a partir da contribuição de Heckman (2017; 2019) iremos analisar os dados socioeconômicos, educacionais e de criminalidade na Tríplice Fronteira para observar os possíveis efeitos da criminalidade sobre as perspectivas de jovens e adolescentes como um público a ser cooptados pelo crime.

Esse retrato das vulnerabilidades que atingem jovens na Tríplice Fronteira, portanto, ganha pleno sentido quando é colocado em paralelo à lógica macro-logística da Hidrovia: as mesmas fragilidades sociais que ampliam a oferta de mão de obra para o crime convergem com a infraestrutura fluvial que facilita a circulação das mercadorias ilícitas, evidenciando como fatores territoriais e socioeconômicos se retroalimentam no fortalecimento das redes transnacionais de ilícitos.

Corroborando com os argumentos dos autores, afirmamos que as redes de ilícitos - contrabando, narcotráfico e tráfico de pessoas - também utilizam a Hidrovia para distribuir suas próprias *commodities* ilícitas às cadeias globais associadas ao crime transfronteiriço.

Nos países que compõem o território da Bacia do Prata, onde estão contidas as bacias hidrográficas Paraguai e Paraná, ao longo de seus respectivos processos de desenvolvimento socioeconômico, foram implantadas infraestruturas de logística que evoluíram conforme a demanda do processo de ocupação.

A infraestrutura atual reflete a intensa exploração do uso do solo pelo plantio de soja para exportação, principalmente para a China. Outra diretriz de uso do solo da bacia foi a exploração dos recursos hídricos com a implantação de aproveitamentos hidrelétricos, inclusive binacionais, por exemplo, a Usina Hidrelétrica – UHE ITAIPU³.

Deste modo, uma das inquietações que sustentam esta investigação está diretamente associada à incapacidade de os órgãos competentes em três países — Argentina, Brasil e Paraguai, na TF — controlarem de forma integrada e eficiente o crescente desenvolvimento das atividades relacionadas aos crimes transfronteiriços (ou transnacionais como também consta na literatura especializada no tema).

Essa lacuna de coordenação institucional, ao deixar brechas operacionais nas linhas de fronteira, atua como catalisador do mercado de trabalho ilícito: quanto mais desarticulados se mostram os mecanismos de fiscalização trinacional, mais se consolidam as oportunidades que as organizações criminosas oferecem como alternativa (ou complemento) às trajetórias econômicas formais, atraindo tanto servidores suscetíveis à corrupção quanto segmentos sociais imersos em vulnerabilidade socioeconômica.

Tais modalidades criminais promovem um fenômeno social e econômico que arregimenta para o trabalho tanto agentes públicos (por meio da corrupção) quanto uma população desalentada, cooptada para “trabalhar” nas organizações, com oferta de salários que não encontram paridade e oportunidades alternativas, lícitas, nas atividades econômicas regionais.

Diante do exposto, entendemos que esta investigação irá, desde uma perspectiva interdisciplinar mas que privilegia as lentes teóricas da Geopolítica, estabelecer um cenário do estado na arte dos ilícitos partindo da escala mais abrangente dos tributários como veias da Hidrovia, chegando ao detalhe da Tríplice Fronteira (TF). Este zoom será aplicado para

³ “De acordo com a Itaipu Binacional, a construção da hidrelétrica, inaugurada em 1983, solucionar um impasse diplomático envolvendo Brasil e Paraguai uma vez que, os dois países disputavam a posse de terras na região do Salto de Sete Quedas, área hoje coberta pelo lago da usina. O contencioso começou no século XVIII com a Guerra do Paraguai (1865-1870) que reabriu a polêmica em torno da fronteira na região das Sete Quedas. Conforme o Tratado de Paz (1872), os territórios deveriam dividir-se pelo Rio Paraná até o Salto, e pelo cume da Serra de Maracaju. Nos anos 1960, a disputa pelas Sete Quedas recrudescceu, no entanto, com a investigação dos potenciais hidrelétricos do Rio Paraná, Brasil e Paraguai que novamente estavam em rota de colisão, em vez de medir forças, se uniram para construir a maior usina hidrelétrica do mundo, que só foi superada em parte, pela UHE Três Gargantas, na China, em 2017” (Itaipu Binacional, 2020).

evidenciar não só as tipologias de crimes transfronteiriços, as burocracias, a interface entre os órgãos competentes pela segurança e defesa das fronteiras, as políticas públicas dedicadas ao enfrentamento do problema, assim como tal agenda perante os organismos multilaterais tais como o Mercado Comum do Sul (Mercosul) e a Organização dos Estados Americanos (OEA).

Desta forma, a delimitação do recorte temporal desta pesquisa doutoral tem início em 2016, por ser um ano em que há disponibilidade de dados sobre apreensões na Receita Federal do Brasil, chegando a 2024, quando a demanda de circulação de transporte, para exportação de soja para a China, impacta de forma regional a hidrovia. Quando houver a disponibilidade de dados anteriores, iremos apresentar, com o intuito de fortalecer as séries históricas.

Perguntas de Pesquisa

Com base nas evidências empíricas, no arcabouço teórico e nas produções científicas disponíveis e afins com o objeto desta investigação, constituímos as seguintes questões

Pergunta 1

Por que o crime organizado transfronteiriço se utiliza da infraestrutura de modal logístico associado à Hidrovia Paraguai-Paraná e como desenvolveu um ecossistema de conexões para projetar poder sobre as estruturas sociais, econômicas e burocráticas dos países limítrofes e utilitários da Hidrovia?

Pergunta 2

Quais os processos desenvolvidos pelos estados limítrofes e utilitários da Hidrovia para a implantação de um sistema integrado de burocracia, legislação, comando, controle, segurança e defesa relativo ao enfrentamento dos crimes transfronteiriços?

Pergunta 3

Como podemos relacionar a infraestrutura de conexão criada para fins de integração e a rede de ilícitos?

Hipótese

Considerando as evidências relativas às apreensões de *commodities* ilícitas do crime transfronteiriço utilizando a infraestrutura pública disponível na área de influência da Hidrovia Paraguai-Paraná, assim como o arcabouço teórico identificado como lastro desta tese, a hipótese inicial desta pesquisa é que:

“O crime transfronteiriço na América do Sul possui um Projeto de Conexão Global constituído a partir da ocupação e utilização das infraestruturas públicas de transporte logístico multimodal regionais, viabilizadas com investimentos públicos dos países limítrofes à Hidrovia e, de forma mais evidente, na Tríplice Fronteira (Argentina, Brasil e Paraguai). Tal fenômeno ocorre devido a incapacidade (voluntária ou involuntária) dos governos dos Estados partícipes. Ademais, a eficácia (lucro, comunicação, controle, aproveitamento) das estratégias empregadas por parte do crime transfronteiriço revelam o enorme potencial da integração da infraestrutura regional.”

Objetivos

Objetivo Geral

O propósito da pesquisa será compreender o processo de como o crime transfronteiriço se utiliza da infraestrutura de modais logísticos associados à Hidrovia Paraguai-Paraná para estabelecer seu projeto de comando/controle, projetar poder transfronteiriço na região sul da América do Sul, além de conectar os “produtos” na rede/cadeia global de ilícitos.

Objetivos Específicos

São objetivos específicos da presente pesquisa:

- identificar os projetos de infraestrutura de modais logísticos associados à implantação e operação da Hidrovia Paraguai-Paraná;
- demonstrar o processo de ocupação das faixas de fronteira e áreas limítrofes associadas à Hidrovia;
- qualificar a evolução e a situação atual relativa ao desenvolvimento socioeconômico das populações das faixas de fronteira vulneráveis à cooptação pelo crime organizado;
- observar a evolução do crime organizado na Tríplice Fronteira na última década (2016 a 2024) através da criação de um banco de dados georreferenciado quali e quantitativo;
- fornecer uma contribuição ao conhecimento da burocracia existente (legal e administrativa) - apesar de não se tratar de um tese de ciência política e políticas públicas - relativa à hierarquia multilateral, regional e estatal das políticas públicas para o enfrentamento do crime organizado transfronteiriço.

Justificativa

A presente pesquisa se justifica pelos seguintes motivos. Inicialmente, há falta de uma investigação que se proponha a modelar a estratégia do crime organizado tendo como fio condutor da pesquisa as tipologias de infraestrutura associadas à Hidrovia Paraguai-Paraná.

Esta pesquisa também se justifica por sua originalidade metodológica, que se concretiza a partir da investigação do processo histórico de ocupação, associado à implantação de infraestrutura de integração que também é utilizada pelo crime organizado.

Outra circunstância que justifica esta pesquisa é o fato de não ter sido realizado, até o momento, um trabalho doutoral investigativo que contextualiza o projeto de conexão global do crime organizado com a conectividade associada às cadeias globais de valor de *commodities*.

A pesquisa se justifica também devido à demanda e urgência de um diagnóstico de causa/efeito da intensificação do crime organizado, observando o caso da Tríplice Fronteira, que se proponha a criar um banco de dados georreferenciado quali e quantitativo comprovando a evolução e sofisticação do crime transfronteiriço na última década e, em contrapartida, a involução da cooperação estatal para o enfrentamento de tal fenômeno.

Ou seja, a adoção de tecnologias avançadas para rastrear fluxos ilegais poderia subsidiar a um combate mais eficaz ao crime organizado transnacional, reduzindo seu impacto nas escalas subnacional, nacional, regional e continental.

Estrutura da tese

A investigação prevê um recorte temporal que evolui a cada capítulo.

No Capítulo 1 foram apresentados os Marcos Teóricos e Conceituais que fundamentaram nossa análise assim como a Metodologia aplicada para estruturar a tese e a Plataforma de Crimes.

No Capítulo 2 – Antecedentes – consta o processo histórico de colonização da bacia Platina que culmina com a Guerra do Paraguai e o Tratado de Paz, em 1872, até o presente (2024) - sendo detalhado o processo de ocupação histórica da área de influência da Hidrovia Paraguai-Paraná, descrevendo os fatores geopolíticos que levaram à atual constituição das fronteiras nesta porção da América do Sul.

O Capítulo 3 foi estruturado uma análise sobre a Economia da Crime Transfronteiriço.

No Capítulo 4 - Logística multimodal na Bacia do Prata: da colônia de exploração às monoculturas da soja, coca e maconha — serão identificados os principais vazios demográficos

de tal recorte espacial e as obras de infraestrutura (de 1980 a 2022) ali constituídas pelos três países, com o objetivo de promover a conectografia local e regional. Foram inventariados os tipos de uso do solo em curso na bacia, assim como as características socioeconômicas vigentes, bem como os respectivos índices de desenvolvimento e potencialidades previstas pelos Estados banhados pela hidrovia. A evolução temporal aplicada neste capítulo irá estabelecer um recorte dos últimos onze anos (2016–2024), considerando que a demanda pelas *commodities* está diretamente associada à ascensão da China como potência econômica, a partir de 2001, variável que cria uma demanda e, assim, uma relevante alteração no uso do solo regional.

No Capítulo 5, foi elaborada a descrição da burocracia pública relativa aos processos de cooperação, comando e controle, assim como segurança e defesa, que serão apresentados considerando a escala dos organismos multilaterais regionais e a escala dos Estados com a reprodução da legislação aplicada ao enfrentamento dos crimes transfronteiriços. Seguirá ainda a demonstração organizacional disponível em cada país composta pelos órgãos competentes pelo tema e a hierarquia institucional. Ademais, o caso de internacionalização da organização criminosa Primeiro Comando da Capital (PCC) será analisado por meio de revisão bibliográfica.

No Capítulo 6, tendo a Tríplice Fronteira como delimitação espacial, a Plataforma de Crimes é apresentada. A partir de dados que remontam apreensões na área de influência da TF foi apresentado o registro que remonta quatro anos (2016–2024) das atividades ilícitas desenvolvidas nesta região, sendo elaborado um banco de dados amostral das apreensões realizadas, divulgadas pelos órgãos responsáveis e imprensa local, promovendo a constituição de um acervo de documentos, fotos, dados quanti e qualitativos, rotas (origem e destino) em território nacional, assim como a identificação de personagens que compõem a “classe” de partícipes do crime organizado. Nesse capítulo, uma seção será dedicada à apresentação do resultado de entrevistas realizadas com agentes atuantes no serviço de segurança pública.

Por último, nas Considerações Finais, será apresentada uma análise integrada que coaduna a eficiência da burocracia, o processo de ocupação das faixas de fronteira com implantação de infraestrutura que conecta os processos produtivos legais e que também viabiliza os ilícitos, associado ao desenvolvimento socioeconômico local *versus* a evolução do crime organizado transfronteiriço na região da Tríplice Fronteira.

Ou seja, avaliar se é possível estabelecer, ou não, o nexo causal entre a infraestrutura logística multimodal que tem a Hidrovia como coluna cervical e todas as ramificações resultantes da implantação e desenvolvimento do ecossistema do crime organizado na porção sul da América do Sul.

Um Apêndice Cartográfico - Plataforma do Crime - on-line será produzido como forma de ilustrar a evolução histórica e tipológica (por tipo de infraestrutura) das rotas do crime organizado na região sul da América do Sul. A figura a seguir representa uma amostra do que é possível representar na Plataforma.

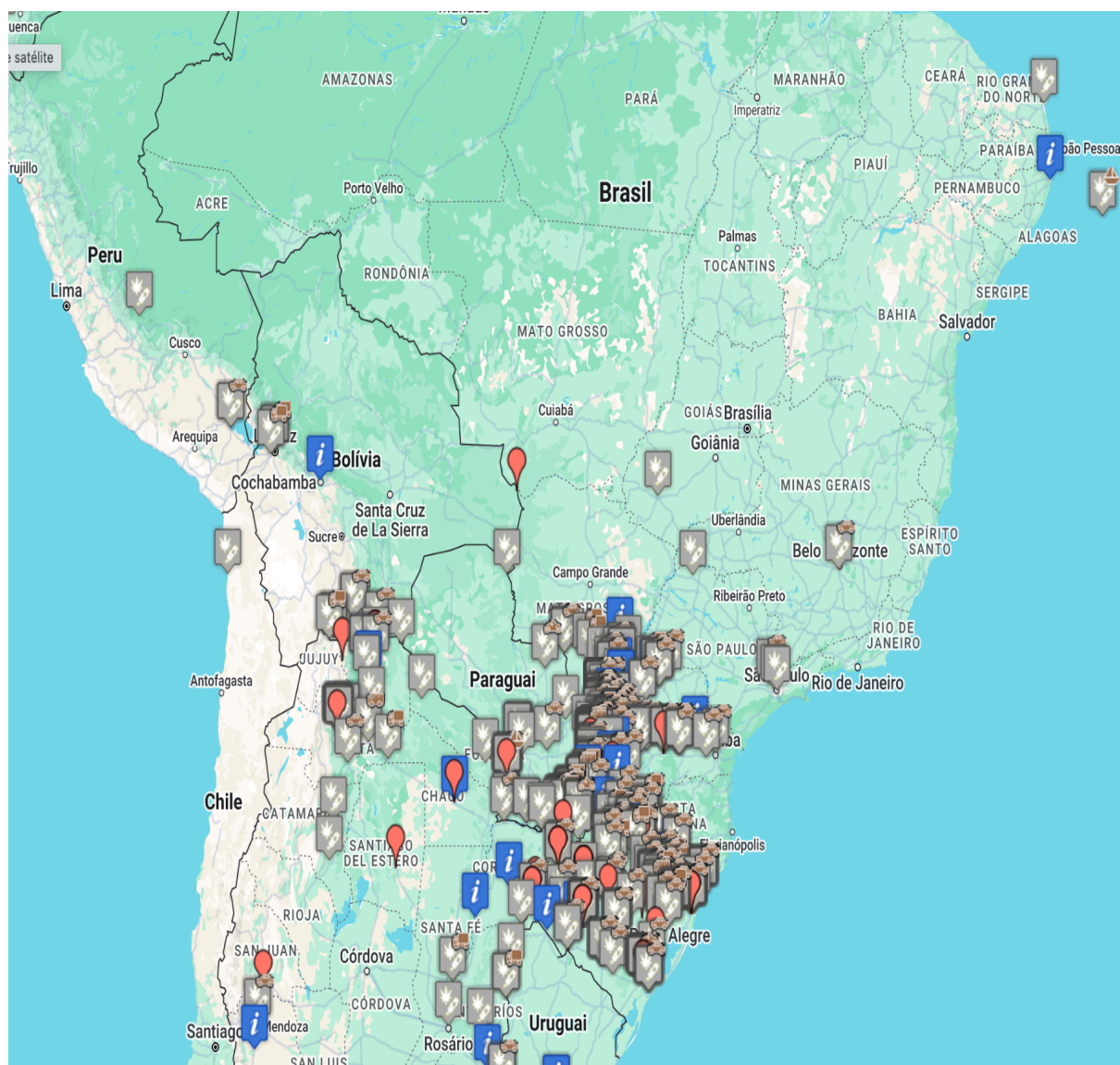


Figura 1 – Print screen das telas da plataforma de dados georreferenciada – Apreensões – Drogas

Fonte: Plataforma de dados georreferenciada concebida pelo autor para esta tese (2024).

1. MARCOS TEÓRICOS CONCEITUAIS E METODOLOGIA

Conceitos

Estruturada, principalmente, sobre os marcos teóricos e conceituais da Geopolítica, a pesquisa da tese irá em busca da relação entre o incremento dos investimentos em infraestrutura de exportação de *commodities* para as cadeias globais de valor, pelos Estados que compõem a Hidrovia, e o incremento das atividades ilícitas naquela área de influência, que se utiliza das mesmas oportunidades de “conectografia” com as cadeias globais de valor internacionais, fora do continente americano.

Em 2016, Khanna apresentou as premissas do conceito “conectografia”. O autor argumenta que os mais diversos tipos de infraestrutura estão de algum modo conectados entre si promovendo uma interdependência que não só gera a conexão dos meios de transportes (de pessoas, mercadorias, energia, telecom, dados, etc.) como também dos Estados que os detêm. Uma conexão que suplanta as fronteiras (Khanna, 2016, p. 20).

Um dos objetivos propostos no contexto desta pesquisa é perceber se tem havido negligência por parte dos agentes estatais na maneira de gestionar estes assuntos na fronteira, e até que ponto as más políticas ou ausência destas fomentam o crime organizado, que passa a ocupar os vazios de poder (social, político e econômico), promovendo atividades econômicas e uma cadeia local de geração de emprego e renda insuperável por projetos de desenvolvimento estatal/públicos.

Por outro lado, as informações que fomos recolhendo constataam que as populações tradicionais que vivem na área de influência direta da hidrovia também são “sequestradas” pelos esquemas de produção de drogas, tráfico, distribuição, prostituição, tráfico de pessoas, mineração ilegal e contrabando. Isso expõe uma dimensão social do fenômeno, a qual quisemos abordar, mas sem grande desenvolvimento.

O conceito de “*commodities* ilícitas” foi proposto a partir da consolidação dos resultados de diagnósticos que combinam variáveis socioeconômicas, dados relativos aos índices de criminalidade e apreensões de ilícitos na área de influência da Tríplice Fronteira (TF) – Argentina, Brasil e Paraguai (Barros; Dal Pozzo, 2023).

Tendo como recorte territorial mais específico o reservatório da hidroelétrica de Itaipu, os autores propuseram um debate sobre a violência associada “aos ilícitos fluviais nas cidades brasileiras que são lindeiras ao Lago de Itaipu, fronteira entre Brasil e Paraguai, e dados sobre as mortes violentas e taxa de abandono escolar” (Barros; Dal Pozzo, 2023, p. 296).

De acordo com Barros e Dal Pozzo (2023, p. 296), “a zona fluvial é utilizada como meio para o transporte de mercadorias — ‘*commodities* ilícitas’ (drogas, armas, cigarros e agroquímicos, dentre outros)”, do Paraguai para o Brasil, impactando 16 municípios brasileiros lindeiros ao lago que apresentam relevantes índices de mortes violentas, assim como de abandono escolar.

Os autores sustentam a correlação de tais estatísticas “com o aliciamento de jovens para atuar em atividades ilícitas” e ressaltam que “tais ilícitos se imiscuem nos transportes de cargas legais, as *commodities* depositadas nas barcaças que singram a Hidrovia Paraguai-Paraná, constituindo rotas de ‘*commodities* ilícitas’” (Barros; Dal Pozzo, 2023, p. 297).

Durante o desenvolvimento desta tese, pudemos coletar dados quali e quantitativos que deram mais robustez ao termo, na medida em que tais informações foram incluídas em uma base de dados georreferenciada com recorte temporal de dez anos, que coaduna os argumentos do conceito, conforme será apresentado no capítulo final desta tese.

Destacamos dois casos que ratificam tal argumento. Trata-se de duas apreensões de *commodities* ilícitas exportadas para a Europa no teor das *commodities* lícitas, com apreensões realizadas no ano de 2024.

Portugal incautó más de tres toneladas de cocaína en contenedor de soja que partió de Paraguay y pasó por Montevideo. La Policía detuvo en Lisboa a tres sospechosos de integrar una organización criminal que se dedica al ingreso de grandes cantidades de droga a Europa. El contenedor había sido escaneado en el puerto uruguayo.

La Policía de Portugal realizó en los últimos meses dos operativos que terminaron con la incautación de 6.5 toneladas de cocaína, en el marco de la operación Tártaro. Mas de la mitad de la droga fue encontrada el 30 de agosto, escondida en un contenedor que transportaba harina de soja. El envío había partido desde Paraguay y había pasado por el puerto de Montevideo, donde, fue controlado por un escáner.

Incautaron en Barcelona cuatro toneladas de cocaína en un contenedor que salió de Paraguay y pasó por Uruguay. La droga fue encontrada camuflada en bolsas de arroz y llegó a Montevideo por vía terrestre. La Fiscalía y la Aduana suman una nueva investigación por tráfico de sustancias a Europa con pocos días de diferencia.

Mientras en Uruguay las autoridades buscan responsabilidades por el cargamento de cocaína que se descubrió a fines de agosto en Portugal, otra incautación en Europa motiva nuevas investigaciones de la Fiscalía y la Aduana del país. A fines de julio, la Guardia Civil española informó que se incautaron más de cuatro toneladas de la sustancia blanca escondidas en bolsas de arroz, la mayor cantidad de droga registrada hasta la fecha en ese puerto (Tristant, 2024).

A tese irá ainda consolidar o contexto de narco-violência *versus* a falência do Estado debatendo os conceitos de Narcoestado, Narco-Capitalismo e Narco-Cultura (Whitney *et al.*, 1998; Andreas, 1998; Grayson, 2011; Van Riper, 2014; Lessing, 2017).

Fundamentação Teórica

Pensar as Relações Internacionais a partir das lentes da Geopolítica refere-se a considerar, durante a produção da investigação, a extrema relevância dos espaços geográficos onde se dão tais relações políticas e econômicas, assim como todos os atributos sociais, culturais e naturais que ocorrem em tais recortes do território dos países em questão.

O marco teórico a ser adotado na tese baseia-se na Geopolítica e respectivos conceitos aplicados na interpretação do fenômeno de uso e ocupação dos recursos logísticos da Hidrovia, seja pelos estados lindeiros, seja pelas bandas criminais.

Queiroz (2011), em sua tese doutoral, a partir da análise de Complexos Hidropolíticos (Schulz, 1995) aplicados à Bacia Platina, ressaltou os usos múltiplos de águas compartilhadas “como um componente importante no jogo de poder regional” (Queiroz, 2011, p. vii). Esta tese incrementa a análise de Queiroz quando inclui os atores ilícitos que também promovem “dinâmicas hidropolíticas” na Hidrovia.

A antiguidade do processo de ocupação e transformação dos espaços soberanos, que podem ter suas dimensões ampliadas ou reduzidas pelos fenômenos relacionados aos conflitos pela soberania das fronteiras, pode não ser relevante para os Estados historicamente mais jovens. Tal pressuposto da Geopolítica é o fundamento essencial quando analisamos a evolução do plano global do crime organizado que projeta poder, comando e controle sobre Estados, instituições e populações.

Na atualidade, para o comércio global, as fronteiras são relativizadas em nome da integração dos mercados, escoamento dos “produtos”, fontes de energia, matéria-prima e espaço territorial para produção, finalizando com a conexão aos mercados consumidores. Tanto quanto as *commodities*, o mercado globalizado dos ilícitos demanda conectividade espacial e virtual.

O projeto de conexão global do crime transfronteiriço vem criando uma rede de espaços geográficos com valor geoeconômico agregado, no caso das cadeias logísticas de transporte que conectam traçados de ferrovias, portos, aeroportos e postos de distribuição e por fim acesso ao mercado global. Os rios e oceanos constituem as rotas das *commodities* ilícitas, sendo a hidropolítica um dos marcos teóricos que fundamentam, nesta tese, a análise da governança da Hidrovia.

As referências citadas a seguir recuperam a evolução do conceito de hidropolítica, bem como temas relativos à governança sobre corpos d'água compartilhados, seja para cooperação

ou conflitos em seu uso. Segundo Geneva Water Hub (2019), o conceito de hidropolítica (a geopolítica da água) surge pela primeira vez num livro em 1979 (Waterbury, 1979).

Nas décadas de 1990 e 2000, o conceito ganhou definições ainda mais detalhadas, entretanto raras, sustentadas por Elhance (1997) e Turton (2002), sendo Tony Allan (o referente da concepção do conceito de “água virtual”) o mais produtivo autor que aplicou a “hidropolítica” em inúmeros estudos de caso. O conceito foi aplicado para analisar conflitos e cooperação em várias bacias hidrográficas transfronteiriças principalmente no Sul global e Oeste Asiático.

Destacamos também a contribuição de Julie Trottier que, em sua tese doutoral “Hydropolitics in the West Bank and Gaza Strip” (1994), utiliza o conceito para analisar as “constelações de atores” que se utilizam do recurso “água” como um ativo de projeção poder. A autora possui inúmeras e contemporâneas produções acadêmicas sobre governança e securitização dos recursos hídricos.

A literatura que se concentra no desenvolvimento da teoria da hidropolítica utiliza-a para compreender toda a diversidade existente nas interações transfronteiriças pelo uso da água. Majoritariamente os acadêmicos usam esse conceito para analisar a geopolítica de uma bacia hidrográfica específica e formular políticas, recomendações aos tomadores de decisão (Geneva Water Hub, 2019).

Como contribuição desta tese apresentamos uma breve revisão bibliográfica sobre o conceito.

Referência	Argumento
WATERBURY, John. Hydropolitics of the Nile valley. 1979.	O primeiro registro do uso do termo “hidropolítica”. Com o estudo de caso do Nilo, Waterbury analisa as relações entre hidráulica e política e os resultados para o uso do recurso. Aborda a questão de como Estados soberanos podem perseguir o interesse próprio nacional e enfrentar os desafios da coordenação multinacional no uso dos recursos hídricos comuns.
COLLINS, Robert O. The waters of the Nile: Hydropolitics and the Jonglei canal, 1900-1988. Oxford University Press, 1990.	Aborda a história da hidropolítica da Bacia do Rio Nilo de 1900 a 1988. Adota uma abordagem interdisciplinar perspectiva com insights de meio ambiente, política, desenvolvimento, antropologia e história econômica.
RIBEIRO, Gustavo Lins. Transnational capitalism and hydropolitics in Argentina: the Yacyretá high dam. 1994.	Ribeiro utiliza o termo em sua investigação sobre os impactos sociais a partir da implantação da Hidrelétrica de Yacyretá (projeto de geração de energia binacional entre Argentina e Paraguai)

WOLF, Aaron T. Hydropolitics along the Jordan River: Scarce water and its impact on the Arab-Israeli conflict. United Nations University Press, 1995.	Visão geral da interação sobre as águas da Bacia do Rio Jordão e os conflitos estatais através de seus fluxos. Análise de perspectiva histórica sobre o conflito relacionado à água e a possível cooperação na região, concluindo sobre alternativas de estratégia de recursos para o futuro.
OHLSSON, Leif, <i>et al.</i> (ed.). Hydropolitics: conflicts over water as a development constraint. London and New Jersey: University Press, 1995.	Produção acadêmica multidisciplinar abordando duas questões cruciais: a disponibilidade de água como uma restrição ao desenvolvimento e a escassez de água como fonte de conflito internacional. Concluem sobre a necessidade de conceituar novas abordagens para o problema da escassez de água doce, desenvolvendo estratégias inovadoras para a gestão da água.
ELHANCE, Arun P. Conflict and cooperation over water in the Aral Sea basin. <i>Studies in Conflict & Terrorism</i> , 1997, vol. 20, no 2, p. 207-218.	Subjacente ao desafio de gerir os recursos hídricos sem considerar as fronteiras nacionais, este artigo analisa as raízes do conflito interestatal e cooperação na Bacia do Mar de Aral. Dá uma das definições seminais do conceito de hidropolítica, definido como “o estudo sistemático do conflito e da cooperação entre estados sobre recursos hídricos que transcendem fronteiras”.
ELHANCE, Arun P. Hydropolitics in the Third World: Conflict and cooperation in international river basins. US Institute of Peace Press, 1999.	Explora a hidropolítica de seis das maiores bacias hidrográficas do mundo (Paraná, Nilo, Jordânia, Eufrates, Ganges e Mekong). Em cada caso, Elhance examina a geografia física, econômica e política da bacia; as possibilidades de conflito agudo; e esforços para desenvolver acordos bilaterais e multilaterais para a partilha de recursos hídricos. Os estudos de caso levam a algumas conclusões preocupantes sobre os obstáculos à cooperação, mas também a algumas conclusões encorajadoras – entre elas, a de que poderá não ser possível aos Estados do Terceiro Mundo resolverem os seus problemas hídricos através da guerra e que, eventualmente, mesmo os Estados ribeirinhos mais fortes são obrigados a procurar cooperação com os seus vizinhos mais fracos.
TROTTIER, J. Hydropolitics in the West Bank and Gaza strip. Passia, Palestinian Academic Society for the Study of International Affairs. 1999.	Este livro aborda as interações entre constelações hidropolíticas locais, nacionais e internacionais que afetam o West Bank e a Faixa de Gaza na Palestina. Adotando uma perspectiva histórica da situação hídrica e dos conflitos na Bacia do Jordão, este livro analisa as constelações que regulam a irrigação e a distribuição de água e as questões hidropolíticas nacionais e internacionais entre tais constelações. A autora conclui desenhando diferentes cenários para o futuro da situação da água na Palestina.
ALLAN, Tony. Il Medio Oriente2/La pretestuosa" guerra dell'acqua". <i>Equilibri</i> , 2000, vol. 4, no 1, p. 51-64.	Aborda a hidropolítica na região do Oriente Médio e Norte de África (MENA- Cisjordânia), onde as economias dependem amplamente da disponibilidade de água. Analisam a questão específica dos conflitos na região, mas argumentam que as soluções para estes problemas

	não serão encontradas a nível local, mas sim a nível global, tornando a água disponível globalmente.
TROTTIER, Julie. Water and the challenge of Palestinian institution building. <i>Journal of Palestine studies</i> , 2000, vol. 29, no 2, p. 35-50.	Este artigo investiga constelações hidropolíticas locais na Cisjordânia através de dois estudos de caso de aldeias individuais. Depois de examinar a posição da Autoridade Palestina para a Água (PWA), identifica duas dinâmicas simultâneas na política hídrica na Cisjordânia: uma dinâmica centrípeta que atrai poder para a PWA e o pretensão Estado palestino, e uma dinâmica centrífuga. dispersar a energia hídrica entre várias organizações de aldeias e as autoridades israelenses.
ELHANCE. Hydropolitics: Grounds for despair, reasons for hope. <i>International Negotiation</i> , 2000, vol. 5, no 2, p. 201-222.	Considerando que a competição pelos recursos hídricos transfronteiriços aumenta com o desenvolvimento económico, o autor destaca que o desenvolvimento do conceito de hidropolítica nos rios internacionais é uma preocupação primordial. O artigo tem como objetivo fornecer uma compreensão sofisticada ao contexto da hidropolítica para apoiar mediadores, negociadores, bem como representantes nacionais e decisores internacionais para enfrentar a complexa arena das interações transfronteiriças.
ALLAN, Tony. “The Middle East Water Question: Hydropolitics and the Global Economy.” (2001).	Por meio do estudo de caso de MENA o autor propõe possíveis soluções para o conflito pela água, soluções estas que poderiam ser aplicadas em outros territórios que têm águas transfronteiriças como objeto de conflito/disputa. O autor aborda os conceitos de “água virtual” e “água invisível” como perspectiva e afirma que há água suficiente para suprir o crescimento populacional nos territórios disputados em MENA.
TURTON, Anthony. Hydropolitics: The concept and its limitations. <i>Hydropolitics in the Developing World: A Southern African Perspective</i> . Pretoria: African Water Issues Research Unit (AWIRU), 2002, p. 13-19.	Importante contribuição à literatura sobre hidropolítica, argumentando que é uma disciplina per se. Considera que a maior parte da literatura relevante sobre hidropolítica apresenta um certo preconceito, este livro procura ampliar o conceito incluindo os elementos de escala e alcance. Uma definição de hidropolítica é dada como “a alocação autorizada de valor na sociedade em relação à água”. Isto é ilustrado com estudos de caso da África Austral. Este livro conclui com uma proposta de agenda de pesquisa para ampliar o conceito de hidropolítica.
TROTTIER, Julie; SLACK, Paul (ed.). <i>Managing Water Resources, Past and Present</i> . OUP Oxford, 2004.	Contribuições interdisciplinares sobre manejo de recursos hídricos com objetivo de consolidar um interdisciplinar framework teórico que pudesse aproximar ciências exatas (hidráulica, engenharia) das ciências sociais para análise de casos concretos que tem a água como fonte de potencial conflito ou cooperação.
SNEDDON, Chris; FOX, Coleen. <i>Rethinking transboundary waters: A critical hydropolitics of the</i>	Este artigo avança sobre o conceito da hidropolítica crítica. Os autores se concentram em aspectos pouco abordados na literatura especializada sobre água transfronteiriça tais como conflito, cooperação, mas também a transformação

Mekong basin. Political geography, 2006, vol. 25, no 2, p. 181-202.	da compreensão ecológica das bacias hidrográficas dentro dos limites transfronteiriços e possibilidades de acordos institucionais. Para ilustrar esta abordagem, os autores apresentam o estudo de caso da bacia do rio Mekong.
JULIEN, Frédéric. Hydropolitics is what societies make of it (or why we need a constructivist approach to the geopolitics of water). International Journal of Sustainable Society, 2012, vol. 4, no 1-2, p. 45-71.	Este artigo sugere que o uso implícito dos paradigmas conceituais de Realismo e Liberalismo das Relações Internacionais utilizados na literatura sobre hidropolítica tem impedido uma ampla exploração teórica do conceito de hidropolítica. O autor sugere que para compreender toda a diversidade exibida pelas relações interestaduais relacionadas com a água, o construtivismo com a sua teoria da securitização é uma abordagem alternativa promissora à hidropolítica.
CASCÃO, Ana Elisa; ZEITOUN, Mark. Power, hegemony and critical hydropolitics. In Transboundary water management. Routledge, 2013. p. 27-42.	Este capítulo do livro pretende estabelecer uma teoria hidropolítica crítica “cartilha” para interpretar o poder em jogo que favorece ou bloqueia processos de tomada de decisão. Para contribuir com a teoria, os autores sugerem quatro pontos-chave: a distinção entre águas transfronteiriças e águas partilhadas, o reconhecimento dos diferentes pesos e dimensões do poder, a ideia de que o conflito e a cooperação coexistem e que nem todas as formas de cooperação são boas. Eles também sugerem vários elementos de refinamento, tais como os contextos físicos e políticos.
TROTTIER, Julie; BROOKS, David B.; GIORDANO, Giulia. Transboundary Water Issues in Israel, Palestine, and the Jordan River Basin: An Overview. Singapore: Springer, 2020.	Este livro destaca a busca por acordos permanentes de água doce entre Israel, Palestina e as porções ocidentais da Jordânia, destaca os benefícios da partilha de água e a gestão entre os três países. Ao longo do livro, são feitos esforços para compartilhar água transfronteiriça de maneiras que sejam simultaneamente fisicamente viáveis, ecologicamente sustentável e socialmente equitativas. Os autores argumentam que graças ao Tratado de Paz entre Israel e a Jordânia, a gestão dos recursos hídricos partilhados funcionava bem, embora os relacionamentos futuros sejam incertos no momento, os atuais acordos para Israel e a Palestina são, na melhor das hipóteses, inadequados e, em alguns casos, contraproducentes. Para encerrar, o livro argumenta que os acordos trilaterais sobre a água podem e devem ser concluídos agora, antes de procurar resolver toda a gama de questões que permanecem incertas num Acordo de Estatuto Final entre Israel e a Palestina.
MCCRACKEN, Melissa. Defining effective transboundary water cooperation. Routledge, 2022.	O livro estabelece um quadro para definir a cooperação transfronteiriça no domínio da água e uma metodologia para avaliar a sua eficácia, o que contribuirá para processos de cooperação mais eficazes e, portanto, bem-sucedidos. Com o foco crescente na cooperação transfronteiriça como parte do Quadro dos ODS ONU, há um reconhecimento global da cooperação transfronteiriça no domínio da água como uma ferramenta para melhorar a

	governança e a gestão das águas superficiais e subterrâneas transfronteiriças.
--	--

Tabela 1 – Obras da revisão bibliográfica.

Em outro framework há uma literatura contemporânea que passou a abordar o processo da securitização de recursos naturais, sendo os recursos hídricos o de maior relevância na produção acadêmica. Alguns exemplos são:

SILVA, Henry Iure de Paiva; TEIXEIRA JÚNIOR, Augusto WM. Securitized Referent Objects in Brazilian Defence Documents: Natural Resources, Critical Infrastructure and Energy Security. Contexto Internacional, 2021, vol. 43, p. 77-98.	O artigo analisa como os documentos de defesa do Brasil incorporam recursos naturais e infraestrutura crítica como componentes políticos e estratégicos do quadro nacional de segurança energética. Depois apresentam o panorama internacional contemporâneo sobre o tema, marcado por potências emergentes e geopolíticas. O artigo explica a teoria e os fundamentos conceituais que apoiam a reivindicação de um movimento de securitização dos recursos naturais e infraestrutura relacionada com a segurança energética em resposta à ausência de ameaças existenciais.
ROSENBLUM, Zoe Hoffman; SCHMEIER, Susanne. Global wetland governance: Introducing the transboundary wetlands database. Water, 2022, vol. 14, no 19, p. 3077.	Debate e registro do impacto sobre áreas úmidas. Argumentam que especialmente nas bacias hidrográficas internacionais, as retiradas de água a montante estão a ter impactos negativos nas zonas úmidas e nas comunidades que delas dependem a jusante. Seguindo o quadro da cooperação transfronteiriça no domínio da água, a gestão conjunta das zonas úmidas transfronteiriças no contexto da gestão integrada da bacia pode prevenir conflitos e levar a uma maior colaboração. Os produtos desta investigação são uma base de dados e um mapa de 300 zonas úmidas transfronteiriças, incluindo as bacias hidrográficas (e, quando aplicável, as organizações de bacias hidrográficas) em que se enquadram.
JARVIS, Todd; WILEY, Jakob. Collective Aquifer Governance: Dispute Prevention for Groundwater and Aquifers through Unitization. Cambridge University Press, 2022.	Apresenta uma proposta multifatorial para governança coletiva de aquíferos e subterrâneas como um meio de permitir, se não garantir, o uso colaborativo e medido de recursos hídricos subterrâneos e seus receptáculos rochosos.
DE BRUIN, Sophie Pieterneel, et al. Projecting conflict risk in transboundary river basins by 2050 following different ambition scenarios. International Journal of Water Resources Development, 2024, vol. 40, no 1, p. 7-32.	O estudo apresenta três projeções de cenários globais de risco de conflito em bacias hidrográficas transfronteiriças, combinando dados de projeção de cenários sobre riscos identificados na literatura existente. Num cenário de manutenção do status quo, prevê-se que 920 milhões de pessoas vivam em bacias de risco de conflito muito elevado a elevado até 2050. No cenário de baixa ambição, este número diminui para 724 milhões de pessoas,

	enquanto no cenário de elevada ambição, diminui para 536 milhões.
--	---

Tabela 2 – Obras da revisão bibliográfica (Continuação).

Buscando em fontes latino-americanas, também é possível encontrar acadêmicos que utilizam a hidropolítica como um instrumento epistemológico de análise sobre os fenômenos das grandes bacias da porção sul do continente (Amazônica e do Prata). Queiroz (2011) é um dos pioneiros em propor uma visão sobre a hidropolítica dos aquíferos (Guarany e Alter do Chão) também localizados no mesmo território.

Para Senhoras, Moreira e Vitte (2009, p. 8),

toda formação territorial é um processo geopolítico relacional de construção, destruição e reconstrução material e simbólica que revela uma dinâmica histórica de construção socioespacial permeada por um campo de poder. Neste processo histórico dinâmico, a formação territorial é um meio e um fim combinado pela cristalização de sistemas de ações e objetos ou de pontos de fluxos e fixos que tendem a criar territorializações e desterritorializações ao longo do tempo. As formas territoriais predominantes em cada momento histórico resultam sempre de multiterritorialidades que tendem a ser combinadas conforme os campos de polarização do poder em processos predominantes de territorialização, desterritorialização ou reterritorialização material e simbólica.

Nas fronteiras do sul do Brasil (com Argentina e Paraguai), as diferenças entre as sociedades que compartilham tal território

se ampliam pela justaposição de experiências nacionais, ao tempo em que se apagam através de dispositivos de transição; em outros casos, práticas e objetos geográficos são unificados (redes de infraestrutura), criados (extraterritorialidades e ilegalidades), espelhados (redes compartilhadas) e distinguidos (administração dos limites e das barreiras nacionais) (Dorfman, 2013, p. 96).

Silva e Teixeira Junior (2021) analisam como os documentos de defesa do Brasil incorporam os recursos naturais e a infraestrutura crítica como componentes políticos e estratégicos do quadro de segurança energética nacional, apresentando o panorama internacional contemporâneo sobre o tema. O artigo explica a teoria e os fundamentos conceituais que sustentam a afirmação de um movimento de securitização de recursos naturais e infraestrutura crítica relacionado à segurança energética, aplicando a teoria da securitização ao estudo de caso.

A fim de apresentar os fundamentos do termo “recursos naturais estratégicos”, Rodrigues (2015) aponta que existem múltiplas referências e formas pelas quais se pode definir um recurso natural como estratégico.

No que tange a geopolítica da água, o continente deve se preparar para enfrentar estratégias multidimensionais de apropriação e controle da água que possui e dos ecossistemas que dela dependem, uma vez que os países considerados reservas hídricas não estariam a salvo de expedições visando a internacionalização de seus recursos, que seriam declarados ‘bens coletivos da humanidade’. Os grandes centros de poder mundial realizam um novo mapa geopolítico a partir da demarcação das áreas potenciais de conflito tendo a água como papel central; as grandes potências começam a posicionar-se no tabuleiro geopolítico global de tal forma que a água, os minerais e a energia, cada vez mais, passam a ser vistos como uma questão de segurança estratégica. O continente sul-americano, por possuir a maior reserva de água potável do mundo, se encontra numa posição delicada, na qual interesses externos podem vir a influenciar o território caso políticas soberanas não sejam realizadas.

Para Viana, Barros e Calixtre (2011), há interdependência entre a governança global e o processo de integração da América do Sul, uma vez que

o processo de reaproximação dos países sul-americanos, que teve suas origens no período anterior aos anos 1990, percorreu um caminho sinuoso e, por vezes, contraditório, porém dotado de uma lógica intrínseca: o avanço das interconexões econômicas espalhou-se para além do espaço de acumulação nacional de cada país no Cone Sul, o qual constitui um espaço compartilhado de valorização da riqueza. Assim, a mera circunstância geográfica dos países, pouco a pouco, transmutou-se em um destino comum. Este movimento, que não deve ser compreendido como algo inexorável, indica que a necessidade, antes apenas geográfica, de se relacionar com os vizinhos assumiu características que transcendem tal circunstância espacial, passando a incluir o compartilhamento de cadeias produtivas, o aumento da densidade comercial, a harmonização política e legislativa e, mais recentemente, a integração das políticas públicas dos países do subcontinente.

De acordo com Bruckmann (2011, p. 197), a consolidação de uma liderança regional na América do Sul envolve temas relativos a recursos naturais, hidroenergéticos, biodiversidade e recursos biogenéticos que passam a ser fundamento dos debates políticos, acadêmicos e teóricos:

A disputa global pelos recursos naturais e por sua gestão econômico-científica abrem um amplo campo de interesses em conflito na região e evidencia, pelo menos, dois projetos em choque: a afirmação da soberania como base para o desenvolvimento nacional e a integração regional; e a reorganização dos interesses hegemônicos dos Estados Unidos no continente, que encontra nos tratados bilaterais de livre comércio um dos seus principais instrumentos para enfraquecer os projetos de integração regional.

Rodrigues (2015) argumenta que, “para que uma inserção internacional soberana de uma nação seja viável, deve-se necessariamente dispor de autonomia elevada para decidir acerca de suas políticas internas e que envolvam o seu relacionamento com outros países”.

Rodrigues (2015) complementa suas considerações sobre a inserção sul-americana no sistema capitalista mundial, apontando que “as alternativas para que haja uma autonomia e soberania plena dos países da região em sua formulação de políticas públicas” devem ter em conta a “geopolítica dos recursos naturais estratégicos”.

A seguir, demonstramos algumas das produções acadêmicas mais contemporâneas à produção desta tese, seja pela temática, seja pelo recorte geográfico em pauta.

GARCIA, Tatiana de Souza Leite; DE OLIVEIRA JESUS, Bianca. Governança multinível na Bacia do Prata e o projeto da Hidrovia Paraguai-Paraná. Revista Geopolítica Transfronteiriça, 2021, vol. 5, no 1, p. 94-119.	Discorre sobre a governança multinível na bacia hidrográfica do Prata, com foco no projeto da Hidrovia Paraguai-Paraná (HPP). O projeto da HPP é resultado de uma série de acordos de cooperação entre os países platinos, a partir da segunda metade do século XX, visando a integração física de seus rios para a navegação; mas ainda hoje é inviabilizada devido questões de ordem econômica, política, social e ambiental, decorrentes de múltiplos interesses e usos por diversos atores.
SANT'ANNA, Fernanda Mello. Governança global dos recursos hídricos transfronteiriços: o papel da cooperação internacional e da cooperação transfronteiriça. Proceedings of the 3rd ENABRI 2011 3 Encontro Nacional ABRI 2011, 2011.	Análise da governança global dos recursos hídricos transfronteiriços, situando o papel da cooperação internacional - no âmbito dos governos e instituições multilaterais-, e da cooperação transfronteiriça - que envolve atores locais e não-estatais -, para esta governança. O caso da bacia amazônica é apresentado como exemplo de governança e de cooperação internacional e transfronteiriça. Demonstra que a cooperação internacional, muitas vezes, está muito distante do que acontece nas regiões fronteiriças, que buscam resolver problemas cotidianos, dando origem a redes transnacionais.
BERVIG, Aline Andressa. A governança hídrica multinível e a elaboração de cenários prospectivos na bacia hidrográfica transfronteiriça do Rio Quaraí/Cuareím, na fronteira do Brasil e do Uruguai. Tese. 2022.	Elaboração de cenários prospectivos da bacia hidrográfica transfronteiriça do Rio Quaraí/Cuareím, na fronteira do Brasil e do Uruguai. Como resultados demonstrou as causas e os conflitos que ocorrem na bacia hidrográfica, a governança hídrica multinível sendo aplicada nesse recorte espacial e, por fim, propostas para a melhoria do uso dos recursos naturais.

Tabela 3 – Obras da revisão bibliográfica (Continuação II).

Em que pese o fenômeno do narcotráfico e demais circulação de ilícitos estarem relacionados aos princípios e impactarem diretamente políticas econômicas globais, esta tese foca seus argumentos nos fundamentos e demandas para movimentos de securitização dos bens públicos (infraestrutura) por parte das políticas de segurança de defesa dos Estados-nação.

Como enfrentamento a este fenômeno, o processo de securitização da hidrovia vem sendo pensado pelos estados lindeiros. Esta investigação centra-se na construção discursiva de “segurança” num contexto particular de governança transfronteiriça da bacia hidrográfica na Bacia do Rio Paraná-Paraguai e da hidropolítica dos estados lindeiros.

Cabe a esta tese esclarecer de que maneira tal estratégia vem sendo promovida, com apoio das premissas geopolíticas que fundamentam os Estados-nação em sua estratégia de ocupação, como de ações para projeção de poder sobre o território em que exercem soberania.

Métodos

a) Obtenção, tratamento e georreferenciamento de dados

De acordo com Maxwell e Miller (2008, p. 462), “na análise qualitativa dos dados, geralmente são usadas semelhanças e diferenças para definir categorias e agrupar e comparar dados por categoria”.

Na elaboração da tese, os dados a serem comparados serão os tipos de apreensões realizadas na área de influência da Hidrovia Paraguai-Paraná, que possibilitam mapear as rotas de conectividade estabelecidas pelo crime organizado para transportar os produtos ilícitos da origem até os mercados consumidores, a partir das diferentes categorias de infraestrutura associadas à operação da Hidrovia, que deveria ser de uso exclusivo para circulação de bens e pessoas entre os países lindeiros e como rota de exportação de *commodities* (a depender das *commodities*).

Considerando que esta investigação se propõe a mapear as rotas utilizadas pelo crime transfronteiriço, há que se detalhar os procedimentos metodológicos para viabilizar tal produção. O método utilizado para elaboração dos traçados pelos quais percorrem os ilícitos e seus insumos, objeto sob análise na tese, consiste nas seguintes fases: levantamento de documentação junto às fontes oficiais dos respectivos países para consolidar um banco de dados de apreensões; inclusão de tais dados em uma plataforma que georreferencia tais informações; consolidação de traçados, viabilizando a demonstração da rede de traçados constituídos pelo crime transfronteiriço, utilizando a infraestrutura de logística multimodal.

Estes dados das rotas da cocaína e insumos para sua produção, maconha, contrabando de mercadorias, defensivos agrícolas, além do tráfico de pessoas podem ser compatibilizados e georreferenciados na mesma plataforma. Tal metodologia pode ainda ser extrapolada em escala macro para todo o continente americano, Europa, continente africano, etc., assim como na

escala de detalhe que demonstra a constituição de rotas negligenciadas pelo controle aduaneiro, dependendo apenas do fornecimento de dados de apreensões a partir de fontes confiáveis.

É possível ainda aderir na mesma ferramenta de análise a partir do levantamento de documentação, junto às fontes oficiais dos respectivos países, um banco de dados de legislações e marcos regulatórios promulgados por cada país na área de influência dos traçados mapeados.

b) Níveis de análise

Nesta tese, pretende-se efetivar uma análise que parte do nível sistêmico (cadeias globais dos ilícitos), passando ao regional (infraestrutura de conectividade para integração das fontes e pontos de exportação dos ilícitos na região sul da América do Sul) chegando ao doméstico, com descrição e análise da estratégia utilizada pelo crime organizado na área de influência da hidrovia e com maior detalhe na Tríplice Fronteira.

Em cada nível de análise, será detalhado o *modus operandi* empregado pelo crime organizado na implantação e operação das rotas das *commodities* ilícitas, assim como a identificação da infraestrutura que viabiliza a inserção internacional de tais ilícitos, considerando a logística associada à hidrovia.

c) Estudo-caso

Para a realização deste trabalho, utilizamos o método de Estudo de Caso, uma das estratégias de pesquisa mais utilizadas na Ciência Política e Relações Internacionais. De acordo com Levy (2008), por exemplo, um “caso” é uma instância de uma classe de eventos, enquanto um estudo de caso é um “exame detalhado de um episódio histórico para desenvolver ou testar explicações históricas que possam ser generalizáveis para outros eventos” (George; Bennet, 2005, p. 5 *apud* Borges, 2007, p. 48).

Diante dos tipos de Estudo de Caso que podem ser realizados pelo pesquisador, foi aplicado nesta pesquisa o interpretativo *Theory-Guided*, pois os estudos deste tipo de pesquisa são estruturados por um conceito bem desenvolvido, e que concentra a atenção em alguns aspectos teoricamente especificados da realidade (fazendo uma seleção de aspectos a serem considerados e negligenciados), embasados pela teoria que os corrobora (Levy, 2008).

Para esta pesquisa, selecionamos como Estudo de Caso a evolução do crime organizado transfronteiriço na Tríplice Fronteira associada à utilização da infraestrutura de modais

logísticos da Hidrovia Paraguai-Paraná. Para facilitar este estudo, passamos a considerar, ainda, as seguintes variáveis:

- iv) Variável Dependente (VD): infraestrutura de modal logístico associada à Hidrovia Paraguai-Paraná;
- ii) Variável Independente Principal (VIP): necessidade de o crime organizado ampliar/expandir as rotas e áreas de atuação na América do Sul;
- iii) Variáveis Independentes Antecedentes (VIAs): burocracia (legal e administrativa) dos países limítrofes à Hidrovia que não tem sido eficaz no processo de integração para o enfrentamento dos crimes transfronteiriços, o crime organizado tem mais capacidade de se reposicionar e qualificar quanto à mobilização de efetivos humanos, equipamentos e tecnologia do que os órgãos públicos competentes; o crime organizado tem demanda para acessar de forma cada vez mais rápida o mercado global de ilícitos, com a expansão territorial da produção de *commodities* (soja e carne) para abastecer as cadeias globais de valor a produção dos ilícitos passou a acessar áreas cada vez mais distantes, preservadas e habitadas por populações tradicionais e vulneráveis;
- iv) Variável Interveniente (Vint): conjunto de empreendimentos de interesse dos exportadores de *commodities* que são sobrepostas pelas rotas do crime transfronteiriço, semelhanças entre as diretrizes fundamentais e problemas enfrentados pelas políticas públicas que combatem os crimes transfronteiriços (efetivo, equipamento, tecnologia e corrupção) dos países limítrofes à Hidrovia.

Assim, identificamos uma variável independente principal (VIP) que irá subsidiar a investigação como integradora — necessidade de o crime organizado ampliar/expandir as rotas e áreas de atuação na América do Sul e acessar o mercado global.

A partir desta premissa, será consolidado um diagnóstico que poderá estabelecer, ou não, o nexo causal entre os objetivos estabelecidos no âmbito dos projetos de conexão global do crime organizado e a implantação de infraestrutura para atender a exportação de *commodities* para as cadeias globais de valor.

O crime organizado se vale de tal conectografia, que, na maioria das vezes, é estabelecida pelo poder público, anexando a esta rede suas rotas “alternativas” (que, em algum ponto, fazem conexão com as “oficiais”).

d) Pesquisa bibliográfica e entrevistas

Esta pesquisa será feita a partir de consulta a fontes primárias, secundárias e entrevistas com os gestores públicos responsáveis pelos setores estratégicos (segurança e defesa, diplomacia, transporte, telecom e usuários públicos e privados da hidrovia), sendo previamente estruturada uma matriz de dados que será retroalimentada com apreensões realizadas na área de influência da Tríplice Fronteira.

2. ANTECEDENTES HISTÓRICOS

Analisar o processo de consolidação dos marcos fronteiriços na Tríplice Fronteira (TF) entre Argentina, Brasil e Paraguai demanda rememorar o tempo das missões jesuíticas do período colonial, para fundamentar fenômenos em curso no tempo da *cybersecurity*. Os processos históricos de constituição dos três países foram modulados pelos interesses políticos de seus líderes, que em movimentos pendulares em relação à TF, ora permaneceram de costas para esta região estratégica, ora debruçaram sobre ela todas as atenções geopolíticas, inclusive as beligerantes.

Neste capítulo será apresentada como se deu a apropriação socioeconômica desta porção territorial que, desde o período colonial, representa o ponto focal de projeção e disputa de poder regional. Inicia-se com o “*uti possidetis*”⁴ empreendido por Portugal e Espanha, sequenciado pela confirmação da soberania pelos governantes das Repúblicas, com a efetiva integração na Tríplice Fronteira mediante a implantação da Usina Hidrelétrica de Itaipu no final dos anos 1970.

O capítulo foi dividido em três seções que representam, respectivamente, recortes temporais que se iniciam no século XVII chegando ao século XX. Na primeira seção será contextualizada a apropriação territorial na região, que envolve agentes dos poderes imperiais mobilizados para eliminar os possíveis impedimentos à ocupação, sejam eles humanos ou físicos.

A próxima seção será dedicada à fase beligerante da constituição das fronteiras sul-americanas, dando destaque à Guerra do Paraguai (1864–1870), momento em que as recém-constituídas repúblicas hispânicas e o império brasileiro se enfrentam, dando às fronteiras da área de influência da TF, ao final do conflito, o contorno geográfico que segue na atualidade.

Na terceira parte, que transcorre as décadas de 1950 a 2000, a integração regional se apresenta como uma solução para distensionar a região, com o conflito e os impasses transfronteiriços cedendo a vez para se pensar a Tríplice Fronteira como o locus de um arranjo de cooperação, pautado na implementação de empreendimentos de infraestrutura.

⁴ “A partir do reinado de Dom João V (1706 a 1750), Portugal passou a priorizar a definição de suas fronteiras coloniais com o propósito de revisar os acordos anteriores de limites e abolir o Tratado de Tordesilhas, firmado em 1494. A extraordinária atuação de Alexandre de Gusmão nas negociações de fronteiras resultou na assinatura, em 1750, do Tratado de Madri. Legalizava-se pelo argumento de posse da terra – *uti possidetis* – e pela busca de fronteiras naturais, a ocupação da Amazônia, do Centro-Oeste e do Sul do Brasil” (Rezende, 2006).

2.1. O *uti possidetis* luso-hispânico no cone sul da América

A América do Sul, ocupada desde a época imemorial pré-histórica, é palco das concertações coloniais luso-hispânica que integram o arcabouço geopolítico da delimitação das fronteiras dos Estados que atualmente a constituem. A partir da estratégia assertiva do reino de Portugal, perante o colonizador espanhol, em aplicar na prática a teoria jurídica do *uti possidetis* (quem possui de fato, deve possuir de direito), consagrada por Alexandre de Gusmão no Tratado de Madri, em 1750, foi sendo constituída a futura Tríplice Fronteira entre os vindouros Estados soberanos Argentina, Brasil e Paraguai.

Para analisar a configuração das fronteiras do cone sul da América, é relevante compreender como se deu a ocupação pelas potências coloniais no século XVII, e a solução para as controvérsias sobre o que era de fato limite territorial entre Portugal e Espanha no que viria a ser a América do Sul.

A região da grande bacia do Amazonas atraiu exploradores de diversas nações, que, inicialmente, não tinham intenção de colonização, mas sim de exploração das chamadas “drogas do sertão”⁵. Durante o século XVII, a busca ficou centrada em produtos da floresta que pudessem ser explorados (como as especiarias orientais) e na maior riqueza da região: índios para escravizar (Souza, 2001). No contexto dessas explorações,

En medio de las complejas territorialidades locales, diplomáticos portugueses y españoles convocaron negociaciones bilaterales para tratar la posesión legal de la región del Rio de la Plata. Estas discusiones contraponían las lógicas distintas sobre la propiedad de la tierra. Por un lado, diplomáticos portugueses utilizaron al concepto de uti possidetis para formar sus argumentos, sugiriendo que la fundación de Colonia del Sacramento implicaba posesión sobre toda la región. Por su parte, la Corte Española dependía del Tratado de Tordesillas, firmado en 1494, para justificar su posesión de la Banda Norte. En el mismo se ubicaba a la frontera inter-imperial hacia el Este de la región. Esta incertidumbre y la tensión sobre la posesión del interior se manifestaron de forma evidente en el Tratado de Lisboa entre Portugal y España en 1681 (Erbig JR., 2013).

O Brasil da calha do Rio Negro e cercanias, além do platô onde se localiza Manaus, caso a empreitada colonizadora portuguesa não tivesse ido a termo, teria um contorno muito diferente do atual.

Embora revogado logo após a sua assinatura, o Tratado de Madri (1750) estabeleceu o princípio doutrinário do *uti possidetis*, que acabaria por prevalecer na demarcação definitiva das fronteiras do Brasil. Com base nesse acordo, o Brasil independente teria

⁵ Cravo, canela, baunilha, pimentas, corantes, essências aromáticas, salsaparrilha, etc. (Sevcenko, 1996).

sua área total mais que triplicada e logo trataria de oficializar suas fronteiras com as nações sul-americanas recém-formadas (Rezende, 2006, p. 301).

Segundo Cortesão (1950), Alexandre de Gusmão defendia que se tornava indispensável alargar ao máximo possível o Brasil na direção do Prata e Negro⁶; em contraponto à opinião do Embaixador português, em Madri, o Visconde de Vila Neva de Cerveira, que aconselhava que se desistisse daquela pretensão, Gusmão escreveu, em 1747:

Observo que V. E. faz algum reparo no muito que insistimos pelas Sete Aldeias do Uruguai. Não insistimos verdadeiramente pelas Aldeias e, sim pelo terreno'... 'É que no Prata ficarão os espanhóis com maior poder, e, nos convém equilibrá-lo, alargando-nos para o interior, e formando naquela parte uma província poderosa e com esse fim se vão mandando continuamente para ela grande número de casais das ilhas⁷, dos quais, feito que seja o ajuste, poderão passar bastantes a ocupar o sítio das Aldeias do Uruguai, se ficarem sem índios; e dentro em breves anos poderá toda aquela Província achar-se povoada, em tal estado de forças, que nada receie dos Espanhois.'... 'Pelo contrário da parte superior do Rio Amazonas não fará falta sensível o que cedermos tendo naquela Região tal extensão de terra, que em muitos séculos a não poderemos povoar, nem aos Espanhois fará grande proveito o que lhes largarmos; porque todos os estabelecimentos que sobre aquele rio tiverem, estarão sempre à nossa discrição pela vantagem que ali nos dá a facilidade da comunicação com o pôrto do Pará, e pela fraqueza em que eles sempre hão de continuar por não poderem ter socorro e gêneros mais que do Quito, com o obstáculo que interpõem a aspereza dos Andes, tal, que para os que moram na, Província de Mainas⁸ é o empreender uma jornada a Quito o mesmo que para os Europeus ir à Índia (Gusmão *apud* Cortesão, 1950).

A troca entre Portugal e Espanha ajustou novos limites de meridianos e demarcou as fronteiras do Brasil com as colônias espanholas, que, na esteira dos processos de independência e a desagregação do projeto da Gran Colombia (Gomes, 2024), se tornaram Venezuela, Colômbia e Bolívia.

Para García Pérez (2005), “*los derechos de navegación y, en general, de explotación sobre el Río de la Plata estuvieron en el origen de los numerosos conflictos diplomáticos e, incluso, alguna vez militares sostenidos entre Argentina, Brasil, Paraguay*”. Os limites do Brasil com Argentina, Paraguai e Uruguai somente seriam estabelecidos, como os que vigoram na atualidade (2024), a partir dos desdobramentos da Guerra do Paraguai, conforme serão apresentados ainda nesta seção.

⁶ De acordo com Mariz, “Alexandre de Gusmão utilizou habilmente o fato de que os espanhóis haviam ultrapassado largamente as fronteiras da linha de Tordesilhas no Oceano Pacífico, ao conquistar e colonizar as ilhas Filipinas, valiosa colônia espanhola. A troca das Filipinas pelas imensas terras ao norte e a oeste da linha demarcada de Tordesilhas, que passava pelo meridiano de Belém, não significava muito para os espanhóis, que estavam interessados em resolver a questão da colônia do Sacramento” (Mariz *apud* Miranda Neto, 2012, p. 8).

⁷ Ilhas dos Açores.

⁸ *Las Misiones de Mainas de La Antigua Provincia de Quito*.

Segundo Mariz (*apud* Miranda Neto 2012, p. 8), “os espanhóis não davam valor a essas áreas, nem as conheciam bem, tanto que nem chegaram a enviar seus técnicos para fazer o trabalho de demarcação dessas fronteiras, que ficaram pacificamente estabelecidas” a partir dos cálculos cartográficos/astronômicos realizados por padres italianos matemáticos, consultores contratados por Alexandre de Gusmão, “que empurraram nossos limites até os contrafortes do Andes”, onde os “vazios” eram contraponto às fronteiras do sul, povoadas por indígenas, missionários, colonos, comerciantes e traficantes de “drogas” do sertão e de escravos.

A erva mate (*Ilex paraguariensis*), uma das tais “drogas” do sertão, de acordo com Gerhardt (2013),

tem sua ocorrência endêmica, isto é, existiu na forma silvestre exclusivamente em uma região florestal do Sul da América, com concentração em uma área que corresponde hoje a parte do território dos estados brasileiros do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná e Mato Grosso do Sul, à província de Misiones na Argentina e ao Leste do Paraguai.

Para o autor, “a atuação dos padres missionários da Companhia de Jesus em terras americanas, nos séculos seguintes, incluiu a extração de expressiva quantidade de erva-mate pelas populações Guarani organizadas em reduções” (Gerhardt, 2013).

Ao sul do continente, de acordo com Mariz (*apud* Miranda Neto 2012, p. 8), referindo-se aos impasses na colônia de Sacramento, “o enfrentamento militar contínuo motivado pela presença portuguesa defronte a Buenos Aires constituía um desafio insuportável para as autoridades portenhas” perturbando sobremaneira “o importante comércio da prata que chegava da Bolívia para ser exportada para a Espanha”.

Em *A utopia possível: missões jesuíticas em Guairá, Itatim e Tape, 1609-1767, e seu suporte econômico-ecológico*, Miranda Neto (2012) demonstra a ironia implícita entre a resolução da controvérsia entre Portugal e Espanha, advinda da consecução do Tratado de Madri, que diretamente dirimiu as dúvidas quanto aos limites fronteiriços em Sacramento, palco de sangrentos conflitos.

O conflito que parecia extinto com os tratados de Madri e de Santo Ildefonso, passa a ocorrer entre os agentes responsáveis pela redelimitação das fronteiras e as populações indígenas/missões jesuíticas que foram “deslocadas à força dos locais onde viviam para as outras margens dos rios, já que o antigo território espanhol, onde estavam instaladas, passou a ser território português” (Sevcenko, 1996).

Nesse contexto,

A crise do império português, na segunda metade do século XVIII, quando as minas de ouro se esgotaram e a pressão leva a perder territórios e mais territórios de suas possessões asiáticas, faz do Brasil o único grande repositório da riqueza do império português. A alternativa aos colonizadores era o desenvolvimento de novas espécies vegetais, em especial o transplante para a América de espécies asiáticas e a criação aqui de uma grande variedade de ‘drogas do sertão’ (Sevcenko, 1996, p. 112).

O Marquês de Pombal valorizava a diversidade natural da região amazônica e o potencial de estabelecer uma cultura nativa. “No entanto, é provável que a medida mais marcante do ministro tenha sido a expulsão dos jesuítas, que ele considerava ameaças à soberania portuguesa” (Souza, 2001), com o argumento de que os jesuítas eram os responsáveis por insuflar a população indígena ao conflito em Sacramento.

A percepção internacional, compartilhada por Pombal, de que os jesuítas tinham o controle internacional das “drogas do sertão”, tanto na América quanto na Ásia, foi decisiva para que, em 1759, o então futuro Marquês de Pombal decidisse pela expulsão das missões jesuíticas do território colonial português na América, considerando-as uma ameaça à soberania (Souza, 2001): “Portanto, essa guerra contra os jesuítas era uma batalha pelo controle das ‘drogas’, e a expulsão deles visava sobretudo transferir o mercado internacional das ‘drogas’ para a coroa portuguesa” (Sevcenko, 1996, p. 114). Complemente-se que:

A Capitania de São José do Rio Negro, com capital em Barcelos, foi criada em 1757, pouco antes da supressão do Regimento das Missões e da consequente secularização das aldeias missionárias, transformadas em povoados e vilas em todo o soberano território da colônia, inclusive na região de Sacramento (Magnoli, 2012, p. 4).

Após a independência da Argentina (1816), seus dirigentes continuaram criando litígios com as autoridades brasileiras sobre a região da colônia de Sacramento, que só foram resolvidos em definitivo na última década do século XIX pelo barão do Rio Branco, que obteve do presidente dos Estados Unidos da América uma sentença favorável de arbitragem em seu favor (Spohr; Andriotti, 2016).

A influência estadunidense nas fronteiras meridionais brasileiras seria intensificada no período posterior à Guerra do Paraguai (1864–1870) como iremos abordar na próxima seção.

2.2. A concertação das fronteiras no cone sul implícita na “Guerra do Paraguai” (1864 – 1870)

O processo de independência das colônias na América do Sul foi sequenciado e revelou um fenômeno que guardava coerência com a seguinte dinâmica. À medida que surgem

diferenças entre os pragmáticos interesses das lideranças internas de cada Estado recém-criado, passam a prevalecer, em detrimento dos acordos imperiais antecedentes, as demandas pela redelimitação das fronteiras.

Naquele momento de afirmação da soberania, em que o “estado da arte” territorial é posto em perspectiva, as variáveis, tais como acesso ao oceano ou aos rios, que possam estabelecer essa conexão, guiam as demandas revisionistas dos limites (Gouvêa, 1997; Guerra, 1999; Bethell, 2001; Prado, 2003).

Tais pleitos evoluem nos seguintes conflitos, alguns ainda sem solução da controvérsia no Tribunal de Haia, conforme ilustrado na figura a seguir.



Figura 2 – Pleitos sem solução de controvérsia, tendo a manifestação do Tribunal de Haia pendente
Fonte: Ferrer (2014).

Ademais, restam pendentes as soluções de controvérsias sobre limites territoriais em dois casos: Venezuela-Guiana e Venezuela-Colômbia.

No primeiro caso, de acordo com Milhomens (2024), o litígio da região de Essequibo, pertencente ao território da Guiana, e sua reivindicação por parte da Venezuela é datada do século XIX, quando a Guiana era uma colônia britânica. Em 2024, ambos os governos voltaram à cena internacional protagonizando uma disputa territorial em suas fronteiras sul-americanas

com a criação de um Decreto-lei por parte do governo venezuelano em relação ao guianense, sendo interpretado por este último, como ingerência na região.

O autor ressalta a importância da compreensão dos processos históricos relacionados à soberania regional latino-americana e o papel da Doutrina Monroe, perpetrada pelos Estados Unidos na região, estabelecendo uma política de intervencionismo visando disputar espaços coloniais europeus no Cone Sul.

Outro fator refere-se à evolução da disputa que não só está relacionada à dimensão geopolítica territorial, mas, no atual século XXI, com a dimensão geopolítica econômica relativa à exploração energética da região (Milhomens, 2024).

Em relação à controvérsia entre Venezuela e Colômbia, de acordo com Briceño Monzón (2009, p. 27), *“en los 2.200 kilómetros aproximados de longitud de la frontera compartida entre Venezuela y Colombia, se producen frecuentemente problemas [...] agravados por las condiciones particulares de Colombia, siendo las más importantes la guerrilla, el paramilitarismo y el narcotráfico”*.

Constitui-se, desta forma, a percepção de que na América do Sul não há “Paz Perpétua”⁹ e que a beligerância entre Estados, para revisão das delimitações territoriais, não é coisa do passado como também não é exclusividade de regimes autoritários (Franchi; Migon; Villarreal, 2017). Revisar a territorialidade dos Estados no século XXI é uma agenda diretamente relacionada com novas variáveis. Trata-se do estabelecimento de soberania sobre “*commodities* energéticas e minerais”, que oportunizam e sustentam a participação de tais economias na cadeia global de valor, viabilizada pela infraestrutura de conectividade.

Destacar a Guerra do Paraguai para uma análise mais acurada, perante este complexo ecossistema beligerante, guarda a devida aderência com a investigação desta tese por ter sido travada e resultar nos contornos atuais da Tríplice Fronteira (TF).

No entanto, se este conflito for comparado às demais contendas ocorridas no mesmo período histórico, também merece destaque por ter sido não só a mais violenta como também a

⁹ Conceito apresentado pelo filósofo prussiano Immanuel Kant em 1795. O autor propôs um programa de paz a ser implementado pelos governos baseando seu argumento em 6 (seis) “Artigos Preliminares” - “Nenhum tratado secreto de paz será considerado válido se houver matéria reservada tacitamente para uma guerra futura”; “Nenhum estado independente, grande ou pequeno, ficará sob o domínio de outro estado por herança, troca, compra ou doação”; “Os exércitos permanentes serão totalmente abolidos com o tempo”; “Não se contraem dívidas nacionais com vistas ao atrito externo dos estados”; “Nenhum estado interferirá pela força com a constituição ou governo de outro estado”; “Nenhum estado deve, durante a guerra, permitir tais atos de hostilidade quais tornaram impossível a confiança mútua na paz subsequente: tais são o emprego de assassinos, envenenadores, quebra de capitulação e incitamento à traição no estado oposto”. Kant apresentou ainda 3 (três) “Artigos Definitivos”, que forneceriam não apenas a cessação das hostilidades, mas uma base sobre a qual construir a paz, sendo: “A constituição civil de cada estado será republicana.”; “A lei das nações será fundada em uma federação de estados livres.”; “Os direitos dos homens, como cidadãos do mundo, serão limitados às condições da hospitalidade universal” (Kant, 1795).

que resultou em maiores prejuízos para todos os lados que se enfrentaram, do ponto de vista social, econômico e, no caso do Paraguai, moral e soberano.

As produções acadêmicas nos quatro países envolvidos na Guerra do Paraguai (1864–1870) — Argentina, Brasil (ainda como Império), Paraguai e Uruguai — são incontáveis e atualizadas sempre que novos documentos, relacionados às razões que levaram ao conflito, são encontrados, trazendo um caráter revisionista a cada iniciativa (Bormann, 1897; Taunay, 2011; Doratioto, 2002a; Doratioto, 2002b; Pimenta, 2014; Doratioto, 2014; Whigham, 2017).

Por outro lado, faz-se necessário louvar o esforço de pessoas que não estavam diretamente envolvidas como agentes no conflito, mas testemunharam no front dos eventos. Como um destes exemplos, podemos citar o Cônego João Pedro Gay (1815–1891)¹⁰, que teve seus apontamentos publicados pela primeira vez em 1867, no auge da contenda. A obra se inicia em um estilo literário que encanta pelo relato dos fatos na primeira pessoa, nos colocando no campo, assim como pela adjetivação aos promotores do conflito.

O General Francisco Solano López, presidente da República do Paraguai, vendo em meados de 1864 travar-se a luta entre o Império do Brasil e o governo da República Oriental do Uruguai, estremeceu em sua cadeira de ferro, temendo que o Brasil, com quem não tinha contas justas, lhe despedaçava, derrubando seu governo despótico logo que houvesse derrotado os blancos de Montevidéu, e, em seu furor, resolveu ele declarar a guerra ao Brasil (Gay, 1867).

Desta forma, recapitular alguns anos para contextualizar sociopolítico-economicamente os atores que iriam se enfrentar em combate, a partir de 1864, viabiliza não só o conhecimento das causas explícitas da beligerância, mas também o acesso aos códigos e causas implícitas que sustentaram as decisões dos indivíduos em seguir adiante com a contenda.

Para tanto, apresenta-se como primeira informação relevante na constituição de uma perspectiva a seguinte correlação de fatos que explicitam as relações de poder vigentes em cada um dos Estados recém-independentes e no então Brasil imperial, assim como o relacionamento de uns com os outros e destes com as potências hegemônicas europeias, constituindo o ecossistema geopolítico da nova América do Sul.

¹⁰ “Decorridos apenas quarenta e três dias da rendição dos paraguaios no Uruguai, o ilustre cônego João Pedro Gay, então vigário de São Borja, terminava a narrativa da invasão paraguaia na fronteira brasileira do Uruguai, que foi publicada inicialmente no Jornal do Comércio do Rio de Janeiro, em 1867, e ainda neste ano impressa na Tipografia Imperial e Constitucional de J. Villeneuve & Cia.” (Gay, 1867). “Ordenado sacerdote na França, Jean Pierre Gay viajou ao Uruguai e, a seguir, ao Brasil, onde foi vigário em Santa Catarina e no Rio Grande do Sul [São Borja e Uruguaiana]. Em São Borja, desenvolveu importante atividade cultural ligada à Região Missioneira. Denunciou reiteradas vezes por cartas e pela imprensa o abandono militar daquela vila diante da eventual invasão paraguaia, que presenciou, em 10-12 de junho de 1865” (Maestri, 2012).

Considerando o cenário geopolítico e socioeconômico do entorno estratégico do que viria a se constituir como a Tríplice Fronteira (TF), é mister destacar as potencialidades do Paraguai antes do conflito. Não detinha dívida externa, nem analfabetos, desigualdades sociais extremas e tão pouco escravidão, possuindo em seu território sob o comando de um líder autoritário, Solano López, a infraestrutura de indústrias, ferrovias, universidades, telégrafo, assim como um exército treinado e armado para o combate.

Todavia, o acesso ao oceano era uma das variáveis que faltava para que López projetasse o Paraguai como uma mínima condição regional, uma vez que no plano doméstico o processo de desenvolvimento era um fato. É a busca por esta saída marítima, via Argentina/Uruguai que dá início ao conflito. Outra frente de expansão territorial prevista nos planos de Solano López seria anexar o Mato Grosso e territórios ao oeste do Rio Grande do Sul no território brasileiro.

Esta versão que tem o desejo expansionista territorial do ditador Solano López como principal causa da Guerra, considerada muito simplista para alguns pesquisadores, passa a ser revista a partir da década de 1960, quando o fator “influência inglesa” — para viabilizar uma contenção da projeção do Paraguai como potência regional — entra no radar dos historiadores dedicados à investigação de novos documentos que tenham tratado do tema àquela época.

Por fim, na década de 1990, uma nova revisão das causas potenciais é colocada a público, tendo o cerne da investigação e assim, o nexos causal da guerra, vinculado aos conflitos regionais que já eram uma realidade desde o processo de descolonização, tendo a livre navegação do rio Paraguai como a possibilidade de as exportações paraguaias acessarem o mercado internacional de forma equivalente ao Brasil e a Argentina.

Na década de 1850, o presidente do Paraguai, Carlos Antonio Lopez¹¹, criou obstáculos ao Brasil para a navegação do Rio Paraguai, inviabilizando o acesso à região do Mato Grosso, que, pela via terrestre, era muito mais difícil, custosa e lenta. Em 1856, o império do Brasil sela com o Paraguai um acordo de livre navegação, mas que é constantemente quebrado pelos “guaranis¹²” (Brighenti, 2010; 2016), que criavam impedimentos físicos para a navegação das naus brasileiras pelo rio, o que leva o Brasil a proceder ameaças ao país vizinho (Rebaudi, 1917; Saeger, 2007; Solano López; Solano López, 2010).

¹¹ “Carlos Antonio López presidente do Paraguai (março de 1844 - setembro de 1862). Era pai de Francisco Solano López. Na presidência, impulsionou obras públicas, estruturou o exército e a marinha. Em 1848 decretou o fim das missões no Paraguai e estendeu aos índios a condição de cidadãos” (Ribeiro, 2020, n. p.).

¹² “O termo guaranis refere-se a uma das mais representativas etnias indígenas das Américas, tendo, como territórios tradicionais, uma ampla região da América do Sul que abrange os territórios nacionais da Bolívia, Paraguai, Argentina, Uruguai e a porção centro-meridional do território brasileiro” (Susnik, 1982, n. p.).

Em 1862, Francisco Solano López assume a presidência do Paraguai, estabelecendo uma aliança com federalistas argentinos (fevereiro 1865) e, na sequência, destes com paraguaios e uruguaios do Partido Blanco¹³. No mesmo ano, na Argentina, Bartolomé Mitre assumiu a presidência com o apoio do presidente do Uruguai, Venâncio Flores, do Partido Colorado (Mitre, 1903; Mitre; Solano López; Urquiza, 1911; Baratta, 2014).

Ao assumir, em 1862, Mitre impôs restrições à navegação paraguaia na bacia do Rio da Prata, que revidou redirecionando a exportação das mercadorias para o Uruguai, por Montevideu. Em 1863, Venâncio Flores, presidente do Uruguai, representante do Partido Colorado, retorna da Argentina, onde estava refugiado desde que os “*blancos*” o depuseram e assumiram a presidência, em 1861. Enquanto os “*blancos*” estavam no poder, criaram impostos para a venda de carne ao Brasil, que era produzida no Uruguai por gaúchos brasileiros, assim como proibiram o uso de mão de obra escrava em solo urguiaio.

Tais “atos administrativos” geraram reações dos produtores de gado brasileiros, que passaram a exigir respostas do governo imperial brasileiro, contra os “*blancos* uruguaios”. O retorno de Venâncio ao Uruguai se dá com apoio do Brasil. O presidente “colorado” assume o compromisso de defender os interesses brasileiros, restabelecendo a rotina de produção de gado por brasileiros e para o Brasil, com uso de mão de obra escrava, em território urguiaio, assim que os “*blancos*” fossem retirados do poder.

Solano López invadiu o Uruguai para “apoiar” os *blancos* (1863) e emitiu uma advertência ao Brasil: “não interfiram nos assuntos uruguaios!”. O Brasil rompeu relações com o Uruguai e o invadiu, em setembro de 1864, apoiando os aliados de Venâncio Flores, estabelecendo um governo provisório. Em novembro daquele ano, Solano López ordenou a captura do navio brasileiro “Marquês de Olinda” que navegava pelo Rio Paraguai com destino ao Mato Grosso.

Em 10 de março de 1865, Solano declarou guerra à Argentina e demandou o envio imediato de uma tropa com 22 mil homens para atacar Mitre. Na sequência, em 10 de junho de 1865, Solano López ordenou a invasão do Rio Grande do Sul. Para tanto, as tropas deveriam passar pelo território argentino, o que foi proibido por Mitre. A Inglaterra se manifestou contrária a investida contra a Argentina (Estigarribia, 1965; Cardozo, 1968; Borga, 2015).

¹³ “Os *blancos* – normalmente atrelados aos grandes proprietários de terras – e os colorados – do qual normalmente faziam parte os comerciantes de Montevideu” (Kohler, 2019, n. p.).



Figura 3 – A evolução territorial da Guerra do Paraguai
Fonte: Nassar (2013).

Diante dos fatos, o Brasil propôs a Argentina e Uruguai o estabelecimento de um tratado, firmado em 1 de maio de 1865, concebendo a Tríplice Aliança composta por um efetivo de 18 mil (Brasil), 8 mil (Argentina) e 1 mil soldados (Uruguai) para enfrentar o exército paraguaio composto por 64 mil soldados.

A Inglaterra, neste momento, se afirmou como fonte financiadora da Tríplice Aliança, via bancos argentinos. As ofensivas paraguaias são rechaçadas pelas contraofensivas gerando batalhas em terra e nos rios. A Guerra do Paraguai teve fim em 1870, quando soldados brasileiros mataram Francisco Solano López.

2.3. O passivo socioeconômico da Guerra

O saldo da guerra para o Paraguai foi de aproximadamente 606 mil mortos, que correspondiam a 75,75% da população total do país. Do total de mortos, 99% eram homens, o que impacta de forma relevante a composição da sociedade paraguaia por anos, uma vez que os sobreviventes são homens menores de 10 anos (9.800), homens de 10 a 20 anos (2.100) e mulheres (180.000). Dívidas e perdas territoriais somam-se ao passivo.

Para o Brasil, ainda no II Reinado (1840 a 1889), o passivo configurou dívidas, o fortalecimento político do exército e o início da crise que iria culminar com a abolição da escravidão e com a Proclamação da República. Quanto aos limites territoriais, o Brasil permaneceu com sua extensão territorial, assegurando a soberania sobre o Mato Grosso que era a pretensão de Solano López. Para a Argentina, o Paraguai foi obrigado a ceder parte de seu território entre os rios Pilcomayo e Bermejo (Théry; Velut, 2015).

No plano internacional, a Inglaterra se afirmou como a força influente na região, a exemplo da dívida externa contraída pelo Brasil, que era de 18 milhões de libras esterlinas (1865) e passou a 45 milhões de libras até a Proclamação da República (1889). Outros atores do sistema internacional passaram a atuar na região de forma mais pragmática, a exemplo dos Estados Unidos que, desde a “Doutrina Monroe”¹⁴, de 1823, balanceava a influência com a Inglaterra sobre os Estados recém-constituídos e sobre o Brasil, ainda parte do Império português.

¹⁴ “A chamada Doutrina Monroe foi enunciada pelo presidente estadunidense James Monroe (presidente de 1817 a 1825) em sua mensagem ao Congresso norte-americano, em 2 de dezembro de 1823. Essa doutrina consistia em três pontos principais: a não criação de novas colônias nas Américas; a não intervenção européia nos assuntos internos dos países americanos e a não intervenção dos Estados Unidos em conflitos relacionados aos países europeus, tais como guerras entre esses e suas colônias. Seus preceitos reafirmavam a posição dos Estados Unidos contra o colonialismo europeu” (Dulci, 2008, p. 24).

A “Aliança não escrita” entre EUA e Brasil a partir do II Reinado (1876) até o fim do período “Rio Branco”¹⁵ (1912), sendo as relações diplomáticas conduzidas na recém República Federativa do Brasil pelo Barão, guardavam um certo teor de “alinhamento”¹⁶.

Na próxima seção deste capítulo será dado um salto temporal para os anos 1950, recuperando as principais variáveis que consolidaram a atual configuração das fronteiras e interesses compartilhados entre os três países que compartilham a TF.

2.4. O foco dos “cinquenta anos em cinco” sobre os “vazios” sul-americanos

Em 1958, o então presidente do Brasil Juscelino Kubitschek lança a Operação Panamericana (OPA) com dois objetivos precípuos: aproximar-se da Argentina e demandar aos Estados Unidos cooperação para o desenvolvimento regional. A OPA faz parte do Plano Nacional de Desenvolvimento (PND), denominado pelo presidente de “cinquenta anos em cinco”.

Em 1960, a Associação Latino-Americana de Livre Comércio (ALALC) se estrutura e fundamenta as premissas para o Mercosul¹⁷, que seria constituído em 1991 (Galerani, 2010; Magno; Ives; Feddersen, 2014).

¹⁵ “José Maria da Silva Paranhos Júnior, Barão do Rio Branco (Rio de Janeiro, 20 de abril de 1845 — Rio de Janeiro, 10 de fevereiro de 1912). Filho de José Maria da Silva Paranhos, Visconde do Rio Branco, Rio Branco é o patrono da diplomacia brasileira e uma das figuras mais importantes da história do Brasil. Foi um advogado, diplomata, geógrafo, professor, jornalista e historiador brasileiro. Foi indicado ao Prêmio Nobel da Paz em 1911. De 1902 a 1912 a política externa brasileira esteve sob o comando do Barão do Rio Branco. Ele possuía sólidos conhecimentos sobre os países platinos, em virtude de seus estudos e por ter presenciado a ação platina de seu pai, o Visconde do Rio Branco, expoente conservador do Brasil Império e que estivera no Prata, em missões diplomáticas. Neste período, a chancelaria brasileira adota princípios inovadores que tinham como objetivo a consolidação de uma hegemonia regional que, por sua vez, somente poderia ser obtida através de um bom relacionamento com os países platinos, de forma especial com a Argentina” (Doradioto, 2000).

¹⁶ Ao assumir a Chancelaria, o Barão deparou-se com uma delicada situação, a Questão do Acre. Nessa contenda o Brasil preocupava-se com a atuação dos EUA, pois se tratava de investimentos de nacionais estadunidenses na empreitada. Resolveu-se a questão procurando não prejudicar os interesses americanos. Houve, para tanto, o pagamento de uma indenização à companhia de colonização e a observação de que a empreitada poderia cair em mãos europeias (ferindo a Doutrina Monroe). A questão fora resolvida bilateralmente posteriormente com a Bolívia no Tratado de Petrópolis. Terminada essa tensão inicial envolvendo os EUA, o caminho para a aproximação estava livre. A primeira manifestação clara de relações cada vez mais cordiais entre os dois países ocorreu no caso da independência do Panamá. A independência do Panamá possuía claro apoio dos Estados Unidos da América, e era de se esperar que as nações sul-americanas, assombradas com várias revoltas separatistas, agissem com extrema cautela e ojeriza. No entanto, o Barão de Rio Branco agiu de modo a reconhecer o Panamá de forma rápida, negou friamente o pedido de apoio do governo colombiano e concatenou o reconhecimento conjunto pelos países do ABC. Outro caso foram as disputas limítrofes entre Peru e Brasil. Os EUA, apesar do pedido de apoio por parte do Peru e de se declararem neutros, atuaram na intermediação informal das negociações, tendo inclusive expressado concordância com os termos do Brasil (Cervo; Bueno, 2002; Burns, 2003).

¹⁷ Países membros: Argentina, Brasil, Paraguai, Uruguai e Venezuela. Associados: Bolívia, Chile, Colômbia, Equador, Guiana e Suriname. Tem objetivo de eliminar as barreiras tarifárias e não tarifárias no comércio, sendo um bloco econômico de União Aduaneira com uma Tarifa Econômica Comum (TEC). Ainda em fase de consolidação estão os objetivos de: coordenação de política macroeconômica, a liberalização do comércio de serviços, a livre circulação de mão de obra e de capitais (Vaz, 2002).

Sob a égide dos regimes autoritários pelos quais passaram de forma contemporânea (Argentina, de 1966 a 1983; Brasil, de 1964 a 1985; e Paraguai, de 1954 a 1989), os três países compartilharam também crises econômicas regionais advindas de políticas públicas estruturadas de forma unilateral, sem a previsão de medidas estruturantes regionais. Apesar de já estarem postas em termos de acordos multilaterais, tais como o Mercosul, as respectivas políticas externas ainda carecem de inúmeros alinhamentos para a solução colaborativa e cooperada de problemas comuns.

Durante o período dos regimes militares, ocorre um retrocesso diplomático na Argentina e no Brasil, resultado de uma estratégia brasileira que definia a Bolívia e o Paraguai como novos parceiros prioritários na região, a fim de inviabilizar a hegemonia econômica da Argentina, em ascensão (Pecequillo; Carmo, 2015; Medeiros Filho, 2010).

Como projetos que confirmam tal iniciativa, podemos citar a implantação da rodovia BR 277, que conecta o Paraguai ao litoral do Estado do Paraná no Brasil, viabilizando a saída dos produtos paraguaios via oceano Atlântico para os mercados internacionais. No entanto, foi a concepção da Usina Hidrelétrica de Itaipu, em 1972, que coroou a parceria entre Brasil e Paraguai. Até 2019, era o maior aproveitamento hidroelétrico do mundo, superado apenas pela UHE de Três Gargantas na China (Ypma, 2008; Heming; Waley; Rees, 2001).

Com base no investimento no setor energético local, a partir da UHE Itaipu, linhas de transmissão foram construídas para levar a energia gerada para locais que demandam tal urgência em seu processo produtivo, por exemplo, o parque indústria do estado de São Paulo, região sudeste do Brasil, a aproximadamente 1.100 quilômetros de distância.

O planejamento da obra só foi iniciado com a constituição formal da Itaipu Binacional, em 1974, e a primeira turbina entrou em operação em 1984. A energia gerada é compartilhada entre os países, porém o Paraguai não tem a capacidade de absorver em seu território toda a energia que lhe compete, vendendo a energia excedente ao Brasil, garantindo, desta forma, arrecadação e segurança energética ao país (Ribeiro; Cassuli; Frassão, 2012; Itaipu Binacional, 2019).

Segundo Queiroz (2011, p. 360), na Bacia do Prata ocorreram movimentos de securitização e dessecuritização dos recursos hídricos quando, entre 1960 e 1978, ocorreram tensões das quais poderiam derivar um conflito, devido às desconfianças mútuas, gerando o que o autor define como um Complexo Hidropolítico Securitizado (CHS).

O caudal de águas que transportam, irrigam e geram energia (viabilizando todos os setores produtivos dos três países a produzir excedente de *commodities*) promove uma aliança hidropolítica que deve ser observada de forma trilateral, mediante políticas públicas

colaborativas que protejam esse manancial — que não é só superficial, se considerarmos a dimensão do Aquífero Guarani, a massa subterrânea de água que também é compartilhada pelos três países.

O referido CHS evolui a partir de um desequilíbrio de poder sub-regional às potencialidades de cooperação no âmbito, por exemplo, do setor energético, como o caso de Itaipu, “fazendo da hidropolítica — antes o pivô de controvérsias — um importante fator agregador”, que leva à dessecuritização da agenda e à constituição de um Complexo Hidropolítico (CH) estável e provedor de interdependência, “administrad[o] por mecanismos de gestão compartilhada que tem propiciado resultados positivos” (Queiroz, 2011, p. 360).

A figura a seguir ilustra de forma comparada a relevância da bacia do Prata para a compatibilidade de interesses geopolíticos e geoeconômicos de Argentina, Brasil e Paraguai.



Figura 4 – International River Basins of South America
Fonte: Transboundary Waters (2018).

Associada a esta perspectiva de integrar a América do Sul pelos caminhos que levam às hidrovias, durante a reunião da Organização dos Estados Americanos (OEA), de 1998, demandados pelos Estados Unidos (que tinham o objetivo de criar uma zona de livre comércio na porção sul do continente americano, a exemplo do NAFTA), aos países sul-americanos foi apresentada a proposta da Infraestrutura Regional da América do Sul (IIRSA). A referida iniciativa de integração por meio da infraestrutura será detalhada no próximo capítulo.

A partir da IIRSA, pontes, rodovias, portos e aduanas passaram a ser implantadas, a partir de 2005, e assim a viabilidade de conectar as áreas produtivas dos 12 países com o mercado internacional foi se estabelecendo, de forma precária, a princípio, mas que evoluiu, principalmente nos últimos quinze anos, com o aumento da demanda por *commodities* pela China.

2.5. Considerações Finais do Capítulo

Neste capítulo foram recuperados os antecedentes e o processo histórico de colonização e consolidação das fronteiras entre Brasil, Argentina e Paraguai, que passou pela Guerra do Paraguai e o respectivo Tratado de Paz, em 1872, vigente até o presente (2024).

Foi detalhado o processo de ocupação histórica da área de influência da Hidrovia Paraguai-Paraná, descrevendo os fatores geopolíticos que levaram à atual constituição das fronteiras nesta porção da América do Sul. A partir de tais premissas históricas, no próximo capítulo, serão apresentadas as rotas do crime transfronteiriço, constituído como uma atividade econômica na América do Sul, utilizando a infraestrutura pública — rodoviária, fluvial e aérea — para transportar os ilícitos (contrabando, drogas e pessoas traficadas).

3. A ECONOMIA DO CRIME TRANSFRONTEIRIÇO NA AMÉRICA DO SUL: CONECTOGRAFIA DAS *COMMODITIES* ILÍCITAS E AS CADEIAS GLOBAIS DE VALOR

O processo de colonização luso-hispânico da América do Sul valeu-se das rotas pré-colombianas, instituídas pelas populações indígenas que migraram pela parte meridional do continente americano, constituindo, a partir delas, os caminhos para expurgar dos interiores as riquezas tão benfazejas aos impérios europeus. Das trilhas na selva até autopistas, hidrovias, aeroportos e portos, transcorreram cinco séculos de evolução da infraestrutura de conectividade do âmago da floresta à beira do cais.

O advento da globalização impacta na Tríplice Fronteira (TF), e novos modelos de arranjos produtivos projetam sobre o uso do solo novas formas de poder econômico associadas aos usuários que ali se estabeleceram para a prática de atividades agropecuárias, exploração dos potenciais hidrelétricos e das faixas de fronteira como rotas para o tráfico de ilícitos.

A expressão “drogas do sertão¹⁸”, utilizada para qualificar as especiarias florestais traficadas da América do Sul, no século XVII, pode ser revisitada no século XXI, quando as folhas de coca dos altiplanos andinos, utilizadas como medicina tradicional para amenizar a “puna¹⁹”, descem para a floresta e passam a ser cultivadas e refinadas em escala industrial como matéria-prima da pasta de cocaína. Petroquímicos são agregados à mistura das folhas da planta *Erythroxylum coca*, extraíndo os alcaloides para a produção da pasta base.

O processo de refino agrega à pasta o ácido clorídrico (HCl), resultando no composto químico benzoilmetilecgonina (C₁₇H₂₁NO₄), o pó branco denominado como “cocaína” (Casale; Klein, 1993).

Quais os caminhos percorridos pelas matérias-primas da cocaína? A partir do refino, quais as rotas percorridas pela droga até chegar ao mercado consumidor? Quais os atores envolvidos neste ecossistema econômico? Quais as rotas utilizadas pelo crime organizado e a área de influência socioeconômica relativas à tipologia de produto ilícito?

¹⁸ A partir da segunda metade do século XVIII, com o apoio logístico de indígenas, expedições lideradas por missionários portugueses adentravam o sertão amazônico para coletar na floresta, durante o semestre em que os níveis das águas baixavam, cacau, castanha, ovos de tartaruga, baunilha, pimentas (Mourão, 1989; Miranda, 2005; Roller, 2013).

¹⁹ “*Puna* ou *mal da montaña* é o efeito que o ar rarefeito (baixa concentração de Oxigênio) provoca no organismo, diminuindo a pressão do sangue arterial. O mal estar está associado aos mecanismos de defesa (dor de cabeça, vertigem, náuseas, desmaios) para evitar a hipoxemia. Os povos andinos mascam ou fazem infusão das folhas de coca para conter os sintomas” (Velarde Servetto; Monge, 1998).

O presente capítulo propõe apresentar o processo de conexão desta droga, que compartilha os traçados de outros ilícitos (pessoas, maconha, pedras preciosas, ouro, cigarros etc.) que compõem a cadeia global de valor e suprimentos do crime organizado.

Outros bens “falsificados” também ocupam essas rotas (eletroeletrônicos, cigarros, bebidas, roupas e agroquímicos), mas, para este capítulo, justifica-se analisar o caso do ecossistema econômico da cocaína, por ser o ilícito de maior valor agregado na relação peso/custo, ou seja, gramas que valem mais que ouro: uma *commodity* ilícito com maior valor de venda do que uma das mais valiosas *commodities* minerais da história.

São necessários mais gramas de ouro para se comprar a mesma quantidade de gramas de cocaína de boa qualidade. Ambas *commodities* são lastro da economia de alguns Estados e demandam aos especialistas em cada um dos respectivos mercados validar o teor de pureza e, assim, promover o comércio para os consumidores mais ou menos exigentes.

De acordo com a Polícia Federal do Brasil, nos países produtores, o “grama de cocaína-base tem preço médio de venda de um dólar, no Brasil, cinco dólares, nos EUA, oscila entre 30 e 50 dólares o grama, e na Europa, de 58 a 180 dólares” (Hernández, 2019, n. p.). O grama do ouro no Brasil está cotado a 60 dólares a depender do teor de pureza, no caso, do ouro (Hernández, 2019).

O capítulo foi estruturado em três seções. Na primeira, será descrito o processo de constituição da infraestrutura de logística multimodal na América do Sul e como a apropriação do espaço geográfico transformou os lugares e as relações sociais e econômicas, com obras viabilizadas pelos países a partir de iniciativas independentes ou de forma cooperada, no intuito da promoção de integração regional, com fomento de bancos e organizações internacionais para o desenvolvimento.

Na próxima seção, encontra-se a perspectiva social do ecossistema econômico cocaleiro, constituindo uma análise a partir dos princípios do conceito de “interdependência complexa” (Keohane; Nye, 1973, 2011), em que os atores envolvidos nos processos de produção, tráfico e consumo apresentam-se como relevantes variáveis para o sucesso das iniciativas do crime transfronteiriço.

Por fim, na terceira seção, serão apresentados os traçados de conectividade utilizados pela atividade econômica cocaleira, delimitando suas rotas na América do Sul, a partir do georreferenciamento de apreensões de cocaína divulgadas em fontes abertas pelos serviços públicos de segurança.

Concluimos o capítulo com uma contribuição, sugerindo que o ecossistema cocaleiro pode ser corrompido por políticas de desenvolvimento, segurança e análise estratégica, que

coadunem esforços do poder público, mas também por cooperação com a iniciativa privada, academia e organizações não governamentais.

3.1. Conectar para Governar ou para Comercializar? Eis a questão

Para descrever o processo de integração de infraestrutura multimodal da América do Sul, faz-se premente considerar os princípios geoeconômicos descritos na literatura por Lamarlière e Staszak (2000, p. 36): “a geografia econômica interessada na distribuição de recursos e riqueza, localização da produção, regiões econômicas e orientação comercial” e por Claval (2008), “como a interdependência entre fatos geográficos e econômicos, dedicando-se à análise da distribuição espacial e da localização das atividades econômicas, dos recursos naturais, dos fatores demográficos e do acesso a esses recursos”.

De acordo com Blackwill e Harris (2016, p. 73), a geoeconomia é um “fenômeno do uso de instrumentos econômicos para promover e defender interesses nacionais e produzir resultados geopolíticos benéficos; e os efeitos das ações econômicas de outras nações nos objetivos geopolíticos de um país”. Desta forma, podemos afirmar que Geoeconomia é conectar matéria-prima, recursos humanos (mão de obra), processos produtivos e mercados consumidores (internos e externos); conexão esta viabilizada por iniciativas políticas, financiadas por instituições financeiras domésticas ou bancos internacionais de fomento.

As iniciativas para integração da América do Sul foram, a princípio, isoladas e binacionais como o exemplo da Hidrelétrica de Itaipu na década de 1960, entre os regimes militares de Brasil e Paraguai. No entanto, durante uma reunião da Organização dos Estados Americanos (OEA), em 1998, demandados pelos Estados Unidos, que tinham o objetivo de criar uma zona de livre comércio na porção sul do continente americano, a exemplo do NAFTA²⁰, aos países sul-americanos foi apresentada a proposta da Infraestrutura Regional da América do Sul (IIRSA).

Na América do Sul, as rotas terrestres, aéreas, fluviais e marítimas são meios para que a cadeia produtiva da cocaína consolide não só uma economia como um poder paralelo. As forças de segurança dos países pelos quais passam os “caminhos” da droga exercem pressão, de forma cooperada ou isolada, apreendendo significativos volumes de pasta base ou cocaína refinada. No entanto, considerando as contínuas apreensões efetivadas nos portos europeus, há

²⁰ Criado em 1994, o Acordo de Livre Comércio da América do Norte (*North American Free Trade Agreement* – em inglês) é um acordo econômico e comercial – também chamado bloco econômico – formado por Estados Unidos, Canadá e México.

que se admitir que o ilícito permanece com vantagem no jogo, uma vez que o consumo da droga sul-americana persiste na Europa.

Nem todas as obras de infraestrutura previstas no IIRSA foram a termo. Entretanto, aquelas que foram iniciadas ou concluídas efetivamente viabilizaram uma transformação nas relações socioeconômicas e institucionais em suas respectivas áreas de influência e, de alguma forma, impactaram a geoeconomia da cocaína. Podemos citar como projeto de impacto positivo ao narcotráfico a “Rodovia Pasto Mocoa”, prevista no Eixo Amazonas da IIRSA, orçada em 183 milhões de dólares no departamento colombiano de Nariño.

A rodovia em pauta está inserida na proposta da IIRSA de implantação de um corredor multimodal logístico transoceânico Tumaco – Puerto Asís – Belém Do Pará, iniciado na Colômbia no município de Tumaco, no litoral do Departamento de Nariño, percorrendo, no mesmo departamento, o município de Pasto, alcançando o Departamento de Putumayo, no município de Mocoa, em direção a Puerto Asís. O corredor segue pelo rio Putomayo, em direção ao Brasil e pelo rio Amazonas até Belém, no Estado do Pará.

Na Colômbia, os projetos da IIRSA foram institucionalizados pelas políticas de Estado constando dos planos de desenvolvimento de 2002 – 2006, 2006 – 2010, com projeções de conclusão em 2019. A partir de dados de apreensão de drogas pelas forças de segurança pública, coletados para esta investigação em fontes abertas, devidamente georreferenciados, será possível demonstrar, na última seção deste capítulo, a intensidade da circulação do narcotráfico no Departamento de Nariño e Putumayo, inclusive em direção ao Equador no traçado que percorre 78 km, de Pasto até a Ponte Rumichaca, onde há o passo de fronteira.

De acordo com o relatório anual emitido pelas Nações Unidas, *Precursores y sustancias químicas frecuentemente utilizados para la fabricación ilícita de estupefacientes y sustancias sicotrópicas 2019* (ONU, 2019), nos últimos cinco anos, os países da América do Sul comunicaram importantes apreensões de ácidos, bases e solventes, substâncias necessárias para extrair a pasta base das folhas de coca e transformar a pasta base em cloridrato, além de outras substâncias químicas que aumentam a eficiência e reduzem os prazos no processo produtivo da cocaína. O relatório reforça que estas substâncias são produzidas e transportadas de forma lícita, pois também são utilizadas como insumos nas indústrias químicas nacionais.

Tais apreensões foram reportadas, principalmente no Equador, sendo 24 toneladas em 2016, 80 t em 2017 e 145 t em 2018. De acordo com as autoridades, os insumos foram produzidos no Peru, introduzidos no Equador por contrabando com destino à Colômbia, de forma mais evidente, ao Departamento de Nariño, por onde passa a rodovia projetada e financiada pela IIRSA, construída com recursos públicos e como um dos projetos de política

de Estado colombiano. As outras apreensões de insumos, em volumes desproporcionais aos processos produtivos legais de produtos químicos, ocorreram, em 2018, na Colômbia (75 t), na Bolívia (30 t), no Peru (14 t) (ONU, 2019, p. 30).

A Junta Internacional de Fiscalização de Entorpecentes (JIFE)²¹ recomenda aos governos que sejam realizados investimentos na investigação e combate dos canais ilícitos para rastrear e evitar o contrabando de insumos químicos para o processo de produção da cocaína, com o compartilhamento de dados e adoção de legislação de controle para a circulação de tais produtos, cooperando com os países fronteiriços, sendo tais iniciativas de grande importância para afetar o processo produtivo e a eficácia da geoeconomia da cocaína (ONU, 2019, p. 14).

Concluimos esta seção colocando em pauta o dilema quanto à eficiência das forças de segurança pública *versus* a eficiência da geoestratégia da narcoeconomia.

Interrogamo-nos sobre o seguinte: Os caminhos dos descaminhos são efetivamente aqueles monitorados ou há que se admitir que todos os caminhos percorridos pela cocaína levam a Roma? E ainda, sobre a relevância em dar continuidade em investimentos para implantação de grandes empreendimentos de infraestrutura de conectividade regional, sem que ocorram imediatamente estratégicos e vultosos investimentos na constituição de uma política integrada de segurança e defesa para a América do Sul, para enfrentamento do crime organizado.

3.2. Os vácuos de poder que viabilizam o ecossistema econômico cocaleiro

Para Cowen e Smith (2009, p. 25), a geoeconomia é associada à geopolítica, admitindo ser possível estabelecer “formas sociais geoeconômicas emergentes em três domínios: a ressignificação da segurança territorial para acomodar os fluxos internacionais, a pré-emissão de formas sociais de segurança através do mercado e a ressignificação do estado como agente geoeconômico”. O crime transfronteiriço, na figura dos cartéis de narcotraficantes de cocaína na América do Sul, é o exemplo de tal agente geoeconômico.

Os Estados falidos promovem a marginalização de populações. Por falta de oportunidades de inserção no processo produtivo, demandado pelo mercado consumidor, comunidades passam a desenvolver atividades de subsistência na informalidade. São os

²¹ JIFE ou International Narcotics Control Board (INCB) - é um órgão de fiscalização independente para a implementação das Convenções Internacionais das Nações Unidas de controle de drogas. Foi estabelecida em 1968 de acordo com a Convenção de Drogas de 1961 (Lago; Almeida, 2017, p. 88).

invisíveis das estatísticas do desenvolvimento. Essas populações passam a pertencer a um outro ecossistema econômico em que o mercado consumidor final está além das fronteiras nacionais.

A informalidade econômica e institucional das organizações criminosas agrega essa massa de recursos humanos, desvalidos de oportunidades sociais e econômicas, viabilizando por esta cooptação o processo de produção, distribuição, segurança, comercialização e consumo da cocaína, ressignificando o uso dos espaços geográficos assim como o das infraestruturas de conectividade disponíveis, constituindo, dessa forma, o território do narcotráfico.

De acordo com Galeano (2013, p. 330),

os marginalizados vivem de biscates, mordiscando trabalho aos pouquinhos e de quando em quando, ou cumprem tarefas sórdidas ou proibidas: são serventes, jardineiros ou pedreiros ocasionais, vendedores de limonada ou de qualquer coisa... mendigos, ladrões, flanelinhas, braços disponíveis para o que apareça... uma maioria de derrotados.

Segundo Tamayo Gomez (2020), a pandemia de Covid-19 promoveu uma janela de oportunidade para o crime organizado. O autor afirma que uma nova dinâmica foi institucionalizada pelas “gangues do narcotráfico”. Onde havia coerção violenta, passam a coabitar a solidariedade e o cuidado, exercidos pelos criminosos para com a sociedade civil que vive no território sob o controle dos cartéis de drogas. Em sua análise sobre os impactos da pandemia sobre o narcotráfico no México e na Colômbia, o autor afirma que:

The pandemic also shows how poverty and inequality remain fundamental in shaping the building of the nation-state in both countries, where criminals act as a de facto state even without the virus and, in many areas, effectively replace the state. The coronavirus is making visible the ways in which organised crime groups cultivate civil society's support in delivering the provision of governance, order and public health in a time of lockdown and quarantine, making local 'narco-gang' governance profitable economically and politically (Tamayo Gomez, 2020, p. 12).

Diante de tais argumentos, é possível admitir que um organograma e um poder paralelos à estrutura institucional dos Estados atuam com maior eficiência, em momentos de crise, perante as comunidades mais necessitadas, se comparados com o poder público democraticamente eleito. Para o narco, é vital manter seu território saudável e seguro durante uma crise sanitária. Seus recursos humanos cooptados pelo medo devem ser mantidos a salvo.

Um dos casos citados por Gomez para fundamentar seus argumentos refere-se a La Loma/Medellin/Colômbia. O *lockdown* colombiano foi iniciado em 24 de março de 2020, imediatamente, foi acordado um cessar fogo entre os bandos criminais que disputam os territórios, além do estabelecimento de *checkpoints* em locais estratégicos para “orientar” as

comunidades locais sobre as medidas de restrição do governo colombiano, “ordenando” as pessoas a não saírem de suas casas a não ser para acessar os serviços de saúde.

De acordo com Gomez (2020), em 27 de março de 2020, o governo local distribuiu uma pequena ajuda a estas comunidades. No mesmo dia, após a retirada dos serviços de assistência social, os membros das bandas criminais iniciaram a tarefa de ir de casa em casa distribuindo álcool em gel, comida, medicamentos e instruindo a comunidade sobre o uso de máscaras e lavagem das mãos. Em 19 de abril, foi noticiado que o conselho municipal de Medellín consultou as lideranças das bandas para estabelecer a melhor forma de coordenar e distribuir assistência semelhante, por toda a cidade, para outras vizinhanças (Gomez, 2020, p. 13).

Considerando a investigação realizada por Chouvy (2016, p. 26), que se propôs a desvendar o mito sobre a definição de Narcoestado, são estabelecidos os seguintes critérios para qualificar tal tipologia de regime: “*the economic importance of the drug industry relative to a country’s economy; the surface areas dedicated to illegal drug crops compared to the arable or cultivated land of a given country; the active involvement of the state in the illegal drug economy*”. Ao concluir o artigo, Chouvy acrescenta outro critério: “*the state-sponsorship of illegal drug production and/or trafficking*” (Chouvy, 2016, p. 36).

No entanto, segundo Procópio Filho e Vaz (1997, p. 75), analisando o contexto do Brasil,

o narcotráfico associou-se e pôde nutrir-se das mudanças e dos problemas que acometem a sociedade brasileira, como por exemplo, o enfraquecimento do Estado, o aumento do desemprego, do subemprego com correspondente incremento e diversificação da economia informal em todo o país.

A pandemia escancarou o vácuo de poder e a realidade de que o Estado falido coexiste com o Narcoestado. Para Chouvy (2016), a classificação de Narcoestado só se aplica se a indústria da droga e, por conseguinte, a economia ilegal contribui mais com o PIB do país do que as atividades econômicas legais e formais. Para Morton (2012), o espaço estatal, limitado pelas fronteiras, não foi capaz de se adaptar e enfrentar o desenvolvimento da geoeconomia do narcotráfico, sem limite fronteiriço. A geoeconomia do narcotráfico é informal, ocupa mão de obra ilegalmente, e os recursos financeiros circulam transnacionalmente, não podendo ser associados ao PIB de qualquer um dos países por onde os descaminhos trafegam.

Enquanto prevalecerem apenas as oportunidades de subemprego relacionadas ao ecossistema econômico do tráfico, para as comunidades invisíveis para as políticas públicas, e o Estado permanecer omissa na oferta de alternativas e continuar investindo prioritariamente

no combate ao crime organizado (em detrimento de políticas de desenvolvimento e resgate socioeconômico de tais comunidades), há uma tendência ao fortalecimento dos atores que lideram as atividades ilícitas, os quais permanecerão influenciando a governança econômica dos países da América do Sul.

Para Keohane e Nye (1977), o mundo está totalmente interconectado por meio dos diferentes atores do sistema internacional e nos diferentes níveis de análise (políticas públicas internas e externas, corporações financeiras/comerciais/industriais, organizações governamentais ou não governamentais, pessoas e marcas).

Um fenômeno em curso em determinado país ou região pode gerar uma onda de efeitos em qualquer parte do planeta. Atualizando o preconizado pelos autores na primeira versão de *Power and Interdependence*, de 1977, nos anos de 2020 do século XXI, a rede de conectividade de dados consagra a proposta do conceito de Interdependência Complexa.

Analizando o relato do presidente dos Estados Unidos, George W. Bush, sobre uma reunião ocorrida entre ele e o presidente da Colômbia, César Gaviria Trujillo, em 26 de fevereiro de 1991, na Casa Branca (United States, 1991), em relação à pauta do narcotráfico, é possível identificar os elementos da interdependência complexa assimétrica.

Nota-se também o aumento da sensibilidade e vulnerabilidade da Colômbia, em relação a fatores externos, com diminuição da capacidade de controle e administração dos fluxos (no caso, o de drogas), que, de acordo com as premissas de Keohane e Nye (1989), a longo prazo, pode impactar diretamente na soberania do país mais vulnerável.

Outro conceito que está implícito no relato da conversa refere-se ao “inimigo comum”, no caso, o narcotráfico, descrito como uma das questões de interesse mútuo, com o detalhamento de como os EUA vinham “premiando o aliado” com vultosos empréstimos para financiar o combate ao mal comum, em território colombiano, uma vez que, segundo afirmação de Bush, “em solo estadunidense era fato que o consumo de drogas estava em declínio” (United States, 1991).

Com relação à produção de folhas de coca no altiplano, pelas populações tradicionais, Bush relata a elaboração do relatório, sob a coordenação do embaixador Edwin Corr, prevendo a implantação de uma cooperação agrícola entre EUA e Colômbia, para substituir esta produção tradicional por outros produtos que poderiam acessar os mercados dos EUA. A iniciativa foi aprovada pelo Congresso dos EUA, sendo denominada *Andean Trade Preference*²².

²² “The Andean Trade Preference Act was enacted in 1991 to combat drug production and trafficking in the Andean countries: Bolivia, Colombia, Ecuador and Peru. The program offers trade benefits to help these countries

Esta estratégia geoeconômica transnacional evoluiu, em 2002, para o *US Andean Trade Promotion and Drug Eradication Act*, sendo contestado por Bolívia e Equador, com argumentos de cerceamento da soberania (Ming, 2006; Grubs, 2010; Crook, 2013). Sem alternativas, hegemônicas ou nacionais, o fato é que a população sofre não só com a falta de oportunidades de desenvolvimento, mas também com a violência estrutural que cruelmente ceifa a vida de adolescentes que se associam às bandas criminosas.

Qualificando as dinâmicas socioeconômicas e culturais da população pluriétnica do Departamento de Nariño/Colômbia, são 1.498.234 habitantes que geograficamente ocupam este espaço que limita a Colômbia com o oceano Pacífico e o Equador, em plena selva amazônica, subdividido em 64 municípios (destaque para Pasto, La Unión, Tumaco, Túquerres e Ipiales), fazendo limite com outro departamento colombiano Putumayo. De acordo com Nuñez (2009), nesta região de Nariño ocorreu baixa densidade demográfica pela dificuldade de ocupação do relevo acidentado e coberto pela floresta (Nuñez, 2009; Gaitán Cruz, 2009a; Gaitán Cruz, 2009b).

A economia de subsistência sustenta a maior parte da população com cultivos de batata, milho, café, cacau, banana e palma africana, além da pesca e do cultivo de camarão na área costeira. O acanhado setor industrial dedica-se à manufatura de couro e madeira. Perante essa realidade socioeconômica, dinâmicas de conflito armado e disputas de território se impõem. Além do narcotráfico da cocaína, que tem lugar de destaque nas disputas de poder, outros fatores, como o impasse sobre a propriedade da terra, a exploração mineral (ouro, petróleo) e a implantação de projetos de infraestrutura podem dar causa a eventos de violência urbana e rural (Nuñez, 2009; Gaitán Cruz, 2009a; Gaitán Cruz, 2009b).

Manter o controle territorial e político sobre Nariño assegura a saída bioceânica para a droga pelo Pacífico, acessando assim o México e os Estados Unidos e, pela floresta, acessando o Equador e, a partir deste ponto, as redes fluviais da Amazônia brasileira que tem sua foz no oceano Atlântico. Por essa conexão, todos os caminhos marítimos levam ao mercado consumidor europeu e estadunidense.

Manter Nariño com baixos índices de desenvolvimento social e econômico garante ao crime organizado a manutenção do controle da situação, com a disputa se dando entre inimigos conhecidos, que podem se aliar em momentos de crise, como pudemos demonstrar em um caso de aliança fortuita durante a pandemia de Covid-19.

develop and strengthen legitimate industries. ATPA was expanded under the Trade Act of 2002, and is now called the Andean Trade Promotion and Drug Eradication Act. It provides duty-free access to U.S. markets for approximately 5,600 products” (USTR, [20--], n. p.).

No entanto, a opção de viver em Nariño demanda diariamente da população fazer escolhas. Esses laços indelévels da sociedade com o narcotráfico impedem que novas alternativas possíveis sejam aproveitadas do ponto de vista social. São pactos que perseveram até a morte e podem se estender aos familiares que sobrevivem. Contando com esta fidelização pelo medo, os grupos que lideram o narcotráfico estruturam suas estratégias e dinâmicas para o desenvolvimento e resultados eficazes da geoeconomia do narcotráfico da cocaína, ou seja, o lucro.

A população tem como adversário a inoperância do Estado, que se vale da manutenção de precárias atividades econômicas de subsistência. Essa estratégia estatal teria sentido se o crime organizado não fomentasse o conflito entre a comunidade e as bandas criminais, para que até mesmo esta opção de atividade econômica, geralmente informal, fosse abandonada.

De acordo com Nuñez (2009), o crime organizado fomenta o conflito social entre camponeses, colonos e comunidades indígenas, com o intuito de desarticular economicamente a produção agrícola, restando àqueles que perseveram no campo se associarem ao plantio de milhares de hectares de coca. A disputa pela monocultura cocaleira no uso do solo sustenta a produção de cocaína e, portanto, a resiliência de seis grupos armados ilegais atuantes no Departamento de Nariño. Manter a pobreza dos habitantes garante o domínio sobre a mão de obra cocaleira.

Tal realidade fez com que esta região da Colômbia se convertesse no segundo espaço geográfico mais violento da América do Sul, perdendo apenas para a cidade do Rio de Janeiro, no Brasil. De acordo com o “Informe especial Cauca – Nariño. *Crisis de seguridad en el posacuerdo*”, produzido em 2019, pelo Instituto de Estudios para el desarrollo y la paz – INDEPAZ,

El año 2018 termina con un panorama difícil en el suroccidente colombiano y en particular para los departamentos de Cauca y Nariño por la persistencia de hechos violentos y de conflictos crónicos de repercusión regional. Altos índices de homicidio, desplazamiento forzado, desapariciones y reclutamiento de jóvenes y menores configuran los escenarios de afectación a las comunidades, con algunas variaciones de intensidad de un municipio a otro (INDEPAZ, 2019).

Esta estrutura consolidada do crime organizado transfronteiriço está relacionada à presença do Exército de Libertação Nacional da Colômbia (ELN²³) e das FARC²⁴, que estão presentes em Nariño desde a década de 1970 e 1980 respectivamente. De acordo com Nuñez (2019, p. 4), *“las FARC han visto en el departamento de Nariño un lugar de descanso y entrenamiento[...] En cuanto al ELN, el departamento de Nariño fue visto como un escenario propicio para el desarrollo de esta guerrilla con frentes externos provenientes particularmente de Antioquia y Cauca”*.

Após um complexo processo de negociação, intermediado pela ONU, um acordo de paz é firmado entre as FARC e o governo colombiano. No entanto, há autores produzindo investigações sobre o efetivo fracasso do acordo e as potencialidades de retomada das operações por dissidentes do movimento (Acosta; Orband Salazar, 2021; O’Connor; Meer, 2021; Ozcelik, 2021; Uribe; Otero-Bahamón; Peñaranda, 2021).

Quanto ao ELN, é possível monitorar a intensidade das atividades, especialmente em Nariño, a partir das recorrentes evidências que o grupo de guerrilheiros faz questão de deixar nas casas, estabelecimentos comerciais e na vida das pessoas. De acordo com Torrado (2020, n. p.),

A última guerrilha da Colômbia desafia o Governo com uma greve armada [...] os rebeldes lançaram um novo desafio ao Governo de Iván Duque ao anunciarem uma paralisação armada que pretende impedir, sob ameaças, a livre movimentação de pessoas [...] — Não vamos permitir uma intimidação a mais — reagiu Duque, que qualifica de terroristas o ELN e outros grupos ligados ao narcotráfico, como o Clã do Golfo. O relatório da Fundação Ideia para a Paz (FIP), ‘O Que Fazer com o ELN? – Opções perante a uma derrota militar longínqua e um diálogo improvável’, afirma que o ‘ELN conseguiu não só se fortalecer como também se consolidar em zonas onde já tinha presença histórica, além de se expandir para novas áreas aproveitando o vazio deixado pelo desarmamento das extintas FARC’ e que ‘embora sua capacidade militar continue sendo inferior à que as FARC chegaram a ter, na atualidade o ELN é o grupo armado ilegal de maior envergadura na Colômbia’ (Llorente; Garzón, 2020).

Em 2006, o governo colombiano desmobilizou a força paramilitar Autodefensas Unidas de Colômbia (AUC). Os dissidentes se associaram ao Clan del Golfo que, atualmente, se dedica ao assassinato de ativistas de direitos humanos e questões ambientais, assim como de líderes comunitários. De acordo com o INDEPAZ (2020),

²³ “O Exército de Libertação Nacional da Colômbia é uma organização de caráter político-militar criado em uma Simacota em 7 de janeiro de 1965, tem como inspiração as teorias marxistas e deterministas, e tem como princípio de organização mais importante a democracia interna, buscam respeitar as massas, defendem os interesses nacionais e solidariedade internacional” (Oliveira, 2007, p. 6-7).

²⁴ “É uma organização de inspiração comunista, autoproclamada guerrilha revolucionária marxistaleninista, que opera mediante uso de métodos terroristas e de táticas de guerrilha, além de lutar pela implantação do socialismo na Colômbia. Detém um grande arsenal de armamentos sofisticados com efetivo militar de porte significativo, estimado em 12 mil combatentes” (Araújo; Silveira, 2009, p. 3).

310 líderes sociales y defensores de derechos humanos, entre los que se incluye Perea²⁵, fueron asesinados en 2020, una cifra que la Misión de Verificación de la ONU en Colombia, en su último informe de diciembre, situaba en 53, incluidas cinco mujeres, y otros 74 casos pendientes de verificación (INDEPAZ, 2020).

Em 8 janeiro de 2021, Gonzalo Cardona Molina, guardabosques, coordenador da Reserva ProAves Loros Andinos y guardián do Loro orejiamarillo foi assassinado e seu corpo foi encontrado em Valle del Cauca (La Unión..., 2021). De acordo com a ONG Global Witness, 212 líderes ambientais foram assassinados, em 2019, em todo o mundo. Mais da metade dos assassinatos ocorreram na Colômbia (Global Witness, 2022).

Outro assassinato emblemático na Colômbia que se refere ao apagamento de líderes comunitários foi o de Hernan Bedoya, que liderava a resistência local contra o processo de implantação de monocultura de coca, banana e de palma para a indústria do azeite exportado para a Europa. Ele orientava aos agricultores locais o plantio de alimentos em consórcio com espécies nativas para a recuperação da floresta.

Em 2017, foi morto com quinze tiros, quando, em uma estrada vicinal no Departamento de Chocó/Colômbia, montava seu cavalo a caminho do veterinário. Seu filho, Ramón, deu continuidade à militância do pai conforme registro em vídeo disponível em Global Witness (2022).

Em 11 de janeiro de 2021, no dia do anúncio da morte de Gonzalo Cardona (guardião do loro orejiamarillo), a União Europeia, por intermédio de uma carta do alto representante para a Política Exterior europeia, Josep Borrell, destinada ao governo colombiano demandou “*una respuesta eficaz*”, não apenas frente ao assassinato de líderes sociais e ambientais, mas também “*el incremento de la violencia, a la que se añaden masacres de civiles y asesinatos de excombatientes de las FARC*”.

A correspondência demanda ao governo colombiano “*adoptar medidas de corte estructural*” para proteger os defensores “*de derechos humanos y a líderes sociales y ambientales, y que comiencen con la aplicación del acuerdo de paz en su totalidad*”. O eurodeputado e presidente da Delegación en la Asamblea Parlamentaria Euro-Latinoamericana, Javier López, já havia manifestado sua preocupação perante “*el acoso, intimidación y asesinato*

²⁵ “*Juana María Perea Plata era una empresaria y activista ambiental colombo-española, que había comprado diez hectáreas de tierra en la zona de Termale con el fin de cambiar un poco la realidad del municipio, por ello trabajaba con turismo ecológico. [...] la líder fue sacada de su casa a la fuerza por tres hombres que la llevaron por el río Nuquí hasta un sector conocido como Coquí, donde con arma de fuego acabaron con su vida tras dispararle tres veces y posteriormente lanzar su cuerpo al río*” (La Fiscalía..., 2021, n. p.).

que viven los defensores y activistas de derechos humanos, medioambientales y de pueblos indígenas en Colombia” (La Unión..., 2021).

Retomando o alerta apresentado no relatório do INDEPAZ (2019) — *Cauca y Nariño: Crisis de seguridad en el pos-acuerdo* — os pesquisadores afirmam que há uma severa “*crisis de seguridad que atraviesa el suroccidente colombiano, la cual se ha agudizado debido a factores como el homicidio, el desplazamiento forzado, desapariciones y el reclutamiento de niños y jóvenes*”.

O relatório conclui que “*escalada de la violencia viene luego de la dejación de armas por parte de las Farc, de la cual sobrevino una recomposición de poderes y negocios en las zonas en el que esa organización ejercía algún control territorial*”. Para encerrar esta seção apresentamos estatísticas, a partir de dois gráficos, que revelam a violência estrutural no Departamento de Nariño e o relato de uma chacina ocorrida em 15 de agosto de 2020, em Samaniego.

Hecho	NARIÑO					IPIALES				
	M	H	LGTBI	NI*	ND**	M	H	LGTBI	NI*	ND**
Homicidio	76	73	-	1	-	1	2	-	-	-
Abandono o despojo forzado de tierras	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Pérdida de bienes o inmuebles	129	103	-	2	-	8	13	-	-	-
Desaparición forzada	1	2	-	-	-	-	-	-	-	-
Secuestro	2	6	-	-	-	-	-	-	-	-
Tortura	3	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Delitos contra la libertad y la integridad sexual	44	2	-	1	-	1	-	-	-	-
Vinculación de Niños Niñas y Adolescentes	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-
Acto terrorista/Atentados/ Combates/Hostigamientos	56	51	-	-	-	1	2	-	-	-
Amenaza	748	703	2	18	-	28	19	-	-	-
Minas antipersonal/Munición sin explotar/Artefacto explosivo	2	13	-	-	-	-	-	-	-	-
Desplazamiento forzado	8693	7662	5	120	-	122	87	-	7	-

N/D: información no disponible *No informa. **No definido. Fuente: Unidad para las Víctimas. Registro Nacional de Información (2016).

Tabela 4 – Vítimas do conflito armado no Departamento de Nariño (município de Ipiates), de acordo com gênero e evento vitimizante, casos em 2015
Fonte: Corporación Humanas (2016).

Hecho	PASTO					TUMACO				
	M	H	LGBTI	NI*	ND**	M	H	LGBTI	NI*	ND**
Homicidio	-	-	-	-	-	20	23	-	-	-
Abandono o despojo forzado de tierras	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Pérdida de bienes o inmuebles	2	-	-	-	-	12	9	-	-	-
Desaparición forzada	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Secuestro	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-
Tortura	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-
Delitos contra la libertad y la integridad sexual	-	-	-	-	-	11	-	-	-	-
Vinculación de Niños Niñas y Adolescentes	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Acto terrorista/Atentados/ Combates/Hostigamientos	-	-	-	-	-	19	15	-	1	-
Amenaza	21	16	-	1	-	260	244	-	9	-
Minas antipersonal/Munición sin explotar/Artefacto explosivo	-	-	-	-	-	1	7	-	-	-
Desplazamiento forzado	59	61	-	1	-	3.659	3.139	1	40	-

N/D: información no disponible *No informa. **No definido. Fuente: Unidad para las Víctimas. Registro Nacional de Información (2016).

Tabela 5 – Vítimas de conflito armado no Departamento de Nariño (municípios de Pasto e Tumaco), de acordo com gênero e evento vitimizante, casos em 2015
Fonte: Corporación Humanas (2016).

3.3. Conectografia do crime transfronteiriço

Os caminhos e as rotas de infraestrutura pública projetados por iniciativas como a IIRSA viabilizaram os “descaminhos” e as rotas para os ilícitos que também se apropriaram de tal conectividade para “exportar” seus produtos, por vias terrestres, fluviais e marítimas. Os traçados que podem surtir desenvolvimento a uma região até então inexplorada economicamente, são os mesmos que potencializam o incremento das atividades que, se negligenciadas pelo poder público, passam a ser dominadas pelo poder do crime, da corrupção e do medo, de modo que as comunidades públicas e privadas locais passam a “prestar serviços” para os cartéis e clãs.

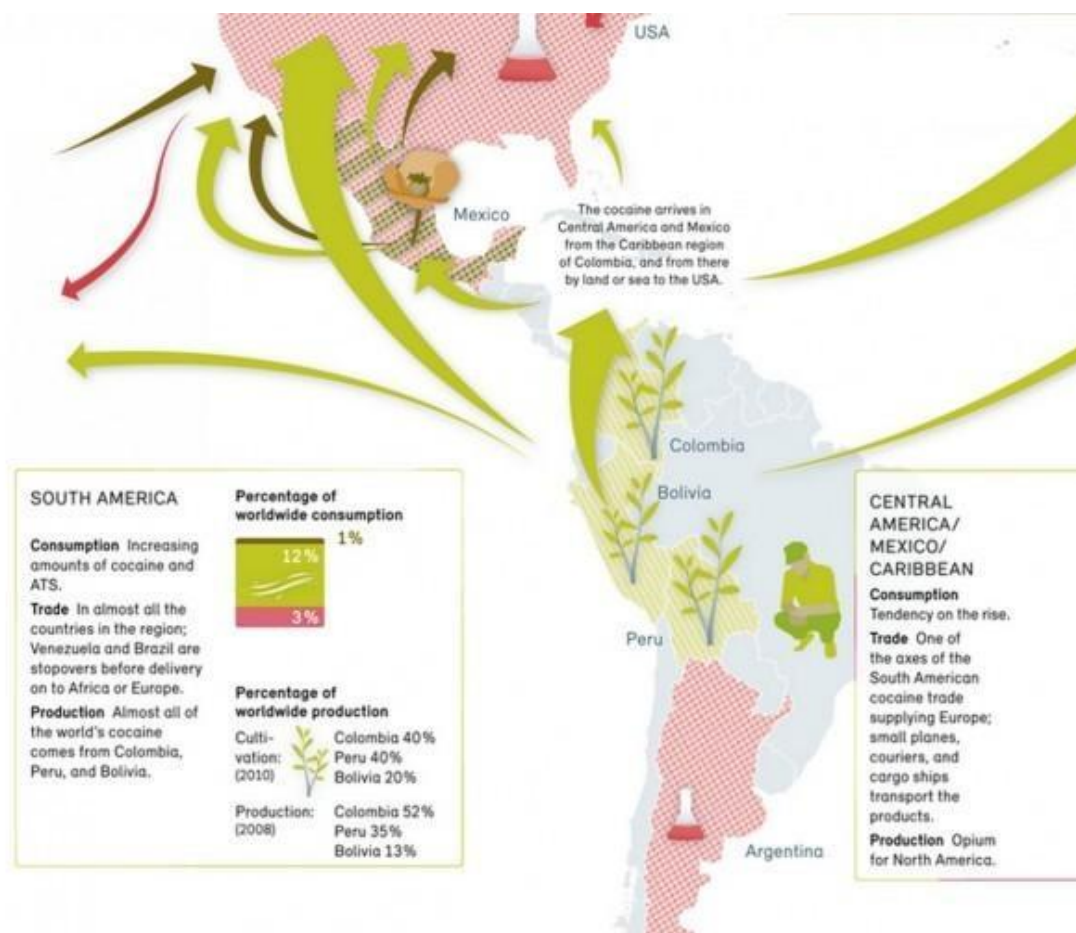


Figura 5 – Mapa de rotas do narcotráfico na América
Fonte: Macias e Kelley (2015).

A evolução dos quali e quantitativos revelados pelas apreensões realizadas demonstram um incremento nos volumes, assim como a ampliação da variedade de “produtos”. Resta a dúvida: as apreensões evoluíram por uma maior eficiência do poder público ou a demanda internacional por ilícitos evoluiu, aumentando assim a produtividade e, por conseguinte, o tráfico?

Um caso merece destaque neste ecossistema. Refere-se ao contrabando de cigarros falsificados a partir do Paraguai para o Brasil. De acordo com Barros *et al.* (2024), quando há alteração tributária sobre o cigarro no Brasil, a indústria e o comércio do cigarro contrabandeado do Paraguai ressurgem com máxima potência.

Segundo os autores, a partir de 1 de setembro de 2024, o preço dos cigarros produzidos no Brasil sofrerá um acréscimo no varejo, assim como as alíquotas, gerando o imediato contrabando de produtos provenientes do Paraguai, que pratica carga tributária muito menor. No caso dos cigarros, a média de impostos no Paraguai é de 18% sobre o consumo.

Sem responsabilidade sanitária e sem pagar impostos, o produto ilegal chega às mãos dos jovens e massifica o consumo na classe menos abastada da sociedade, que busca no preço a satisfação do vício. Com a ocupação de uma faixa de consumo pelo produto contrabandeado, o país perde em arrecadação tributária e o crime sai fortalecido. Segundo dados da Receita Federal, no ano de 2023, o órgão realizou operações de combate ao contrabando e descaminho em todas as regiões fiscais do Brasil. Os trabalhos resultaram em apreensões no valor de R\$ 3.777.449.184,33 em mercadorias que estavam sendo introduzidas ilegalmente na economia brasileira. Do total das apreensões da Receita Federal, o cigarro é o item mais confiscado. Somente em 2023 somou R\$ 860.865.374,59. Desta forma, com este aumento do IPI, a previsão de queda de arrecadação no Brasil será de R\$ 2 bilhões por ano a partir de 2026. O Rio Grande do Sul, principal produtor de fumo, será fortemente impactado. A previsão é de perda de arrecadação de ICMS em cerca de R\$ 600 milhões nos próximos 4 anos. Todo este contexto traz prejuízos não somente em termos de arrecadação e movimento da cadeia produtiva brasileira, mas afeta sobremaneira a segurança pública, o trabalho informal e a expansão do ciclo de atividades criminosas. O contrabando de cigarros tem alta lucratividade e, por isso, faz parte do ‘negócio’ de grandes quadrilhas (Barros *et al.*, 2024).

Desse modo, é possível afirmar que não é só de *commodities* que se ocupam os meios de transporte multimodal regionais. O crime organizado também aproveita essa conectividade para estabelecer suas redes de recepção, contrabando, corrupção e exportação dos ilícitos, valendo-se do alto nível da informalidade que potencializa a articulação da delinquência financeira, comercial, laboral e migratória.

Pode-se afirmar, com base na evolução quanti e qualitativa das apreensões realizadas pelos organismos de segurança e defesa dos três países atuantes diuturnamente na TF, que o crime organizado tem evoluído na sofisticação de estratégias para seus negócios, em uma velocidade que os esforços de contenção/restrrição destas atividades não irão superar, caso não haja cooperação regional.

Para Becker (1995, p. 287), “a essência do vetor tecnológico moderno é a velocidade acelerada, a inovação contínua” que, para a autora, “torna-se o elemento chave para a transformação do espaço que agora deve também admitir o controle pelo tempo em que se evolui tecnologicamente”, constituindo o que Becker vai definir como “Cronopolítica”.

A Cronopolítica pode explicar o diferencial entre as capacidades do crime organizado e as forças de segurança e defesa, referindo-nos ao abismo tecnológico operacional, que é explorado de forma sistemática e sistêmica pelos atos ilícitos.

O déficit de equipamentos, cooperação e coordenação política, operacional e tática interinstitucional e interestatal é percebido por aqueles que controlam as atividades ilícitas, e o investimento em “*cybersecurity* criminosa” é crescente. Ou seja, o crime tem mais capacidade operacional de se proteger e de atuar de forma integrada pelos meios de comunicação digital e de vigilância (drones, sensores, rádios, celulares) do que os três países isoladamente, uma vez que a integração operativa carece de iniciativas políticas e investimentos estratégicos.

O universo do *e-commerce*, na *darknet*, operacionalizado pelas criptomoedas, abre outra frente de investigação de alta complexidade para o rastreio da narcoeconomia.

O ecossistema complexo das atividades ilícitas se interconecta da seguinte forma: tráfico de entorpecentes (maconha, cocaína, drogas sintéticas e produtos químicos); lavagem de ativos financeiros; falsificação de marcas e patentes; contrabando e desvio de mercadorias; evasão de divisas; migração ilegal e tráfico humano com fins de exploração laboral e sexual; tráfico de armas, munições e explosivos; comércio ilegal de flora e fauna.

A seguir demonstramos uma amostragem das tipologias de crimes realizados, através de uma série histórica fornecida pela Receita Federal do Brasil e gráficos elaborados pelo autor.



RECEITA FEDERAL DO BRASIL
ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DE FÓZ DO IGUAÇU - PR
EQUIPE DE VIGILÂNCIA E CONTROLE ADUANEIRO



Município	Valores em US\$																					Evolução																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																									
	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030	2031	2032	2033	2034	2035	2036	2037	2038	2039	2040	2041	2042	2043	2044	2045	2046	2047	2048	2049	2050	2051	2052	2053	2054	2055	2056	2057	2058	2059	2060	2061	2062	2063	2064	2065	2066	2067	2068	2069	2070	2071	2072	2073	2074	2075	2076	2077	2078	2079	2080	2081	2082	2083	2084	2085	2086	2087	2088	2089	2090	2091	2092	2093	2094	2095	2096	2097	2098	2099	2100	2101	2102	2103	2104	2105	2106	2107	2108	2109	2110	2111	2112	2113	2114	2115	2116	2117	2118	2119	2120	2121	2122	2123	2124	2125	2126	2127	2128	2129	2130	2131	2132	2133	2134	2135	2136	2137	2138	2139	2140	2141	2142	2143	2144	2145	2146	2147	2148	2149	2150	2151	2152	2153	2154	2155	2156	2157	2158	2159	2160	2161	2162	2163	2164	2165	2166	2167	2168	2169	2170	2171	2172	2173	2174	2175	2176	2177	2178	2179	2180	2181	2182	2183	2184	2185	2186	2187	2188	2189	2190	2191	2192	2193	2194	2195	2196	2197	2198	2199	2200	2201	2202	2203	2204	2205	2206	2207	2208	2209	2210	2211	2212	2213	2214	2215	2216	2217	2218	2219	2220	2221	2222	2223	2224	2225	2226	2227	2228	2229	2230	2231	2232	2233	2234	2235	2236	2237	2238	2239	2240	2241	2242	2243	2244	2245	2246	2247	2248	2249	2250	2251	2252	2253	2254	2255	2256	2257	2258	2259	2260	2261	2262	2263	2264	2265	2266	2267	2268	2269	2270	2271	2272	2273	2274	2275	2276	2277	2278	2279	2280	2281	2282	2283	2284	2285	2286	2287	2288	2289	2290	2291	2292	2293	2294	2295	2296	2297	2298	2299	2300	2301	2302	2303	2304	2305	2306	2307	2308	2309	2310	2311	2312	2313	2314	2315	2316	2317	2318	2319	2320	2321	2322	2323	2324	2325	2326	2327	2328	2329	2330	2331	2332	2333	2334	2335	2336	2337	2338	2339	2340	2341	2342	2343	2344	2345	2346	2347	2348	2349	2350	2351	2352	2353	2354	2355	2356	2357	2358	2359	2360	2361	2362	2363	2364	2365	2366	2367	2368	2369	2370	2371	2372	2373	2374	2375	2376	2377	2378	2379	2380	2381	2382	2383	2384	2385	2386	2387	2388	2389	2390	2391	2392	2393	2394	2395	2396	2397	2398	2399	2400	2401	2402	2403	2404	2405	2406	2407	2408	2409	2410	2411	2412	2413	2414	2415	2416	2417	2418	2419	2420	2421	2422	2423	2424	2425	2426	2427	2428	2429	2430	2431	2432	2433	2434	2435	2436	2437	2438	2439	2440	2441	2442	2443	2444	2445	2446	2447	2448	2449	2450	2451	2452	2453	2454	2455	2456	2457	2458	2459	2460	2461	2462	2463	2464	2465	2466	2467	2468	2469	2470	2471	2472	2473	2474	2475	2476	2477	2478	2479	2480	2481	2482	2483	2484	2485	2486	2487	2488	2489	2490	2491	2492	2493	2494	2495	2496	2497	2498	2499	2500	2501	2502	2503	2504	2505	2506	2507	2508	2509	2510	2511	2512	2513	2514	2515	2516	2517	2518	2519	2520	2521	2522	2523	2524	2525	2526	2527	2528	2529	2530	2531	2532	2533	2534	2535	2536	2537	2538	2539	2540	2541	2542	2543	2544	2545	2546	2547	2548	2549	2550	2551	2552	2553	2554	2555	2556	2557	2558	2559	2560	2561	2562	2563	2564	2565	2566	2567	2568	2569	2570	2571	2572	2573	2574	2575	2576	2577	2578	2579	2580	2581	2582	2583	2584	2585	2586	2587	2588	2589	2590	2591	2592	2593	2594	2595	2596	2597	2598	2599	2600	2601	2602	2603	2604	2605	2606	2607	2608	2609	2610	2611	2612	2613	2614	2615	2616	2617	2618	2619	2620	2621	2622	2623	2624	2625	2626	2627	2628	2629	2630	2631	2632	2633	2634	2635	2636	2637	2638	2639	2640	2641	2642	2643	2644	2645	2646	2647	2648	2649	2650	2651	2652	2653	2654	2655	2656	2657	2658	2659	2660	2661	2662	2663	2664	2665	2666	2667	2668	2669	2670	2671	2672	2673	2674	2675	2676	2677	2678	2679	2680	2681	2682	2683	2684	2685	2686	2687	2688	2689	2690	2691	2692	2693	2694	2695	2696	2697	2698	2699	2700	2701	2702	2703	2704	2705	2706	2707	2708	2709	2710	2711	2712	2713	2714	2715	2716	2717	2718	2719	2720	2721	2722	2723	2724	2725	2726	2727	2728	2729	2730	2731	2732	2733	2734	2735	2736	2737	2738	2739	2740	2741	2742	2743	2744	2745	2746	2747	2748	2749	2750	2751	2752	2753	2754	2755	2756	2757	2758	2759	2760	2761	2762	2763	2764	2765	2766	2767	2768	2769	2770	2771	2772	2773	2774	2775	2776	2777	2778	2779	2780	2781	2782	2783	2784	2785	2786	2787	2788	2789	2790	2791	2792	2793	2794	2795	2796	2797	2798	2799	2800	2801	2802	2803	2804	2805	2806	2807	2808	2809	2810	2811	2812	2813	2814	2815	2816	2817	2818	2819	2820	2821	2822	2823	2824	2825	2826	2827	2828	2829	2830	2831	2832	2833	2834	2835	2836	2837	2838	2839	2840	2841	2842	2843	2844	2845	2846	2847	2848	2849	2850	2851	2852	2853	2854	2855	2856	2857	2858	2859	2860	2861	2862	2863	2864	2865	2866	2867	2868	2869	2870	2871	2872	2873	2874	2875	2876	2877	2878	2879	2880	2881	2882	2883	2884	2885	2886	2887	2888	2889	2890	2891	2892	2893	2894	2895	2896	2897	2898	2899	2900	2901	2902	2903	2904	2905	2906	2907	2908	2909	2910	2911	2912	2913	2914	2915	2916	2917	2918	2919	2920	2921	2922	2923	2924	2925	2926	2927	2928	2929	2930	2931	2932	2933	2934	2935	2936	2937	2938	2939	2940	2941	2942	2943	2944	2945	2946	2947	2948	2949	2950	2951	2952	2953	2954	2955	2956	2957	2958	2959	2960	2961	2962	2963	2964	2965	2966	2967	2968	2969	2970	2971	2972	2973	2974	2975	2976	2977	2978	2979	2980	2981	2982	2983	2984	2985	2986	2987	2988	2989	2990	2991	2992	2993	2994	2995	2996	2997	2998	2999	3000	3001	3002	3003	3004	3005	3006	3007	3008	3009	3010	3011	3012	3013	3014	3015	3016	3017	3018	3019	3020	3021	3022	3023	3024	3025	3026	3027	3028	3029	3030	3031	3032	3033	3034	3035	3036	3037	3038	3039	3040	3041	3042	3043	3044	3045	3046	3047	3048	3049	3050	3051	3052	3053	3054	3055	3056	3057	3058	3059	3060	3061	3062	3063	3064	3065	3066	3067	3068	3069	3070	3071	3072	3073	3074	3075	3076	3077	3078	3079	3080	3081	3082	3083	3084	3085	3086	3087	3088	3089	3090	3091	3092	3093	3094	3095	3096	3097	3098	3099	3100	3101	3102	3103	3104	3105	3106	3107	3108	3109	3110	3111	3112	3113	3114	3115	3116	3117	3118	3119	3120	3121	3122	3123	3124	3125	3126	3127	3128	3129	3130	3131	3132	3133	3134	3135	3136	3137	3138	3139	3140	3141	3142	3143	3144	3145	3146	3147	3148	3149	3150	3151	3152	3153	3154	3155	3156	3157	3158	3159	3160	3161	3162	3163	3164	3165	3166	3167	3168	3169	3170	3171	3172	3173	3174	3175	3176	3177	3178	3179	3180	3181	3182	3183	3184	3185	3186	3187	3188	3189	3190	3191	3192	3193	3194	3195	3196	3197	3198	3199	3200	3201	3202	3203	3204	3205	3206	3207	3208	3209	3210	3211	3212	3213	3214	3215	3216	3217	3218	3219	3220	3221	3222	3223	3224	3225	3226	3227	3228	3229	3230	3231	3232	3233	3234	3235	3236	3237	3238	3239	3240	3241	3242	3243	3244	3245	3246	3247	3248	3249	3250	3251	3252	3253	3254	3255	3256	3257	3258	3259	3260	3261	3262

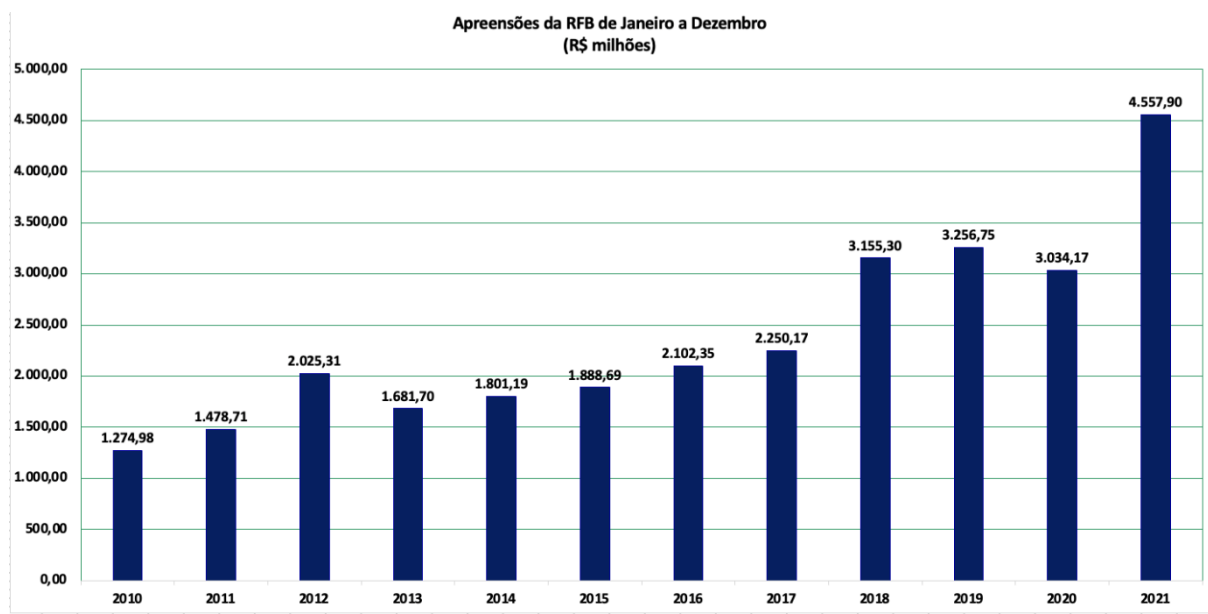


Figura 7 – Quantitativos apreensões realizadas no 1º trimestre de 2020 na TF
Fonte: PARCIANELLO (2022).

Na demonstração do mapa, percebe-se que os caminhos utilizados para escoamento do mercado legal são aproveitados pelas bandas criminais, as quais usam a infraestrutura e as logísticas dos mercados formais para introduzir os produtos do crime — tráfico de drogas, contrabando, tráfico de pessoas e demais ilícitos transfronteiriços.

Nos corredores utilizados para o escoamento do crime se desenha uma rota bioceânica que atende o *supply chain* de uma cadeia inteligente, ágil e extremamente lucrativa.

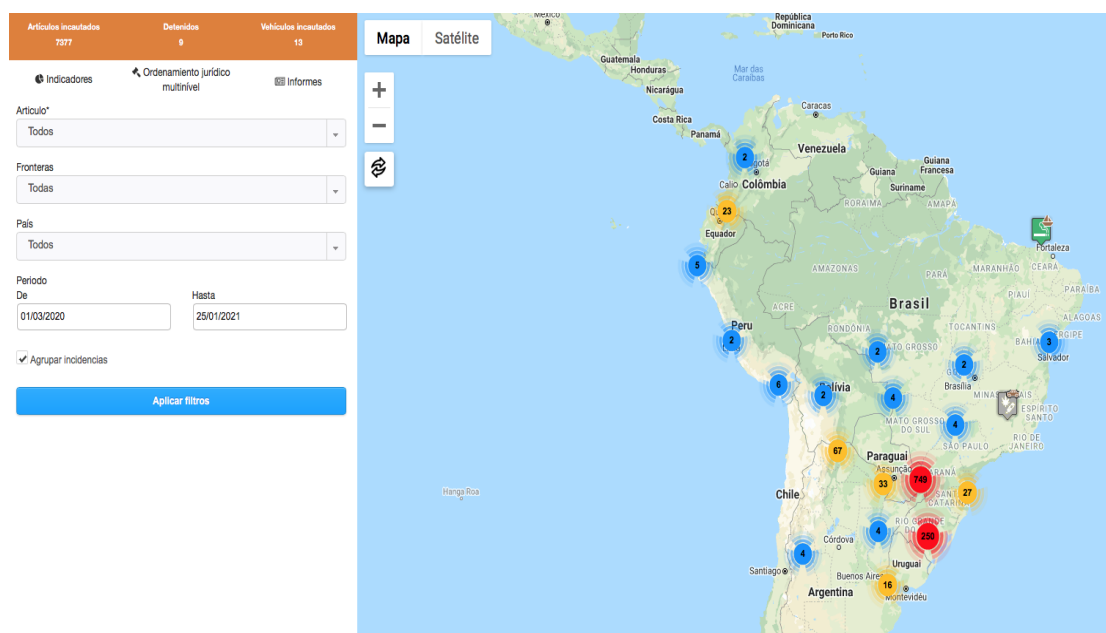


Figura 8 – Rota bioceânica cocaína na América do Sul
Fonte: IDESF (2020).

Nesta representação georreferenciada dos dados de apreensões, há uma nítida percepção da importância da cooperação entre os Estados para conter o avanço das ações das bandas criminais que operam nos espaços de fronteira da América Latina. Os tentáculos do crime organizado perpassam as fronteiras e influenciam as economias locais que acabam reféns destes grupos.

Recuperando Fernand Braudel (1902–1985), o segredo do crescimento contínuo de uma atividade econômica está nos “lucros extraordinários” dos “grandes predadores”. Hough (2011) — contextualizando os conceitos de economia propostos por Arrighi (1937–2009) para a cadeia global de valor da cocaína — conclui que as cadeias devem ser desarticuladas domesticamente em paralelo à promoção de políticas públicas que alterem a lógica do “estado de desenvolvimento excludente” que viabilizou a “ascensão de um proto-estado sob a liderança dos guerrilheiros das FARC” (Hough, 2011, p. 1016).

3.4. Conclusões do Capítulo

Na primeira seção deste capítulo, foram abordadas as maneiras como as bandas criminais utilizam a infraestrutura implantada pelos governos para o desenvolvimento; a questão que se coloca é: Por que o tiro saiu pela culatra?

Num segundo momento, demonstrou-se o enraizamento do crime organizado nas sociedades de fronteira, dominando as economias regionais, influenciando nos vácuos de poder

deixados pelos Estados e desenhando um mapa geoeconômico do crime. Nesta conclusão afirmamos que a cooperação e os investimentos conjuntos em projetos de securitização e desenvolvimento socioeconômico nas faixas de fronteira podem contribuir para a formalização de alternativas econômicas para as populações “sequestradas” pela geoeconomia do crime transfronteiriço.

Admitimos que entender a forma de operação do crime organizado e buscar conter o seu avanço é o grande desafio das democracias da América Latina. Os crimes transfronteiriços tradicionalmente são de ordem econômica, mas impactam a dimensão social e os direitos humanos das populações, portanto toda lógica gira em torno das vantagens de lucro e desumanidade.

Romper as cadeias de subsídios/insumos para a produção da pasta base da coca deveria ser uma das estratégias transnacionais dos Estados sul-americanos, em simultaneidade com a promoção de projetos de desenvolvimento que tivessem como meta a recuperação da soberania sobre as populações sequestradas pela geoeconomia do narcopoder. Portanto, admite-se que a dimensão social deve ser objeto de análise como princípio e variável fundamental da formulação das políticas públicas dos Estados e arranjos multilaterais regionais.

A partir de tais premissas históricas, no próximo capítulo serão apresentados os empreendimentos que constituem o ecossistema do modal logístico implantado na área de influência da Hidrovia, assim como as características socioeconômicas vigentes, bem como os respectivos índices de desenvolvimento e potencialidades previstas pelos Estados. Serão identificados os atores do sistema internacional atuantes na área de influência da Tríplice Fronteira e como as atividades por eles desenvolvidas reverberam impactos no nível de análise local, regional e internacional.

4. LOGÍSTICA MULTIMODAL NA BACIA DO PRATA: DA COLÔNIA DE EXPLORAÇÃO ÀS MONOCULTURAS DA SOJA, COCA E MARIJUANA

A partir das premissas históricas e contexto geoeconômico dos ilícitos apresentados nos capítulos anteriores, no presente capítulo serão apresentados os empreendimentos que constituem o ecossistema do modal logístico implantado na área de influência da Hidrovia que atualmente servem como conectividade para escoamento das produções legais e ilícitas da América do Sul. Iremos da conectividade regional para a local.

A evolução e análise dos dados socioeconômicos deste capítulo representa um recorte temporal de 14 anos, (2008–2022), considerando que o incremento na demanda por *commodities* nesta região e, conseqüentemente, por logística exportadora, está diretamente associada à ascensão da China como potência econômica, a partir de 2001. Tal variável cria uma relevante alteração no uso do solo regional.

O capítulo foi dividido em quatro seções. Na primeira seção, a partir de dados socioeconômicos projetados pelos institutos regionais e nacionais de pesquisa (CEPAL, BID, CAF, IBGE, CELAC, INDEC, INTA, IIRSA, COSIPLAN, etc.), são apresentadas as características socioeconômicas vigentes na área de influência da Hidrovia, bem como os respectivos índices de desenvolvimento e potencialidades previstas pelos Estados limítrofes.

Na segunda seção, são identificados os principais projetos de modais logísticos concebidos pela IIRSA para a integração da área de influência de Hidrovia, de acordo com o prescrito no Eixo “Peru–Brasil–Bolívia” e no Eixo “Hidrovia Paraguai–Paraná”. Na terceira parte do capítulo, apresenta-se a estrutura de conectividade disponível na área da Tríplice Fronteira bem como a qualificação, a evolução e a situação atual (2024) relativas ao desenvolvimento socioeconômico das populações vulneráveis à cooptação pelo crime organizado nesta faixa de fronteira.

Por fim, na última seção — algumas conclusões parciais da tese — apresentam-se as respostas para as seguintes inquietações: Quais as soluções possíveis, relacionadas ao incremento de recursos humanos, equipamento, tecnologia e procedimentos para que a integração logística interestatal ocorra? Qual o cenário de desenvolvimento humano e econômico das populações limítrofes à Hidrovia? O processo de integração logística prevê a agenda interinstitucional?

4.1. Características socioeconômicas da área de influência da Hidrovia

De acordo com Khanna (2016, p. 14), a competição sobre a “conectividade funciona como um cabo de guerra entre as cadeias de abastecimento global, mercados de energia, produção industrial, e os valiosos fluxos de finanças, tecnologia, conhecimento e talento”. No caso da TF, o crime organizado estaria do lado oposto do cabo de guerra, se insurgindo contra organismos da segurança e defesa locais. Para o autor,

O conflito de guerra representa a mudança de uma guerra entre sistemas (capitalismo versus comunismo) para uma guerra dentro de um sistema de cadeia de suprimentos coletivo. Enquanto a guerra militar é uma ameaça regular, o cabo-de-guerra é uma realidade perpétua — a ser conquistada pelo planejamento do mestre econômico e não pela doutrina militar. Em todo o mundo, milhares de novas cidades ou zonas econômicas especiais (SEZs) foram construídas para ajudar as sociedades a se posicionarem no mapa no cabo de guerra global (Khanna, 2016, p. 14).

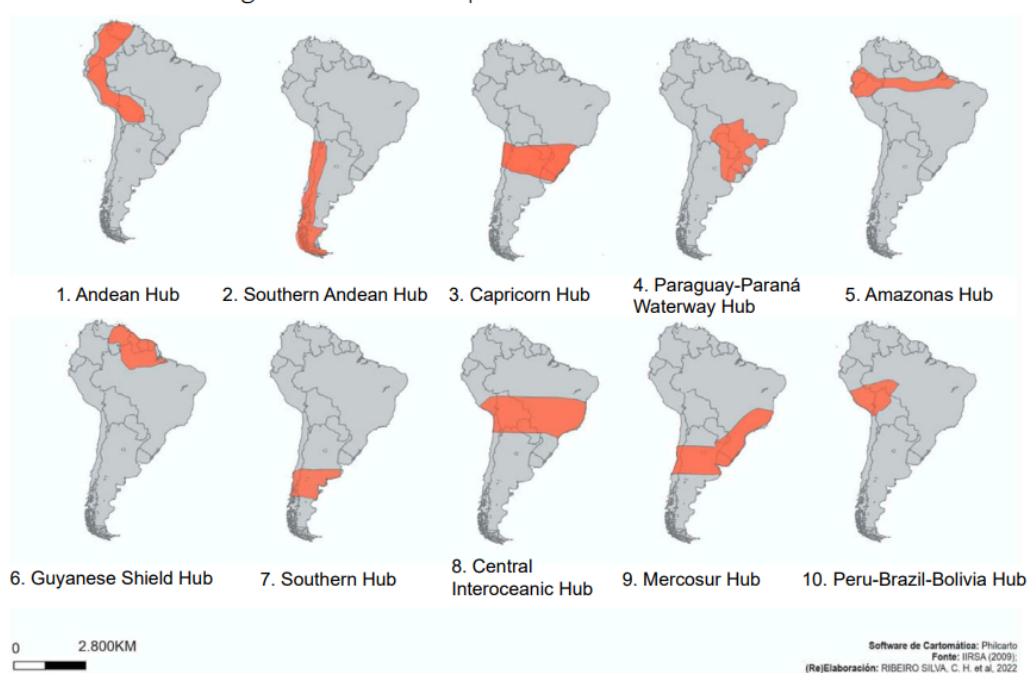
Como um programa transnacional, a Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional da América do Sul (IIRSA) foi pensada com o objetivo de progredir a infraestrutura regional, com financiamento do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e da Corporação Andina de Fomento (CAF). A iniciativa foi adotada pela Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Equador, Guiana, Paraguai, Peru, Suriname, Uruguai e Venezuela.

Nesse sentido: “A integração da infraestrutura serviria como facilitadora e base material do impulso comercial transnacional, permitindo baratear o custo de transporte das matérias-primas a serem exportadas da região para os mercados do Norte” (20 anos..., 2020, n. p.).

A IIRSA foi desenvolvida a partir de Eixos de Integração e Desenvolvimento (EIDs) e, para o período de 2005–2010, propôs realizar 31 projetos prioritários. A área de influência geográfica da narcoeconomia e de outros crimes transfronteiriços foi contemplada em todos os Eixos.

Map 5

South America: Integration and Development Hubs



Source: Prepared by the authors on the basis of information from the Initiative for the Integration of Regional Infrastructure in South America (IIRSA).

Figura 9 – HUB IIRSA

Fonte: IIRSA (2009).

Na Figura 9, constam os projetos priorizados na ALyC.



Figura 10 – Projetos Prioritários da IIRSA
Fonte: IIRSA (2009).

Em 2005, “a partir do diagnóstico de deficiências na infraestrutura e das ações necessárias para impulsionar o desenvolvimento regional”, a IIRSA tem efetivo início em território sul-americano com investimento em modais logísticos “para exportação de produtos agropecuários e agroindustriais, ampliação da malha rodoviária e ferroviária, revitalização de hidrovias, ampliação de aeroportos e terminais fluviais” (Costa; Menger; Tancredi, 2015).

Quanto à área de influência (AI) da Hidrovia, que converge para o Atlântico Sul, há que se observar que o Eixo Hidroviário Paraguai-Paraná foi definido delimitando uma área das bacias dos rios que correm de norte a sul, leste a oeste e de oeste a sul, fazendo parte das fronteiras entre: Brasil e Bolívia; Brasil e Paraguai; Brasil e Argentina; Brasil e Uruguai; Paraguai e Argentina; Paraguai e Bolívia; Uruguai e Argentina; Argentina e Bolívia.

Neste cenário de formação da área de influência, pode-se observar o acesso da Hidrovia aos grandes mercados: o rio Tietê corre de leste a oeste através do estado de São Paulo, no Brasil, passando pela capital paulista que abrange um mercado de aproximadamente vinte milhões de habitantes, residentes em 62 municípios lindeiros ao leito do rio.

Tal AI é relativamente dinâmica, pois diz respeito também à localização física dos projetos incluídos nos grupos em que o Eixo está dividido. O mapa a seguir mostra a área atual do Eixo Hidroviário Paraguai–Paraná.

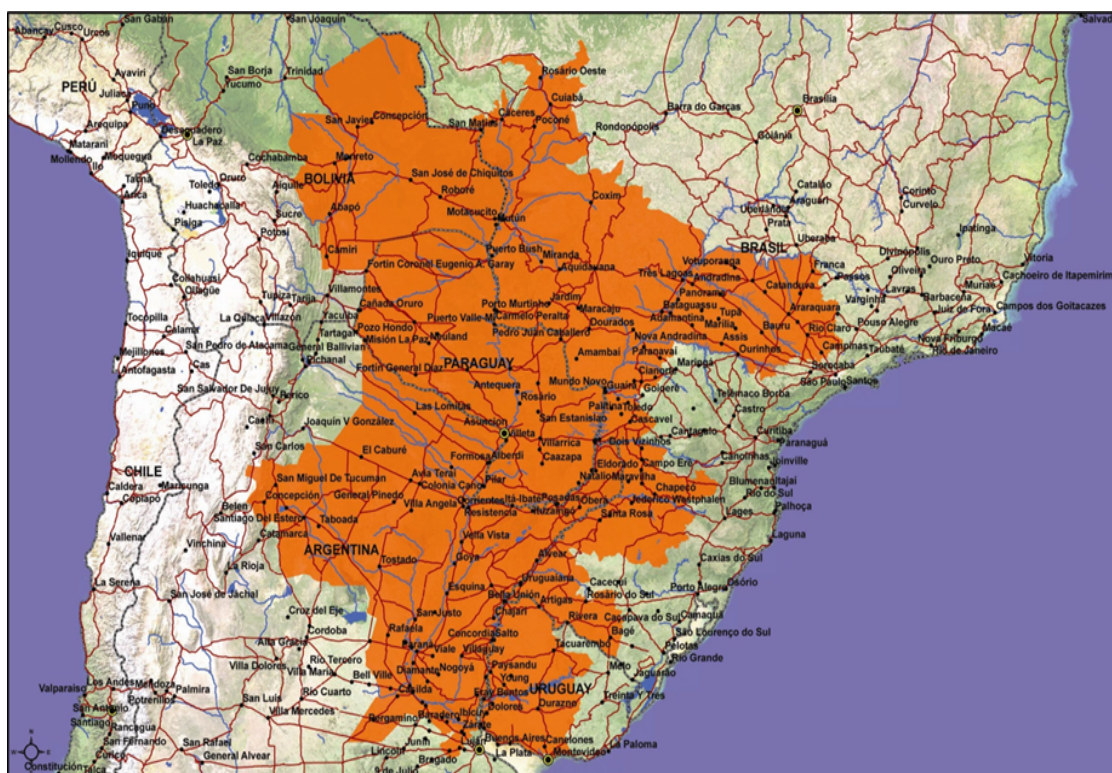


Figura 11 – Área de influência do Eixo Hidroviário Paraguai-Paraná
Fonte: IIRSA (2009).

A área de influência do Eixo Hidroviário Paraguai–Paraná é atravessada transversalmente por propostas de diversos corredores (rodoviários e ferroviários) que se conectam com outros eixos, a saber: os Eixos Interoceânico Central, Capricórnio e Mercosul–Chile. Entretanto, para que a Hidrovia seja efetivamente contextualizada, faz-se necessário compreender a bacia do Prata, onde ela está inserida.

A bacia do rio da Prata contribui com o escoamento das parcelas mais relevantes do PIB da Argentina, Bolívia, Brasil, Paraguai e Uruguai, sendo, na atualidade foco, polo e vetor de desenvolvimento para cada um dos países que banha.

Com uma área de mais de 3,1 milhões de km², a Bacia do Prata drena aproximadamente um quinto do território do continente sul-americano. A população da Bacia, em 2016, superava os 110 milhões de habitantes distribuídos “da seguinte maneira: 100% do Paraguai; quase 90% do Uruguai; mais de 80% da Argentina; 55% da Bolívia e 54% do Brasil” (Conheça..., 2018, n. p.).

A bacia drena as águas de quatro capitais dos cinco países que a compõem: Buenos Aires (Argentina), Brasília (Brasil), Assunção (Paraguai) e Montevideu (Uruguai), além de grandes cidades do Estado de São Paulo. La Paz (Bolívia) é a única que drena suas águas para o Planalto Andino Ocidental.

As coordenadas extremas da bacia estão compreendidas entre: “os meridianos 67° 00' e 43° 35' e os paralelos 14° 05' e 37° 37'. Os três principais rios que formam a Bacia são o Paraná (4.352 km), o Paraguai (2.459 km), o Uruguai (1.600 km) e o estuário do Prata, que é o maior do mundo, medindo 256 km de extensão” (Rios Vivos, c2024, n. p.).

Pode subdividir-se em sete sub-bacias: Alto Paraguai, Baixo Paraguai, Alto Uruguai, Baixo Uruguai, Alto Paraná, Baixo Paraná e sub-bacia própria do Rio da Prata; “A riqueza dos recursos minerais, o valor de seus bosques e a fertilidade dos solos fizeram dos territórios drenados pela bacia uma região de forte atração populacional e favorecem hoje seu desenvolvimento econômico que se traduz na concentração de 70% do PIB destes países” (Comité Intergubernamental Coordinador de Los Países de La Cuenca Del Plata, 2017, n. p.).

Para analisar as principais características socioeconômicas da área de influência da Hidrovia, é necessário caracterizar a Bacia do rio Paraná, do rio Paraguai e do rio Uruguai e do próprio rio da Prata, sendo que as bacias dos rios Paraguai e Paraná percorrem mais de 3.400 quilômetros do sul-este da Bolívia e sul de Brasília até o estuário do rio da Prata, perto de Buenos Aires. Esse conjunto recebe o nome de Bacia do Prata.



Figura 12 – Mapa da Bacia hidrográfica do rio da Prata
Fonte: CIC (2017).

4.1.1. Bacia do rio Paraná

A bacia do rio Paraná “abrange seis estados brasileiros e o Distrito Federal. Sua área até a confluência com o rio Iguaçu, de 820.000 km² inclui a região mais industrializada e urbanizada do Brasil”. Além disso, “concentra um terço da população brasileira em centros urbanos como São Paulo, a maior cidade da América Latina” (Itaipu, 2024, n. p.).



Figura 13 – Mapa das nascentes da Bacia hidrográfica do rio Paraná
 Fonte: Conheça... (2018).



Figura 14 – Detalhes reservatórios hidrelétricos na bacia hidrográfica do rio Paraná
 Fonte: Conheça... (2018).

Na bacia do rio Paraná, historicamente se consolidaram atividades agrícolas que foram sendo substituídas por um intenso processo de industrialização (no estado de São Paulo) que foi sendo ampliado para os estados de Minas Gerais e Goiás, bem como rumo ao sul para o estado do Paraná, onde está a Foz do Iguaçu, portanto, a TF.

A Hidrovia do rio Paraná percorre 2.400 km com a instalação de eclusas nos aproveitamentos hidrelétricos, permitindo partir de Anhembi, SP, chegar em Foz do Iguaçu, PR e daí para a Argentina em direção a Rosário.



Figura 15 – Detalhes dos portos na Hidrovia Paraguai-Paraná
Fonte: Martín Rodríguez (2018).

Entretanto, conforme iremos detalhar nos capítulos 4 e 5 desta tese, a rota que serve para o transporte de mercadoria e pessoas também é utilizada pelo crime transfronteiriço.



Figura 16 – Narcotráfico e a Hidrovia Paraguai-Paraná.
Fonte: Falta de Controles... (2022).

4.1.2. Bacia do rio Paraguai

O rio Paraguai nasce no Brasil e deságua no rio Paraná em frente à localidade argentina de Isla del Cerrito. Sua bacia tem uma superfície de 1.168.540 km² e o comprimento total de 2.625 km. É uma bacia compartilhada por Brasil, Bolívia e Paraguai, chamada de “Hoya Hidrográfica del Plata”. Na Argentina percorre a província de Formosa ocupando uma superfície de 2.296 km² (Argentina, 2002).

La cuenca Alta comprende desde su entrada a Paraguai hasta el río Apa. La cuenca media esta comprendida entre la confluencia con el río Apa e Ytá Pyta Punta (ubicada 47 km al Sur de Asunción), posee una pendiente de 6,0 cm/km, los principales tributarios son los ríos Aquidaban, Ypané y Jejuí, proveen cerca del 20 % de la descarga de agua total del río Paraguai. La cuenca baja esta comprendida desde Ytá Pyta Punta y la confluencia con el río Paraná. En este tramo, caracterizado por una pendiente de 5,0 cm/km, los principales tributarios son los ríos Bermejo y Pilcomayo que, con extensiones de 1.780 y 1.125 km respectivamente, descienden desde la Cordillera de los Andes (Pasten, 2023).



Figura 17 – Paraguai
Fonte: Argentina (2002).



Figura 18 – Recortes da Bacia rio Paraguai
Fonte: Pasten (2023).

4.1.3. Bacia do rio Uruguai

A bacia do rio Uruguai pode ser dividida em duas seções: o alto e o baixo Uruguai. O alto Uruguai das nascentes até o local previsto para construção da hidrelétrica Garabí é a porção menos povoada de toda bacia do Prata. Com cerca de 1,7 milhões de habitantes, sem ocorrência de grandes aglomerados urbanos, com três hidrelétricas construídas e projeto para construção de outras três (CIC, 2017).

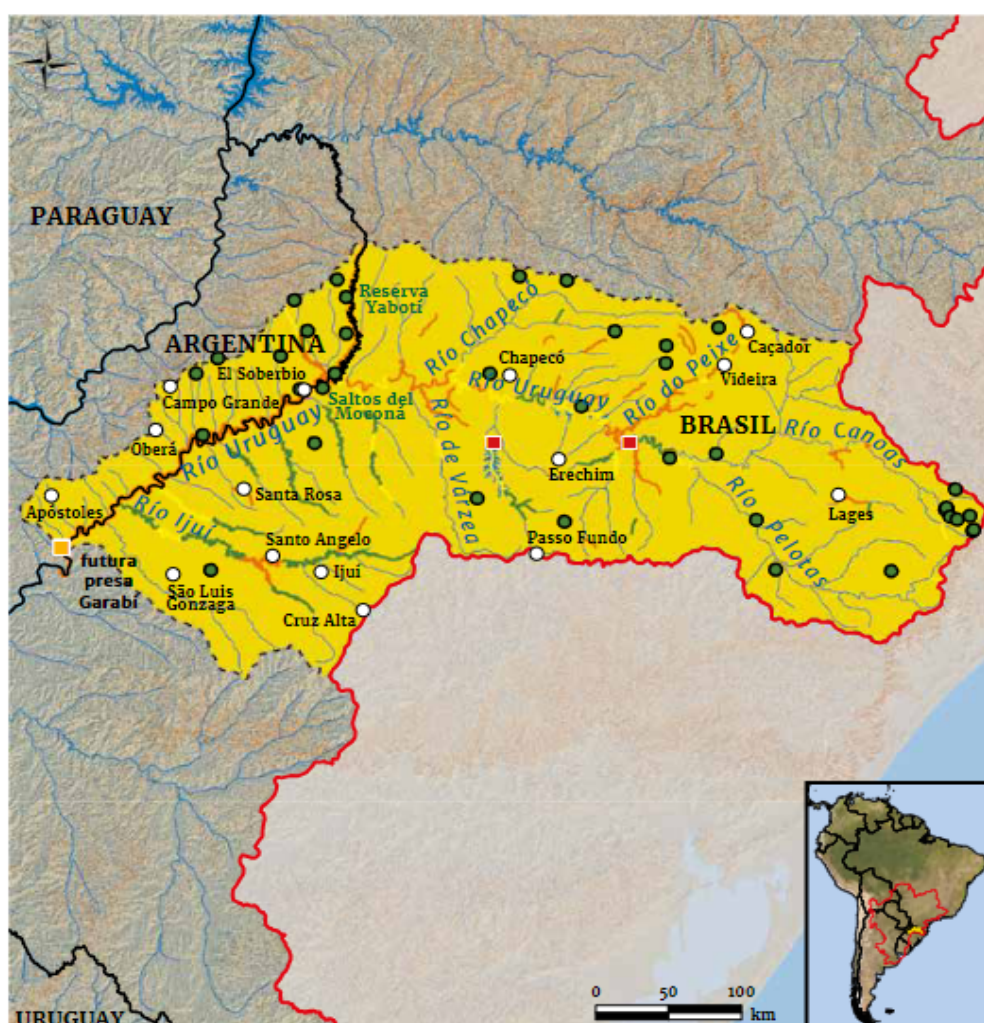


Figura 19 – Bacia Alto rio Uruguay
Fonte: CIC (2017).

A seção do baixo Uruguai inicia no local previsto para construção da hidrelétrica Garabí até sua desembocadura no rio de la Plata. Com população aproximada de 3,8 milhões de habitantes e três grandes cidades, essa seção do rio é navegável no tramo compartilhado entre Uruguai e Argentina, abaixo da hidrelétrica de Salto Grande. Acima de Salto Grande é

navegável até San Borja no Brasil (Comité Intergubernamental Coordinador de Los Países de La Cuenca Del Plata, 2017).



Figura 20 – Bacia Baixo rio Uruguay
Fonte: CIC (2017).

4.1.4. Bacia do rio de la Plata

A segunda sub-bacia mais povoada da Hidrovia e da grande bacia do Prata, com aproximadamente 24,9 milhões de habitantes, distribuídos em cinco grandes cidades que incluem Buenos Aires e Montevidéu, as capitais da Argentina e Uruguai, respectivamente. Existe intenso uso do solo industrial e urbano, com pequenas áreas isoladas de uso intensivo agropecuário.

Sendo a soja a principal cultura de exportação da região de influência, os volumes transportados para esse fim em 2016 foram de 47,7 milhões de toneladas distribuídos da seguinte forma: Argentina (39,7 milhões), Bolívia (3,9 milhões), Paraguai (3,8 milhões) e Mato Grosso (0,33 milhões), a isto deve ser adicionado o tráfego ascendente de insumos para a produção agrícola.

Ressalta-se que, embora a soja seja a principal cultura exportável da região, desde a implantação da Hidrovia, houve uma expansão significativa na produção de todas as culturas exportáveis (soja, milho, trigo, cevada para malte, sorgo, girassol, amendoim) e seus derivados (farinhas, paletes e óleos).

Além da soja e de outros grãos e derivados, outras cargas potenciais de crescimento como a recuperação da pecuária e do setor agroindustrial, bem como a futura exploração das jazidas de minério de ferro de Mutum, na Bolívia, que geram um aumento significativo dos volumes de carga a transportar, o que exigiria um quadro institucional e econômico que proporcionasse previsibilidade, estabilidade e competitividade e um desenvolvimento integral da infraestrutura de transporte (aquaviário, marítimo, rodoviário e ferroviário).

Em 2000, os meios de transporte utilizados para as exportações para os países do Eixo (Argentina, Bolívia, Brasil, Paraguai e Uruguai), em termos do volume comercializado foram os seguintes: por via marítima, 85,54%; por ferrovia, 3,65%; rodoviário, 5,40%; fluvial, 2,32%; por via aérea, 0,20%; e por “outros meios”, 2,89% do total das exportações.

Em 2008, em relação a 2007, os movimentos internacionais de carga em volume de (e) para os mesmos países foram os seguintes: marítimo, 86,66%; por ferrovia, 3,60%; rodoviário, 4,02%; fluvial, 2,11%; por via aérea, 0,20%; e por “outros meios”, 3,41% do total das exportações.

Pais limdeiro Hidrovia	Quantidade de Portos
Argentina	48
Bolívia	03
Brasil	11
Paraguai	44
Uruguai	04
Total	110

Tabela 6 – Portos e Terminais da Hidrovia Paraguai-Paraná
Fonte: DNIT; UFPR; ITTI (2015).

O Sistema de Gestão Portuária da Hidrovia classifica as estruturas em Porto Público e Terminal Privado, abaixo definidos.

O Porto Público é o complexo do “porto construído e aparelhado para atender às necessidades da navegação e da movimentação e armazenagem de mercadorias, concedido ou explorado pela União, cujo tráfego e operações portuárias estejam sob a jurisdição de uma autoridade portuária” (ANTAQ, 2012, art. 2º, II). Nesta modalidade de porto, as atividades “são exercidas de forma integrada e harmônica pela Administração do Porto, denominada Autoridade Portuária, e as autoridades aduaneira, marítima, sanitária, de saúde e de polícia marítima” (ANTAQ, 2014, n. p.).

Terminal privado é a instalação construída ou a ser implantada por instituições privadas ou públicas, “para a movimentação e armazenagem de mercadorias destinadas ao transporte aquaviário ou provenientes dele, sempre observando que somente será admitida a implantação de terminal dentro da área do porto quando o interessado possuir domínio útil do terreno” (ANTAQ, 2014, n. p.).

A AI do Eixo compreende áreas economicamente bem consolidadas e relativamente menos desenvolvidas. Isso significa que existem dois tipos claramente distintos de problemas de infraestruturas na região, conforme relatado no diagnóstico original da IIRSA de 2004 e que perduram até a contemporaneidade. As áreas economicamente bem consolidadas impõem a necessidade de melhorar a prestação de serviços face à crescente procura de transportes. As áreas menos desenvolvidas criam a necessidade de ligar as regiões marginais, a fim de promover a sua integração no desenvolvimento sustentável.

A malha rodoviária dos países que compõem o Eixo Hidroviário Paraguai–Paraná abrange 1.980.322 km, dos quais 14,16% das estradas nacionais foram pavimentadas até o final de 2006. A infraestrutura rodoviária na maioria das regiões fronteiriças atravessa barreiras naturais importantes, como os rios Pilcomayo, Paraguai e Paraná na fronteira entre a Argentina e o Paraguai, o rio Paraná na fronteira entre o Paraguai e o Brasil, o rio Paraguai na fronteira entre a Bolívia e o Brasil e o rio Uruguai na maior parte do território argentino-brasileiro e argentino.

Devido a estas barreiras naturais, a rede rodoviária de integração obriga o transporte internacional a utilizar pontes que interligam estes países. Embora a manutenção das rotas tenha melhorado, o crescimento do transporte internacional e a estrutura da rede rodoviária do Eixo, que inclui pontes e passagens de fronteira, resultam em elevados custos de transporte e dificuldades de integração.

Quanto ao transporte ferroviário, a malha ferroviária dos países que compõem o Eixo Hidroviário Paraguai-Paraná abrange 68.716 km, dos quais 94,24% são linhas ativas e a maior parte delas opera na área de influência do Eixo. Nesta área de influência, existem ferrovias que ligam Argentina e Paraguai, Bolívia e Brasil, Brasil e Uruguai, Argentina e Uruguai, e Argentina e Brasil. Em geral, os sistemas ferroviários são antigos e estão em más condições; no entanto, os países que compõem o Eixo conceberam planos de desenvolvimento que preveem investimentos substanciais para melhorar e ampliar a rede ferroviária (Cavalcanti *et al.*, 2012).

A infraestrutura portuária fluvial do Eixo é composta pelos 17 portos importantes que, listados de norte a sul, são: Cáceres e Corumbá, Panorama e Presidente Epitácio, às margens dos rios Paraguai e Paraná no Brasil, respectivamente; Porto Central Aguirre, no canal Tamango, próximo ao rio Paraguai, na Bolívia; mais ao sul, Assunção, no Paraguai, às margens do rio Paraguai. Em seguida vêm o porto de Formosa, no rio Paraguai, e os portos de Barranqueras, Corrientes e Santa Fé, no rio Paraná; o complexo portuário San Lorenzo/San Martín e Timbues, em Rosário, e os portos San Nicolás, Zárate e Campana, também localizados no rio Paraná. Por fim, os portos de Concepción del Uruguay e Nueva Palmira, no rio Uruguai (na Argentina e no Uruguai, respectivamente) (Cavalcanti *et al.*, 2012).

A maioria dos portos listados possui instalações adequadas para o tráfego, movimentação e acondicionamento de mercadorias de importação e exportação. Entre 2001 e 2007, a movimentação total de cargas nos quatro portos brasileiros mencionados cresceu 95,21% (de 3.025.079 toneladas para 5.905.303 toneladas). Além disso, no complexo portuário argentino San Lorenzo/San Martín, a movimentação de cargas cresceu 58,33% entre 2000 e 2007 (de 28.127.162 toneladas para 44.533.347 toneladas) (Cavalcanti *et al.*, 2012).

Quanto aos diferentes tramos da Hidrovia, assim definidos de acordo com a profundidade (calado) e largura do recurso hídrico, são apresentados na tabela 7.

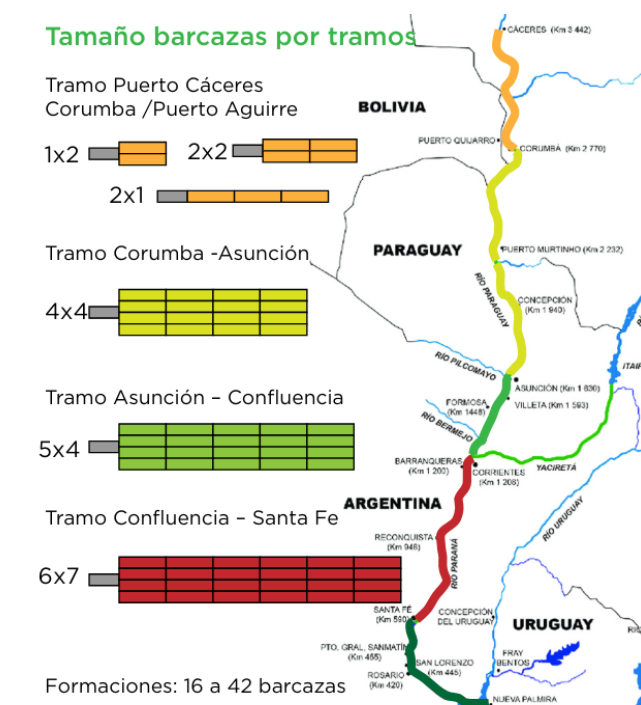
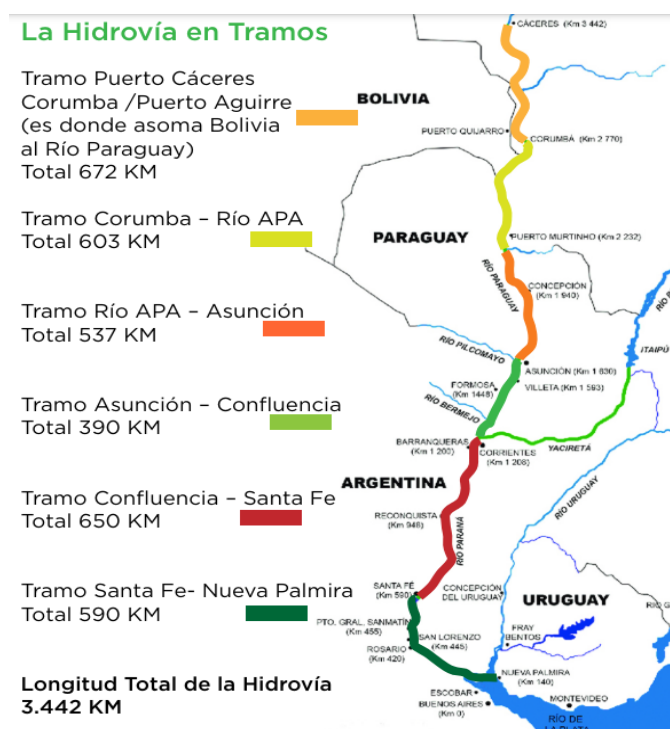


Tabela 7 – Tramos Hidrovia Paraguai-Paraná
Fonte: MAGyP (2021).

No tramo mais a montante, Cáceres/Corumbá (672 km), a Hidrovia atravessa o Pantanal, que constitui uma reserva ecológica para a humanidade, pois regula o fluxo das águas de ambos os rios.

O Pantanal funciona como uma esponja que absorve o excesso de água, originado na época de chuvas fortes, do rio Paraguai, reduzindo o nível das cheias, pois atrasa a chegada da enchente deste em relação ao rio Paraná. O leito do rio nesta secção é sinuoso e estreito, o fluxo natural é escasso e, nas curvas, se acumulam os “corixos”.



Figura 22 – “Corixos” no Pantanal. Mato Grosso, Brasil
Foto: Palo Jr. (2024).

No tramo Puerto Aguirre/Río Apá (603 km), o regime hidráulico é regular. A seca ocorre entre novembro e janeiro, quando a profundidade cai para 2,5 metros. No km 2.630, a Ponte Mariscal Dutra restringe a navegação. Nos km 2.337 e 2.424, aparecem as curvas críticas e através do Canal Tamengo a Bolívia acessa a Hidrovia.

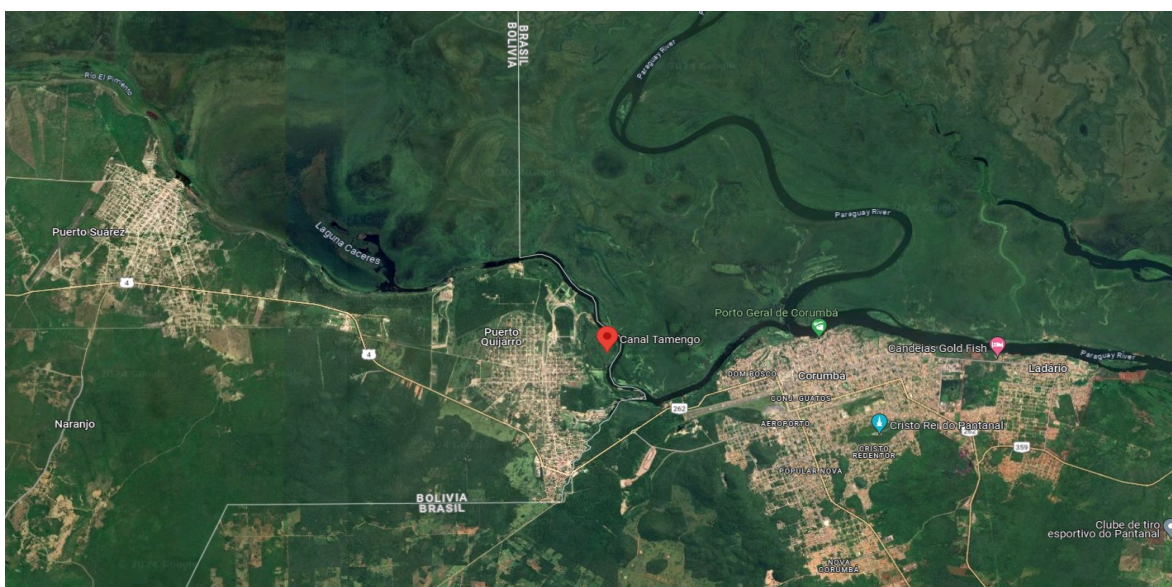


Figura 23 – Canal Tamengo Bolívia
Fonte: Google Earth (2024a).

No tramo Rio Apa – Assunção (537 km), ocorre o trecho que conforma o gargalo da Hidrovia. Na calha, a profundidade é reduzida para seis ou sete pés (1,8 ou 2,1 m) e, nos kms 1.645, 1.940 e 2.048 aparecem afloramentos rochosos. Este trecho (sinalizado) possui 22 pontos críticos que requerem obras em seu leito.

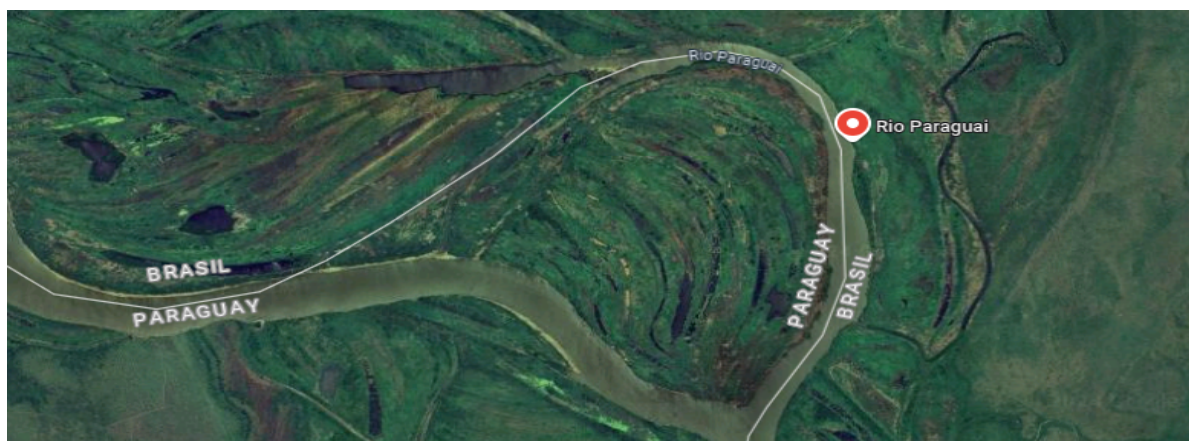


Figura 24 – Área assoreamento e afloramentos rochosos Rio Paraguai necessita dragagem prioritária
Fonte: Google Earth (2024b).

O tramo Asunción – Santa Fe (1.040 km), na sua maior parte, é navegável durante todo o ano, contando com dez pies (3,05 m) de profundidade, mas possui vários pontos críticos entre Itá Purú e Asunción e na desembocadura de Bermejo, que, com a limpeza do leito, permitiria alcançar doze pies (3,6 m) de profundidade.



Figura 25 – Médio tramo do Rio Bermejo (Águas Blancas -Argentina/Bermejo - Bolívia)
Fonte: foto do autor (set/2023).

Em 2024, nota-se um efetivo incremento de volumes exportados via Hidrovia, sendo o Porto de Timbues em Rosário, de propriedade da COFCO²⁶, o maior polo receptor e exportador de grãos. A empresa é responsável pelo envio à República Popular da China de: milho, trigo, sorgo, cevada forrageira, girassol, soja, óleo e farinha de soja, subprodutos do processo de produção de óleo de girassol (composto principalmente por casca de grãos de girassol e soja — destinados para consumo animal), lecitina de soja e girassol e biodiesel de soja.

Em relação à conectografia, ao norte, a Hidrovia drena um território com ampla variedade de recursos minerais metálicos e não metálicos; podemos citar como exemplo as minerações de ferro e manganês — Urucúm e Mutún — localizadas nas áreas adjacentes ao Pantanal entre o Brasil e a Bolívia, respectivamente, cujos produtos utilizam a rede fluvial para chegar a destinos intra e extrarregionais. Nessa região da bacia, há geração de energia hidrelétrica, extração de gás natural, produção agrícola e agroindústria.

Apesar de ser por meio de estradas vicinais, algumas ainda sem pavimentação asfáltica, a região consolidou-se unindo áreas relativamente menos povoadas com grande capacidade e potencial de desenvolvimento, uma vez que é abundante em vários tipos de recursos, tais como potencial energético/mineiro e solo agricultável.

A constante melhoria na navegabilidade fluvial resultaria em uma redução substancial dos custos de transporte para os fluxos de tráfego intrarregional e extrarregional, melhorando a competitividade dos produtos regionais, especialmente aqueles provenientes de áreas localizadas mais distantes dos portos marítimos.

Caso os projetos fossem efetivamente consolidados, existem condições adequadas para melhorar a competitividade regional, reduzindo os custos com energia através dos fluxos Leste-Oeste e vice-versa, dependendo das circunstâncias, assim que a linha de interligação eléctrica NEA-NOA (Nordeste da Argentina – Noroeste da Argentina) se tornar operacional; o que era programado não foi efetivado até 2024.

4.3. Conectividade rodoviária e ferroviária

Existe um projeto de conectografia rodoviária que está sendo coordenado pelo governo federal brasileiro, especialmente pela Ministra do Planejamento e Orçamento do Brasil, Simone Tebet, que foi parcialmente adaptado das propostas do IIRSA. Trata-se da “Rota Bioceânica”. Estão em pleno curso as obras da ponte binacional que ligará o Brasil, a partir de Porto

²⁶ COFCO Internacional na Argentina.

Murtinho, MS), ao Paraguai, em Carmelo Peralta, como parte de uma das cinco rotas do projeto de integração regional sul-americana, a Rota de Capricórnio (IIRSA) (Ministros..., 2024).

O objetivo da rota é conectar a região Centro-Oeste do Brasil via Paraguai e Argentina até os portos no Chile. O cronograma de conclusão da ponte binacional sobre o rio Paraguai está previsto para 2026, reduzindo o prazo de trinta dias para a chegada de mercadorias do Brasil na Ásia para dez dias. A redução do prazo abaixa o preço do frete e implica na redução do preço da *commodity* exportada.

No mesmo ministério brasileiro, está em curso a elaboração dos Planos de Desenvolvimento e a Integração da Faixa de Fronteira (PDIFF),

com o objetivo de estruturar ações para o desenvolvimento de atividades voltadas à melhoria da qualidade de vida e ao crescimento socioeconômico e ambiental; em benefício da população fronteiriça a partir da criação do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO), 24 municípios do Mato Grosso do Sul, abarcados pela Rota 4, tiveram mais de 2,2 mil operações contratadas, totalizando mais de R\$ 870 milhões (Agência gov, 2024, n. p.).

De acordo com Costa *et al.* (2023, p. 27),

Dos 73 municípios localizados na faixa de fronteira de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, apenas 3 possuíam voos comerciais ativos ao final de 2023: Corumbá, Bonito e Ponta Porã. A discussão em torno das ferrovias é estratégica. A Ferrovia Malha Oeste foi alvo de audiências públicas em 2023. São 1.973 km que atravessam o MS até chegar à São Paulo (SP). Ela conecta com a Bolívia aos portos de Ladário e Porto Esperança, em Mato Grosso do Sul, ao Porto de Santos (SP) e ao Porto de Itaguaí (Rio de Janeiro). Atualmente, é controlada pela Rumo Malha Oeste. Entre as principais cargas que seriam escoadas com a reativação da linha estão carnes, grãos, minério de ferro e celulose. Investir em ferrovias permitirá tornar Mato Grosso do Sul e Mato Grosso referências em sustentabilidade, pois o modal rodoviário é mais perigoso (acidentes e atropelamentos), emite mais gás carbônico por tonelada transportada do que o modal ferroviário, além do que, a abertura/desmatamento da área para implantação da ferrovia é até 15 vezes menor que a área aberta para rodovias. Além disso, existe a possibilidade de ligação com a malha ferroviária boliviana, em operação, que vai de Puerto Quijarro até Santa Cruz de la Sierra e, de lá, inflexionar para Yacuiba, na fronteira com a Argentina, avançando até Salta e chegando ao porto de Antofagasta, no Chile.

Para as ferrovias, seguem as rotas dos traçados implantados e planejados para a região.



Figura 26 – Localização da Malha Ferroviária atual dos países signatários do Acordo de Transporte Fluvial pela Hidrovia Paraguai-Paraná
 Fonte: DNIT; UFPR; ITTI (2015).



Figura 27 – Localização da Malha Rodoviária atual dos países signatários do Acordo de Transporte Fluvial pela Hidrovia Paraguai-Paraná
 Fonte: DNIT; UFPR; ITTI (2015).

4.4. Infraestrutura como essência da conectividade de interesses entre os países da Hidrovia

Nesta segunda seção, foram identificados os principais projetos de modais logísticos concebidos pela IIRSA para a integração da área de influência da Hidrovia, de acordo com o prescrito no Eixo “Hidrovia Paraguai-Paraná”.

No âmbito da IIRSA, cada um dos cinco países nomeou membros para delegações, organizadas em cinco grupos de trabalho de acordo com um determinado recorte geográfico sendo: G1: rio Paraguai trecho Asunción/Corumbá (membros de Bolívia, Brasil e Paraguai); G2: bacia Tietê – rio Paraná/Itaipu (membros de Brasil e Paraguai); G3: rios Paraguai e Paraná, Asunción e Delta do Paraná (Argentina e Paraguai) e G5: rio Uruguai (Argentina, Brasil e Uruguai). Cada grupo detalhou as respectivas demandas e estimou custos de investimentos.

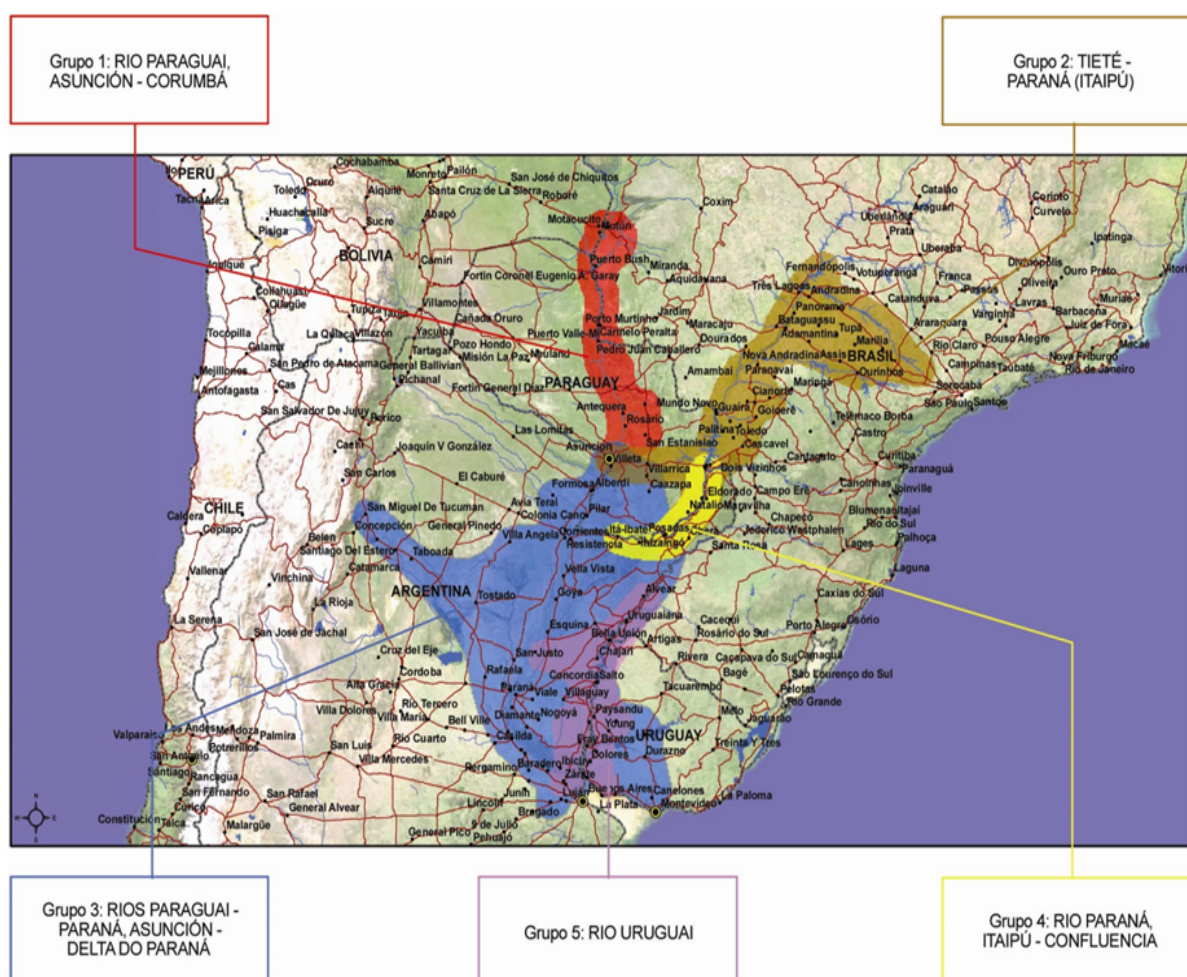


Figura 28 – Grupos do Eixo Hidroviário Paraguai - Paraná
Fonte: IIRSA (2009).

Cada um dos grupos definiu suas respectivas funções estratégicas para o recorte espacial preestabelecido e, dessa forma, foi atribuída prioridade aos empreendimentos e recursos necessários para a implantação. A seguir, com um grau maior de detalhe, encontram-se mapas de projetos de cada Grupo.

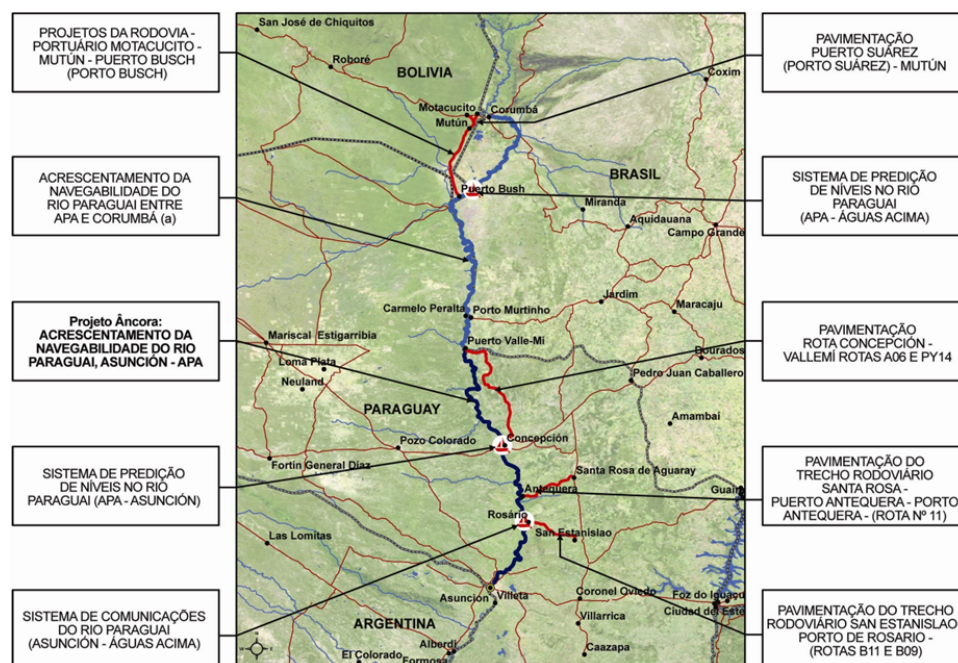


Figura 29 – Mapa AI e Projetos do Grupo 1
Fonte: IIRSA (2009).

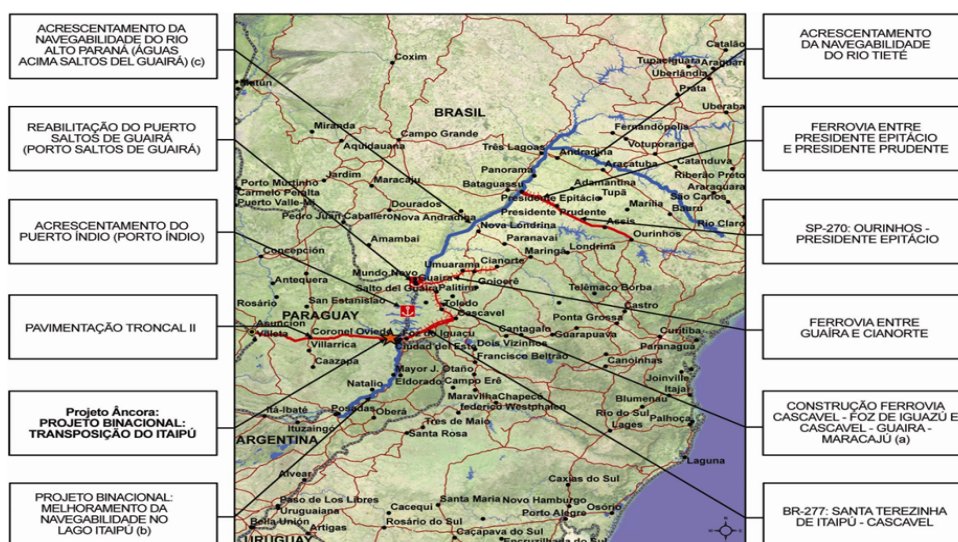


Figura 30 – Mapa AI e Projetos do Grupo 2
Fonte: IIRSA (2009).

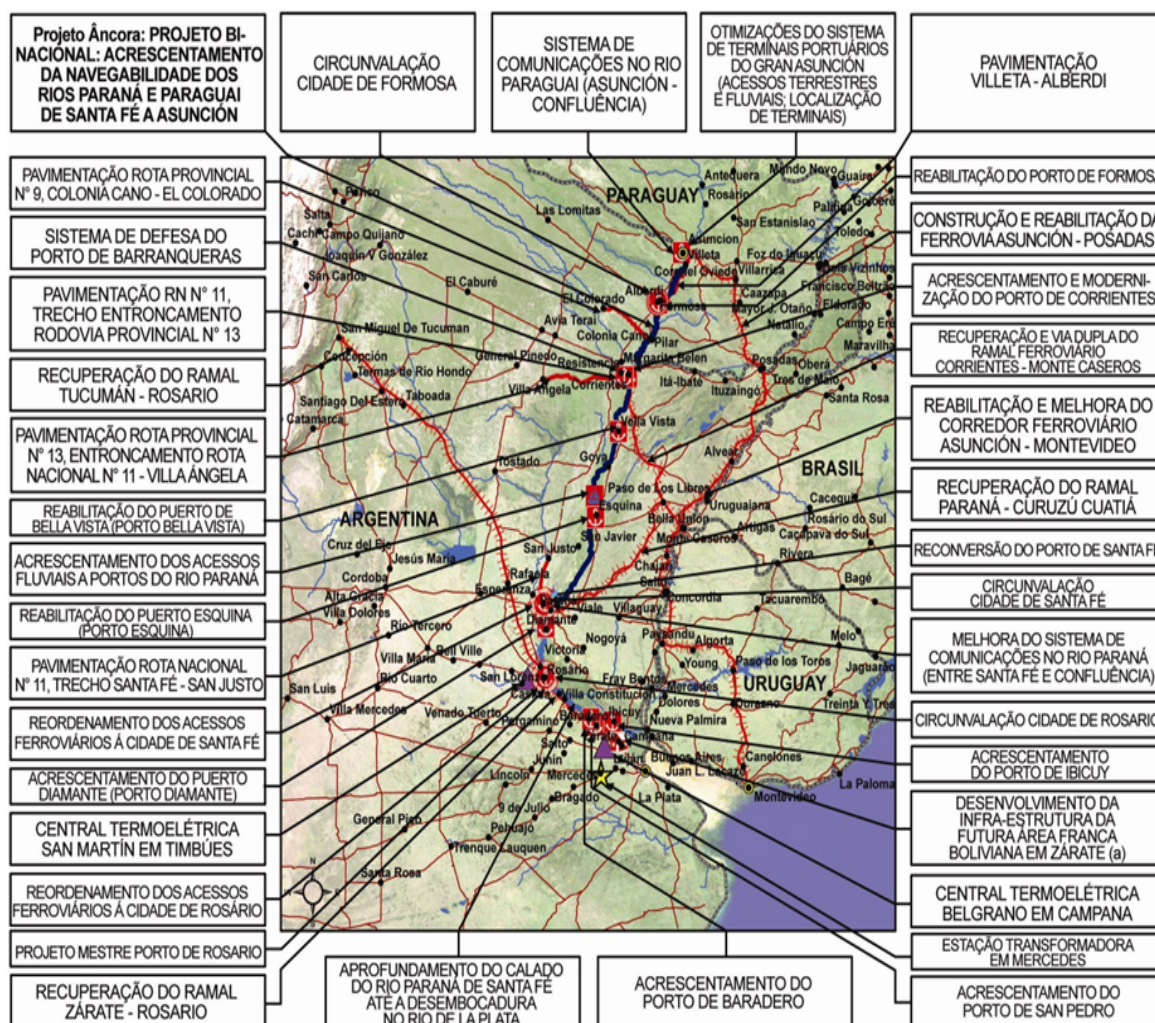


Figura 31 – Mapa AI do Grupo 3
Fonte: IIRSA (2009).

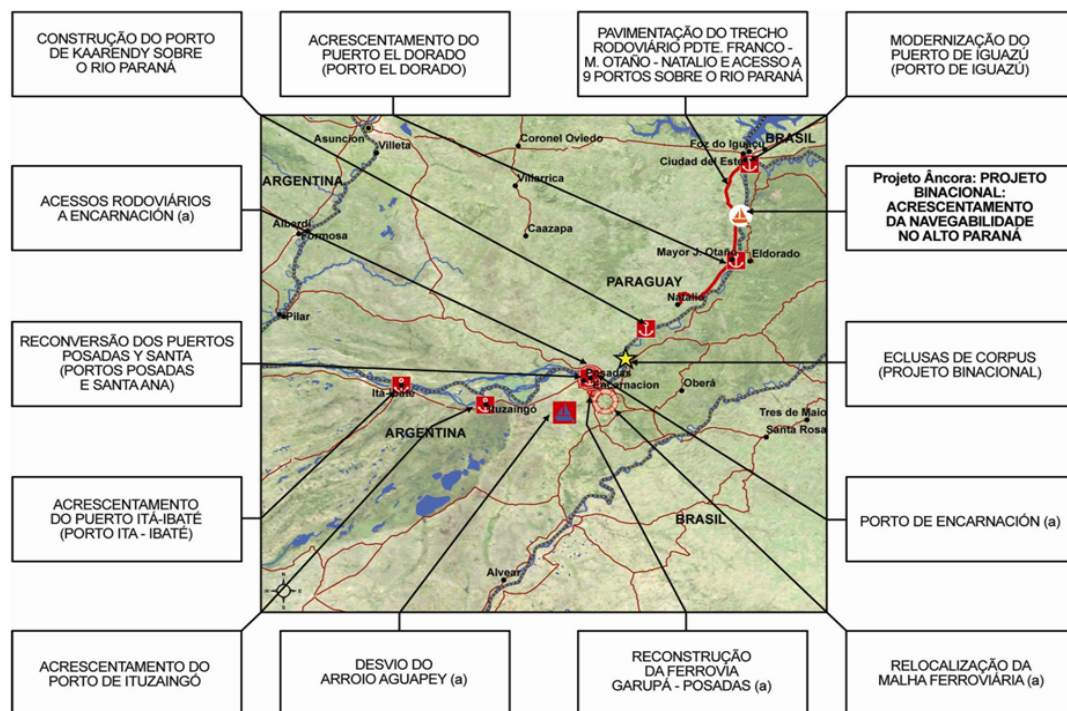


Figura 32 – Mapa AI e Projetos do Grupo 4
Fonte: IIRSA (2009).

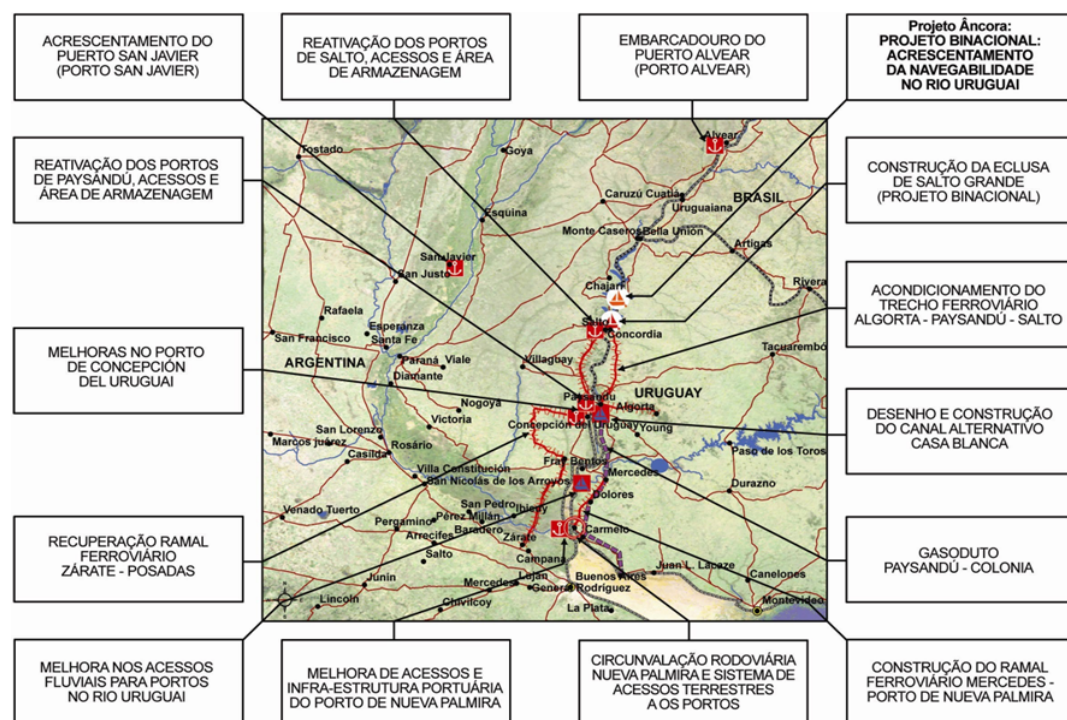


Figura 33 – Mapa AI e Projetos do Grupo 5
Fonte: IIRSA (2009).

A partir de uma análise de todos os projetos planejados pela região, é possível estabelecer duas premissas: absolutamente todos estão diretamente relacionados com a demanda por circulação de mercadorias, promovendo o incremento de estruturas preexistentes ou promovendo a abertura de novas rotas de integração; todos os processos de conectividade dos cursos d'água (sejam rios, arroios e reservatórios das hidrelétricas) demandam a construção de estruturas (portos, eclusas, canais, dragagem) para viabilizar a navegabilidade de mercadorias desde a Bolívia até a foz com o oceano Atlântico.

Em relação às “Funções Estratégicas” de cada coleção de projetos de cada Grupo, apenas o G3 considerou como um ativo “melhorar o sistema produtivo da região e a qualidade de vida das pessoas que vivem nos municípios incluídos na área de influência”. Não que este não seja um resultado possível a partir da consolidação do processo de integração regional, entretanto, os demais grupos indicaram como prioridades a melhoria/ampliação das capacidades de exportar mercadorias, o que necessariamente não implica em uma atividade inclusiva se considerarmos o agronegócio da monocultura da soja ou a mineração.

Todavia, a inclusão de menores portos, nas cidades lindeiras aos principais rios da bacia, poderia impulsionar cadeias produtivas locais e circulação de mercadorias de pequenos produtores caso também fossem reservados espaços, nos grandes terminais de contêineres e/ou barcaças e graneleiros, a estes usuários da bacia que permanecem na informalidade e na disputa de rotas e portos com os gigantes transportadores das *commodities*.

A seguir apresentamos, em uma escala de maior detalhe, que poderia ser ainda mais aprofundada, a hierarquia dos rios que compõem as sub-bacias da Bacia do Prata, para que seja possível observar a demanda por uma hidropolítica nacional e regional. É justamente acerca dos impactos dos crimes transfronteiriços sobre a informalidade vigente nestas sub-bacias e as rotas vicinais a elas associadas que iremos tratar mais adiante neste capítulo.

4.5. A composição logística e a vulnerabilidade socioeconômica da Tríplice Fronteira

Existe ampla, irrestrita e histórica dedicação das políticas públicas em promover a implantação de projetos de modais logísticos. O intuito é promover a integração dos países lindeiros à Hidrovia, conforme demonstrado nos exemplos selecionados da IIRSA. Nesse sentido, há outras iniciativas que têm dimensões e parcerias extrarregionais, como o caso da China e seu “Cinturão e Rota”, ou da construção da 2ª Ponte que irá conectar o Brasil ao Paraguai. Todos os caminhos levam à integração e ao estabelecimento de rotas (novas ou históricas).

A partir deste ponto da tese, a análise passa a dedicar uma especial atenção ao espaço territorial circunscrito à área de influência da Tríplice Fronteira (TF) entre Argentina, Brasil e Paraguai e por óbvio, devido a sua localização e estratégia hidropolítica, ao reservatório da Usina Hidroelétrica Itaipu (binacional Brasil/Paraguai), deste ponto em diante, Itaipu.

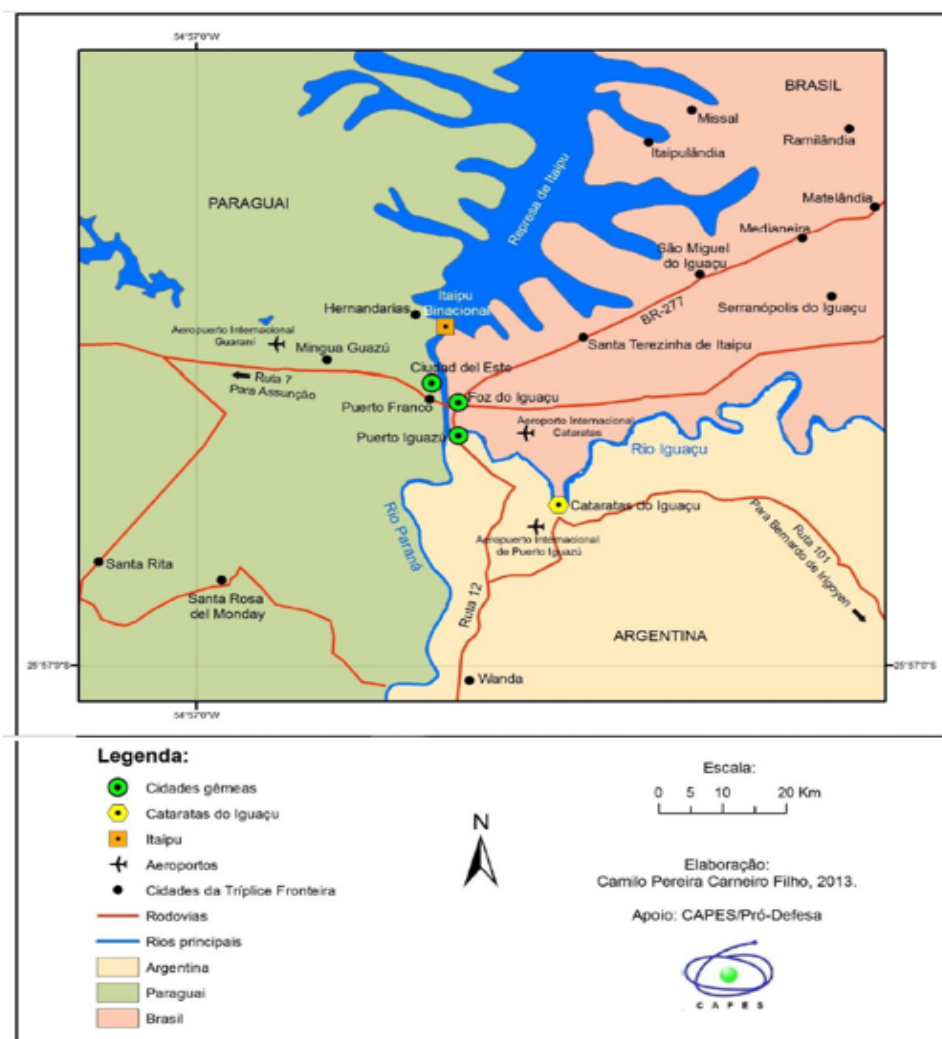


Figura 34 – Cidades da Tríplice Fronteira Argentina, Brasil e Paraguai
 Fonte: Carneiro Filho (2013).

Para consolidar a análise do grau de vulnerabilidade socioeconômico da população na TF, apresentamos uma análise sobre os seguintes dados estatísticos que compõem o IDH dos três países e, de forma mais específica, das cidades-sede dos municípios da respectiva fronteira compartilhada.

A análise dos dados socioeconômicos da TF priorizou informações que comprovam o alto grau de vulnerabilidade social desta região. Ademais, a vasta coleção de produções acadêmicas sobre TF, Itaipu e suas respectivas áreas de influência, advindas não só de autores

sul-americanos, mas também de investigadores norte-americanos e europeus provê um rico arcabouço histórico da evolução de políticas de integração, de políticas para o desenvolvimento e de pesquisas contemporâneas que tratam do processo de securitização da região.

As variáveis utilizadas para a composição do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH²⁷) consideram três aspectos principais da população: renda, educação e saúde. Assim, quanto mais esses três aspectos apresentarem melhorias, melhor será o IDH da localidade em questão.

O IDH varia de zero (nenhum desenvolvimento humano) até um (desenvolvimento humano total). Um índice até 0,499 significa um baixo desenvolvimento humano. De 0,5 a 0,799 representa um desenvolvimento médio e, quando ultrapassa 0,8, o desenvolvimento é considerado alto. O cálculo do IDH leva em conta o PIB per capita, depois de corrigido pelo poder de compra da moeda de cada país, mas também considera dois outros componentes: a educação e a longevidade. A educação é avaliada a partir da taxa de analfabetismo e de matrícula em todos os níveis de ensino. Para aferir a longevidade, utilizam-se os números de expectativa de vida ao nascer. Convém notar que o item longevidade não mostra somente a quantidade de anos que uma pessoa nascida em determinada localidade, num ano de referência, deve viver. Ele também sintetiza as condições de saúde e de salubridade no mesmo local, já que a expectativa de vida é diretamente proporcional às condições sanitárias e ao número de mortes precoces (Índice de Desenvolvimento Humano..., c1996-2024, n. p.).

No caso de uma avaliação sobre a vulnerabilidade socioeconômica, são de grande importância os dados relativos a taxas de alfabetização, gastos públicos com educação, evasão escolar e desemprego.

Todos os anos, a Organização Internacional de Transparência publica o Índice de Percepção da Corrupção (IPC) do setor público. Em 2023, a classificação foi encabeçada por Dinamarca (1º) e Finlândia (2º), os países “mais limpos”, ou seja, onde a percepção de corrupção no setor público é menor. A última posição foi compartilhada pela Síria (177º), Venezuela (178º) e Somália (180º), considerados os países cujo setor público é percebido como tendo mais corrupção (Transparency International, 2024).

Apresentamos os dados de IDH e respectivos atributos de Argentina, Brasil e Paraguai. De forma comparativa, incluímos dados dos demais países limdeiros à Hidrovia (Bolívia e Uruguai), países da América do Sul (Chile, Colômbia e Equador) e países da América Central e México (Tabela 8).

²⁷ “Idealizado pelo economista paquistanês Mahbud ul Haq (1934-1998), com a colaboração do indiano Amartya Sen que foi ganhador do Prêmio Nobel de Economia de 1998, o IDH pretende oferecer um contraponto a outro indicador muito utilizado para medir o avanço dos países, o Produto Interno Bruto (PIB) per capita e, ao mesmo tempo, ser uma medida geral, sintética do desenvolvimento humano. Naturalmente, não pode abranger todos os aspectos do desenvolvimento, nem representar um ‘índice de felicidade’ das pessoas, nem muito menos indicar qual é o melhor lugar do mundo para se viver” (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, c2024).

País (posição 2022)	IDH 2020	IDH 2021	IDH 2022	Natalidade ²⁸	Mortalidade Infantil ²⁹	Expectativa de Vida ³⁰	Escolaridade ³¹ Matricula ensino (fundamental/secu ndário)	Evasão Escolar ³² (%)	Taxa Desemprego relção pop. econ. ativa ³³ (%) ³⁴	Investimentos públicos em educação ³⁵ (% PIB em US\$)	Índice de Percepção da Corrupção ³⁶ Score 0 a 100. Qto mais alto menos corrupto (2019/2021/2023)
Argentina (47º)	0,841	0,844	0,849	13,8	8,8	76,1	99/96	3	6,3	4,6	45/35/37
Brasil (89º)	0,758	0,756	0,760	12,7	12,3	73,4	94,8/88,5	6,3	7,9	5,8	35/38/36
Paraguai (105º)	0,73	0,717	0,731	20,3	16,4	70,5	88,1/73,2	14,9	6,8	3,4	28/30/28
Bolívia (120º)	0,691	0,691	0,698	21,6	24,9	64,9	88/79,8	8,2	4,3	7,7	31/30/29
Uruguai (52º)	0,820	0,814	0,830	10,4	5,8	78	99,7/89,6	10,1	7,8	4,4	71/73/73
Chile (44º)	0,849	0,856	0,860	11,8	4,9	79,5	98,4/96,6	1,8	7,9	4,0	67/67/66
País (posição 2022)	IDH 2020	IDH 2021	IDH 2022	Natalidade	Mortalidade Infantil	Expectativa de Vida	Escolaridade	Evasão Escolar	Taxa Desemprego	Investimentos públicos em	Índice de Percepção da Corrupção Score 0 a 100.

²⁸ Nascimento por cada mil habitantes em um ano.

²⁹ Probabilidade de morrer que tem um recém-nascido antes de cumprir um ano de vida, por cada mil nascidos vivos.

³⁰ Representa a duração média de vida dos indivíduos. Número aproximado de anos em que um grupo de indivíduos nascidos no mesmo ano irá viver, se mantidas as mesmas condições desde o seu nascimento.

³¹ Proporção de alunos, em idade escolar oficial, matriculados em cada nível de ensino, como porcentagem da população total de crianças em idade escolar oficial.

³² Diferença % entre alunos que não seguem para as séries finais do ensino secundário.

³³ Desemprego aberto e de cobertura urbana a menos que se indique que o desemprego oculto e/ou de cobertura nacional. No caso da cobertura urbana esta pode referir-se ao total das zonas urbanas, segundo a definição do país correspondente, ou a um conjunto de cidades ou zonas metropolitanas.

³⁴ Fonte: Organização Internacional del Trabajo, base de dados sobre estatísticas da OIT (ILOSTAT).

³⁵ Gastos correntes e o capital destinado à educação a cargo da administração local, regional e nacional, municípios inclusive (se excluem as contribuições das comunidades/vilas/bairros).

³⁶ Cf. *Transparency International*, 2024. Disponível em: <https://www.transparency.org/en/cpi/2023>.

							Matrícula ensino (fundamental/secu ndário)	(%)	relção pop. econ. ativa (%)	educação (% PIB em US\$)	Qto mais alto menos corrupto (2019/2021/2023)
Colômbia (91°)	0,756	0,752	0,758	13,9	10,9	73,7	95,6/86,9	8,7	9,8	3,9	37/39/40
Ecuador (83°)	0,734	0,746	0,765	16,6	10,7	77,9	98,7/80,5	18,2	3,4	3,6	38/36/34
Costa Rica (64°)	0,811	0,804	0,806	11,7	6,8	77,3	94,8/91,8	3	11,7	6,3	56/58/55
El Salvador (127°)	0,666	0,669	0,674	15,8	9,9	71,5	91,9 (2016)/56,7 (2021)	35,2	3,0	4,5	34/34/31
Guatemala (136°)	0,638	0,630	0,629	20,9	19,8	68,7	92,3/35,4	56,9	3,0	3,2	26/25/23
Honduras (138°)	0,621	0,620	0,624	20,9	12,8	70,7	77,6/38,6	39	7,0	4,4	26/23/23
Nicarágua (130°)	0,652	0,665	0,669	20,0	12,3	74,6	91,9/59,9 (2010)	32	2,9	4,1	22/20/17
Panamá (57°)	0,809	0,813	0,820	17,4	12,7	76,8	88,2/57,3 (2017)	30,9	11,3	3,9	36/36/35
México (77°)	0,757	0,757	0,781	14,6	10,9	74,8	99,7/68,9	30,8	3,0	4,6	29/31/31

Tabela 8 – IDH e atributos socioeconômicos, índices de investimento público em educação e corrupção
Fonte: Transparency International (2024).

A vulnerabilidade da população está diretamente associada à falta de perspectiva para o desenvolvimento de atividades que insiram tais contingentes de jovens no mercado de trabalho com a mínima qualificação. Sem emprego formal ou oportunidade de engajamento na economia local por meio de programas de aprendizado regular e contínuo, o crime transfronteiriço encontra a primeira camada de mão de obra não qualificada, pronta para ser engajada em suas redes de ilícitos.

O abandono escolar em razão do envolvimento em atividades ilícitas que produzem receita fácil e, muitas vezes, incrementam o orçamento familiar, não encontra política pública continuada para seu enfrentamento. São iniciativas isoladas que tentam diminuir o impacto do avanço do assédio do crime sobre os mais vulneráveis, que oferece a oportunidade de engajamento na rede de comércio, transporte, produção nas mais variadas escalas, sendo praticamente impossível sair da “corporação” depois que se assume qualquer posição na estrutura, seja pela promessa de ascensão, seja pelo medo de ser eliminado como agente traidor.

Seguindo o mesmo princípio de deslocamento do processo produtivo para locais onde a mão de obra é mais barata, por ser menos qualificada, e apostando que assim se mantenha para que o processo de exploração não cesse, as bandas criminais dos grandes cartéis “replicam” a estratégia das grandes corporações, que produzem fora do seu território mercadorias que depois ou seus nacionais irão consumir ou serão exportadas para as cadeias globais.

Wainwright (2016), autor do livro *Narconomics. Como administrar cartéis de droga*, compara por exemplo o precário e centralizado *modus operandi* do cartel de Medellín nos anos 1980 com o processo de internacionalização de redes de franquias estadunidenses tais como McDonald’s e Walmart, ou Adidas, para citar uma companhia que produz moda esportiva, sendo replicado pelas corporações que praticam atividades transnacionais ilícitas, inclusive com o desenvolvimento de *benchmarking*³⁷.

A rentabilidade e progressão dos tipos de negócios, a ampliação do mercado, a busca por matéria-prima e mão de obra mais baratas e a melhor logística, conformam a rede de negócios ilícitos transnacionais com um grau de profissionalização e hierarquia equivalente à

³⁷ “Benchmarking é uma ferramenta de gestão que consiste na mensuração da performance de uma organização, permitindo que ela compare sua eficiência com a de outras organizações, frequentemente com a empresa líder do segmento ou outro concorrente muito relevante. Esta prática não significa copiar o que a concorrência está fazendo, mas aprender com ela através da observação e comparação das melhores práticas. O benchmarking pode e deve ser utilizado mesmo quando buscamos um posicionamento competitivo de unicidade (sermos reconhecidos como únicos, à parte da concorrência). Por isso, é fundamental compreender que benchmarking visa a utilização de inteligência competitiva para atingir uma posição estratégica privilegiada. Além disso, é preciso ter em mente que benchmarking não é uma ação isolada, mas sim um processo contínuo” (Hilsdorf, 2010, n. p.).

formação de times que vestem a camisa da empresa; no caso das bandas criminais, se tatuam com a logomarca do produto e sonham em ser CEOs.

De acordo com Wainwright (2016), o processo onde os cartéis trasladam as operações comerciais a um país estrangeiro, que ele denominou *offshoring boom*, promoveu o estabelecimento de parcerias e cooperação entre os atores do sistema de empresas transnacionais de ilícitos, gerando uma diversificação da “cesta de negócios” que podem ir da produção efetiva da droga à aquisição de empresas, imóveis, conexão com atividades comerciais e de serviços que não estejam diretamente associados ao narcotráfico.

Os negócios alternativos ao narco auxiliam a regularização dos ativos, seja no envolvimento com outra modalidade de crime, tais como tráfico de armas, de pessoas ou até a promoção de eventos culturais que fazem apologia ao crime e se imiscuem na vida cultural das comunidades como forma de cooptação (narco rappers, bailes funk) (Malcomsom, 2021; Pimentel, 2017).

O Fórum Econômico Mundial estabeleceu uma metodologia para a composição do “Global Competitiveness Report”, publicado todos os anos pela instituição. O objetivo do relatório é, com base em um índice de desenvolvimento, apresentar um ranking dos países que possuem as melhores capacidades e, portanto, mais atrativos para recepção/expansão de empresas transnacionais.

Esses índices são intensamente estudados por multinacionais que tentam decidir onde no mundo eles deveriam atacar em seguida. Consideremos o magnata americano do vestuário interior, pronto para abrir a sua próxima grande oficina. Ele sabe que a América Central oferece salários baratos e proximidade com os Estados Unidos. Mas qual dos seus países ele deveria escolher? ‘Doing Business’ dir-lhe-á que conseguir uma licença para construir a sua fábrica levará 158 dias na Guatemala, 115 dias em El Salvador e apenas 82 dias nas Honduras. O preenchimento de impostos levará 320 horas por ano em El Salvador, 256 horas na Guatemala e 224 em Honduras. A relativa facilidade de fazer negócios em Honduras, pelo menos de acordo com algumas medidas, ajuda a explicar por que a selva ao redor de San Pedro Sula está sendo rapidamente devorada por novas fábricas de propriedade estrangeira (Wainwright, 2016, p. 107, tradução do autor).

Segundo Wainwright (2016), as prioridades dos cartéis de drogas são diferentes das de empresários de negócios lícitos, que estão preocupados em saber em quanto tempo vão conseguir abrir uma filial em determinado país e qual burocracia deverão enfrentar para honrar com todos tributos e taxas exigidos para a venda de sua mercadoria. Entretanto, o autor alerta para a possibilidade de elaborar uma análise distinta dos índices produzidos pelo Fórum Econômico Mundial, produzindo um cenário que favoreça a decisão da instalação do crime em um país.

Você apenas tem que lê-los de trás para frente. Pegue o ‘GCR’. A primeira seção do seu cartão de ‘score’ é dedicada à avaliação da força das instituições públicas. Para as empresas comuns, às instituições estatais fortes – tribunais, forças policiais, parlamentos etc. – são uma coisa desejável num país anfitrião. Os negócios ficam mais lentos se as empresas continuarem sendo incomodadas por subornos. Sempre que solicitam permissão para operar, a execução de contratos torna-se impossível se as empresas rivais conseguiram persuadir secretamente os juizes a decidirem a seu favor. Para os cartéis acontece exatamente o oposto: países com instituições fracas são locais ideais para se estabelecer. As classificações do Fórum Econômico Mundial quase poderiam ter sido concebidas tendo em mente os cartéis da droga. Os analistas avaliam os países de acordo com fatores como o grau de aceitação do suborno, o grau de corrupção dos juizes, o grau de fiabilidade da força policial e até mesmo a presença do crime organizado já no país. Os cartéis de droga querem saber onde vão encontrar formas mais fáceis de superar a polícia local, subornar os juizes e fazer com que a comunidade empresarial lave o seu dinheiro. Basta ler o índice (Wainwright, 2016, p. 109, tradução do autor).

Baseado na mesma metodologia e com os dados utilizados para a classificação dos países, Wainwright (2016) analisou quais os países teriam a maior capacidade de atrair os negócios do crime transfronteiriço, justamente por terem notas muito baixas no ranking, devido às sérias defasagens nos atributos que melhor qualificam os países, observados pelos empresários dos negócios lícitos.



Figura 35 – Cartel Competitiveness Report
Fonte: Wainwright (2016, p. 107).

Observando a comparação das notas mais baixas do ranking entre os países da América Central selecionados pelo autor, devido à escalada da presença dos negócios associados à narcoeconomia, na primeira década do século XXI, também foi possível associar as taxas mais altas de número de assassinatos a cada 100.000/pessoas aos países com as notas mais baixas; no caso deste recorte temporal, Guatemala e Honduras eram os menos confiáveis para investir, e mais violentos, caso o negócio seja lícito.

Países	Competitiveness Score (WEF, 2016; 2019). Em 2016, o Grau de Confiança abaixo de 4 = Alto Risco de Investimentos. Em 2019, Grau de Confiança 4.0 ³⁸ abaixo de 60 = Alto Risco de Investimentos. Segurança abaixo de 45, presença crime organizado e baixa confiabilidade na justiça e forças policiais (corrupção).			Taxa de assassinatos por 100.000 habitantes 2023. Acima de 40 - efetiva presença do crime transnacional e disputa de território pelas facções. Acima de 10 - presença do crime transnacional e disputa de território pelas facções em regiões isoladas do país. Até 10 - não implica necessariamente presença do crime transnacional e disputa de território pelas facções.			
	2016	2019 (Grau Confiança ³⁹ /Segurança ⁴⁰)	Índice GINI ⁴¹ (ano com dados disponíveis)	2012		2022	
Brasil	4,1	61/43,0	0,60 (2023) 0,48 (2020)	28,2	Foz do Iguaçu 36,8	22,3	Foz do Iguaçu 39,7
Argentina	3,8	57/69,8	0,63 (2023) 0,42 (2020)	6,3	Rosario 15; Misiones 4,1	4,2	Rosario 22; Misiones 3,1
Paraguai	3,6	52/66,3	0,43 (2020)	10	Ciudad del Este 13,4	6,3	Ciudad del Este 12,1
Uruguay	4,1	63/71,2	0,40 (2020)	7,9	Montevideo 11,8	10,8	Montevideo 12,6
Guatemala	4,1	54/42,9	0,48 (2014)	39,9		35,4	
Honduras	4,0	53/41,2	0,48 (2019)	90,4		85,5	
El Salvador	3,9	53/33,5	0,38 (2020)	41,2		40,8	
Nicaragua	3,8	52/75,9	0,46 (2014)	11,3		9,4	
Panamá	4,4	62/72	0,49 (2019)	17,2		16,9	

³⁸ O ICG 4.0 capta os determinantes do crescimento a longo prazo. A escala vai de 0 a 100.

³⁹ Quanto mais alto o valor (1 a 100), maior grau de confiança há no país.

⁴⁰ Quanto mais alto, melhor (0-100). Grau de segurança do país relativo à combinação dos seguintes indicadores: presença crime organizado, taxa de homicídios, incidência de ações terroristas e confiabilidade nos serviços policiais.

⁴¹ Índice de Gini é o indicador utilizado para medir a desigualdade na distribuição da renda. Aponta a diferença entre os rendimentos dos mais pobres e dos mais ricos. Seu valor varia entre 0 e 1: quando mais próximo de 1, mais desigual é a distribuição de renda em um país; quanto mais próximo de 0, menor é essa desigualdade.

Costa Rica	4,3	62/69,9	0,49 (2020)	8,5		13,8	
Bolívia	3,6	52/66,3	0,43 (2020)	10,4		3,5	La Paz 1,7
México	4,3	65/40,1	0,56 (2023) 0,45 (2020)	20,6		23,8	
Equador	4,1	56/70,7	0,47 (2020)	12,4		26,7	
Chile	4,6	71/83,7	0,44 (2020)	2,8		4,7	
Colômbia	4,3	63/45,1	0,58 (2023) 0,54 (2020)	36, 5	Nariño 42,2	25,9	Nariño 32,1

Tabela 9 – Cartel Competitiveness Report (2016)

Fonte: Schwab (2015) e Schwab (2019).

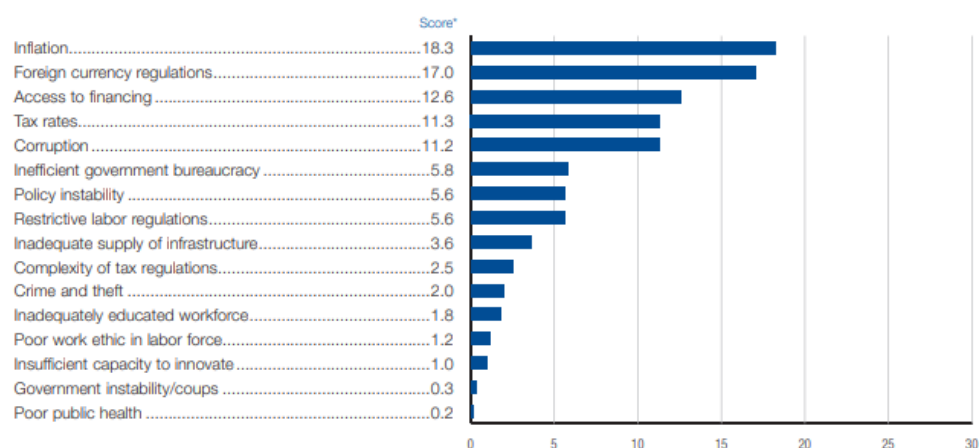
Utilizamos a mesma metodologia para comparar os países que compartilham a Hidrovia, a TF, e atualizamos as colunas do gráfico de Wainwright para 2023. Ademais, como forma de comparar com outros países latino-americanos, incluímos México e Equador, que, de acordo com relatos recentes, possuem alto grau de influência econômica e de ocorrências de atividades relativas aos crimes transfronteiriços. A tabela organizou os países de acordo com as premissas do gráfico *Cartel Competitiveness Report*, Figura 36.

As boas menções de atributos que poderiam inspirar a confiança dos investidores estrangeiros nos países da América Latina são derrubadas quando as péssimas notas dos atributos, em relação a segurança e corrupção, entram nos cálculos dos respectivos graus de confiança. Ou seja, além de serem causas para um contínuo e crônico processo de desinteresse por parte dos investidores estrangeiros, os fatores que os afastam dão margem para que as redes de negócios relativos ao crime prosperem e deem continuidade ao ciclo vicioso da violência estrutural, no plano doméstico de cada país e por associação das redes criminosas na região.

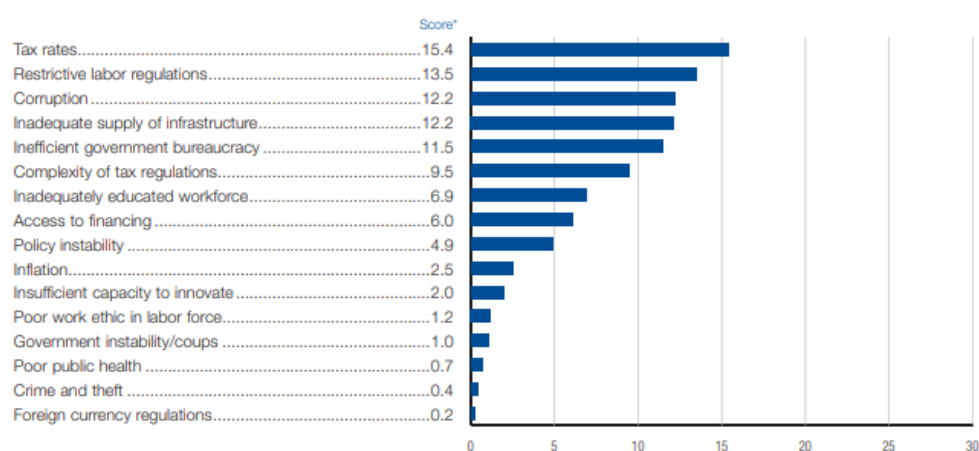
Comparar vários índices econômicos e associá-los às taxas de assassinatos por cada 100.000 habitantes nos permitiu qualificar e comparar os países da América Central com outros países da América Latina, da Hidrovia, da TF e, inclusive, países na face do oceano Pacífico (Chile e Equador).

Medir exatamente a quantidade de circulação *offshore* de narcóticos, que ocorre em cada país, é complicado. Uma forma de medir a atividade criminosa é a violência, que tende a aumentar quando os cartéis entram em ação. Olhando para a taxa de homicídios, parece que o crime realmente floresceu nos países onde é mais fácil para as gangues fazerem negócios. A Costa Rica, o Panamá e a Nicarágua têm taxas de homicídios bastante baixas segundo os padrões regionais, sugerindo uma presença bastante limitada do cartel. El Salvador, Guatemala e Honduras, por outro lado, apresentam taxas de violência dramaticamente mais altas (Wainwright, 2016, p. 107, tradução do autor).

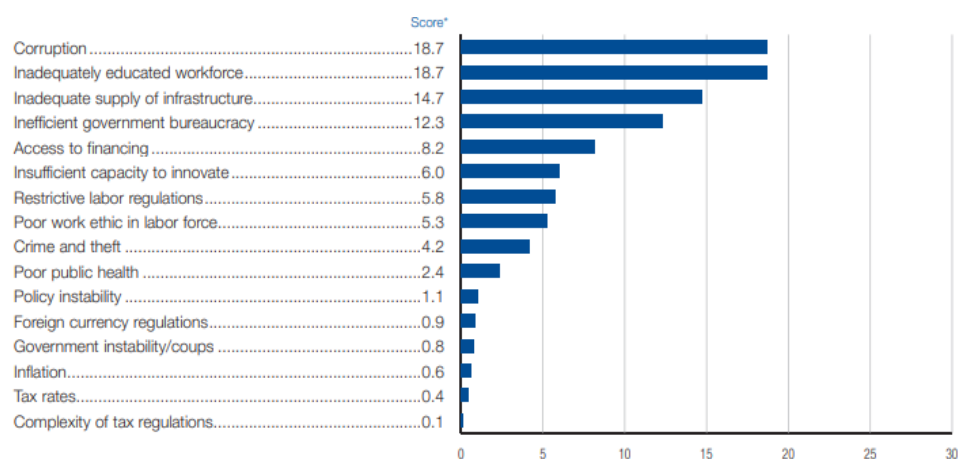
Em uma análise comparada entre os mais problemáticos fatores para realizar negócios, de acordo com o WEF, Argentina, Brasil e Paraguai, em 2016, compartilham os dez mais relevantes: corrupção, mão de obra não qualificada, infraestrutura indisponível, burocracia governamental ineficiente, inflação, dificuldade para negócios com moeda estrangeira, falta de acesso a financiamento, instabilidade política, falta de ética no ambiente laboral, crime e roubo e complexidade das regras fiscais/tributárias).



Argentina



Brasil



Paraguai

Figura 36 – Fatores mais problemáticos para a realização de negócios Argentina, Brasil e Paraguai
Fonte: Schwab (2015).

4.6. Conclusões do Capítulo

A fim de consolidar uma conclusão parcial para a tese, apresentamos a seguir os questionamentos que guiaram a busca por respostas neste capítulo: Qual o cenário de desenvolvimento humano e econômico das populações lindeiras à Hidrovia? Quais as soluções possíveis, relacionadas ao incremento de recursos humanos, equipamento, tecnologia e procedimentos para que a integração logística interestatal ocorra? O processo de integração logística prevê a agenda interinstitucional?

Em qualquer escala de análise (regional, nacional ou local), foi possível comprovar a extrema vulnerabilidade socioeconômica a qual a população lindeira à Hidrovia está exposta. Os históricos dos índices de referência para compor IDH e PIB, sem exceções encontram-se, historicamente, em níveis que se encaminham aos índices de países com risco de colapsar (caso da América Central), sem que qualquer perspectiva seja apresentada aos jovens, que, com altos índices de evasão escolar, se afastam do processo de formação assim que concluem os anos de ensino fundamental.

Tal circunstância e as altas taxas de desemprego, baixo investimento em educação e altos índices de corrupção completam o cardápio de vulnerabilidades que atraem o crime transnacional. As redes de adolescentes que são cooptados e ingressam nas cadeias produtivas, de logística e comércio dos ilícitos o fazem com a promessa de ganhos vultosos e rápida ascensão na corporação, sem exigência de qualquer qualificação.

Então, analisamos o nexos causal da vulnerabilidade pelo baixo investimento em educação em relação à manutenção e ao incremento nas taxas de assassinatos violentos por cada 100.000 habitantes. Se comparados com o estado da arte dos países da América Central, os países lindeiros à Hidrovia caminham em direção aos mesmos índices de total descontrole da segurança pública, onde bandas criminais se valem dos vácuos do poder e do desenvolvimento para empoderar seus negócios, redes e obter ganhos com a ampla oferta de mão de obra não qualificada.

Quanto à previsão da integração interinstitucional pertinente ao processo de integração logístico, foram identificados os atores do sistema internacional atuantes na área de influência da Tríplice Fronteira e como as atividades por eles desenvolvidas reverberam impactos no nível de análise local, regional e internacional. Desta forma, a partir de revisão bibliográfica e dados obtidos junto aos órgãos de segurança e defesa fronteiriço, o próximo capítulo será dedicado a traçar um histórico do processo de institucionalidade regional e local (TF) estabelecida uma matriz de interesses que se convergem ou conflitam na consolidação da Tríplice Fronteira.

As indagações provocativas de Khanna (2016) transcritas a seguir, colocam a inquietação sobre a viabilidade de integrar os espaços e desta forma constituir melhores arranjos produtivos e sociais de forma cooperada, circunstância que evoluiu na TF, mas que também permitiu ao crime organizado se “integrar e institucionalizar”: “Como será o nosso planeta quando construirmos infraestruturas de transporte, energia e comunicações perfeitas entre todas as pessoas e recursos do mundo — quando não houver geografia que não esteja conectada?” (Khanna, 2016, p. 6).

A análise exaustiva da proposta da IIRSA para a região nos substanciou com dados que tais projetos efetivamente poderiam integrar a região de forma orgânica, oferecendo meio de sustentar uma ampla cadeia de suprimentos para o comércio interpaíses e internacionais. Entretanto, não só a iniciativa foi abandonada como o período de dois anos que nos afasta do choque paralisante da pandemia de Covid-19 vêm consolidando políticas nacionais que se afastam do ímpeto do integrar.

Esta negação à integração também é um ativo para o ilícito, que vem migrando nos últimos anos, de e para onde as regras e a corrupção se contrapõem em uma dança entre as bandas, os diferentes tipos de crime, as incoerências políticas internas e, de forma basilar, a não integração entre os processos de securitização dos Estados-nação.

Estes estados, como soberanos do território, rios, lagos e respectivos processos de exercício da prerrogativa, não têm demonstrado que o desenvolvimento socioeconômico de comunidades lindeiras e das fronteiras seja uma prioridade de curto prazo.

Neste capítulo apresentamos as obras de infraestrutura capazes de promover a conectografia local e regional por meio da implantação de modais logísticos associados à implantação e operação da Hidrovia Paraguai-Paraná, dando algumas luzes em relação à maneira como o vem ocorrendo o processo de ocupação das faixas de fronteira associadas à Hidrovia, seja pelo agronegócio ou pelo total isolamento da população.

Tentamos uma aproximação às condições socioeconômicas da população lindeira da Hidrovia (em diferentes escalas de análise por meio da correlação de dados de relevantes fontes tais como Banco Mundial, CEPAL, a IIRSA além de órgãos locais e regionais). As diferentes dimensões comparadas viabilizaram qualificar a evolução e a situação atual relativa ao desenvolvimento socioeconômico das populações das faixas de fronteira vulneráveis à cooptação pelo crime organizado.

Como soluções possíveis, relacionadas ao incremento de recursos humanos, equipamento, tecnologia e procedimentos para que a integração logística interestatal ocorra, recuperamos os dez primeiros Objetivos do Desenvolvimento Sustentável da ONU:

Caso estes sejam implantados, por consequência, resultam no sucesso dos demais ODS: redução das desigualdades; cidades e comunidades sustentáveis; consumo e produção responsáveis; ação contra a mudança global do clima; proteção da vida na água; da vida terrestre; paz, justiça e instituições eficazes. Tudo isso por meio de parcerias como meios de implementação, sem que sejam necessários vultosos investimentos em um processo de securitização da Hidrovia — que já está em curso, como iremos demonstrar no próximo capítulo.

5. VAZIOS DE PODER: INTERDEPENDÊNCIA ENTRE AS POLÍTICAS PÚBLICAS E AS NARCO-POLÍTICAS

Este capítulo foi dedicado à descrição da burocracia pública relativa aos processos de comando e controle, assim como segurança e defesa que deveriam ser aplicados na área de influência da Tríplice Fronteira (Argentina, Brasil e Paraguai), que por conseguinte, afetam diretamente a operação da Hidrovia.

Considerando que se trata de uma Tese de Relações Internacionais e não de Ciência Política ou de Políticas Públicas, os dados e as análises desenvolvidas nesta seção servem apenas para ilustrar os diferentes graus de complexidade de cada uma das estruturas organizacionais de segurança pública dos três países e identificar as iniciativas de integração empreendidas na tentativa de enfrentar um problema comum.

Para tanto, o capítulo foi dividido em quatro seções. Na primeira foi apresentado o processo de constituição, os arranjos institucionais assim como as competências burocráticas dos organismos multilaterais regionais, tais como Mercosul, Comando Tripartite e de alguns acordos bilaterais relativos a segurança e defesa, que têm como foco de atuação a TF.

A segunda seção demonstrou o organograma, em cada um dos três países, das instituições de segurança e defesa que atuam sobre as fronteiras, de que forma surgem as iniciativas e como são mobilizadas as operações integradas, nos planos domésticos e internacionais, para o enfrentamento do crime transfronteiriço na região da Tríplice Fronteira.

Na terceira seção foram apresentados os arranjos institucionais por meio de regramento jurídico nos respectivos planos doméstico, binacional ou trilateral, entre forças de segurança pública, por exemplo, a mobilização das forças armadas em operações especiais conjuntas para enfrentamento do crime transfronteiriço. Na quarta seção foram descritos alguns eventos locais que elucidam a capacidade de resiliência e redundância do crime transfronteiriço, bem como casos de “alianças” entre as bandas/facções criminais, no intuito de reorganizar a distribuição de poder local e manter a resiliência sobre a hegemonia do crime.

Na quinta seção foi estruturada uma análise do caso de internacionalização do Primeiro Comando da Capital (PCC) a partir de revisão bibliográfica referente à atuação de tal Organização Criminosa na área de influência da TF e respectivamente da Hidrovia. Concluímos o capítulo com uma análise sobre a eficácia dos processos de integração para o enfrentamento dos crimes transfronteiriços perante a capacidade do crime se reposicionar e inovar a estratégia de circulação dos ilícitos.

5.1. Arranjos institucionais e competências burocráticas dos organismos multilaterais dos quais participam Argentina, Brasil e Paraguai

Diante do apresentado no capítulo três, é possível observar que, apesar das iniciativas de planejamento para integrar a área de influência da Hidrovia por meio da implantação de modais logísticos de infraestrutura, após vinte anos das detalhadas propostas da IIRSA, muito pouco foi implementado, seja do ponto de vista isolado pelos países que têm interesses em ampliar seus corredores de exportação, seja pelos processos de cooperação bilateral de tais iniciativas.

Esta seção está dedicada a apresentar o detalhamento do referido processo/projeto de integração a partir da criação do Mercosul, do Comando Tripartite e de alguns acordos de cooperação bilaterais, como iniciativas que têm os três países da TF como Estados Partes. Ao final, será possível identificar quais as medidas previstas em cada uma das iniciativas de cooperação foram efetivamente implantadas e de que maneira foram pensados os potenciais projetos de securitização na área de influência da TF.

5.1.1. O Mercosul

O Mercosul se originou mediante negociações entre Brasil e Argentina, durante a década de 1980, a partir da redemocratização dos dois países latino-americanos, que colocou fim a um grande período de governos ditatoriais. O Tratado de Assunção, assinado em 26 de março de 1991, foi o marco jurídico-institucional inicial, principalmente porque era um acordo de alcance parcial, originário do *Acuerdo de Complementación Económica* (ACE) n. 18, realizado no âmbito da Associação Latino-Americana de Integração (ALADI)⁴².

Os Estados Partes são: Argentina, Brasil, Paraguai, Uruguai e Venezuela⁴³. Os Estados Associados são: Bolívia⁴⁴, Chile, Colômbia, Equador, Guiana, Peru, Suriname.

⁴² “A Associação Latino-Americana de Integração é um bloco oriundo do Tratado de Montevideu, realizado na capital do Uruguai em 1980, resultando na criação de um documento legal para a regulamentação do bloco econômico. Dentre seus objetivos destacam-se o pluralismo acerca das questões econômicas e políticas, assim como o estabelecimento de ações que visam à formação de um mercado comum da América Latina, não obstante o desenvolvimento social e econômico, ambos debatidos de forma equilibrada, sem que haja uma atenção maior de um em detrimento do outro” (Azevedo; Nascimento, 2016, p. 188).

⁴³ A República Bolivariana da Venezuela se encontra suspensa de todos os direitos e obrigações inerentes à sua condição de Estado Parte do MERCOSUL, em conformidade com o disposto no segundo parágrafo do artigo 5º do Protocolo de Ushuaia.

⁴⁴ O Estado Plurinacional da Bolívia se encontra atualmente em processo de adesão.

Desta forma, é possível admitir que o Mercosul, desde suas origens, protagoniza o papel de uma aliança comercial para viabilizar o incremento das economias regionais, com objetivo central de compor um mercado comum que viabilizasse a livre circulação de bens, mercadorias, serviços, capitais e pessoas. Em relação à circulação de pessoas, foi estruturado, e segue sendo atualizado, um conjunto de normas de alta complexidade dedicadas à circulação de trabalhadores, estudantes, migrantes, conforme será apresentado neste capítulo.

De acordo com o sítio do Mercosul (2024),

[...] é um processo de integração regional conformado inicialmente pela Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai ao qual recentemente incorporaram-se a Venezuela* e a Bolívia, esta última em processo de adesão. Os idiomas oficiais do Mercosul são o espanhol e o português. A versão oficial dos documentos de trabalho será a do idioma do país sede de cada reunião. Desde 2006, através da Decisão CMC N° 35/06, foi incorporado o Guaraní como um dos idiomas do bloco. O MERCOSUL é um processo aberto e dinâmico. Desde sua criação teve como objetivo principal propiciar um espaço comum que gerasse oportunidades comerciais e de investimentos mediante a integração competitiva das economias nacionais ao mercado internacional.

De acordo com Gamba (2012), quando se considera que existe “*una amplia circulación de bienes, servicios, capitales y personas entre los diferentes países, necesariamente existirá la práctica de sanciones ilegales que también deben tener regulaciones y protecciones específicas que también están ausentes en la actualidad*”. Para o autor, todos esses temas “*van más allá del aspecto puramente comercial que involucra a los países mercosulistas, por lo que es necesario avanzar más en la creación de instituciones supranacionales*”.

Ou seja, sob a perspectiva institucional do mercado, não há referência explícita à integração dos programas de securitização regional e tão pouco ao enfrentamento de um problema comum entre os Estados Partes, referindo-se ao crime transfronteiriço que, de alguma maneira, é uma plataforma de comércio de bens e serviços operando a partir e entre as mesmas fronteiras compartilhadas pelos membros do grupo.

Os temas que têm agenda prevista são:

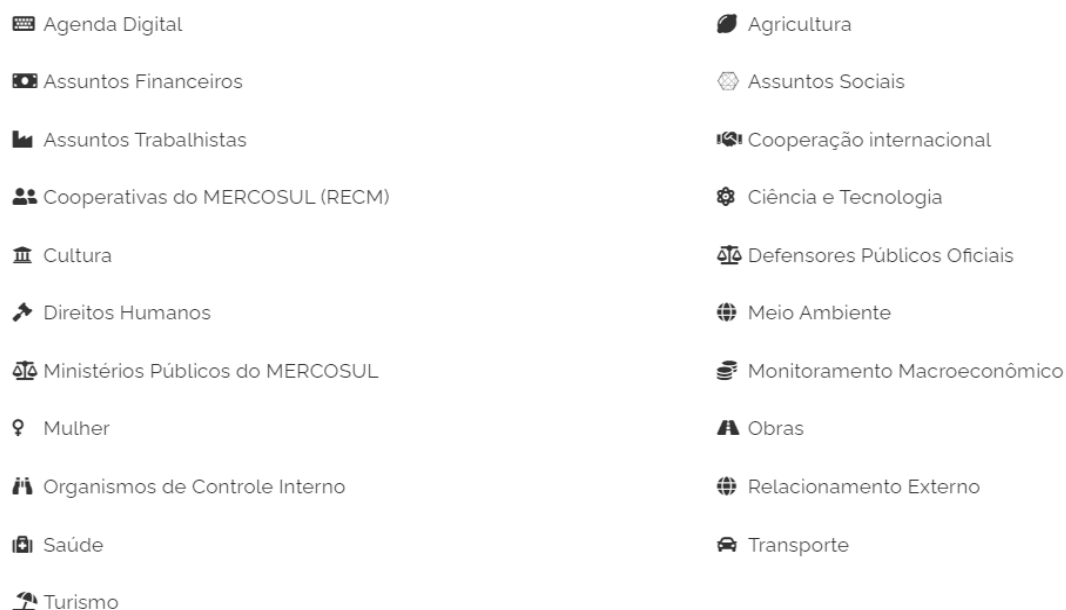


Figura 37 – Temas abordados pelo Mercosul
Fonte: Mercosul (c1991-2024).

Embora não esteja evidenciado na lista das pautas, os países (reconhecendo a problemática) promovem reuniões sistemáticas entre autoridades dos respectivos ministérios de defesa e segurança pública, além de representantes dos Ministérios Públicos, para debater possíveis projetos de cooperação no âmbito da “luta contra o flagelo das drogas” (sendo abordado o consumo de psicoativos como um problema social) e “propostas para atuação integrada no enfrentamento do tráfico de drogas, crimes cibernéticos e lavagem de dinheiro”. Tais pautas foram extraídas dos encaminhamentos da 26ª Reunião Especializada de Ministérios Públicos do Mercosul (REMPM), ocorrida em Salvador (Brasil) em 2019.

Ressalvamos, para tanto, a criação, pelo Conselho do Mercado Comum (CMC) do Mercosul, da referida Reunião Especializada de Ministérios Públicos do Mercosul (REMPM, c2017). Estas surgem de uma demanda do CMC, reunido em Assunção em 19 de junho de 2005. Nesta oportunidade foi verificada a “necessidade de haver um mecanismo ágil no relacionamento entre os Membros Públicos dos Estados Partes e Associados, para promover ações conjuntas de prevenção, investigação e repressão ao crime organizado, tráfico de drogas e terrorismo, entre outros” (REMPM, c2017).

Portanto, considerando os princípios do Tratado de Assunção (Mercosul, 1991), Protocolo de Ouro Preto (Mercosul, 1994) e Decisões nº 18/98, 02/02, 18/04 e 28/04 do Conselho do Mercado Comum, foi decidido pela necessidade em apoiar um processo de transformação e consolidação do sistema judicial, para cumprir os princípios do Estado de Direito nos países membros do Mercosul.

Art. 1º- Criar a Reunião Especializada de Ministérios Públicos do Mercosul que será integrada pelos órgãos competentes na matéria nos Estados Partes. Os Estados Associados poderão participar da Reunião, nos termos da Decisão CMC nº 18/04. Art. 2º- A Reunião de Ministérios Públicos do MERCOSUL terá como objetivo a coordenação e cooperação dos órgãos mencionados no artigo anterior, para contribuir no combate ao crime organizado, melhorar os mecanismos de persecução penal e de cooperação nas áreas de criminalidade organizada. sua competência. Art. 3º - Atribuir ao Fórum de Consulta e Coordenação Política as funções previstas nas Decisões CMC nº 02/02 e nº 23/03, na medida em que correspondam às atividades da Reunião de Ministérios Públicos do MERCOSUL. Art. 4º- Esta Decisão não necessita ser incorporada ao ordenamento jurídico dos Estados Partes, pois regula aspectos da organização ou funcionamento do MERCOSUL (CMC, 2004).

Fruto de tal premissa, fica definida a consolidação de um mecanismo ágil no relacionamento dos Ministérios Públicos dos Estados Partes do Mercosul e dos Estados Associados, com os objetivos de: promover ações conjuntas de prevenção, investigação e repressão ao crime organizado, ao tráfico de drogas e ao terrorismo, entre outros atos puníveis. Como diretrizes fundamentais, estão, além da coordenação e cooperação entre os MPs, que passam, desta forma, a contribuir no combate ao crime organizado, mas também melhorar os mecanismos de persecução criminal e cooperação nas áreas da sua competência (REMPM, c2017).

Ainda sobre o *modus operandi* das REMPM, as Presidências Pro Tempore de cada Estado Partes exercem os seus exercícios numa base rotativa por um período de seis meses. De acordo com o Regulamento Interno da REMPM, a periodicidade das reuniões será semestral, existindo uma reunião preparatória prévia a cada reunião especializada, ficando a organização sob responsabilidade da Presidência Pro Tempore.

Desde 2004, ocorreram reuniões na Argentina (2006, 2008, 2010, 2014, 2017, 2019, 2021, 2023); Brasil (2006, 2008, 2010, 2012, 2015, 2017, 2019, 2021, 2023); Paraguai (2007, 2009, 2011, 2015, 2018, 2020, 2022); Uruguai (2007, 2009, 2012, 2013, 2016, 2018, 2022); Venezuela (2013).

A REMPM desenvolve seus trabalhos a partir de três distintas Comissões com suas respectivas subcomissões – Direitos Humanos (CDH) (Brasil país coordenador), Cooperação Jurídica Internacional (CCJI) (Uruguai e Colômbia países coordenadores) e Crime Organizado Internacional (CCOI) (Chile país coordenador).

As subcomissões da CCOI são: delitos cibernéticos (Argentina e Uruguai), narcocriminalidade (Argentina), cooperação em áreas de fronteiras e mandato (Brasil) e a subcomissão de tráfico de pessoas (Argentina e Chile).

A respeito da narcocriminalidade, os procuradores e *fiscales generales* da região e seus representantes designados assinaram, em 8 de junho de 2018, em Assunção, por ocasião do XXIII REMPM, o Convênio e Cooperação Interinstitucional sobre narcocriminalidade.

O objetivo do Convênio é promover,

una amplia y eficiente colaboración entre los Ministerios Públicos, dentro del ámbito de sus respectivas facultades, para el éxito de las investigaciones criminales en materia de delitos de narco criminalidad, desarrollando particularmente las herramientas de cooperación de entrega vigilada, transmisión de información en general e información espontánea en dichas investigaciones y la conformación de equipos conjuntos de investigación (REMPM, c2017).

Em relação à “entrega vigiada” ou entrega controlada (modalidade de ação controlada, em que mercadorias ilegais são monitoradas desde a remessa até o recebimento, de modo a facilitar a apuração e as responsabilidades criminais), no âmbito do Convênio,

Os Ministérios Públicos assegurarão a utilização da técnica de entrega controlada, de acordo com a Convenção das Nações Unidas contra o Tráfico Ilícito de Estupefacientes e Substâncias Psicotrópicas de 1988 e a Convenção das Nações Unidas contra o Crime Organizado Transnacional, de acordo com a respectiva legislação interna. Para estes efeitos, os Ministérios Públicos fornecerão informações para analisar a viabilidade de uma entrega controlada e agilizar o seu processamento e coordenação. Isto, sem prejuízo de reconhecer que as autoridades competentes para autorizar a medida poderão ser os próprios Ministérios Públicos ou autoridades judiciais, dependendo do disposto na legislação interna de cada uma das partes (REMPM, c2017).

Em relação ao intercâmbio de informação,

Os Ministérios Públicos trocarão informações de forma dinâmica no âmbito das investigações de crimes relacionados com drogas que realizam. Da mesma forma, darão tratamento urgente aos pedidos de assistência jurídica internacional que sejam feitos no âmbito das referidas investigações, que sejam trocados através das Autoridades Centrais designadas nos Tratados vigentes, e fornecerão informações sobre o estado dos referidos pedidos. Neste sentido, tendo em conta o papel desempenhado pelos Ministérios Públicos na cooperação internacional para enfrentar o crime organizado transnacional, a sua designação deve ser promovida como Autoridades Centrais, nos casos em que ainda não o sejam (REMPM, c2017).

Para tanto, os MPs “promoverão o uso proativo de equipes de investigação conjuntas em investigações complexas de crimes transnacionais relacionados a drogas, consolidando relações de cooperação em casos específicos”, com fins de promover de forma espontânea a troca de informações ou denúncias internacionais “quando tomarem conhecimento de atos de crimes relacionados a drogas que possam ser investigados no outro país” (REMPM, c2017).

Para operacionalizar o convênio, serão designados pontos de contato, necessariamente procuradores especializados, diretores de unidades ou coordenadores de áreas da matéria e que sejam os mesmos designados no âmbito da Rede de Procuradores Antidrogas da Iberoamérica (RFAD), criada no âmbito da Associação Ibero-Americana de Ministérios Públicos (AIAMP).

Como forma de compreender a atuação da AIAMP, recuperamos as deliberações da *XXXI Asamblea de la Asociación Iberoamericana de Ministerios Públicos* realizada em fevereiro de 2024, em Santiago do Chile, com a presença de representantes de: Andorra, Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Costa Rica, Cuba, Equador, El Salvador, Espanha, Guatemala, Honduras, México, Nicarágua, Panamá, Paraguai, Peru, Portugal, República Dominicana, Uruguai e Venezuela.

Com a constituição de um Grupo de Trabalho denominado *Análisis Criminal y Persecución Penal Inteligente*, com a participação de representantes de Chile, Argentina, Panamá, Paraguai, Brasil, Uruguai, México e República Dominicana; neste grupo em específico, foram estabelecidos os seguintes objetivos: criação de “oficinas de análise criminal” no MPs; intercâmbio de ideias e definições sobre funções, competências e objetivos das distintas áreas de cada oficina criada; construção de uma estratégia de comunicação entre as oficinas; intercâmbio de ferramentas informáticas; compartilhamento de informação sobre fenômenos criminais relevantes e fortalecimento da capacitação dos recursos humanos que integram o grupo (AIAMP, 2023).

Duas reflexões podem ser feitas a partir dos dados anteriormente apresentados. Os Estados-membros ou observadores do Mercosul estão representados não somente na reunião anual da AIAMP, como também integram o grupo de trabalho estratégico para o tema de crimes transnacionais. Ou seja, há uma intenção de promover sinergia em escala regional para a cooperação sobre resolução de crimes transfronteiriços.

Entretanto, o que chama a atenção, sem demérito de qualquer uma das iniciativas, é a longevidade do processo que iniciou de uma demanda em 2004 e, em 2024, ainda está em fase de organizar maneiras de capacitar seus membros e estruturas (humanas, técnicas e jurídicas) para viabilizar a criação de algum tipo de constrangimento para o ecossistema de corporações criminosas.

Outra iniciativa do Mercosul refere-se ao “Acordo Quadro de Cooperação Entre os Estados Parte do Mercosul e Estados Associados para a Criação de Equipes Conjuntas de Investigação”, assinado pelo CMC em agosto de 2010. O respectivo acordo considera que,

[...] os delitos como o tráfico ilícito de entorpecentes, a corrupção, a lavagem de ativos, o comércio de pessoas, o tráfico de migrantes, o tráfico de armas e todos aqueles que integram o chamado crime organizado transnacional, bem como os atos de terrorismo, fazem necessário reforçar a cooperação em matéria penal a fim de realizar uma efetiva investigação; que é necessário contar com mecanismos mais ágeis de cooperação que permitam uma efetiva coordenação entre as autoridades dos Estados Partes do MERCOSUL e Estados Associados com o propósito de enfrentar as mencionadas atividades delitivas; e que as equipes conjuntas de investigação constituirão uma ferramenta eficaz de cooperação internacional em matéria penal (MERCOSUL/CMC/DEC N° 22/10).

Ademais, o “Acordo” ressalva que “esta Decisão não necessita ser incorporada ao ordenamento jurídico dos Estados Partes” como forma de agilizar a sua implementação que seria viabilizada da seguinte maneira:

Equipe Conjunta de Investigação (ECI): É a constituída por meio de um instrumento de cooperação técnica específico que se celebra entre as Autoridades Competentes de duas ou mais Partes, para levar adiante investigações penais em seus territórios, **por um tempo e fim determinados**. **Instrumento de Cooperação Técnica:** É o documento assinado entre as Autoridades Competentes, pelo qual se constitui uma ECI. Deverá conter os requisitos exigidos no presente Acordo Quadro. **Autoridades Competentes:** São aquelas designadas em cada uma das Partes, conforme sua normativa interna, para propor a criação e para a respectiva aprovação de uma ECI. **Autoridade Central:** É aquela designada por cada Parte, conforme sua legislação interna, para receber, analisar e transmitir as solicitações de constituição de uma ECI. **Integrantes da ECI:** São os indicados no Instrumento de Cooperação Técnica, designados pelas Autoridades Competentes das Partes (MERCOSUL/CMC/DEC N° 22/10, grifo nosso).

Porém, no Brasil, foi publicado o Decreto n. 10.452 de 2020, que promulga o texto do Acordo Quadro e efetiva a possibilidade da criação da ECI, mas deixando a cargo do Congresso Nacional a aprovação de atos correlatos ao Acordo que possam resultar em revisão e ajustes complementares que acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.

Recordando que o Acordo 22/10 de 2010 está baseando suas diretrizes na criação das ECIs para atender às prescrições que, no papel de Estados ratificadores das seguintes Convenções, assumem como responsabilidades: a Convenção das Nações Unidas contra o Tráfico Ilícito de Entorpecentes e Substâncias Psicotrópicas (Convenção de Viena); a Convenção das Nações Unidas contra o Crime Organizado Transnacional (Convenção de Palermo) e seus Protocolos Adicionais; e a Convenção das Nações Unidas contra a Corrupção (Convenção de Mérida), que já preveem a instrumentação de investigações conjuntas (Brasil, 2020).

Ademais, como fundamento do Acordo 22/10, está reforçada a preocupação dos Estados Partes com delitos como o tráfico ilícito de entorpecentes, a corrupção, a lavagem de ativos, o tráfico de pessoas, o tráfico de migrantes, o tráfico de armas e todos aqueles que integram o

chamado crime organizado transnacional, bem como os atos de terrorismo, ou delitos cujas características tornem necessária a atuação e o combate coordenados de mais de uma Parte, seja, inclusive por meio do reforço à cooperação em matéria penal, a fim de chegar a uma efetiva investigação de todas aquelas condutas referidas precedentemente (Brasil, 2020).

Na Argentina, o Acordo 22/10 foi aprovado por meio da *Ley* 26.952 de 2 de julho de 2014 e, no Paraguai, por meio da *Ley* 6458 de 2 de dezembro de 2019. Ainda em relação ao tema de cooperação policial entre os Estados, a MERCOSUL/CMC/DEC N° 48/10 que se refere ao “Mandado Mercosul de Captura e Procedimentos de Entrega entre Estados Partes do Mercosul e Estados Associados”, ou Mandado Mercosul de Captura (MMC) não foi implementado e, apesar de vigência, há um contraditório com a Lei n. 13.445/2017. A nova lei de migrações criou procedimentos para a deportação habilitando o deportado, após sua notificação, a regularizar sua situação em um prazo de 60 dias, podendo ser prorrogado por igual período, inviabilizando a deportação sumária e imediata em regiões de fronteira.

Na referida reunião do CMC, realizada em 16 de dezembro de 2010, em Foz do Iguaçu, os governos da Argentina, Bolívia, Brasil, Equador, Paraguai, Peru e Uruguai assinaram o Acordo para permitir agilidade no cumprimento de mandados recíprocos de prisão e entrega de presos. Entretanto, o referido acordo não está em vigor, pois deve ser regulamentado no plano doméstico de todos os países signatários. Na Argentina, foi aprovado pela *Ley* 27.235 de novembro de 2015. No Brasil, tal providência ocorreu com o Decreto legislativo n° 138/2018, mas ainda sem Decreto presidencial e, no Paraguai, por meio da *Ley* n° 19.809 de 18 de setembro de 2019.

Ainda no âmbito do Mercosul, o CMC/DEC.N°16/06 cria o Sistema de Intercâmbio de Informações de Segurança do Mercosul (SISME), onde, conforme Anexo 12,

Os funcionários das Forças de Segurança e/ou Policiais das Partes que, em seu próprio território, persigam uma ou mais pessoas que, para iludir a ação da autoridade, transpassarem o limite fronteiriço, poderão entrar no território da outra Parte somente para informar e solicitar à autoridade policial mais próxima, ou a quem exerça tal função, o auxílio imediato no caso. Com relação ao ocorrido, imediatamente cada Parte deverá redigir uma ata e informar o fato às suas autoridades judiciais competentes, de acordo com sua legislação interna (CMC, 2016).

Como iremos apresentar a seguir, tal atuação só funciona quando no âmbito do Comando Tripartite que atua na TF, estando as demais áreas de fronteira entre Brasil e Paraguai ou Brasil e Argentina regidas pelas regras de não permitir o acesso de policiais armados em seus respectivos territórios.

Desta forma, é possível afirmar que as mesmas corporações criminosas (ou outras mais eficientes do ponto de vista da produção de riquezas), nos últimos trinta anos não só se consolidaram como substituíram produtos, rotas e metodologia; configurando cada vez mais eficiência em suas estratégias, estão a salvo da atuação integrada dos Estados parte do Mercosul. Seja para burlar (corromper) a fiscalização, a justiça, cooptar recursos humanos (que podem ser capacitados de acordo com a conveniência) e, tendo como objetivo inicial o comércio e o enriquecimento, nos últimos anos passaram a almejar poder político e controle territorial, certos de que a burocracia sempre tarda e, desta maneira, falha.

5.1.2. Os Gabinetes de Gestão Integrada de Fronteiras (GGIFs)

Para institucionalizar o Sistema Único de Segurança Pública (SUSP) (Brasil, 2018), foram criados os Gabinetes de Gestão Integrada (GGI).

Este arranjo organizacional seria uma das engenharias institucionais que viabilizaria a maior articulação entre as distintas instituições do sistema de segurança pública e justiça criminal que atuam em âmbito municipal. Logo, o GGI viabilizaria a reunião mensal das seguintes instituições: Guarda Municipal e Conselho Comunitário de Segurança Pública (quando esses existirem), polícias (Militar e Civil); Defensoria Pública; Ministério Público; Judiciário; Sistema Prisional e Sistema destinado à execução de Medidas Socioeducativas (Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2013, p. 4).

De acordo com Bochenek *et al.* (2023), no Brasil ocorrem diferentes GGIs sendo os estaduais, os municipais, os intermunicipais e o de fronteira. Este último, o GGIF, foi regulamentado pelo seguinte arcabouço jurídico: Decreto n. 7.496 de 2011 (Plano Estratégico de Fronteiras), Decreto n. 8.903, de 2016 (revoga o anterior e no artigo 5º cria o GGI-Fron como meio de articulação e integração das ações da União, Estados e Municípios, com o objetivo de fortalecer a prevenção, o controle, a fiscalização e a repressão dos delitos transfronteiriços e dos delitos praticados na faixa de fronteira (Lei 6.634/79)). Além disso, segundo o artigo 8º do Decreto n. 11.273, de 5 de dezembro de 2022.

Os GGIFs terão como objetivo a proposição de ações conjuntas com vistas à integração e à articulação das ações de competência da União, previstas no art. 1º, com as ações de Estados e Municípios. De acordo com a Cartilha GGI (2016, p. 29), cada GGIF tem um regimento interno, "que deverá estar em consonância com as leis e normas vigentes e as diretrizes nacionais da SENASP/MJ, em especial à portaria no 001/2014". De acordo com Bochenek *et*

al. (2023), o documento cita ainda que uma das ações de constituição do GGI deve ser a elaboração de um Plano de Ação para o Gabinete.

5.1.3. O Comando Tripartite

A constituição do Comando Tripartite (CT) ocorreu em 1996, como um modelo para materializar a cooperação formal entre instituições policiais e serviços de inteligência de Argentina, Brasil e Paraguai. Os Ministros de Interior da Argentina e Paraguai e o Ministro da Justiça do Brasil acordaram em instalar o CT, no intuito de conduzir medidas de segurança e intercâmbio de informações na TF, com sede rotativa entre os três países, sendo alterada a cada quatro meses assim como a chefia. As ordens para atuação do CT virão dos respectivos Ministérios que subscreveram o Acordo.

De acordo com o prescrito no Acordo, o intercâmbio das informações do CT deveria ocorrer por meio de um Sistema Integrado de Informação de Segurança a ser desenvolvido e implantado de forma conjunta pelos ministérios responsáveis pelo CT. Os órgãos de cada país que integram o CT são: pela Argentina – Gendarmeria Nacional, *Prefectura Naval Argentina* e *Polícia Federal Argentina*; pelo Brasil, a *Polícia Federal* e, pelo Paraguai, a *Polícia Nacional*. As resoluções do CT seriam adotadas por consenso com caráter obrigatório de implantação.

O CT deveria ser composto por uma Chefia, uma Secretaria (responsável por confeccionar o balanço da gestão, preparar a Ordem do dia para as reuniões e manter o vínculo com as demais secretarias) e Grupos de Trabalho especializados (GTs). Como temas prioritários dos GTs, constavam no Acordo original: controle de documentação, operativos simultâneos, integração de banco de dados, lavagem de dinheiro, narcotráfico, tráfico de armas e munições e terrorismo.

A seguir transcrevemos dois artigos do referido Acordo de criação do CT que serão de extrema relevância para avaliação não apenas de sua viabilidade, mas das demandas internas para que cada país possa operacionalizar seu funcionamento, seja pela incompatibilidade com estamentos jurídicos das respectivas políticas e legislações domésticas ou pela descontinuidade na priorização de mobilização de recursos humanos e financeiros disponibilizados ao CT.

Artículo 20: Los integrantes del Comando Tripartito dependerán de sus respectivas Instituciones y se ajustarán para el cumplimiento de sus funciones dentro del mismo, a lo determinado a través de sus leyes y normas internas y a las disposiciones que emanen del Comando siempre que estas no se opongan y/o contradigan a aquellas.
Artículo 21: La conducción política tendrá como misión compatibilizar aquellas medidas adoptadas por el Comando Tripartito, que no puedan ser puestas en

ejecución por diversas causas, entre las cuales, y como principales se encuentran, la falta de recursos, incompatibilidad de legislación y controvertidas interpretaciones de sus Resoluciones. Artículo 22: La compatibilización a que se refiere el Artículo anterior se llevará a cabo a través de consultas, utilizando los medios que se crean convenientes, incluso la reunión de las coordinaciones de cada país, con el objeto de lograr la solución de todo tipo de inconvenientes, en la medida en que las posibilidades lo permitan (CT, 1996).

De acordo com Bordignon (2019), o CT foi criado como uma reação aos atentados⁴⁵ terroristas ocorridos na Argentina em 1992 e 1994. Para o autor, as 298 reuniões mensais ordinárias⁴⁶ realizadas até 2021 (25 anos de CT) viabilizaram dar celeridade à troca formal de informações, agilizar o processo de intimação de pessoas envolvidas nas investigações (inclusive remotamente no exterior), proceder “buscas sobre dados de veículos e demais informações úteis à instrução de apurações sobre crimes transnacionais, como tráfico de pessoas, armas, drogas e outros”. Ademais, foram promovidas prisões e entrega de procurados.

Segundo Bordignon (2019), que era Delegado Chefe da Polícia Federal do Brasil, em Foz do Iguaçu em 2019,

[...] em 2016, durante a reunião de número 251 do CT, como resultado de discussões anteriores, foi proposta pela Delegação brasileira a criação de um grupo, ou **unidade especial permanente** para dar maior dinamismo para o Comando. A previsão inicial era que a unidade fosse integrada por quatro representantes de cada um dos países, em força tarefa para diligências permanentes na Tríplice Fronteira, com sede rotativa a cada seis meses. A ata com a proposta foi encaminhada pelas vias hierárquicas para os respectivos Ministérios e **não houve avanços**, com autorizações superiores, no sentido da criação do **grupo permanente até final de 2018**. A medida se amolda ao já previsto pelo MERCOSUL no acordo CMC/DCnº 22/1039 sobre equipes permanentes de investigação, e demonstra que a prática interdisciplinar ou a busca de convergências e redes que permitam a cooperação policial internacional depende da união de esforços dos envolvidos diretamente na execução de políticas de segurança local e de decisões burocráticas e centralizadas, normalmente lentas, que dificultam

⁴⁵ Atentados a Embaixada de Israel em Buenos Aires em 1992 e a Asociación Mutual Israelita Argentina (AMIA) em 1994. Ambos sem solução e atribuição de culpados havendo, inclusive, uma intrincada confluência de interesses políticos internos e externos, ideológicos, geopolíticos, comércio de armas e corrupção policial que não permitiu a evolução das investigações, com graves comprometimento de provas e testemunhas, com desvio de função de investigadores que estavam envolvidos na solução dos casos, com outros eventos correlacionados e contemporâneos como a explosão e destruição de uma fábrica de armas “Fábrica Militar Río Tercero” (nov, 1995) e a morte (março 1995) do filho do presidente em exercício Carlos Menem, como é possível verifica em um dos registros documentais “El Tercer em Camino” (2009)- disponível em: <https://vimeo.com/97806874>, realizado por Shlomo (Sergio) Slutzky, jornalista argentino que abandonou o país após o Golpe de Estado de 1976 por ser um ativista político. Por outro lado, há versões que nunca puderam ser confirmadas, estando até hoje em pauta nos meios de comunicação dos Estados Unidos e Argentina e destes repercutindo para o resto do mundo, que a autoria dos atentados poderia ser atribuída ao Hezbollah (do Líbano) em parceria com a República Islâmica do Irã e outra que atribui os atentados a República Árabe Síria (Caro, 2013; Blinder, 2017).

⁴⁶ Em agosto de 2018, Bordignon (2019) contabilizou 274 reuniões ordinárias do CT. Para o autor, o número representa apenas a grande reunião mensal, com a presença das Chefias das Polícias dos três países e demais órgãos convidados. Ele argumentou que além da grande reunião ocorrem outros dois encontros mensais referentes às Câmaras Técnicas de Inteligência e de Antiterrorismo e Tráfico de armas. Além disso, há reuniões extraordinárias eventualmente convocadas.

mais do que facilitam as atividades compartilhadas de investigação em fronteiras (grifos nossos).

A demanda específica para mobilização de um grupo permanente, entre outros motivos, tem grande razoabilidade em função da burocracia que um agente público necessita enfrentar para participar de uma operação em outro país, circunstância que deveria implicar em uma forma diferenciada para mobilização de efetivo.

No Brasil, o artigo 95 da Lei 8.112/90 prevê que “o servidor não poderá ausentar-se do País para estudo ou missão oficial, sem autorização do Presidente da República, Presidente dos Órgãos do Poder Legislativo e Presidente do Supremo Tribunal Federal”. Em 1995, na tentativa de ampliar a competência de servidores pela emissão da autorização e, assim, agilizar o trâmite, foi promulgado o Decreto nº 1.387/95, “que delegou para os Ministros de Estado e outros cargos de cúpula do governo federal a possibilidade de autorização da missão internacional” (Bordignon, 2019, p. 99).

Como ressalva Bordignon (2019), o referido decreto, por um lado, agilizou a tramitação e, por outro, criou trava no processo, considerando que em seu “artigo 3º determina que a autorização seja publicada no Diário Oficial da União, até a data do início da viagem ou de sua prorrogação, com indicação do nome do servidor, cargo, órgão ou entidade” (Bordignon, 2019, p. 99). Para o policial federal,

O procedimento engessa e até mesmo inviabiliza as cooperações policiais nas áreas de fronteira, pois tantas vezes, para o êxito de ações de investigação, é imperativo o deslocamento de policiais de um país para outro para auxiliar na identificação de furtivos, apoiar em vigilâncias, além da participação e apoio em perícias criminais de procedimento similares. Melhor seria que policiais determinados tivessem autorizações prévias para atuarem em outros países de fronteira, em apoio e juntamente com policiais do país vizinho, sem burocráticas e impraticáveis autorizações presidenciais ou ministeriais (Bordignon, 2019, p. 101).

Em relação ao descolamento entre as cidades gêmeas ou localidades na faixa de fronteira entre países, o autor argumenta que

[...] os deslocamentos, geralmente, são curtos e não representam custos ou pernoite, como são os casos das reuniões do CT que ocorrem em Puerto Iguazú – Argentina, Foz do Iguaçu – Brasil e Ciudad del Este – Paraguai, com deslocamentos de aproximadamente dez quilômetros em reuniões que duram cerca de duas a três horas. No caso da Polícia Federal, o ideal era que, previamente, e de forma anual, tais autorizações fossem expedidas pelo próprio Superintendente Regional, com conhecimento da Direção-Geral, do Ministério da Justiça e Segurança Pública e, por sua vez, da própria Presidência da República, sem que tais deslocamentos representassem, qualquer contrapartida remuneratória adicional, pois se tratam de cidades contíguas e ocorrem normalmente sem qualquer necessidade de pernoite (Bordignon, 2019, p.101).

Em relação à deportação de brasileiros irregulares no Paraguai, por exemplo, o CT tem sido um meio intensivo de entrega de foragidos da justiça brasileira. As entregas ocorrem na Ponte da Amizade que dá acesso de Foz do Iguaçu a Ciudad del Este e está amparada pela Lei de Migração paraguaia, que prevê a deportação sumária quando a pessoa está no país de maneira irregular, o que possibilita à polícia fazer a entrega imediata da pessoa. No Brasil, conforme esclarecido anteriormente, só se permite que a Polícia Federal promova a entrega de fugitivos ou presos paraguaios às autoridades do país vizinho, sendo a maioria acusada de tráfico de drogas e roubo, após tais presos que ao serem condenados são parte de um inquérito de expulsão que é instaurado, cabendo ao Supremo Tribunal Federal (STF) determinar a expulsão.

De acordo com o delegado da Polícia Federal em Foz do Iguaçu, Mozart Fuchs, tal desequilíbrio jurídico institucional gera conflito entre as instituições paraguaias e brasileiras. Os presos brasileiros entregues à Polícia Federal brasileira que estavam refugiados em Ciudad del Este, são membros de facções criminosas relacionadas com tráfico de drogas e armas e acusados de homicídios. Entre 2016 e 2018, 104 brasileiros foram deportados contra 65 paraguaios (HFOZ, 2018).

O caso mais emblemático de atuação do CT, até maio de 2024, foi a resolução do assalto a empresa de valores PROSEGUR, em Ciudad del Este, em 2017, quando a troca de informações e a atuação conjunta das perícias das polícias científicas, por meio de mapeamento de DNA, viabilizou descobrir a identidade dos criminosos.

Para Chichosky (2017), desde a construção da Hidrelétrica de Itaipu (início da década de 1970), a TF foi convertida em um arranjo espacial com uma superpopulação constituída por milhares de trabalhadores mobilizados para as obras que, por sua vez, tinham recursos para serem os compradores de mercadorias (falsificadas ou originais) em Puerto Presidente Stroessner (atual Ciudad del Este). Assim, tem início o processo de contrabando para o Brasil a partir do Paraguai, de produtos tais como: bebidas, cigarros, eletrônicos, roupas, perfumaria, brinquedos etc.

Os vácuos de soberania e controle sobre os respectivos territórios que constituem a TF, permitem que o crime ocupe e estabeleça suas redes em tais lugares. A ausência e a negligência do Estado como provedor de educação, segurança e políticas para geração de emprego e renda promovem a evasão escolar, a pobreza e a falta de perspectiva. Tais circunstâncias favorecem a fixação das bandas criminosas e suas derivações. Para Freitas (2007, apud Chichosky, 2017, p. 11),

O crime organizado não se intimida e avança em sofisticação, audácia e sucesso. As organizações criminosas sabem onde a presença do Estado deixa brechas e ali florescerão. Dessa ineficiência estatal, de um Estado fraco que antes não provia as necessidades sociais, surgirá o crime que, como uma bola de neve, o tornará mais debilitado ainda e com menor possibilidade de suprir a carência da população, que será cooptada pelas organizações criminosas, seja pela sua participação ou pela simples omissão com o silêncio.

5.2. Acordos binacionais

5.2.1. Acordos entre Brasil e Paraguai

Apresentamos os acordos bilaterais vigentes entre Brasil e Paraguai relativos a tráfico de drogas e delitos conexos.

O Acordo para a Prevenção, Controle, Fiscalização e Repressão do Uso Indevido e Tráfico Ilícito de Entorpecentes e Substâncias Psicotrópicas, assinado entre Brasil e Paraguai em 29 de março de 1988, em Brasília, foi aprovado pelo Congresso Nacional mediante Decreto Legislativo n. 239, de 17 de dezembro de 1991 e promulgado por Decreto Federal n. 441 de 6 de fevereiro de 1992. Neste acordo, as partes concordaram que procurarão harmonizar as suas políticas de prevenção do uso de drogas e de reabilitação dos toxicodependentes, bem como combater a produção e o tráfico ilícito de entorpecentes e substâncias psicotrópicas e o crime organizado transnacional.

O Acordo de Cooperação Mútua entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Paraguai para Combate ao Tráfico de Aeronaves envolvidas em Atividades Transnacionais Ilícitas, foi assinado em Brasília em 10 de fevereiro de 2000 e promulgado pelo Decreto nº 4.240, de 21 de maio de 2002.

O Decreto nº 9.440, de 3 de julho de 2018, do governo brasileiro aprova o III Plano Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas.

Como outros documentos bilaterais que refletem atos da política externa brasileira para o Paraguai, podemos citar, a partir dos registros nas respectivas “Resenhas de Política Exterior do Brasil” do Ministério de Relações Exteriores (MRE), os seguintes.

Resenha de Política Exterior do Brasil, Brasília: MRE, nº 92.2003. O discurso do Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Celso Amorim na Sessão Solene no Centro Paraguaio de Estudos Internacionais, Paraguai, em Assunção, em 7 de abril de 2003.

Resenha de Política Exterior do Brasil, Brasília: MRE, nº 93.2003. O discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva na assinatura do convênio entre Brasil e Paraguai, em Foz do Iguaçu, em 16 de agosto de 2003. A Declaração à imprensa feita pelo

Presidente da República, na assinatura do convênio entre Brasil e Paraguai, em Foz do Iguaçu, em 14 de outubro de 2003.

Resenha de Política Exterior do Brasil, Brasília: MRE, nº 95.2004. O Convênio de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e a Secretaria-geral da Organização dos Estados Americanos para Automatização do Voto na República do Paraguai. O registro da visita ao Brasil do Presidente do Paraguai, Nicanor Duarte Frutos (Brasília, 26 de agosto de 2004).

Resenha de Política Exterior do Brasil, Brasília: MRE, nº 99.2006. A conferência de imprensa conjunta com o Ministro das Relações Exteriores do Paraguai: Palavras iniciais do Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Celso Amorim, em conferência de imprensa conjunta com o Ministro das Relações Exteriores do Paraguai, Embaixador Rúben Ramíres, Assunção, Paraguai 23 de novembro de 2006. O Comunicado Conjunto dos Ministros das Relações Exteriores da República Federativa do Brasil e da República do Paraguai (23 de novembro de 2006).

Resenha de Política Exterior do Brasil, Brasília: MRE, nº 100.2007. O Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Paraguai sobre Aspectos Técnicos e Financeiros Relacionados à Itaipu Binacional (19 de janeiro de 2007).

O Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, após assinatura de atos e imposição de condecorações entre o Governo brasileiro e o Governo do Paraguai, Assunção, 21 de maio de 2007. O Memorando de Entendimento para a Promoção do Comércio e do Investimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Paraguai. O Acordo Quadro sobre Cooperação em Matéria de Defesa entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Paraguai. A Visita do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva a Assunção, Paraguai – Declaração Conjunta.

Resenha de Política Exterior do Brasil, Brasília: MRE, nº 103.2008. O Apoio à institucionalidade democrática no Paraguai (02/09/2008). A Referência às Comunidades brasileiras no Paraguai (22/10/2008).

Resenha de Política Exterior do Brasil, Brasília: MRE, n. 105.2009. A Declaração Conjunta dos Senhores Presidentes da República Federativa do Brasil e da República do Paraguai, construindo uma nova etapa na relação bilateral.

5.2.2. Brasil e Argentina

5.2.2.1. Acordos bilaterais entre Brasil e Argentina sobre drogas e crimes conexos

O Acordo de Cooperação para a Prevenção do Uso Indevido e Combate ao Tráfico Ilícito de Entorpecentes e Substâncias Psicotrópicas, entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Argentina, de 26 de maio de 1993, promulgado no Brasil pelo Decreto nº 1.705, datado de 17 de novembro de 1995.

O Decreto nº 3.078, de 1º de junho de 1999, promulga o Acordo para a Criação da Comissão de Cooperação e Desenvolvimento Fronteiriço (CODEFRO), celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Argentina, em Brasília, em 10 de novembro de 1997.

A partir de tal Acordo, foram institucionalizados os Comitês de Integração Fronteiriços e, no caso desta tese, nos interessam as diretrizes do comitê Puerto Iguazú – Foz do Iguaçu, no qual os respectivos cônsules presidem reuniões recorrentes e junto a convidados produzem pautas em diferentes comissões: Comércio e Turismo, Infraestrutura, Facilitação Fronteiriça, Educação, Saúde e Cultura. Em 23 de janeiro de 2023, durante a primeira viagem internacional do recém-empossado Presidente Lula à Argentina, entre os 82 pontos de pauta consensuados para estreitar as relações entre os dois países, destacamos:

Ratificaron su compromiso con la profundización de la integración de los pueblos y la facilitación de la circulación de los nacionales de ambos países y, a tal fin, instruyeron a los organismos competentes evaluar y adoptar medidas concretas para mejorar la coordinación en los pasos fronterizos y Áreas de Control Integrado, en el marco de la Comisión de Cooperación y Desarrollo Fronterizo Argentina-Brasil (CODEFRO) (MRE, 2023).

O ajuste por troca de notas complementares ao Acordo de Cooperação assinado em 1993. O ajuste foi assinado em 2004, em Paramaribo, e publicado no Diário Oficial da União pelo Ministério das Relações Exteriores por meio do COCIT/DAI/001/PAIN-BRAS-ARGT, 29 de março de 2005. O Acordo de cooperação para combate ao tráfico de aeronaves supostamente envolvidas em atividades ilícitas internacionais, celebrado em Buenos Aires, em 9 de dezembro de 2002 e promulgado no Brasil pelo Decreto nº 5.933, de 13 de outubro de 2006.

Em relação aos Comitês de *Integración Fronteriza* entre Brasil e Argentina, a última reunião do Comitê Foz do Iguaçu – *Puerto Iguazú* ocorreu em 29 de novembro de 2022, não havendo registros acervados de novos encontros, após dez anos de trabalhos conjuntos.

5.2.3. Acordos conjuntos

Institucionalmente, esta área passa por um processo de integração (Mercosul) que já dura 33 anos e é regida também pelo Acordo de Transporte Fluvial pela Hidrovia Paraguai-Paraná, desde 1992. Além disso, o Comitê Intergovernamental da Hidrovia (CIH – *Comité Intergubernamental de la Hidrovía*) foi criado pelos cinco países envolvidos, com o objetivo de desenhar ações e identificar projetos e obras para melhorar a navegabilidade, a fim de facilitar o transporte pela Hidrovia.

5.3. Hierarquia da burocracia de segurança e defesa dos países da Tríplice Fronteira (Argentina, Brasil e Paraguai)

Nesta seção, apresentamos a hierarquia a partir da Presidência da República, ministérios, agências, órgãos públicos, policiais, batalhões, programas, operações integradas e assim sucessivamente, passando pela unidade estadual provincial, no caso da Tríplice Fronteira, até chegar aos municípios que interatuam nas fronteiras, sendo Foz do Iguaçu, Puerto Iguazú e Ciudad del Este os pontos focais.

5.3.1. Argentina

Na atual gestão do presidente Javier Milei, empossado em dezembro de 2024, a estrutura que se apresenta no organograma a seguir destaca as instituições de segurança que atuam sobre as fronteiras. São quatro Secretarias subordinadas ao *Ministerio de Seguridad*. A *Secretaria de lucha contra el narcotráfico y la criminalidad organizada* (SLCNCO), que possui duas subsecretarias, a de *Lucha contra el narcotráfico* (SLCN) e a de *Investigación Criminal*, tem a competência sobre o objeto de investigação desta tese, a TF.

Como objetivos da Secretaria SLCNCO constam: intervir no desenvolvimento de políticas nacionais e no planejamento de estratégias contra produção, tráfico e comercialização de entorpecentes e substâncias psicotrópicas, e para o controle de matéria-prima e substâncias químicas utilizáveis na produção de drogas ilícitas; coordenar, no âmbito de sua competência, ações com os governos provinciais e a Cidade Autônoma de Buenos Aires, prestando assistência técnica e gerando espaços de discussão, trabalho conjunto e troca de informações.

Além disso, coordenar o desenvolvimento de políticas, estratégias e ações de prevenção e repressão ao tráfico de drogas e ao crime organizado local e transnacional, junto ao Ministério da Justiça, ao Ministério do Interior, ao Ministério da Defesa e à Administração Federal de Receitas Públicas, e demais organizações com competência no assunto; coordenar os esforços das áreas competentes na luta contra o narcotráfico e o crime organizado da Polícia Federal

Argentina, da Gendarmaria Nacional Argentina, da Polícia de Segurança Aeroportuária e da Prefeitura Naval Argentina; auxiliar o Ministro nas suas ações na representação do Governo Nacional perante governos estrangeiros e nas reuniões e decisões de organizações internacionais e especializadas na luta contra o tráfico de drogas, o terrorismo e o crime organizado; auxiliar, no âmbito de sua competência, o Ministro na sua relação com o Poder Judiciário Nacional, o Poder Legislativo Nacional e o Ministério Público da Nação para fins de propor, no âmbito de sua competência, os mecanismos de coordenação de ações que estão relacionados com o combate ao tráfico de drogas e ao crime organizado, em coordenação com as áreas competentes.

Como também elaborar planos preventivos em coordenação com a Polícia Federal e as Forças de Segurança, para auxiliar as áreas competentes da Jurisdição na detecção de crimes terroristas e/ou seu financiamento; intervir, em coordenação com as organizações competentes na matéria, em ações destinadas a prevenir e reprimir os crimes ligados à pesca ilegal, não reportada e não declarada e aos crimes ambientais; intervir na concepção de grupos operacionais conjuntos destinados ao combate ao crime organizado transnacional.

Quanto aos objetivos da subsecretaria SLCN (no caso, subordinada à anterior), constam: auxiliar a Secretaria no desenvolvimento de políticas nacionais e estratégias de planejamento contra a produção, o tráfico e a comercialização de entorpecentes e substâncias psicotrópicas e no controle de matéria-prima e substâncias químicas utilizáveis na produção de drogas ilícitas; auxiliar a Secretaria na coordenação de políticas, estratégias e ações de controle do uso indevido e do tráfico ilícito de entorpecentes e substâncias psicotrópicas e do desvio de precursores químicos, em coordenação com as áreas competentes do Ministério da Justiça, do Ministério do Interior, do Ministério da Defesa e a Administração Federal de Receitas Públicas, e demais órgãos competentes no assunto.

Além disso, assessorar o Secretário, no âmbito de sua competência, na coordenação de ações de controle do uso indevido e do tráfico ilícito de entorpecentes e substâncias psicotrópicas e do desvio de precursores químicos, junto aos governos provinciais e à Cidade Autônoma de Buenos Aires, providenciando assistência técnica e geração de espaços de discussão, trabalho conjunto e troca de informações; auxiliar a Secretaria na representação do Governo Nacional, como parte reclamante, nas investigações criminais realizadas no âmbito da Lei nº 23.737, de acordo com sua relevância e de acordo com as instruções dadas pelo Poder Executivo Nacional.

Dando continuidade: coordenar a implementação do Plano Federal de Prevenção Integral da Dependência de Drogas e Controle do Tráfico Ilícito de Drogas, de acordo com o

Decreto nº 623/96, no que diz respeito aos assuntos de sua competência; auxiliar a Secretaria na representação do Governo Nacional nas reuniões e decisões de organizações internacionais especializadas na luta contra o tráfico de drogas, o terrorismo e o crime organizado; planejar, programar e executar o Plano Nacional de Formação de Recursos Humanos para Combate ao Tráfico Ilícito de Drogas no âmbito do Plano Federal de Prevenção da Dependência de Drogas e Controle do Tráfico Ilícito de Drogas; auxiliar a Secretaria, no relacionamento com o Conselho Federal de Prevenção e Assistência às Dependências e Controle do Tráfico de Drogas (COFEDRO) e com a Comissão instituída pela Lei nº 24.450, no âmbito de sua jurisdição.

E ainda: atuar no controle da posse, uso, produção, fabricação, extração, preparação, transporte, armazenamento, comercialização, exportação, importação, distribuição ou qualquer tipo de transação com matéria-prima e substâncias químicas utilizáveis na produção de drogas ilícitas, atuando como Autoridade de Aplicação da Lei nº 26.045, com as competências e atribuições previstas na referida lei; aplicar as sanções administrativas previstas na Lei nº 26.045 aos casos de descumprimento total ou parcial das obrigações estabelecidas na referida lei, seus regulamentos e normas complementares; participar do desenvolvimento de políticas nacionais e estratégias de planejamento para a investigação e repressão do crime de tráfico de drogas nas suas fases de: produção, tráfico e comercialização de entorpecentes e substâncias psicotrópicas; auxiliar o Secretário no planejamento e na execução de planos de ação conjuntos e programas para a detecção do tráfico ilícito de precursores químicos.

O subsecretário de *Investigación Criminal*, Dr. Marcelo Romero, em uma entrevista ao jornal *El Editor Platense*, em 7 de maio de 2024, abordou os principais desafios de sua gestão que trabalha com delitos federais e de forma específica com os do crime organizado.

[...] el crimen organizado, es tal vez el desafío más grande en la parte de investigación porque es complejo, no es una sola conducta delictiva, sino que es una industria criminal. El narcotráfico es el ejemplo de manual, pero también hay que tener en cuenta, por ejemplo, la trata, el contrabando, la piratería, y el cibercrimen. En estos meses tuve visitas a muchos jueces y fiscales federales, algunos me conocían, otros no, por mi paso en el Poder Judicial, pero estamos en contacto permanente. Tratamos de eliminar la traba burocrática para que ellos puedan trabajar con las fuerzas federales. Hay una confianza importante de los jueces y fiscales federales con la Gendarmería, la Prefectura, la Policía Municipal y la Policía Federal. Y ahora también se sumó el Servicio Penitenciario Federal en una decisión, creo yo, acertada...porque hay importantes investigaciones tras los muros que le sirven a los jueces federales tener un contacto directo que antes era a través del Ministerio de Justicia [...] En la provincia de Buenos Aires se trabaja bien contra el narcomenudeo, que más allá de que sea el penúltimo eslabón, si uno asciende en esa escala, se llega al narcotráfico en gran escala. Lamentablemente nunca se ha logrado una articulación con la justicia ni la policía provincial y esto no sucede desde ahora, sino desde la sanción de la Ley de Federalización. A veces hay procedimientos aislados, donde se trabaja la policía provincial con la policía o una fuerza federales, con el juzgado federal y el juzgado provincial, pero no son la mayoría. Espero que esto mejore [...] Creo que hay que dar le un papel preponderante a la inteligencia criminal.

No hay prevención o articulación con la Justicia si no hay inteligencia [...]. Para los fiscales provinciales era una herramienta fundamental no solamente para recapturar a las personas que se habían fugado, sino que también el servicio de inteligencia penitenciario desbarataba hechos que se maquinaban desde la cárcel [...] a nivel federal ya se revirtió y el Servicio Penitenciario Federal cuenta nuevamente con su servicio de inteligencia, que también había sido eliminado (Editor Platense, 2024).

Entre os órgãos diretamente vinculados ao gabinete do *Ministerio de Seguridad* estão a *Prefectura Naval Argentina*, a *Policia de Seguridad Aeroportuária*, a Polícia Federal Argentina, a Gendarmeria Nacional Argentina e a *Directoria Nacional del Servicio Penitenciario Federal* (DNSPF). Recuperando o organograma do Comando Tripartite (CT), à exceção da DNSPF, todos os demais órgãos anteriormente citados participam do CT.

5.3.2. Brasil

No Brasil há três organogramas a serem analisados, que têm direta relação com a atuação dos órgãos de segurança e de defesa nas fronteiras e, por conseguinte, na TF.

O primeiro refere-se ao Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP) ao qual estão vinculadas a Polícia Federal (PF) e a Polícia Rodoviária Federal (PRF), que tem participação direta no Comando Tripartite (CT). A PF e a PRF representam, respectivamente, como agentes responsáveis pelo controle dos postos de controle fronteiriços e das rodovias e pontes federais que conectam o território brasileiro com Argentina e Paraguai na TF, o controle e a apreensão de mercadorias do contrabando, drogas, armas e vítimas do tráfico de pessoas. A fiscalização das fronteiras também é realizada, em conjunto com a PF e PRF, pelos respectivos comandos militares regionais do Exército Brasileiro (EB).

O segundo organograma apresenta o Gabinete de Segurança Institucional (GSI), vinculado diretamente à Presidência da República. Ao GSI compete a responsabilidade direta quanto à segurança dos Presidente e Vice-Presidente da República, seus familiares e residências (no desempenho de suas funções no plano doméstico e em viagens internacionais) (Brasil, 2023).

Também tem a responsabilidade de: analisar e acompanhar questões com potencial de risco; prevenir a ocorrência de crises e articular seu gerenciamento, em caso de grave e iminente ameaça à estabilidade institucional; coordenar as atividades de segurança da informação e das comunicações; planejar, coordenar e supervisionar a atividade de segurança da informação no âmbito da administração pública federal, incluídos a segurança cibernética, a gestão de incidentes computacionais, a proteção de dados, o credenciamento de segurança e o tratamento

de informações sigilosas; zelar, assegurado o exercício do poder de polícia; coordenar as atividades do Sistema de Proteção ao Programa Nuclear Brasileiro (SIPRON); acompanhar questões referentes ao setor espacial brasileiro; acompanhar assuntos pertinentes ao terrorismo e às ações destinadas a sua prevenção e a sua neutralização e intercambiar subsídios para a avaliação de risco de ameaça terrorista; acompanhar assuntos pertinentes às infraestruturas críticas, com prioridade aos que se referem à avaliação de riscos (Brasil, 2023).

O terceiro organograma refere-se ao Programa de Proteção Integrada de Fronteiras (PPIF), criado em 2016, tendo como objetivos: integrar e articular ações de segurança pública da União, de inteligência, de controle aduaneiro e das Forças Armadas com as ações dos Estados e Municípios situados na faixa de fronteira, incluídas suas águas interiores, e na costa marítima; integrar e articular com países vizinhos; aprimorar a gestão dos recursos humanos e da estrutura destinada à prevenção, ao controle, à fiscalização e à repressão a delitos transfronteiriços por meio da articulação com as ações da Comissão Permanente para o Desenvolvimento e Integração da Faixa de Fronteira – CDIF (Brasil, 2016).

O PPIF está diretamente vinculado ao GSI e congrega 18 órgãos federais sendo: GSI por meio da Secretaria de Assuntos de Defesa e Segurança Nacional, que o coordenará; e da Agência Brasileira de Inteligência (ABIN); o Ministério da Defesa, por meio dos Comandos da Marinha, Exército, Aeronáutica e do Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas; o Ministério da Economia, por meio da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil; o Ministério da Justiça e Segurança Pública, por meio do Departamento Penitenciário Nacional; da Polícia Federal, da Polícia Rodoviária Federal, da Secretaria de Operações Integradas, da Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas e Gestão de Ativos e da Secretaria Nacional de Segurança Pública; do Ministério das Relações Exteriores por meio da Secretaria Geral das Relações Exteriores; do Ministério do Desenvolvimento Regional, por meio do Departamento de Desenvolvimento Regional e Urbano; do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, por meio da Secretaria de Defesa Agropecuária (Brasil, 2016).

No Organograma Ministério da Justiça e Segurança Pública do Brasil, no Organograma do Gabinete de Segurança Institucional GSI e no Organograma do Programa de Proteção Integrada de Fronteiras (PPIF)), é possível observar as estruturas vigentes dos respectivos órgãos em maio de 2024.

Analisando os três organogramas e as respectivas atribuições dos órgãos brasileiros, é possível identificar que não há sobreposição de competências e, no que se refere à mobilização de efetivos e propostas para as fronteiras, de forma mais específica aos pontos de fiscalização e controle entre os países, os referidos órgãos geram sinergia por meio da colaboração entre

suas competências mais específicas, inclusive com as Forças Armadas, em operações especiais que serão detalhadas na sequência dos organogramas.

Na TF ficou em curso, entre novembro de 2023 e junho de 2024, uma operação deflagrada a partir da publicação do Decreto de Garantia da Lei e da Ordem (GLO), com o intuito de combater crimes transfronteiriços em portos, aeroportos e na região da TF. Na TF, 200 militares da Capitania Fluvial do Rio Paraná, integrados com as forças de segurança locais, promovem esforço conjunto de combate a crimes como tráfico de drogas e armas na região entre Brasil, Argentina e Paraguai, lago de Itaipu, desde Foz do Iguaçu até Guaíra, ambas no estado do Paraná.

Desde o início da GLO, em novembro de 2023,

172,3 toneladas de drogas foram apreendidas, sendo 12,4 toneladas de cocaína e 5,4 toneladas de pasta-base de cocaína. Um total de 282 armas foram apreendidas (entre elas 30 fuzis), 3.178 pessoas foram presas e houve 11,2 mil fiscalizações em embarcações e 107,6 mil cargas inspecionadas, além de 7,8 mil contêineres vistoriados. O valor empregado em diárias e custos operacionais ficou em R\$ 215,6 milhões, divididos entre Polícia Federal (R\$ 3,2 milhões), Força Nacional (R\$ 1,5 milhão), Forças Armadas (R\$ 182 milhões) e Polícia Rodoviária Federal (R\$ 28 milhões) (GLO em portos..., 2024, n. p.).

Ainda em relação a GLO, o Exército e a Aeronáutica fortalecerão imediatamente as ações relativas à faixa de fronteira do Brasil com outros países, com ênfase nos estados do Paraná, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul. Articulados, na faixa de fronteira, estarão o Exército, a Aeronáutica, a Polícia Federal e a Polícia Rodoviária Federal. Os referidos estados localizam-se no que corresponde aos Arcos Central e Sul dos três Arcos de Fronteira⁴⁷ do Brasil.

5.3.3. Paraguai

Considerando a complexidade da burocracia paraguaia, conforme ilustrado a seguir no organograma da Polícia Nacional, a quem estão subordinadas as respectivas “*Comandancia*” e “*Subcomandancia*” e a elas de forma direta ou indireta estão agrupados e organizados as *Direcciones Generales, Direcciones, Departamentos, Agrupaciones, Comisarias, Unidades Academicas, Subcomisarias, Secciones, Divisiones, Jefaturas de Cuerpo, Jefaturas de Estudios*

⁴⁷ “A macro divisão da Faixa de Fronteira do Brasil ocorre em três grandes Arcos. O primeiro é o Arco Norte, compreendendo a Faixa de Fronteira dos Estados do Amapá, Pará, Amazonas e os Estados de Roraima e Acre (totalmente situados na Faixa de Fronteira). O segundo é o Arco Central, que compreende a Faixa de Fronteira dos Estados de Rondônia, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul. O terceiro é o Arco Sul, que inclui a fronteira dos Estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul” (Grupo de Trabalho Interfederativo de Integração Fronteiriça, 2010, p. 17).

y sub-unidades, Puestos Policiales, Oficinas e Compañías, Destacamentos y Pelotones, só é possível visualizar a dimensão e a dificuldade em gerir tamanho efetivo quando estas são efetivamente analisadas no detalhe. Para tomar como referência espacial, Ciudad del Este pertence à circunscrição do Departamento de Alto Paraná.

No Organograma da Polícia Nacional do Paraguai, é possível observar a estrutura vigente em maio de 2024. Dos marcos regulatórios que oferecem suporte a tal organograma, destaca-se Resolución 574 de 26 de junho de 2019 (POLICIA NACIONAL PARAGUAI, 2019), que detalha todas as atribuições de cada órgão.

Além da superestrutura vinculada à Polícia Nacional, existe outra burocracia, diretamente vinculada à Presidência da República, a *Secretaría Nacional Antidrogas* (SENAD), “*autoridade gubernamental responsable de la aplicación de la Política Nacional sobre Drogas y Delitos Conexos, en beneficio de la sociedad*” (SENAD, 2024). A SENAD também é responsável pela implantação do *Plan Nacional de Transparencia y Anticorrupción*.

A criação da SENAD, em 1991, tem estreita relação com o fato de o Paraguai ter aderido à resposta internacional perante o problema das drogas, adotando, como país- membro, acordos e convenções do Sistema ONU e da Organização dos Estados Americanos (OEA), relativos à redução da demanda e à oferta de drogas, tais como a Convenção Única de 1961 sobre Entorpecentes emendada pelo Protocolo de 1972, o Convênio sobre Substâncias Psicotrópicas de 1971, a Convenção das Nações Unidas contra o Tráfico Ilícito de Entorpecentes e Substâncias Psicotrópicas de 1988 (Sumar, 2023).

Em 1989, a Assembleia Geral das Nações Unidas adotou a Declaração da Convenção sobre os direitos de meninos e meninas, donde o artigo 33 estabelece que

os Estados Partes adotarão todas as medidas apropriadas, incluídas medidas legislativas, administrativas, sociais e educacionais, para proteger as crianças contra o uso ilícito de entorpecentes e substâncias psicotrópicas enumeradas nos tratados internacionais pertinentes, e para impedir que se utilize crianças na produção e no tráfico ilícito dessas substâncias (Sumar, 2023).

A OEA, durante a Cimeira das Américas, realizada no Chile em 1998, apresentou proposta aos Estados-membros para o estabelecimento de Plano de Ação Hemisférico sobre Drogas a partir da Estratégia Hemisférica sobre Drogas. Para tanto, foi estabelecida a metodologia para elaboração do “Informe de Avaliação sobre Políticas de Drogas” a ser produzido por um Mecanismo de Avaliação Multilateral (MEM) – ferramenta desenhada para medir o progresso alcançado e os desafios enfrentados pelos Estados-membros.

Dessa forma, foi constituída a Comissão Interamericana para o Controle do Abuso de Drogas (CICAD) como parte da Secretaria de Segurança Multidimensional (SSM), sendo o órgão especializado da OEA encarregado da implementação do MEM. O atual MEM e respectivos relatórios produzidos estão baseados nos objetivos do Plano de Ação Hemisférico sobre Drogas 2021-2025, da Estratégia Hemisférica sobre Drogas 2020 da OEA, assim como em suas respectivas ações prioritárias.

Conforme consta no informe 2023 para o Paraguai,

dichos documentos toman en cuenta las recomendaciones del documento final de la Sesión Especial de la Asamblea General de las Naciones Unidas sobre el Problema Mundial de las Drogas (UNGASS 2016) y la Agenda 2030 sobre Desarrollo Sostenible de las Naciones Unidas, así como temas transversales, tales como la perspectiva de género y los enfoques de derechos humanos, contexto cultural e inclusión social, entre otros (OEA, 2023).

E como conclusão da avaliação, em relação à cooperação internacional, a *Comisión Interamericana para el Control del Abuso de Drogas (CICAD)* e a Secretaria de Segurança Multidimensional (SSM) CICAD concluem que:

Paraguay desarrolla e implementa un plan para la promoción y el fortalecimiento de la asistencia técnica y la cooperación horizontal entre los Estados Miembros o con Estados que se encuentren fuera del Hemisferio Occidental, así como programas e iniciativas pertinentes con organismos internacionales y regionales. Además, el país ha establecido canales de comunicación seguros para el intercambio de información sobre inteligencia en materia de interdicción y control de drogas. Adicionalmente, el país promueve el intercambio con los Estados Miembros y con Estados que se encuentran fuera del Hemisferio Occidental, así como con organismos internacionales y regionales, de buenas prácticas de capacitación, especialización y desarrollo profesional del personal encargado de implementar sus políticas y estrategias nacionales sobre drogas. Asimismo, Paraguay participa en actividades de coordinación regional para prevenir los delitos conexos asociados al tráfico ilícito de drogas, como son el tráfico ilícito de armas de fuego, la extorsión, el secuestro, el lavado de activos, corrupción, entre otros. Además, en el país existen mecanismos bilaterales para la coordinación y colaboración con otros países, enfocados en la desarticulación de grupos delictivos vinculados con el tráfico ilícito de drogas y delitos conexos. Además, la CICAD observa que Paraguay ha fomentado la transferencia de tecnología entre los Estados Miembros y entre ellos y organismos internacionales (incluidas las regionales), y el intercambio de información entre ellos. Asimismo, la CICAD nota que Paraguay promueve la difusión de buenas prácticas y el intercambio de experiencias exitosas de investigación entre los Estados Miembros y las organizaciones internacionales sobre políticas de drogas (OEA, 2023).

Em relação ao organograma da Secretaria Nacional Antidrogas (SENAD) apresentado a seguir, temos a comentar que o fato de ter subordinação direta à Presidência da República, ter também a responsabilidade pelo *Plan Nacional de Transparencia y Anticorrupción* e ser minimamente mais enxuto do que a estrutura da Polícia Nacional, poderia oferecer certas

vantagens administrativas no que se refere à agilidade e proatividade em relação às agendas/pautas e atribuições que, de alguma forma, se sobrepõem.

Quanto à TF e ao Comando Tripartite, relevante informar que eventualmente a SENAD participa das reuniões e atividades conjuntas, como foi o caso da visita realizada por uma delegação de especialistas da Argentina, Brasil e Paraguai à fronteira entre Espanha e Portugal, em setembro de 2023, para conhecer práticas de cooperação policial contra a delinquência transfronteiriça que realiza a Policía Nacional espanhola (EUROFRONT, 2023).

No Organograma da Secretaria Nacional Antidrogas (SENAD), é possível observar a estrutura vigente em maio de 2024 e, nos detalhes, a relação direta de tal instituição com a TF e o Comando Tripartite (CT).

5.4. Operações Integradas nos planos doméstico e internacional

A mobilização de iniciativas para realização de operações integradas entre os países que compartilham a TF demanda não só um esforço de mobilização de efetivos e equipamentos, como também o estabelecimento de arcabouço jurídico que possa sustentar a atuação de agentes dos órgãos fora de sua jurisdição territorial. Este é o principal problema a ser superado como já relatamos anteriormente, mesmo que no âmbito do caso do Comando Tripartite.

O exemplo da realização de operação integrada entre as forças policiais também demandou a publicação de Decreto pela Presidência da República do Brasil que forneça a cobertura jurídica para a integração de equipes de distintas competências.

A seguir serão apresentados alguns casos de regulamentação para integração de ministérios e forças de segurança pública bilaterais, além do âmbito do Mercosul, que refletem intenções entre pares dos três países que consideram não só o CT como outros espaços de cooperação, por exemplo os serviços de inteligência.

Em maio de 1997, foi firmado entre Argentina e Brasil o *Protocolo de Cooperación en el Área de Seguridad Pública*, celebrado entre o *Consejo de Seguridad Pública del Consejo del Desarrollo e Integración Sul* (Codesul) – abrangendo, no Brasil, Rio Grande do Sul, Paraná, Santa Catarina e Mato Grosso do Sul e, na Argentina, a Província de Buenos Aires. O objetivo do Protocolo era facilitar o intercâmbio de informações através da criação de um Organismo Central de Dados e Comunicações para os assuntos de Segurança Pública que tivessem interesses de ambas as partes. Desta forma, ocorreria o rápido conhecimento do Estado ou Província de origem de qualquer situação jurídica ou fáctica relevante em que se encontre um de seus naturais no território das outras partes. Estava previsto o uso do intercâmbio de

informações entre as partes sobre as técnicas e metodologias adotadas no combate do crime organizado.

Em setembro de 2021, a responsável pela *Agencia Federal de Inteligencia* da Argentina, Sra. Cristina Caamaño, liderou a delegação do órgão em uma missão ao Paraguai, onde ocorreram reuniões de trabalho com os ministros a cargo da *Secretaría Nacional de Inteligencia*, Esteban Aquino, e da *Secretaría Nacional Antidrogas*, Zully Rolón. Durante os encontros foram delineados mecanismos de cooperação vinculados a áreas de interesse como narcotráfico transnacional e crime organizado. Na oportunidade foi destacado que se trata de uma “*agenda común y la necesidad de articular los esfuerzos contra las redes criminales que operan más allá de las fronteras de los Estados*” (SNI ARGENTINA, 2021). Não foi possível localizar nenhum documento formal que tenha transformado a iniciativa em regulação para cooperação.

Em 27 de outubro de 2023, os governos de Brasil e Paraguai firmaram o “Compromisso de Assunção contra a Corrupção, Crime Organizado e Lavagem de Dinheiro”. De acordo com Wojciechowski (2023, n. p.), “o documento define parcerias entre instituições dos dois países para enfrentamento às atividades criminosas na extensa faixa de fronteira”.

A delegação brasileira foi encabeçada pelo ministro da Justiça e Segurança Pública, Flávio Dino, acompanhado por autoridades como o diretor-geral da Polícia Federal (PF), Andrei Rodrigues; o diretor-geral da Polícia Rodoviária Federal (PRF), Antônio Fernando Oliveira; e o secretário nacional de Políticas Penais, Rafael Velasco Brandani. Pelo Paraguai, Ministério do Interior, Defesa Nacional e Justiça, e de repartições como a Secretaria Nacional Antidrogas (SENAD), Secretaria de Prevenção à Lavagem de Dinheiro (SEPRELAD), Polícia Nacional (PN) e Direção Nacional de Migrações (DNM) (Wojciechowski, 2023, n. p.).

Antes, em 25 de março de 2019, por meio da Portaria 264, o Ministério da Justiça e Segurança Pública do Brasil institui Grupo de Trabalho, propondo a criação do Centro Integrado de Operações de Fronteira (CIOF) em Foz do Iguaçu, PR.

O CIOF, um *fusion center*, foi inaugurado em dezembro de 2019, na Hidrelétrica Binacional de Itaipu. A concepção original dos *Fusion Centers* vem dos escritórios de monitoramento do FBI nos Estados Unidos. O objetivo é promover de forma eficaz a coleta, análise e divulgação de informações relevantes, assim como compartilhar meios de investigação e a coordenação de ações e operações entre várias instituições de segurança com a adoção de unidades de operações integradas, intensificando a integração entre os órgãos de segurança pública, fortalecendo a fiscalização das fronteiras e combatendo o crime organizado (Freitas; Oliveira, 2020, n. p.).

Dentre outros órgãos, o CIOF conta com a participação da Polícia Federal (PF), Polícia Rodoviária Federal (PRF), Agência Nacional de Inteligência (Abin), Ministério da Defesa, Unidade de Inteligência Financeira (UIF/Coaf), Receita Federal, Secretaria de Recuperação de Ativos e Cooperação Jurídica Internacional (DRCI) e Departamento Penitenciário Nacional (Depen) (Itaipu Binacional, 2019).

A escolha de Foz do Iguaçu ocorreu pelos seguintes motivos.

Posicionamento geográfico adequado para ações de repressão — tanto investigações quanto operações ostensivas — ao crime organizado que atua diretamente nos Estados do Paraná e Mato Grosso do Sul, com reflexos diretos nos grandes centros consumidores do Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais, Rio Grande do Sul e outros (Freitas; Oliveira, 2020, n. p.).

Também contou a:

Facilidade de atuação conjunta com autoridades de países estrategicamente importantes para o combate ao crime organizado, sejam produtores de entorpecentes ou países de passagem para entrada de armas e outros produtos ilícitos no Brasil, como Paraguai e Bolívia, já havendo base legal entre instituições policiais do Mercosul, ou seja, o acordo do Comando Tripartite da Tríplice Fronteira (Freitas; Oliveira, 2020, n. p.).

Ademais, há interesses legítimos regionais (polícias estaduais civis e militares, polícias federais, forças armadas, órgãos de controle e fiscalização estaduais e federais) e internacionais (países da fronteira, agências de segurança internacional, diplomacia policial, oficiais de ligação etc.) em possuir recursos operacionais disponíveis e acesso às informações compartilhadas para alimentar investigações e orientar ações operacionais (Freitas; Oliveira, 2020, n. p.).

Por fim, é fato que já há uma prática instituída e consolidada de colaboração institucional permanente entre os órgãos de segurança pública na região de Foz do Iguaçu, em ações integradas formais, ou não, em um modo de trabalho que já resultou na drástica redução da criminalidade, a partir da cooperação permanente que pode refletir a demanda de órgãos de segurança pública e militares das três escalas administrativas (da União, Estadual e Municipal) e internacional, no caso da TF (MJ, 2019, Itaipu Binacional, 2019).

No plano internacional, ocorrem operações conjuntas entre as forças armadas de Brasil e Paraguai, a exemplo da Operação Ágata Fronteira Oeste II que, durante os primeiros 180 dias conseguiu apreender, em território brasileiro, o equivalente a R\$ 370 milhões (US\$74 milhões) em drogas e outras mercadorias resultantes de delitos transnacionais e ambientais.

Em maio de 2024 a operação completou seis meses de duração e, após 3.177 ações realizadas nas áreas de fronteira dos Estados de Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Paraná, reunindo os esforços permanentes das tropas do Comando Operacional Oeste e dos Órgãos de Segurança Pública e Fiscalização, foram apreendidas cerca de 16 toneladas de maconha, 1 tonelada de pasta base de cocaína e 600 quilogramas de cocaína, 247 veículos, aeronaves e embarcações, 30 armamentos, 761.214 produtos em contrabando e descaminho (Exército divulga..., 2024).

O trabalho da Operação Ágata Fronteira Oeste II acontece por meio de uma ação conjunta e integrada das Forças Armadas brasileiras com a Polícia Federal, Receita Federal, Polícia Rodoviária Federal, Agência Brasileira de Inteligência, Secretaria Nacional de Políticas Penais, as Secretarias de Segurança Pública, as Polícias Cíveis, as Polícias Militares e os Gabinetes de Gestão Integrada de Fronteiras e Divisas dos três Estados. O Comando Operacional Oeste tem como principais missões intensificar ações nos Postos de Bloqueio de Estrada e Fluvial, Patrulhamento Mecanizado e Motorizado e Posto de Segurança Estático, além de controle do Tráfego Aéreo. O trabalho é realizado através da 13ª Brigada de Infantaria Motorizada, 18ª Brigada de Infantaria do Pantanal, 4ª Brigada de Cavalaria Mecanizada e 15ª Brigada de Infantaria Mecanizada com a participação das Agências, Instituições e Órgãos de Segurança Pública Federais e Estaduais (Comando Militar do Oeste, 2024, n. p.).

Pelo Paraguai ocorre em simultâneo a Operação Basalto II. De acordo com o *Comando de Operaciones de Defensa Interna de las Fuerzas Armadas del Paraguay* que coordena a operação, em conjunto com a,

Secretaría Nacional Antidrogas (Senad), el Ministerio Público, la Policía Nacional y organismos federales de control de armas y combate a los delitos fiscales. En total, alrededor de 1.950 militares y civiles participan en la Operación Basalto. Hasta la fecha, las Fuerzas de Seguridad Paraguaias han detectado y destruido el equivalente a 525 toneladas de marihuana y decomisado 303 kg de marihuana prensada. Además, detuvieron a 24 personas. La pérdida estimada para las organizaciones criminales es de 75 millones de reales (U \$15 milhões). Para que las operaciones sean de manera simultánea se realizaron reuniones de coordinación entre militares del Ejército de Brasil involucrados en la Operación Ágata Fronteira Oeste II con militares del Ejército de Paraguai. Inicialmente, integrantes de la 15º Brigada de Infantería Mecanizada, con sede en Cascavel-PR, y la 3º División de Infantería del Ejército del Paraguay definieron los objetivos de la operación de cooperación, en una reunión en las instalaciones del 34º Batallón de Infantería Mecanizada, en Foz de Iguazú. (PR). Asimismo, el 8 de enero de 2024, en la sede del 11º Regimiento de Caballería Mecanizada, en Ponta Porã, frontera sur de Mato Grosso do Sul, la 4º Brigada de Caballería Mecanizada promovió una reunión entre militares de las dos naciones para realizar coordinaciones, ajustar procedimientos y conductas (PUCARA, 2024).

Além disso, a operação espelhada Basalto I e II, realizada pelo exército e forças de segurança do Paraguai, resultou, segundo informações do exército paraguaio, na destruição de 367 hectares de plantação de maconha (aproximadamente 1.131 toneladas), totalizando um prejuízo de aproximadamente R\$ 3 bilhões para o crime organizado (Ágata Fronteira..., 2024).

A inovação entre a Operação Ágata Fronteira Oeste II e sua versão anterior, além do efetivo mais robusto mobilizado, foi o fato de ser disponibilizado um serviço de disque denúncia por meio do telefone 0800 358 0007. As ligações efetuadas para o telefone não têm custo para o cidadão, com funcionamento ininterrupto, respeitando-se o anonimato dos denunciantes (Ágata Fronteira..., 2024).

5.5. A infraestrutura que incrementa a capacidade de resiliência e redundância do crime transfronteiriço na TF

Nesta seção, por meio de um transcurso histórico da ocupação da TF, a partir dos anos 1950, foi possível recriar o processo que culminou com a realidade atual relativa às redes de crimes transfronteiriços que operam na região. Serão também apresentados episódios locais que elucidam a capacidade de resiliência e redundância do crime transfronteiriço, bem como a descrição de casos de alianças ou disputa entre as bandas/facções criminais, no intuito de reorganizar a distribuição de poder local e manter a resiliência sobre a hegemonia do crime.

Como mencionado anteriormente, neste capítulo é possível estabelecer uma relação entre a chegada de milhares de trabalhadores para a construção da hidrelétrica binacional Itaipu, que tinham os recursos de seus salários para comprar as mercadorias no Paraguai (inclusive falsificações de marcas célebres à época), cigarros, bebidas, calçados, vestuário, perfumaria e eletrônicos, seja para consumo próprio e imediato ou para presentear seus familiares quando do regresso às suas casas durante os períodos de licença/férias.

Em maio de 1974, teve início a construção de Itaipu e, em ambas as margens do Rio Paraná, eram contratadas mensalmente, de 1978 a 1981, cerca de 5.000 pessoas. Entre 1975 e 1978, cerca de 9.000 moradias foram erguidas (nas duas margens); houve, inclusive, a construção de um hospital (o “Maderinha”), que ainda em 2024 existe com o nome de Costa Cavalcanti. No início das obras, Foz do Iguaçu era uma cidade com apenas duas ruas asfaltadas e cerca de vinte mil habitantes (Brandão, 2015, p. 7).

De acordo com Lima (2015), “no intervalo entre 1970 e 1980 ocorre um grande aumento populacional nos dois lados da fronteira Brasil Paraguai. Pode-se atribuir grande parte deste crescimento populacional às obras para a construção da hidrelétrica de Itaipu”.

CIDADES	1970	1980	1991	2000
Foz do Iguaçu	33 966	124 789	190 123	258 543
Ciudad del Este ¹	26 485	62 328	133 881	223 350
Hernadarias ¹	13 281	28 188	41 922	64 074
Mingua Guazu ¹	-	-	31 736	48 066
Presidente Franco ¹	-	23 695	40 408	54 401
Puerto Iguazu ²	3 001	10 250	27 984	32 038
Total	76 733	249 250	466 054	680 472

Tabela 10 – População Total dos municípios da Tríplice Fronteira – 1970/2000 a partir de IBGE, DGEEC e INDEC
Fonte: IBGE, DGEEC e INDEC. ¹ dados referentes aos anos de 1972, 1982, 1992 e 2002. ² dados de 2001. “-” dado inexistente.

Entretanto, antes da iniciativa da hidrelétrica, há que se recuperar a proposta de criação de uma cidade que integrasse os interesses econômicos das lideranças paraguaias, que, no início dos anos 1940, após a visita de Getúlio Vargas ao país, demandaram a realização de acordos para uma cessão no Porto de Santos, ou seja, uma saída para o oceano Atlântico que não fosse exclusividade e sob controle da Argentina.

Desta forma, a construção da Ponte da Amizade precede Itaipu como um atrativo para milhares de trabalhadores para a região e, com eles, chegam os comerciantes para atender a este mercado consumidor em ambas as margens do rio (neste caso, Paraguai e Brasil).

Ademais, no lado brasileiro, o programa do governo Vargas “Marcha para o Oeste” também impulsionou a chegada de migrantes e imigrantes a essa porção do território brasileiro. Ou seja, o Oeste do Brasil e El Este de Paraguai convergiam para um ponto em comum, a passagem mais estreita sobre o Rio Paraná, onde seria viável a construção de uma ponte internacional.

Entretanto, já havia uma cidade na fronteira Oeste do Brasil, Corumbá⁴⁸, fundada em 1778, às margens do rio Paraguai (fronteira com a Bolívia), que, durante todo o século XIX, atraiu ondas de imigrantes que criaram redes de produção e rotas (ferroviária e fluvial) de comércio com Bolívia, Argentina, Paraguai, até o Porto de Santos no Estado de São Paulo, saída e chegada para o oceano Atlântico.

⁴⁸ Era parte do Estado de Mato Grosso/MT até que este foi desmembrado, em 1977, passando a compor o território do Estado do Mato Grosso do Sul/MS.

De acordo com Oliveira e Junqueira (2016, p. 392), em relação ao processo migratório das comunidades sírias e libanesas para o Brasil,

Outro aspecto importante para que sírios e libaneses migrassem em direção a Corumbá era o encantamento econômico que a cidade produzia, fruto de seu comércio internacional, derivado de franqueamentos tributários promovidos pelo Imperador Dom Pedro II (Oliveira, 2001: 35). A cidade exerceu durante um longo tempo a função de abastecedora de mercadorias vindas de Buenos Aires em direção ao centro e oeste de todo antigo Mato Grosso unificado. Sabia-se que vários comerciantes, de diversas nacionalidades, acumularam significativas fortunas e adquiriram expressivos espaços políticos, como, por exemplo, os franceses Philbois, os macedônios Dichoff e Panoff, os portugueses Cavassa e Baís, os uruguaios Vasquez e os alemães Otto. Relevante era o poder que o comércio internacional exercia sobre eles, sendo perceptível em alguns anúncios de Corumbá: ‘Casa Schared & irmãos. Variedades de produtos importados da Alemanha e Reino Unido’; ‘Exportadora e Importadora Estrela do Oriente. Vendem-se produtos do mundo inteiro’ (Panfleto Ilustrativo de Corumbá e Região, s/d, p. 1).

Retornando para a TF, em 2024, cerca de 1500 quilômetros de estradas federais asfaltadas a separam de Corumbá/MS. Entretanto, no início do século XX, a conectografia se dava prioritariamente pelos rios da região.

Em 1907, uma viagem entre Montevideu (Uruguai) e Corumbá (Brasil), subindo os rios da Prata, Paraná e Paraguai, tinha a duração média de 21 dias, dependendo das condições de navegabilidade, em um vapor do porte do Miranda do Loyd Brasileiro, com 71,65 m de comprimento, 3,05 mts de calados, com capacidade para 1.108 toneladas brutas, e força de 720 hp, podendo atingir uma velocidade de 7 nós por hora e com um consumo médio de 542 kgs.de carvão por hora–, exigia-se um total de 48 tripulantes, sendo 1 comandante, 11 oficiais e mais 36 tripulantes de diversas categorias (Oliveira, 2012, p. 84).

Em janeiro de 1957, por meio do Decreto nº 24.634, o presidente do Paraguai, o General Alfredo Stroessner, que assume o governo em 1954 e fica no poder por 32 anos, determina a fundação de uma cidade às margens do rio Paraná que inicialmente foi denominada Ciudad Puerto Flor de Lis, posteriormente Puerto Presidente Stroessner e, com o final do regime militar (1989), em Ciudad del Este, considerando que,

Que la buena administración del país obliga a prever el desarrollo de la región de Caaguazú y Alto Paraná, regiones por las que cruza la ruta internacional; Que el extremo de dicha ruta, en su desembocadura con el futuro puente internacional, estará situado al norte de la actual localidad de Puerto Presidente Franco; Que por tales circunstancias se hace indispensable la fundación de una localidad, con los recursos adecuados para su futuro desenvolvimiento, que sea punto de concentración de las posibilidades regionales, lindero de la ruta internacional y medio de vinculación, permanente con la vecina república de los EE.UU. del Brasil; Que los Arts. 51 y 56 de la Constitución Nacional autoriza al Poder Ejecutivo a promover los medios que coadyuven a mejorar la administración del país y a adoptar planes de redistribución de las poblaciones actuales. Decreta, Artículo 1º. Encomienda se al

Ministerio del Interior la fundación de una ciudad en la jurisdicción del Alto Paraná, en el extremo de la ruta internacional Asunción-Coronel Oviedo-Rio Paraná (Paraguai, 1957).

Para Cardin *et al.*, a publicação de tal decreto “estava alicerçada nos interesses políticos e econômicos de algumas frações da classe dominante paraguaia que visavam à consolidação de uma rota internacional que possibilitasse a exportação da produção agrícola nacional pelo Oceano Atlântico”.

Neste sentido, foram estabelecidos os primeiros acordos bilaterais entre Brasil e Paraguai, para que este pudesse utilizar os portos de Santos/SP e Paranaguá/PR. Neste contexto, foi escolhida a região onde seria construída a ponte que ligaria as duas nações, como também os setores que receberiam os primeiros investimentos visando promover o desenvolvimento da nova cidade (Cardin *et al.*, 2007, p. 2).

Nesse ponto da história, é possível unir com a TF o processo migratório de sírios e libaneses que já estavam estabilizados com seus negócios em Corumbá, MS, onde fundaram a siderúrgica SBS⁴⁹ (1940), o Moinho Mato-Grossense (1952), a Fiação Mato-Grossense e a Tecelagem Mato-Grossense (1959) e o Curtume Mato-Grossense (1960), que com o trigo e o algodão que chegavam da Argentina, pelo rio, e o couro de um abatedouro local, após serem processados, abasteciam, via ferrovia, o mercado consumidor do Sudeste do Brasil (Oliveira; Junqueira, 2016).

Os imigrantes que se estabeleceram em Corumbá desde o século XIX desenvolveram mecanismos para se inserirem na sociedade local, em uma tentativa de fazer parte da cidade. Como pudemos observar ao longo do texto, os sírios e os libaneses atuaram diretamente no comércio local, inicialmente como mascates e, posteriormente, alguns deles conseguiram se tornar lojistas. Entretanto, a ascensão econômica não levou necessariamente a uma inserção no círculo das famílias já estabelecidas na cidade (Oliveira; Junqueira, 2016, p. 401).

Esta estratégia de incentivar a ocupação e consolidação de parques industriais em locais despovoados, estimulada pelo Governo de Vargas, fazia parte do processo de substituição de importações de bens manufaturados, onde só era comprada a matéria-prima que não fosse possível produzir no Brasil. Com o regime militar no Brasil, foram aplicadas sobretaxas à

⁴⁹ “A Sociedade Brasileira de Siderurgia foi criada pelo Engenheiro Salim Chamma como uma subsidiária da empresa Sociedade Brasileira de Mineração Limitada (Sobramil), também pertencente a Chamma. Ela nasce para organizar as atividades siderúrgicas desenvolvidas pela Sobramil, após a empresa firmar, em 1943, um contrato de exploração do minério de ferro e manganês no morro do Urucum com o Governo do Estado através da Sociedade Brasileira de Mineração, também pertencente ao grupo. A atividade siderúrgica está entre as mais importantes da história econômica de Corumbá” (IBGE, 2024).

importação do trigo e do algodão argentino, ato que inviabilizou todos os empreendimentos fabris em Corumbá, MS, que foram fechados.

Mesmo com os problemas oriundos de todo processo migratório internacional, podemos afirmar que parcela significativa deles fixou-se nesta fronteira. Destes, uma parte ficou no obscurantismo político e social, enquanto uma fração conquistou significativa fortuna. Falamos aqui de um período que durou, aproximadamente, 25 (vinte e cinco) anos, no qual se constituiu um núcleo empresarial formado por Salin Kassar, imigrante sírio, nascido em 1933 e falecido em 1975, João Dolabani, argentino de ascendência síria, nascido em 1928 e falecido em 2011, e Alfredo Katurchi, imigrante sírio nascido em 1939 e falecido em 1972 (Oliveira; Junqueira, 2016).

Os sírios e libaneses que fizeram fortunas em Corumbá passam a investir na compra de terras para a produção de gado no Pantanal mato-grossense, migram para São Paulo para investir no comércio local e migram para a região da TF, a princípio, para montar comércio de venda de produtos brasileiros para os paraguaios e, com a construção da Ponte da Amizade, para vender produtos para os brasileiros.

Concentrémonos primero en el flujo de mercaderías de Brasil a Paraguai. A finales del 50, considerando las posibilidades que la construcción del puente abriría, algunos comerciantes que habían llevado la producción industrial brasileña al oeste de Paraná se localizaron en Foz do Iguazu con miras a aprovechar el mercado Paraguayo, hasta ese entonces sin productos brasileiros. Muchos eran inmigrantes libaneses, que junto a brasileños y Paraguayos desarrollarían uno de los mercados fronterizos más dinámicos de productos brasileños (Rabossi, 2007).

Em relação à construção da Ponte Tancredo Neves, que conecta Brasil a Argentina, construída a quinze quilômetros abaixo das Cataratas do Iguazu, a iniciativa tem início em 1972 por parte do governo brasileiro. Por meio da troca de correspondências entre os ministros de relações exteriores estes chegam a termo para que os presidentes assinem o Tratado de Intenção, com objetivo de iniciar os estudos para construir a ponte. A intenção somente sai do papel para a prática em 1979, por iniciativa de lideranças de Foz do Iguazu e Puerto Iguazú, mediante a formação de Comissão Mista.

A pedra fundamental foi lançada em 13 de janeiro de 1982. A inauguração ocorreu em 29 de novembro de 1985. Os então presidentes José Sarney e Raúl Alfonsín inauguram a estrutura, de 489 metros de comprimento, um vão livre de 220 metros, 16.50 metros de largura e 72 de altura.

A ligação foi chamada de Ponte da Fraternidade, com a intenção de estabelecer ligação entre os povos, assim como se deu, à ponte sobre o rio Paraná, o nome de Ponte da Amizade. O Brasil quis homenagear o presidente que morreu sem assumir o cargo,

em abril do ano da inauguração da obra, e ela passou a se chamar Ponte Tancredo Neves. Na oportunidade, os presidentes José Sarney e Raúl Ricardo Alfonsín assinaram a Declaração do Iguazu que deu origem ao Mercosul, em 30 de novembro de 1985 (Ponte Tancredo Neves..., 2005, n. p.).

Desta forma, a conectografia viária da TF está constituída oferecendo mais uma alternativa para a circulação de mercadorias e pessoas. A partir do resgate histórico deste traçado que conecta a Bolívia, todas as fronteiras dos Arcos Central e Sul brasileiros, Paraguai, Argentina e Uruguai, voltamos à rede que tem a Hidrovia como eixo central e a TF como *Heartland* ou *Hub* de todos os produtos transportados, de interesses (alguns de forma mais efetiva, outros nem tanto) comerciais, energéticos, institucionais, desenvolvimentistas, geopolíticos, históricos, migratórios e econômicos dos três países que a integram.

Segundo Rabossi (2004), referindo-se à Ciudad del Este,

Mas o emaranhado de sons não era apenas produto da música, mas também das vozes nas conversas e nas promoções dos vendedores que ofereciam seus produtos, nas negociações de preços, nas consultas ou nas discussões. E aí, as línguas e os switches entre elas, os entendimentos e os mal-entendidos. O guarani e o espanhol. O português, o árabe e o chinês – mandarim, cantonês ou taiwanês. O inglês, o hindu e o coreano. As notícias em árabe na rede Al-jazeera – antes que ficasse famosa com a guerra do Iraque – em algum canto das casas de eletrônicos ou dos estandes de programas de jogos de computador. As transmissões em português da Rede Globo, na tela gigante da praça de alimentação do Shopping Vendôme, onde se misturavam os cheiros de feijão e churrasco dos restaurantes brasileiros, com o cheiro de massa de esfiha e quibe do restaurante Líbano.

[...]

Um mercado composto por imigrantes internos e externos, de origem rural e urbana, no qual ganham sua vida como vendedores ou carregadores, cambistas ou transportadores. Um mercado fronteiriço no qual se tira proveito dos diferenciais de preços e produtos entre distintos espaços nacionais, e onde milhares de compradores se abastecem de produtos. Um mercado transnacional para o qual afluem circuitos comerciais que articulam uma multiplicidade de espaços localizados em vários continentes através de comerciantes e mercadorias (Rabossi, 2004, p. 18).

Tais produtos “paraguaios”, na verdade, eram importados (originais ou falsificados) e, com a definição da cota de compra por pessoa no Brasil, passam a ser contrabandeados do Paraguai para o Brasil para atender inicialmente a demanda crescente do mercado consumidor de trabalhadores das obras (ponte, hidrelétrica e rodovias) e, nos anos 1980 e 1990, de “sacoleiros”.

Todavia, o que iremos descrever a partir deste parágrafo joga luz sobre os atores não políticos, não institucionais, ilegais, que têm idênticos interesses, compartilhando o espaço geográfico soberano da TF com comerciantes, imigrantes, trabalhadores, agentes de segurança pública e turistas que, de forma legal, compartilham a travessia da Ponte da Amizade e os caminhos diários dos descaminhos.

Na fase da implantação das grandes obras de infraestrutura na TF, as bandas criminais responsáveis pelo contrabando (operando nos três países) consolidaram a rede de estruturas/rotas físicas (estradas, trilhas, portos clandestinos) e as redes de corrupção dos agentes públicos para este tipo de crime denominado descaminho.

A política pública paraguaia que, de certa forma, incentivou o processo de implantação do descaminho na TF está relacionada à *Ley de Promoción de Inversiones para el Desarrollo Social y Económico* (550/75), promulgada em 1975, como parte do plano de estabilização acordado entre o Presidente Stroessner e o Fundo Monetário Internacional, em 1956, momento em que o Paraguai eliminou as tarifas externas de exportação, diminuiu os impostos às importações e nunca implementou uma política de desenvolvimento industrial baseada em um modelo de substituição de importações, enquanto Brasil e Argentina, pelo contrário, implementaram este último modelo, estabelecendo altos impostos ou diretamente proibindo a importação daqueles produtos cujas indústrias se pretendiam incentivar (Hanratty; Meditz, 1988 *apud* Rabossi, 2007).

La primera concesión de una zona franca en Puerto Presidente Stroessner data de 1960, a través de un convenio firmado entre la Comisión de Administración de Puerto Presidente Stroessner y Foreign Markets Trading Corporation; convenio que fue aprobado y ratificado a través de la Ley 624/60. En 1971 se crea una Zona Franca Internacional cuya explotación es otorgada por el Poder Ejecutivo (Ley 273/1971 y 342/71). De a poco se fue definiendo un sistema basado en la concesión de excepciones impositivas que favorecía a aquellos que importaban productos para vender a los turistas que llegasen a la ciudad. Conocido como Régimen Especial de Turismo, el mismo comienza a ser aplicado para beneficio de algunas personas, se amplía para aquellos importadores que trabajan en la ciudad Presidente Stroessner, luego se generaliza para otras ciudades con aduanas para, finalmente, ampliarse a todos aquellos importadores (Rabossi, 2007).

Portanto, o impacto efetivo sobre as economias brasileira e argentina era tributário e, mesmo após o término das obras e a desmobilização dos milhares de trabalhadores das obras, as rotas e todo o processo de compra e venda se manteve, agora sustentado pelo turismo dos “sacoleiros”, que vinham de ônibus de todas as partes do Brasil para comprar no Paraguai o quanto conseguissem transportar em sacolas, para vender na informalidade em suas respectivas cidades de origem em território brasileiro.

Obviamente, havia uma cota limite para as “compras”, que talvez só fosse respeitada pelos turistas que visitavam a região com o objetivo precípuo de conhecer as Cataratas do Iguaçu nas margens brasileira ou argentina e, como complemento do roteiro, aproveitavam para visitar o cassino em Puerto Iguazú (Argentina) e as lojas em Ciudad del Este (Paraguai).

Entretanto, havia outro tipo de visitante (o turista do contrabando), que dispensava a beleza cênica e se encarregava de trazer para o lado brasileiro da fronteira, carregando pelos próprios meios ou recebendo (por meio do serviço de *delivery* dos grupos de contrabandistas, nas pousadas e hotéis onde se hospedavam por uma ou duas noites) todo o tipo de mercadoria.

As sacolas, caixas e pacotes eram então acondicionados nos bagageiros dos ônibus que os levavam de volta às suas cidades de origem, formando um cortejo na saída da cidade de Foz do Iguaçu, em direção a BR 277, a rodovia federal que chega até Foz, sendo o único meio de chegar e sair da cidade por via terrestre.

Sua peculiaridade está vinculada à sua incorporação em circuitos comerciais transnacionais que articulam dito espaço com distantes lugares de produção e com centros comerciais localizados noutras partes do mundo, e por onde fluem pessoas de diversas origens e mercadorias das mais variadas procedências. Isto, por sua vez, permitiu ampliar as vantagens obtidas do outro lado do limite internacional para além do horizonte dos habitantes da fronteira, expandindo-se através de inúmeros circuitos comerciais por todo Brasil e outras partes de América Latina. Através destes circuitos, também, a cidade argentina de Puerto Iguazú incorporou-se intermitentemente, dependendo das conjunturas econômicas, na mencionada dinâmica comercial. Cidade de fronteira e de cruzamento de circuitos comerciais, a dinâmica social desse espaço não segue as divisões marcadas pelo limite internacional. Não só pela presença de estrangeiros de tantas outras partes do mundo como também porque os padrões de residência e de trabalho não estão limitados por este limite. Muitos dos comerciantes estrangeiros vivem do lado brasileiro e cruzam a fronteira todos os dias para trabalhar em território paraguaio, assim como a maior parte dos empregados de comércio que são brasileiros e vivem em Foz do Iguaçu. Como os donos dos locais de comida brasileira ou os que trabalham passando coisas –os ‘laranjas’–, brasileiros que cruzam a Ciudad del Este esperando ser contratados pelos compradores que chegam todos os dias. Assim como os paraguaios que têm suas importadoras e estabelecimentos comerciais em Foz do Iguaçu e cruzam todas as manhãs para seus negócios do outro lado da ponte e igualmente, também, àqueles que se dedicam a trazer mercadorias de Foz do Iguaçu –os ‘paseros’–, paraguaios que durante o dia vão e vêm de uma cidade à outra. Seguindo o mesmo vaivém, todos os transportadores que trabalham em função do comércio: os mototáxis de ambos os lados, os táxis e as kombis paraguaias (Rabossi, 2004, p. 26).

Portanto, a partir da descrição da burocracia pública relativa aos processos de comando e controle, assim como segurança e defesa e, considerando a escala do organismo multilateral regional (Mercosul), a escala dos Estados com os acordos binacionais e políticas públicas com a reprodução da legislação aplicada ao enfrentamento dos crimes transfronteiriços, as contribuições a seguir apresentadas irão estabelecer a correlação entre a falta de eficácia da burocracia e a evolução do projeto de poder do crime organizado na área de influência da Hidrovia.

5.5.1. Os casos das “alianças” entre bandas e facções

Para explicitar a rede dos crimes transfronteiriços utilizaremos o caso do Primeiro Comando da Capital (PCC) e a disseminação de sua estratégia de expansão empresarial e de internacionalização de seus negócios para Paraguai e Argentina, entretanto, sem considerar os demais países da América do Sul onde o PCC também já se faz presente.

Recuperando o argumento de que o crime organizado tem demanda para acessar de forma cada vez mais rápida o mercado global de ilícitos, como ocorre a expansão territorial da produção de *commodities* (soja e carne) para abastecer as cadeias globais de valor, a produção dos ilícitos passou a acessar áreas cada vez mais distantes, preservadas e habitadas por populações tradicionais e vulneráveis (negligenciadas pelas políticas públicas dos Estados) em suas redes de produção e transporte, assim como o entorno dos grandes centros urbanos onde há uma população que também carece de perspectivas, principalmente adolescentes em suas redes de comércio e consumo.

Para Campos (2020), o PCC surge como facção, em São Paulo, na Casa de Detenção de Taubaté, em 1993, e segue a cartilha de que “O crime fortalece o crime”. O grupo surgiu nas massas carcerárias como um defensor da união dos presos contra as injustiças e abusos praticados pelo Estado brasileiro a partir de um modelo de irmandade, solidariedade e igualdade entre os seus.

Inicialmente oito presos que formavam um time de futebol, com “ideologia que mistura elementos do anarquismo e marxismo”, difundiram ideias de “luta pelos direitos dos presos e combate à opressão dentro do sistema prisional”; inicialmente, não havia “nenhuma pretensão de atividade criminosa específica. Contudo, com a intensificação das políticas de segurança adotadas pelo Estado, o grupo criminoso passou a evoluir gradativamente, fazendo frente opositora ao Estado” (Castro *et al.*, 2023, p. 6738).

Para os autores, o desenvolvimento do PCC pode ser dividido em três fases. Na primeira fase ocorre “a estruturação interna do comando e expansão dentro do sistema prisional” com a elaboração do “Estatuto da Comissão de Ética e Disciplina” para ser respeitado por todos dentro do sistema prisional e, dessa forma, monitorar os próprios membros. Na segunda fase, ocorre o processo de consolidação e implantação do “estatuto” no sistema carcerário nacional e, por fim, a fase de expansão internacional da organização, por meio da constituição de núcleos em contínuo processo de expansão seja territorial ou de modalidade criminal (Castro *et al.*, 2023, p. 6741).

De acordo com Melo (2021), o PCC promove a arrecadação de fundos, por meio do comércio de drogas, a fim de organizar fugas, assaltos a bancos e custear o tráfico de drogas, havendo rivalidade com o Comando Vermelho (CV), organização criminosa formada em 1979,

no Instituto Penal Cândido Mendes, na Ilha Grande, Rio de Janeiro e a Família do Norte (FDN) criada em 2007 no estado do Amazonas.

Segundo Dyna (2023), o PCC constituiu um “modelo próprio de gestão da segurança nas periferias urbanas, em contraste com o papel desempenhado pelas forças policiais”, criando “estratégias eficazes para a produção de segurança nas periferias paulistas”, ocupando e criando “espaços de poder próprio” e assim estabelecendo com sua presença “lógicas específicas de interesses e relações sociais com os moradores das periferias”, em detrimento da atuação da segurança pública em tais espaços, atuando, para tanto, nas dimensões política, econômica, social, bélica e de segurança.

Quanto ao processo de internacionalização do PCC, Oliveira e Krüger (2018) apresentam uma análise do corredor historicamente institucionalizado que conecta a Bolívia ao Brasil na cidade de Corumbá:

Às margens do Rio Paraguai, a pouco mais de 400 Km de Campo Grande, capital do Mato Grosso do Sul, e apenas a 5 Km de Puerto Quijarro, cidade fronteiriça na Bolívia. A via principal que chega à localidade é a BR 262, parte do chamado corredor bioceânico, que liga o porto de Santos, em São Paulo, ao porto de Iquique, no Chile, passando pelo território boliviano. Historicamente, a estrutura do tráfico de drogas no varejo em Corumbá se formou a partir da década de 1970, justamente pelas relações entre traficantes brasileiros, conhecidos como ‘boqueiros’, e os ‘pichicateiros’ de Puerto Quijarro e Puerto Suarez, na Bolívia. Ou seja, essa estrutura foi forjada a partir das relações criadas sobre a égide de atores sociais transfronteiriços. É importante frisar que essa dinâmica integracional do crime na região toma impulso com o reordenamento do tráfico internacional de drogas do cartel de Medellín, na Colômbia, e o incremento da produção de cocaína boliviana na década de 1980. Formada por núcleos familiares alicerçadas em relações de vizinhança, parentesco e proximidade, as ‘bocas familiares’ em Corumbá condicionam importantes conexões entre o atacado e o varejo do tráfico de drogas na região e internacionalmente. Apesar de Bolívia e respectivas cidades de fronteira terem conexões importantes no atacado, as remessas de grandes quantidades passam por esquemas menores articulados por atores sociais brasileiros (Oliveira; Krüger, 2018, p. 29).

Para a compreensão do processo de internacionalização do PCC, há que se recuperar o que é considerado como “crime organizado” na legislação brasileira. De acordo com o artigo 1º, § 1º da Lei 12.850/2013,

Considera-se organização criminosa a associação de 4 (quatro) ou mais pessoas estruturalmente ordenada e caracterizada pela divisão de tarefas, ainda que informalmente, com objetivo de obter, direta ou indiretamente, vantagem de qualquer natureza, mediante a prática de infrações penais cujas penas máximas sejam superiores a 4 (quatro) anos, ou que sejam de caráter transnacional (Brasil, 2013).

De acordo com Santos (2021), a internacionalização do crime organizado “ocorre devido às alianças estabelecidas entre diferentes grupos criminosos como parte do processo de

globalização, que se aproveitam do aumento do uso das tecnologias de informação e comunicação tanto em nível nacional como internacional”. Consolidando tal argumento, com esta tese, é possível incluir também o uso das infraestruturas públicas de logística e telecomunicações.

No plano do Direito Internacional, há que se ressaltar a existência da Convenção das Nações Unidas contra o Crime Organizado Transnacional ou Convenção de Palermo, adotada em Nova York, em 15 de novembro de 2000, que entra em vigor: na Argentina em 29 de agosto de 2002; no Brasil em 12 de março de 2004; e no Paraguai em 24 de maio de 2016. Apesar de trazer avanço para a cooperação no combate de um problema comum aos países que a ratificaram, a referida convenção não possui capacidade de gerar consequências jurídicas (Castro *et al.*, 2023).

O crime organizado possui uma relação profunda, ambígua e oportunista com as classes dominantes, nas esferas pública e privada. O desenvolvimento da atividade criminosa irresistivelmente constrói interfaces entre o lícito e o ilícito, combinando as capacidades de corromper, coagir e seduzir (fraude, força e fidelidade) para ampliar a rede social do crime organizado para além do grupo de indivíduos diretamente engajados em suas atividades finalísticas. A necessidade de lavar a receita ilegal gera, por si só, outra necessidade de se criar negócios legais, que, por sua vez, se reproduzem por conta própria e servem de referência para outras atividades ilícitas. Para manter esses estabelecimentos resguardados da fiscalização do Estado, transborda-se parte do excedente para o sistema de justiça criminal, que, além de conivência, pode proporcionar um canal privilegiado para obtenção ilegal de mercadorias e serviços. Ao obter contatos nas polícias, no judiciário, no sistema financeiro e na política local, e ao demandar os serviços de advogados, contadores, químicos e outros técnicos, as organizações criminosas irradiam sua influência social e dificultam a determinação dos segmentos sociais que as compõem. Para além do estereótipo criminoso, portanto, há um amplo espectro de atividades que se situam no híbrido entre o legal e o ilegal, entre o oculto e o revelado, entre o público e o privado. É nessa região cinzenta que o crime organizado incorpora fatias da elite política e econômica, ou, difícil precisar, a elite política e econômica incorpora parcialmente o crime organizado (Cepik; Borba, 2011, p. 379).

Para Huntington (1979 *apud* CASTRO *et al.*, 2023), “organizações transnacionais” são qualificadas a partir das seguintes premissas: o tamanho da estrutura organizacional; a acumulação de uma função técnica; a capacidade de executar operações além das fronteiras de um ou mais países; o crescimento exponencial ao decorrer dos anos; a expansão das funções administrativas e o recente contato com o cenário global.

Podemos incluir como contribuição a capacidade de se adaptar a novos tipos e “produtos” a serem comercializados; capacidade gestão à distância a partir dos centros de comando e controle; capacidade de atualização em relação às normas e órgãos fiscalizadores do trânsito de mercadorias e, um dos mais importantes, o estabelecimento de um código para a ascensão e confiança dos membros em participar da organização.

Apresentamos então o processo de internacionalização do PCC que tem origem no presídio de Corumbá, MS, na fronteira com Bolívia e Paraguai, países contíguos aos Arcos Central e Sul das fronteiras brasileiras e, por conseguinte, à TF. Importante recuperar a condição geográfica que compartilham Bolívia e Paraguai, de não ter acesso aos oceanos (Atlântico ou Pacífico), a menos que as mercadorias ali produzidas cruzem os territórios de Chile, Brasil ou Argentina. Entretanto, ambos os países têm acessos e uma considerável estrutura de logística fluvial na Hidrovia Paraguai-Paraná.

O PCC chega à Bolívia com o intuito de estabelecer um apoio logístico no transporte de drogas que eram produzidas neste país. Inicialmente a mercadoria era transportada por aviões e helicópteros, entretanto, com o advento do Sistema de Vigilância da Amazônia⁵⁰ (SIVAM), em 2002, a estratégia de exportação da droga boliviana pelo PCC foi alterada e as rotas passaram a ser terrestres pelo Paraguai até chegar à costa brasileira, especificamente ao Porto de Santos, para a exportação para Europa e África (Castro *et al.*, 2023, p. 6742).

No Paraguai, quem controlava o comércio de drogas e exportação destas para o Brasil e a chegada aos portos do Atlântico era Jorge Raffat⁵¹. O traficante foi assassinado em 2016 pelo PCC e CV nas disputas pelo território. Depois do assassinato, “as duas facções romperam suas alianças e passaram a ser inimigas, o que originou o conflito entre as duas organizações, tendo reflexo nas prisões brasileiras no início de 2017 deixando dezenas de detentos mortos” (Castro *et al.*, 2023, p. 6744).

⁵⁰ “A instalação do apoio dessas antenas, foi concebido segundo seu alcance pretendido e pela Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República SAE/PR, ao final da década de 1980, em parceria com os Ministérios da Justiça e da Aeronáutica do Brasil, durante o governo do Presidente José Sarney. Dentre os projetos de ocupação e defesa da Amazônia desenvolvidos inicialmente estavam os estudos que resultariam no projeto SIVAM-SIPAM e o projeto Calha Norte. Parcialmente paralisados no período Collor, esses projetos seriam retomados no governo Itamar Franco que em 1993, após ouvir o Conselho de Defesa Nacional, decretou que o projeto não seria alvo de licitação, dentro da legislação em vigor. Desta forma, no ano de 1994, deu-se início ao processo de seleção da proposta vencedora. No governo Fernando Henrique, o processo de seleção foi modificado, tornando-se uma licitação. A disputa se concentrou entre dois grupos, o americano Raytheon e o grupo francês Thomson. Após pesado lobby da diplomacia americana e de denúncias de espionagem e grampos telefônicos por parte da CIA e oferta de empréstimo por parte do Eximbank dos Estados Unidos, em 1995 sagrou-se vencedora a proposta da Raytheon. O contrato final foi de US\$1,4 bilhão, o maior investimento individual na área de defesa feito pelo Brasil nos anos 1990. No pedido de proposta, o Brasil descreveu que existiria uma empresa integradora brasileira, com a responsabilidade de fazer a interface entre o que estava sendo realizado no Brasil com o produzido nos Estados Unidos da América. Esta empresa era a ECA. O SIVAM foi finalmente inaugurado em 25 de julho de 2002 pelo Presidente Fernando Henrique. Atualmente o SIVAM encontra-se desativado” (FAB, 2024).

⁵¹ “O traficante Jorge Raffat Toumani foi morto no dia 15 de junho de 2016, era considerado o líder da maior quadrilha de Pedro Juan Caballero e em cidades próximas como Bella Vista Norte e Capitán Bado, todas na fronteira com o Estado de Mato Grosso do Sul. Cinco anos antes tinha um relacionamento considerado diplomático como PCC, que veio a se enfraquecer, já que o preço a ser pago para a droga passar na fronteira passou a se tornar mais elevado, aumentando os custos para o PCC entrar com as drogas no Brasil. O PCC optou por eliminar esse empecilho e empreendeu boa parte de seus esforços para acabar com a vida do ‘rei do tráfico’. Tal fato exemplifica o crescimento da facção e a sua expansão internacional (Benites, 2016 *apud* Melo, 2021). Jorge Raffat contava com homens armados e treinados na Holanda para sua segurança. No entanto, foi morto pelo PCC e CV nas disputas pelo território.

Desta feita, o PCC passou a assumir de vez o controle do tráfico de drogas nas fronteiras entre Bolívia e Paraguai, resultando na internacionalização do comando e sua consolidação para expansão para a Argentina, além de Peru e Colômbia (Santos, 2021). Na Argentina, há o registro oficial de um integrante da banda criminal brasileira “Bala na Cara”, aliada do PCC, que permaneceu preso no serviço penitenciário argentino durante seis anos e foi extraditado em janeiro de 2024 (Nieva, 2024).

Carlos Eduardo Reinicke, un peligroso criminal brasileño de 42 años, fue extraditado a Brasil casi 6 años después de su detención y tras haber sido condenado a 8 años de prisión por un intento de asalto tipo comando a la Unidad Penal II de Oberá, a fines de julio de 2018. El operativo de extradición, que se concretó con reforzadas medidas de seguridad, tuvo lugar esta mañana y la caravana partió de la Unidad Penal VI de Miguel Lanús (Posadas) hasta el paso fronterizo entre Puerto Iguazú y Foz do Iguazú. Reinicke estaba alojado bajo la órbita del Servicio Penitenciario de Misiones y es señalado como parte fundamental del grupo narco criminal brasileño 'Bala Na Cara'. Esta banda estuvo detrás del recordado asalto comando a la unidad penitenciaria obereña, de donde intentaron rescatar a uno de los cabecillas, aunque sin éxito por la oportuna intervención de un sereno que custodiaba una obra en el área. 'El operativo en conjunto entre Gendarmería Nacional, Policía Federal, Policía de Misiones y Servicio Penitenciario Provincial se realizó bajo formalidades de práctica y estricto protocolo de bioseguridad', informó el SPP en un reciente comunicado, destacando que se desarrolló 'sin inconvenientes teniendo en cuenta las características del interno' (Nieva, 2024).

5.6. Conclusões do Capítulo

Como forma de estruturar uma conclusão preliminar para a tese, apresentam-se considerações de contribuições acadêmicas que se complementam e convergem no sentido de que, sem a cooperação internacional entre os Estados e sem a implantação de políticas públicas coordenadas para compreender a estratégia regional do crime transnacional, este se vale da falta de integração para ampliar o controle sobre “seus territórios”, promovendo cooperação internacional pragmática aos interesse comuns entre bandas, marras, facções e células.

Assim, o crime organizado internacional apenas iniciou uma etapa histórica em que, tendo vicejado durante os anos 1990 e 2000, aumentou a pressão sistêmica por ação individual e coordenada dos Estados para mobilizar meios adequados para controlá-lo e contê-lo. Infelizmente, a tentativa de extirpar a criminalidade da sociedade, como se fosse um câncer, vem respaldando políticas grosseiramente equivocadas que têm agravado o problema ao invés de contribuir para reduzi-lo. Nesse sentido, tanto internamente quanto internacionalmente, o controle do crime organizado é parte de uma política abrangente de segurança pública, que depende da integração entre agências no governo, mas também da participação cidadã e da cooperação internacional (Cepik; Borba, 2011, p. 379).

Em relação ao PCC, a percepção de alguns representantes da justiça e secretarias de segurança pública brasileiros, entrevistados pelo jornal “O Estado de São Paulo” e a Revista Exame, em 2016,

O procurador de Justiça Márcio Sérgio Christino, contudo, avalia que o PCC ‘não necessariamente cresceu, mas mudou’ nos últimos dez anos. ‘Eles tinham um perfil inicial mais limitado, mais politizado, com um discurso em defesa dos direitos da população carcerária. Com o tempo e com as ações criminosas, o ‘partido’ sofreu mutações até chegar aonde chegou, uma dinâmica como a de uma grande empresa, mas com foco no tráfico, que permite arrecadação contínua’ [...].

Segundo o MPE, há evidências nas investigações que mostram contatos diretos de integrantes do PCC com o Exército do Povo Paraguaio (EPP), um grupo terrorista contrário ao governo local, e com as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (Farc). ‘O foco está no tráfico de drogas e armas com todos os países listados. Começamos a verificar, por exemplo, o uso de fuzis argentinos no Brasil por parte de integrantes do PCC recentemente’, conta o promotor Lincoln Gakiya, de Presidente Prudente (ESTADÃO e EXAME, 15 de maio de 2016).

Assim sendo, podemos confirmar, de acordo com um dos objetivos específicos desta investigação e das variáveis metodológicas propostas, que: a burocracia (legal e administrativa) dos países limítrofes à Hidrovia não sido eficaz nos processos de integração para o enfrentamento dos crimes transfronteiriços.

Ademais, o crime organizado tem mais capacidade de se reposicionar e qualificar quanto à mobilização de efetivos humanos, equipamentos e tecnologia do que os órgãos públicos competentes pela securitização da TF. Seja pela falta de integração interinstitucional ou pela morosidade da mobilização, devido à complexa burocracia que os agentes públicos responsáveis pelo enfrentamento do crime transfronteiriço devem perambular para obter as devidas autorizações para agir de forma cooperada.

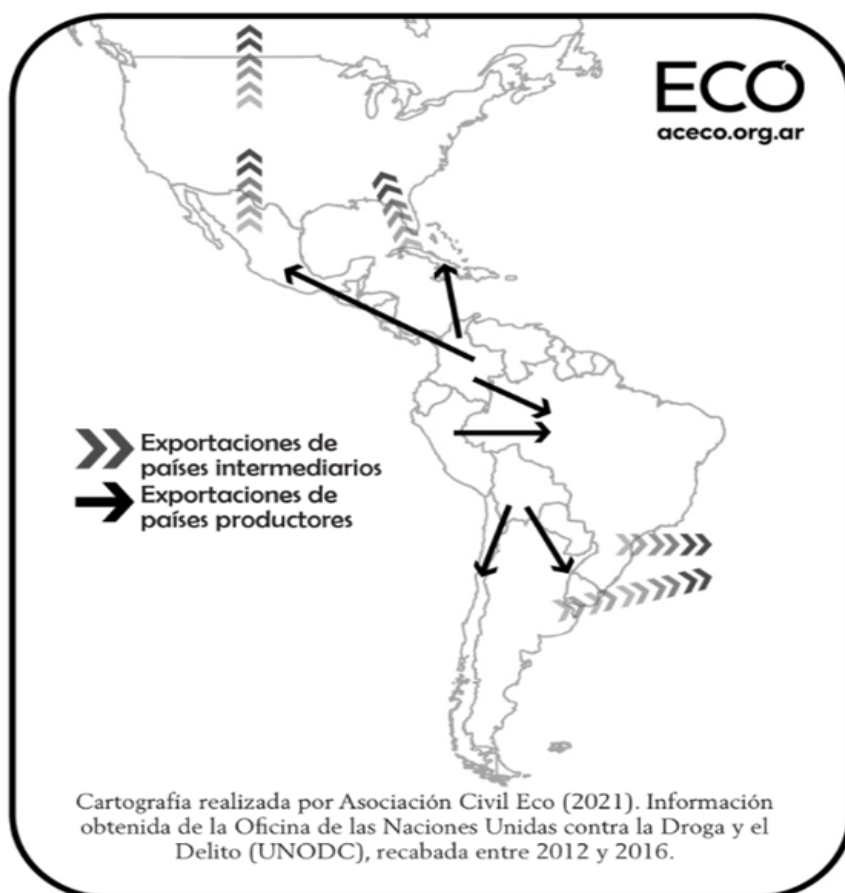


Figura 38 – Rotas exportações droga América do Sul e Central
Fonte: UNODC (2021).

Antes de iniciar o Capítulo 5, que trata da internacionalização das rotas do crime transnacional, apresentamos o mapa produzido pelo *think tank* jurídico argentino ECO – Asociacion Civil Estudios sobre el Crimen Organizado, em que foi possível, com base na compilação de dados obtidos perante o Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime (UNODC), no recorte temporal de 2012 a 2016, consolidar as rotas entre os países da América Latina, Caribe e América do Norte, viabilizando a qualificação dos produtores e dos intermediários na circulação (exportação) de drogas.

Para Miocevic e Pallisé (2022), a prática de trasladar as operações comerciais a um país estrangeiro, na América (do Sul, Latina e do Norte), e tendo a narcoeconomia como caso de análise, promove os seguintes corredores exportadores, de passagem e importadores, para depois exportar para outros continentes.

6. PLATAFORMA CRIMES TRANSFRONTEIROS

No fluxograma de tráfico de cocaína pelo mundo (UNODC, 2023), apresentado a seguir, é possível observar a relevância da Tríplice Fronteira como ponto neural da rede de conectografia que o crime transfronteiriço utiliza na América do Sul.

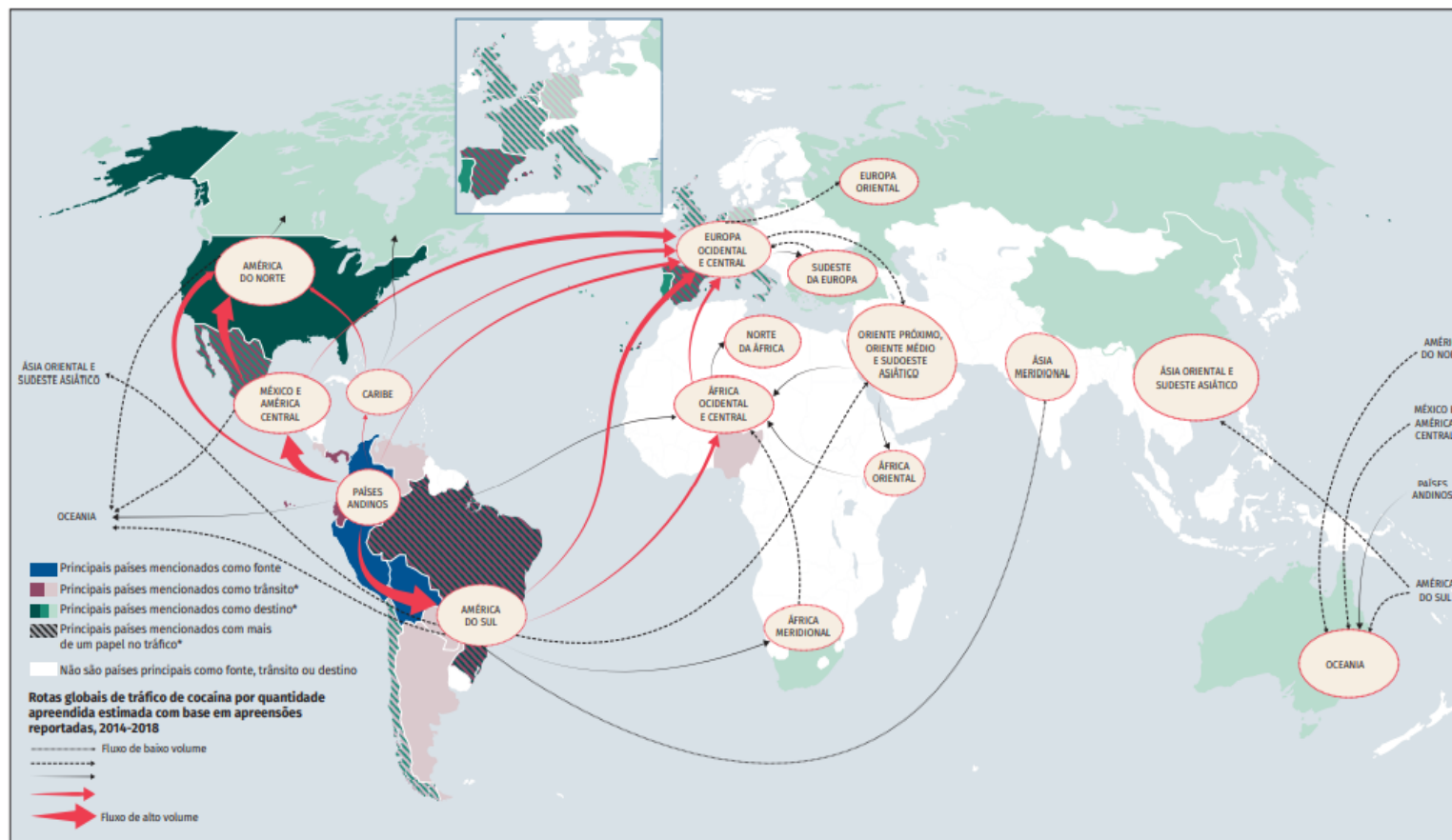


Figura 39 – Rotas globais tráfico de cocaína
Fonte: UNODC (2023, p. 44).

6.1. Modais logísticos associados à implantação e operação da Hidrovia Paraguai-Paraná

No intuito de mapear os modais logísticos da Hidrovia e, em escala de detalhe, a TF (Argentina, Brasil e Paraguai), foi criada para esta tese uma plataforma georreferenciada. Como ponto de partida foram identificadas as infraestruturas públicas e as clandestinas (implantadas pelos agentes do crime transfronteiriço).

Os portos e aeródromos clandestinos foram mapeados pelo BPFRON nas margens do reservatório da hidroelétrica de Itaipu que banha 16 municípios brasileiros. Não há dados disponíveis em fontes abertas que possibilitem mapear estruturas correlatas nas margens paraguaias.

De acordo com Diagnóstico elaborado pela UFPR ITTI (2017) as infraestruturas oficiais portuárias na Hidrovia totalizam 110 Portos e Terminais sendo:

País	Quantidade de portos e terminais
Brasil	11
Argentina	48
Paraguai	44
Bolívia	03
Uruguai	04
TOTAL	110

Tabela 11: Portos e Terminais Público e Privados na Hidrovia Paraná- Paraguai.

Fonte: UFPR ITTI (2017).

Tabela 12: Infraestrutura e Áreas Protegidas⁵² na Tríplice Fronteira

Brasil

Infraestrutura	Tipo
Rodovia BR 163	Rodovia Federal
Rodovia BR 277	Rodovia Federal
Ponte Internacional da Amizade	Ponte Internacional
Ponte Internacional Tancredo Neves	Ponte Internacional
Ponte de Integração	Ponte Internacional
Usina Hidrelétrica de Itaipu	Usina Hidrelétrica
Reservatório de Itaipu	Reservatório
Aeroporto Internacional de Foz do Iguaçu	Aeroporto Internacional

⁵² São Unidades de Conservação e Terras Indígenas.

Infraestrutura	Tipo
Porto Guaira	Porto
Terminal Portuário do Rio Iguaçu	Porto
Porto Mendes	Porto
Porto Sta. Helena	Porto
Porto Meira/Foz	Porto
Parque Nacional do Iguaçu	Parque Nacional
Reserva Indígena Ocoy	Reserva Indígena
Aldeia Tekoha Añetete	Aldeia Indígena
Rodovia PR 497	Rodovia Estadual
Rodovia PR 491	Rodovia Estadual
Rodovia PR 495	Rodovia Estadual
Rodovia PR 496	Rodovia Estadual
Portos Clandestinos (139 em 2022)	Margem brasileira reservatório Itaipu
Paraguai	
Infraestrutura	Tipo
Puente Internacional de la Amistad	Ponte Internacional
Aeroporto Internacional Guarany	Aeroporto Internacional
Puerto Tres Fronteras (balsa para AR)	Porto na outra margen Puerto Iguazu (AR)
Puerto Torocuá (TOTEM SA)	Porto privado Grupo Favero
Puerto Dos Fronteras (Del Sur SA)	Porto privado
Puerto Paredón (SARCOM SA)	Porto privado
Puerto Paloma	Porto
Puerto Triunfo	Porto
Puerto Don Joaquín (TRANS AGRO)	Porto privado
Puerto Noble Paraguay (ex BAEIPA)	Porto privado
Puerto Trociuk (TROCIUK PUERTOS S.A)	Porto
Puerto Presidente Franco (histórico e turístico)	Porto
Rodovia PY 02 (Ruta Internacional)	Rodovia Nacional
Rodovia PY 21	Rodovia Nacional
Rodovia PY 03	Rodovia Nacional
Rodovia PY 07	Rodovia Nacional
Reservatório Itaipu	Reservatório
Argentina	
Infraestrutura	Tipo
Puente Internacional Tancredo Neves	Ponte Internacional
Ruta 12	Rodovia Nacional
Ruta 101	Rodovia Nacional
Puerto Iguazu (balsa para PY)	Na outra margen Puerto Tres Fronteras (PY)
Nuevo Puerto de Posadas	Río Paraná (Margen izquierdo)
Aeropuerto Internacional Cataratas del Iguazú	Aeroporto Internacional

Infraestrutura	Tipo
Parque Nacional Iguazú	Parque Nacional

Fonte: elaborada pelo autor a partir de dados UFPR ITTI (2017).

Importante ressaltar que as estratégias geopolíticas e relações diplomáticas entre Brasil e Paraguai, conforme foi exaustivamente detalhado no capítulo 2, revelam uma evolução que vem de período de uma guerra, no século XIX, que extrapolou os territórios de tais países seja pelo envolvimento da Argentina e Uruguai no conflito seja pela influência das potências europeias, culminando com a implantação de infraestruturas binacionais, no século XX, que promoveram a conectografia, a segurança energética e a paz. No século XXI, essa mesma infraestrutura viabiliza a conectografia das *commodities* ilícitas.

No Brasil, qualquer reservatório de hidroelétrica deve armazenar um volume de água a serem engolidos pelas turbinas e assim gerar continuamente energia. Entretanto há outros usos pré-estabelecidos pela Agência Nacional da Águas (ANA). Os usos múltiplos⁵³ preveem como prioridade para esta água o abastecimento público, a irrigação, a navegação, o desenvolvimento de atividades esportivas, turismo.

O mapa a seguir, elaborado pelo BPFron em 2022, indica a localização dos pontos de travessia e portos clandestinos no reservatório de Itaipu, a modalidade de uso múltiplo ilícita.

⁵³Os usos consuntivos são aqueles que retiram água do manancial para sua destinação, como a irrigação, a utilização na indústria e o abastecimento humano. Já os usos não consuntivos não envolvem o consumo direto da água - o lazer, a pesca e a navegação, são alguns exemplos, pois aproveitam o curso da água sem consumi-la (ANA, 2025). <https://www.gov.br/ana/pt-br/assuntos/gestao-das-aguas/usuarios-da-agua/outros-usos#:~:text=Os%20usos%20consuntivos%20s%C3%A3o%20aqueles,da%20%C3%A1gua%20sem%20consumi%20a>

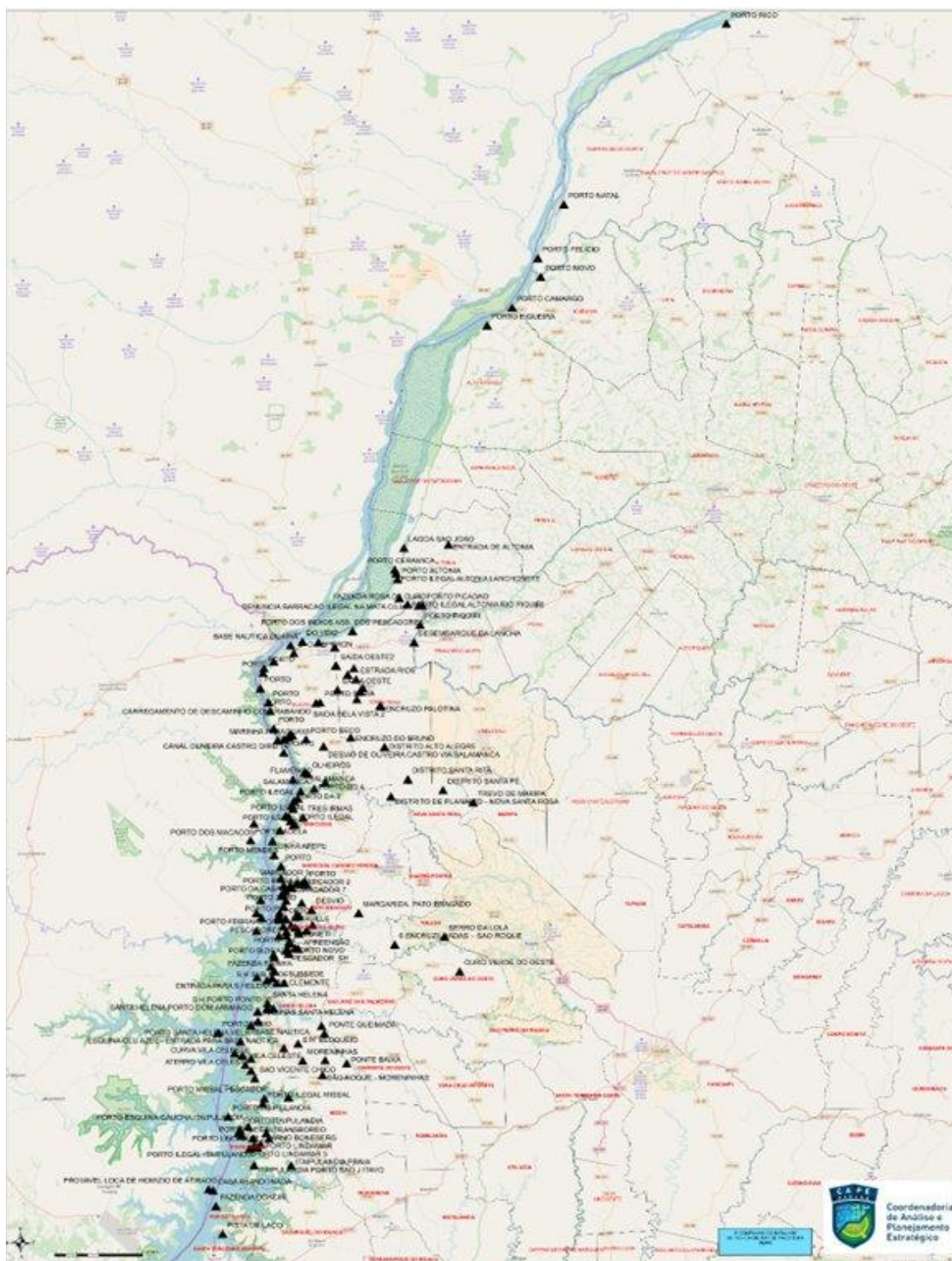
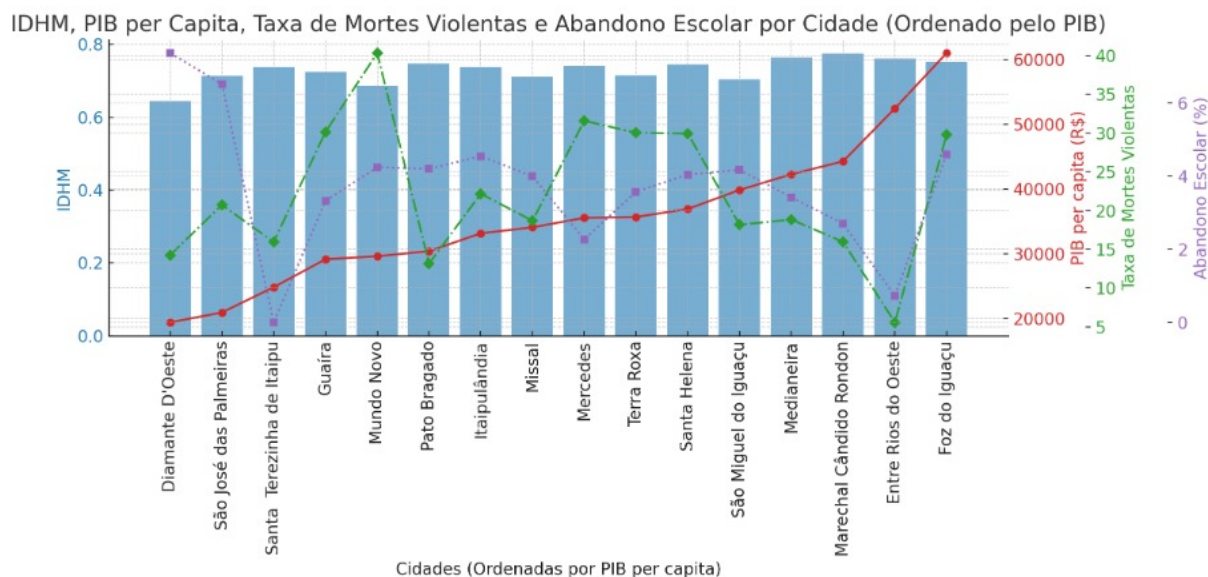


Figura 40 – Mapa BPFron pontos de travessia e portos clandestinos no reservatório de ITAIPU
Fonte: BPFron (2022).

Para os 16 municípios lindeiros ao reservatório foram coletados e correlacionados dados de indicadores socioeconômicos conforme gráfico apresentado a seguir.

Figura 41 - IDHM, PIB per Capita, Abandono Escolar e Mortes Violentas (médias entre 2019 e 2022).



Fonte: elaborado pelo autor a partir dos dados disponibilizados pelo INEP (<https://www.gov.br/inep/pt-br/aceso-a-informacao/dados-abertos/>)

As barras azuis representando o IDHM indicam o nível de desenvolvimento humano em cada cidade. A linha vermelha com marcadores representa o PIB per capita, organizado em ordem crescente para melhor análise comparativa. A linha verde com marcadores representa a Taxa de Mortes Violentas por 100 mil habitantes, mostrando a relação entre desenvolvimento humano, atividade econômica e segurança pública.

O gráfico apresentado permite estabelecer algumas correlações.

Na correlação entre PIB per Capita e IDHM há uma tendência positiva. Observa-se que cidades com PIB per capita mais elevado tendem a apresentar IDHM maior. Isso confirma a hipótese de que o desenvolvimento econômico influencia positivamente o desenvolvimento humano, pois regiões mais ricas geralmente oferecem melhores serviços públicos, infraestrutura, educação e saúde.

Também é possível observar uma variação dentro da tendência uma vez que algumas cidades apresentam IDHM relativamente alto mesmo com PIB mais baixo, o que pode indicar políticas públicas eficientes ou uma distribuição de renda mais equilibrada.

Na correlação entre PIB per Capita e Taxa de Mortes Violentas há uma tendência negativa. De maneira geral, cidades com PIB per capita mais elevado apresentam menores taxas de mortes violentas. Isso sugere que maior desenvolvimento econômico pode estar associado a

melhores condições de segurança pública, acesso a empregos formais e redução da criminalidade. Há exceções uma vez que algumas cidades com PIB relativamente alto ainda apresentam taxas elevadas de homicídios, o que pode indicar fatores locais, como a presença do crime organizado, desigualdade social acentuada ou falhas na governança e na segurança pública.

Quanto a correlação entre IDHM e Taxa de Mortes Violentas observa-se uma relação inversa. As cidades com IDHM mais alto tendem a apresentar menores taxas de homicídio, indicando que fatores como educação, saúde e acesso a direitos básicos podem reduzir a violência urbana. Entretanto, foi possível comprovar casos atípicos nos quais algumas cidades com IDHM médio ou alto apresentam alta criminalidade, possivelmente devido a problemas estruturais, como desigualdade de renda e tráfico de drogas, que não são capturados diretamente pelo IDHM.

Diante do exposto, podemos estabelecer algumas conclusões. O desenvolvimento econômico (PIB per capita) e o desenvolvimento humano (IDHM) parecem estar positivamente correlacionados. A violência (taxa de mortes violentas) tende a ser menor em cidades com maior IDHM e PIB per capita, mas há exceções que indicam que apenas crescimento econômico não é suficiente para reduzir a criminalidade. Fatores como políticas de segurança pública, desigualdade social e presença de atividades criminosas podem influenciar significativamente a taxa de homicídios, independentemente do desenvolvimento econômico.

Esse tipo de análise destaca a importância de políticas públicas integradas, que combinem crescimento econômico, investimentos em educação e segurança pública para reduzir a violência e melhorar a qualidade de vida nas cidades

Em relação a consolidação da Plataforma, os 16 municípios limítrofes à margem brasileira do reservatório de Itaipu, sendo 15 no estado do Paraná (PR) e 1 no Estado do Mato Grosso do Sul (MS), foram escolhidos como o recorte geográfico para representar a ocorrência dos crimes transfronteiriços e o trânsito das commodities ilícitas na área de influência da Tríplice Fronteira (TF), apesar da Plataforma estar apta a receber dados de qualquer espaço geográfico e assim produzir mapas de rotas.

O método utilizado para elaboração dos traçados/rotas através dos quais são transportados os ilícitos e seus insumos, objeto sob análise na tese, consistiu das seguintes fases: levantamento de documentação junto às fontes oficiais dos respectivos países para consolidar um banco de dados de apreensões; inclusão de tais dados em uma plataforma que georreferencia tais informações; consolidação de traçados, viabilizando a demonstração da rede de traçados constituídos pelo crime transfronteiriço, utilizando a infraestrutura de logística multimodal.

Tal ferramenta digital foi utilizada como meio para a coleta de dados relativos às apreensões de contrabando e tráfico internacional de drogas realizadas na área de influência da TF. Posteriormente foi efetivado o diagnóstico quali e quantitativo das rotas internacionais das *commodities* ilícitas na região. Os dados que compõem a plataforma foram obtidos em fontes abertas conforme exemplos apresentados a seguir.

171



Figura 42 – Conjunto de notícias da mídia (exemplos)
Fonte: Diversas (ver base de cada imagem).

A seguir apresentamos um destaque, seguido da análise de dados das apreensões realizadas pelo Batalhão de Polícia de Fronteira⁵⁴ (BPFron). Na Polícia Militar do Estado do Paraná, o policiamento de fronteira se iniciou em julho de 2009, com a criação da Companhia Independente de Policiamento e Operações de Fronteira (CIPOFron).

encarregada do combate e repressão aos ilícitos cometidos nas regiões de fronteira e de divisa com o Estado do Paraná, coibindo enfaticamente os crimes relacionados ao tráfico de armas e de drogas, através de operações terrestres, aéreas, aquáticas e ribeirinhas, conforme Missões determinadas ou Planos de Operações estabelecidos pelo Comandante-Geral da PMPR (Paraná, 2009, n. p.).

⁵⁴ “Unidade especializada da Polícia Militar do Estado do Paraná, como uma proposta para atendimento das demandas relacionadas ao Plano Estratégico de Fronteira e ENAFRON, atuando em 139 municípios do Paraná, nos 150 Km de linha de fronteira” (Campos; Souza, 2023, p. 141).

Policiamento é intensificado no Rio Paraná, em Guaíra

Uma chalana instalada no rio serve como base para as equipes policiais. Objetivo é o combate ao contrabando e ao descaminho, além do tráfico de drogas, armas, munições, cigarros e outras mercadorias.

Publicação
11/07/2019 - 10:20

Editoria
Segurança Pública

COMPARTILHE:



Confira o áudio desta notícia

0:00 / 1:49



O patrulhamento aquático, as abordagens e fiscalizações foram reforçados no Rio Paraná, na altura da Ponte Ayrton Senna, em Guaíra, para intensificar o combate ao contrabando e ao descaminho, além do tráfico de drogas, armas, munições, cigarros e outras mercadorias. Para auxiliar nos trabalhos foi instalada no rio, nesta semana, uma estrutura de apoio – uma chalana que serve como base para as equipes policiais.

Participam o Batalhão de Polícia de Fronteira (BPFron - PM/PR), a Polícia Federal das delegacias de Guaíra, Maringá e Naviraí (MS) e a Força Nacional de Segurança Pública. Também há apoio da Secretaria de Operações Integradas do Ministério da Justiça e Segurança Pública e do Exército Brasileiro.

Desde janeiro até agora, a Operação Integrada, que conta com ações da Polícia Federal e do BPFron, com apoio da Secretaria de Operações Integradas do Ministério da Justiça e Segurança Pública e do Exército Brasileiro, já resultaram na prisão de 36 pessoas ligadas ao contrabando e na apreensão de 344 quilos de maconha apreendidos. As apreensões de cigarros, veículos e de outros materiais totalizam cerca de R\$ 67 milhões de prejuízos aos contrabandistas.

Pelo BPFron, o trabalho envolve integrantes do Pelotão Cobra - Corpo de Operações de Busca e Repressão Aquática, que fazem uma varredura no canal para flagrar contrabandistas que sobem o rio com produtos e drogas para descarregar em Altônia (PR), tanto pelo lado paranaense quanto da região mato-grossense.

A Polícia Militar reforça que, além do trabalho da Polícia Militar, a participação da população também é fundamental. As denúncias auxiliam na identificação de pessoas e no flagrante de crimes. O cidadão pode repassar informações de forma anônima pelo 181 Disque-Denúncia.

Figura 43 – Notícia Oficial do Governo do Estado do Paraná sobre o patrulhamento das fronteiras
Fonte: Paraná (2019).

O maior desafio do BPFron está no monitoramento e controle do reservatório da Hidroelétrica de Itaipu, que possui 170 km de extensão, com cerca de 300 locais que servem como portos clandestinos. Há ainda 60 ilhas, das quais 44 são brasileiras e as demais, paraguaias. Para tanto há uma subunidade especializada em apreensões e operações aquáticas em todo território de fronteira do estado do Paraná: o Corpo de Operações de Busca e Repressão Aquática (Cobra) que, além do provimento de recursos humanos e físicos do governo do Estado do Paraná, também recebe recursos e doações de equipamentos para as operações de Itaipu Binacional. A sede do Pelotão Cobra está na Base Náutica de Entre Rios do Oeste, PR.


Líder mundial na geração de energia limpa e renovável

f
Twitter
YouTube
Instagram
LinkedIn

ENERGIA
MEIO AMBIENTE
RESPONSABILIDADE SOCIAL
TURISMO
TECNOLOGIA

- Últimas Notícias
- Audio
- Vídeos
- Eventos
- Patrocínios
- Utilização da logomarca
- Publicações
- Position Papers
- Assessoria de Imprensa
- Perguntas Frequentes
- Itaipu em números
- Princípios e valores

Sala de Imprensa

COM RECURSOS DA ITAIPU, NOVA SEDE DO BATALHÃO DE FRONTEIRA DE GUAÍRA É INAUGURADA

07/06/2024

Tamanho da letra A- A+

Ouvir: da Itaipu, nova sede do Batalhã 00:00 audímo

A Itaipu Binacional investiu R\$ 22,7 milhões para a construção da nova sede da 2ª Companhia do Batalhão de Polícia de Fronteira (BPFron), da Polícia Militar (PM), em Guaíra (PR). A inauguração da unidade foi na manhã desta sexta-feira (7), com a presença de autoridades municipais, estaduais e federais. Também foram entregues duas embarcações blindadas adquiridas com recursos da Itaipu, cada uma no valor de R\$ 1,8 milhões, totalizando um investimento de R\$ 26,7 milhões na segurança pública da região.

Position Papers

ANEXO C: ENTENDIMENTO ENTRE BRASIL E PARAGUAI SOBRE A ENERGIA DA ITAIPU

Confira as diretrizes sobre a tarifa da Itaipu definidas pelos dois governos [mais...]

FAQ | PERGUNTAS FREQUENTES SOBRE O ANEXO C DO TRATADO DE ITAIPU [mais...]

Veja Mais



Figura 44 – Equipamento doado por ITAIPU no momento da inauguração da nova sede do BPFron em Guaíra
 Fonte: ITAIPU (2024).

A partir de uma aproximação do tramo do reservatório de Itaipu, onde foi identificada a maior concentração de portos clandestinos; e cruzando tal informação com uso do solo e estado de preservação da cobertura vegetal, a partir das imagens de satélite da plataforma Google, foi possível admitir que a conectografia ilícita dá preferência às áreas mais preservadas para promover o tráfico de suas *commodities* conforme destaque nos mapas a seguir.

Contrabando (Art. 334-A)						
Tipo de Ambiente	Ambiente Específico	2019	2020	2021	2022	2023
Transporte	Porto	6	8	14	22	31
Rural	Rio	22	23	27	38	59
Rural	Lagoa	7	6	6	11	7
Rural	Via Fluvial	0	0	0	0	18
Público	Via Fluvial	12	8	7	19	0
Outros	Represa	0	1	1	0	0
	TOTAL	47	46	55	90	115

Descaminho (Art. 334)						
Tipo de Ambiente	Ambiente Específico	2019	2020	2021	2022	2023
Transporte	Porto	0	5	8	7	3
Rural	Rio	0	7	7	3	5
Rural	Lagoa	0	0	0	0	1
Rural	Via Fluvial	0	0	0	0	3
Público	Via Fluvial	0	0	4	0	0
Outros	Represa	0	0	0	0	0
	TOTAL	0	12	19	10	12

Tráfico de Drogas						
Tipo de Ambiente	Ambiente Específico	2019	2020	2021	2022	2023
Transporte	Porto	5	5	9	14	25
Rural	Rio	11	10	12	30	36
Rural	Lagoa	3	4	1	7	5
Rural	Via Fluvial	0	0	0	0	8
Público	Via Fluvial	5	5	2	16	0
Outros	Represa	0	0	0	1	0
	TOTAL	24	24	24	68	74

Tabela 13 – Dados de Contrabando, Descaminho e Tráfico de Drogas na região da tríplice fronteira (2019-2023)
Fonte: BPFron (2024).

Em números de boletins de ocorrência (BO) registrados pelo BPFron entre 2019 e 2023, apresentamos os totais de quilos de drogas apreendidos por tipo.

	2019	2020	2021	2022	2023
BO BBFron – Cocaína	116	128	82	134	420
Quilos	721,541	1.459,306	1.385,913	565,141	1.907,915
BO BBFron - Crack	128	94	110	125	281
Quilos	532,599	563,959	792,098	230,597	927,388
BO BBFron – Maconha	101	161	100	211	1120
Quilos	50.253,57	121.804,464	124.901,29	151.644,35	216.931,45

Tabela 14 – Números de Boletins de Ocorrências na tríplice fronteira (2019–2023)
Fonte: BPFron (2024).

A partir de tais informações, foi possível concluir que há um incremento exponencial dos volumes de drogas apreendidas que necessariamente não está diretamente relacionado com o aumento de boletins de ocorrência emitidos.

Ademais, em uma análise individual dos 1.120 BOs emitidos em 2023, em relação à apreensão de maconha temos: 176 BOs descrevem volumes acima de 50 kg. Destes 176, 10 BOs registram apreensões individuais de 4 a 7 mil kg sem qualquer parâmetro em anos anteriores. Já 43 BOs registram apreensões de 10 a 50 kg; 42 BOs, de 1 a 10 kg; 82 BOs, de 100 g a 1kg; 123 BOs de 20 g a 100 g; 220 BOs de 6 g a 19 g; 242 BOs de 2 g a 5 g.

Entretanto, há uma evidente quantidade de BOs (190) que relatam menos de 1g de maconha por apreensão. Em relação à apreensão de cocaína, no ano de 2023, os 420 BOs correspondem ao maior volume total/ano apreendido pelo BPFron. Entretanto, mais de 50% dos BOs correspondem a apreensões de 1 a 100 g de cocaína.

Na sequência, 13 BOs, entre 50 e 264 kg; 6 BOs, entre 10 e 30 kg; 7 BOs, entre 5 e 10 kg; 25 BOs, entre 1 e 5 kg; 27 BOs, entre 500 g e 1 kg; 57 BOs, entre 100 e 500 g; 51 BOs, entre 10 e 100 g; 27 BOs, entre 5 e 10 grs; 87 BOs, entre 2 e 5 g; e 121 BOs, entre 1 e 2 g.

Muitas outras análises podem derivar de tais dados, entre elas, a de que há um repartimento da droga em mais pontos de passagem para que, em caso de apreensão, o prejuízo aos traficantes seja menor. Outra suposição pode ser aventada: os grandes produtores de droga estão mobilizando a venda antes de cruzar a fronteira com o Brasil, delegando o risco da apreensão aos distribuidores que irão efetivamente acessar o mercado consumidor brasileiro.

Desta forma, os grandes produtores assumem o risco apenas do tráfico dos grandes volumes que passam por Brasil e Argentina para serem escoados pelos portos para a Europa.

Todavia, de acordo com a Junta Internacional de Fiscalização de Entorpecentes (JIFE), organismo das Nações Unidas, “o Brasil é o segundo consumidor (de cocaína) por volume, não por renda”. O órgão afirma que, apesar de os brasileiros não terem recursos econômicos para pagar os altos preços da cocaína praticados nos EUA e Europa, como forma de não perder o mercado consumidor, os preços no país “são mais baixos porque os brasileiros não têm dinheiro suficiente para pagar um preço alto” (JIFE, 2015). Ou seja, há um grande mercado consumidor na América do Sul, sendo o Brasil o líder neste quesito de consumo interno.

Para complementar a análise dos dados do BPFron, foram utilizados os parâmetros disponibilizados no “Estudo Estratégico: análise comparativa dos preços de maconha, cocaína e outras drogas” (2023), realizados pelo Centro de Excelência para a Redução da Oferta de Drogas Ilícitas (CdE) em parceria com o Escritório da ONU sobre Drogas e Crime (UNODC),

o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e o Ministério da Justiça (MJ) da República Federativa do Brasil.

Em relação às tipologias de drogas, o Estudo Estratégico sugere que devem ser harmonizadas as nomenclaturas e as diferentes modalidades de transporte, a fim de facilitar a atuação integrada dos agentes de segurança pública que atuam no enfrentamento do tráfico de substâncias ilícitas.

A partir de tal contribuição, já é possível identificar a ocorrência de apreensões de alguns tipos de drogas nos BOs do BPFron, o que nos leva a crer que talvez não haja conhecimento por parte de todo efetivo de todas as diferentes gamas de drogas ou, pelo fato de que os produtores/distribuidores de tais substâncias não se utilizam das rotas monitoradas pelo BPFron.

Em relação ao preço praticado durante a venda da droga ao consumidor intermediário e consumidor final na Europa, o Estudo apresenta as seguintes referências.

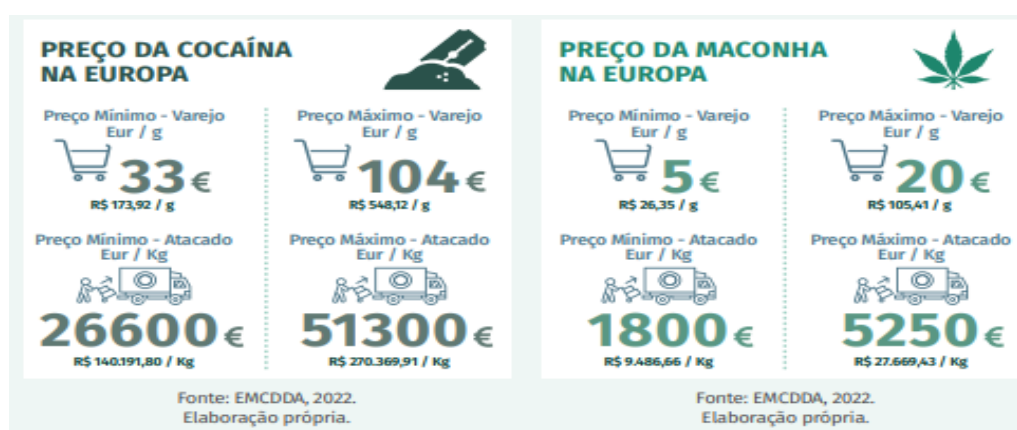


Figura 46 – Preço da Cocaína da Maconha na Europa
Fonte: UNODC (2023, p. 24).

Para compreender o mercado de drogas ilícitas no Brasil e em seu entorno estratégico, por meio de uma iniciativa do MJ em parceria com a UNODC, PNUD e o *Sistema Integrado de Monitoramento de Cultivos Ilícitos* (SIMCI) da Colômbia, foi estabelecida uma metodologia para implantar um projeto piloto da estratégia de coleta de preços de drogas ilícitas, a fim de promover o monitoramento dos mercados de drogas ilícitas como forma de “fornecer insumos importantes para que gestores e tomadores de decisão possam melhor compreender o problema” (UNODC, 2023).

De acordo com a UNDOC (2023), o preço da droga está diretamente associado com os riscos e os diferentes atores envolvidos em cada estágio da produção, comércio e distribuição da droga, que também diferem a depender do tipo de droga a ser comercializada.



Figura 47 – Distribuição de atores no mercado de drogas ilícitas
Fonte: Bergman (2018 *apud* UNODC, 2023, p. 38).

A estrutura do Projeto Piloto (PP) se organiza conforme a figura abaixo.

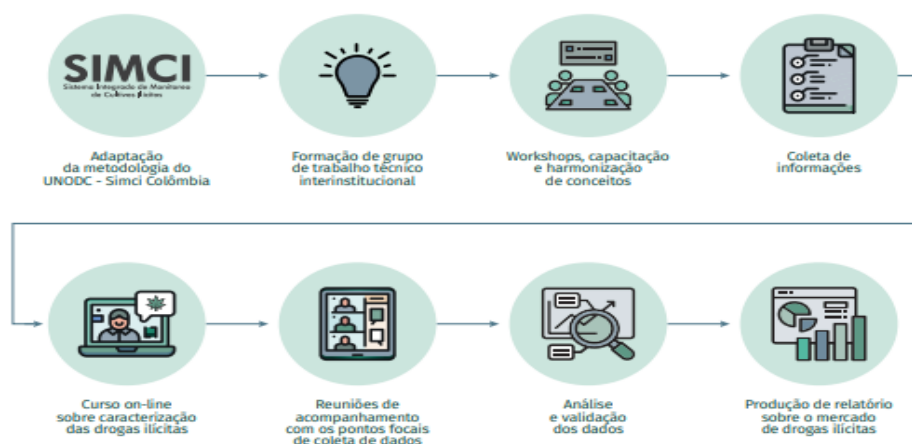


Figura 48 – Etapas implementação Projeto Piloto (PP) no Brasil
Fonte: UNODC (2023, p. 29).

Para esta etapa do PP, foram mobilizados efetivos dos estados nos quais há evidências de ampla atuação do tráfico de drogas ilícitas, seja pela proximidade com os países produtores, seja pela localização das infraestruturas que viabilizam a conectografia da droga com o mercado consumidor final, inclusive fora do território nacional.

De acordo com a metodologia proposta pelo PP,

São Paulo, por se tratar de um grande mercado consumidor e rota de exportação para diversas regiões do mundo, através de suas zonas portuárias; Paraná, considerando a região fronteira com o Paraguai (país com grande produção de maconha), e também por ser uma região estratégica para o trânsito de drogas ilícitas com zona portuária utilizada para o tráfico internacional; Pernambuco, representando o eixo Norte-Nordeste, por integrar o denominado polígono da maconha e também com zona portuária utilizada para o tráfico internacional; e Mato Grosso, por ter fronteira com a Bolívia, relevante região de produção de cocaína, e por constituir a principal rota brasileira de apreensão de cocaína (UNODC, 2023, p. 30).

Neste caso, o território brasileiro (e sua ampla rede de infraestrutura rodoviária, telecom, portuária) poderia ser utilizado apenas como passagem de cargas de drogas com melhor qualidade do que a comercializada em solo nacional, conforme já observado no caso do Canadá. A droga oferecida mais próxima à fronteira dos EUA tende a ser de pior qualidade do que a disponível em regiões distantes das fronteiras. A “pureza” pode estar associada a fatores relacionados ao nível de exigência dos consumidores finais, como o acesso à droga de forma mais direta sem manipulação por atravessadores.

No caso do Brasil, após ingressar em território nacional, a droga que não vai direto aos portos com destino à Europa passa por um processo de “desdobramento” em “cozinhas” próximas aos centros consumidores, onde os distribuidores podem incluir substâncias para incrementar o peso, aumentando a lucratividade de tais atravessadores. Nesta oportunidade a droga pode ganhar “selos” de origem com a logomarca dos respectivos grupos e bandas criminais, atestando assim não só a qualidade (pureza) mas também a direção dos lucros, em relação ao grupo criminoso envolvido no tráfico dos respectivos entorpecentes.

A fim de harmonizar os conceitos para a implantação do PP no Brasil, a UNODC propôs:

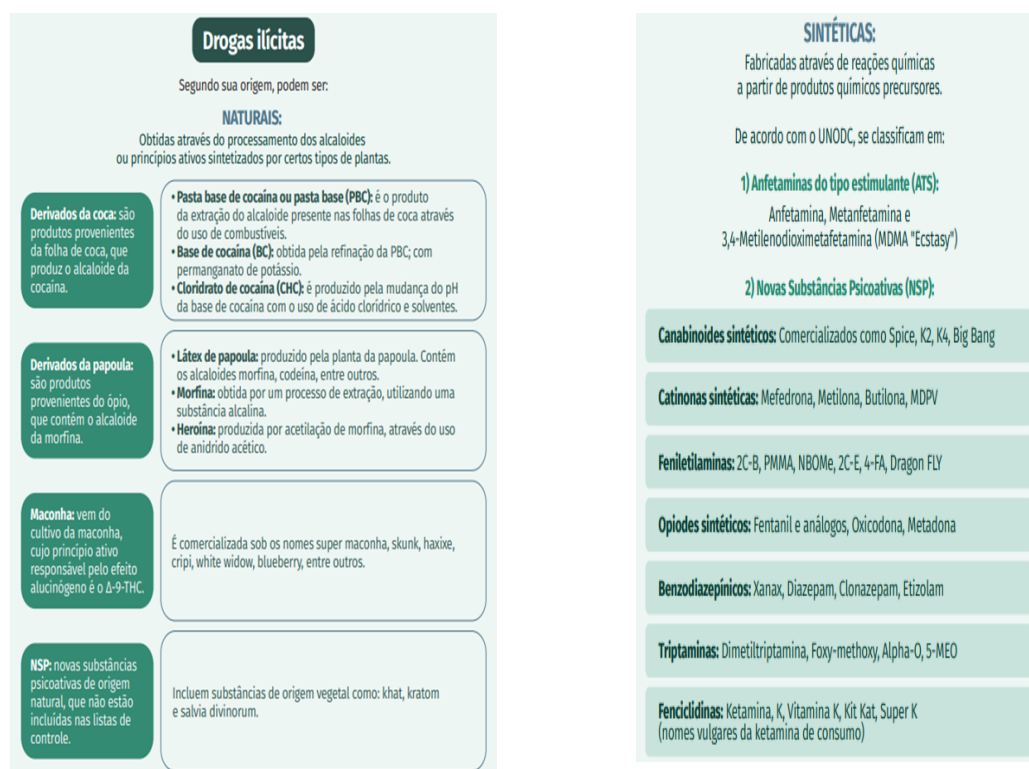


Figura 49 – Harmonização dos conceitos de Drogas Ilícitas Naturais e Sintéticas para o PP Brasil
Fonte: UNODC (2023, p. 32).

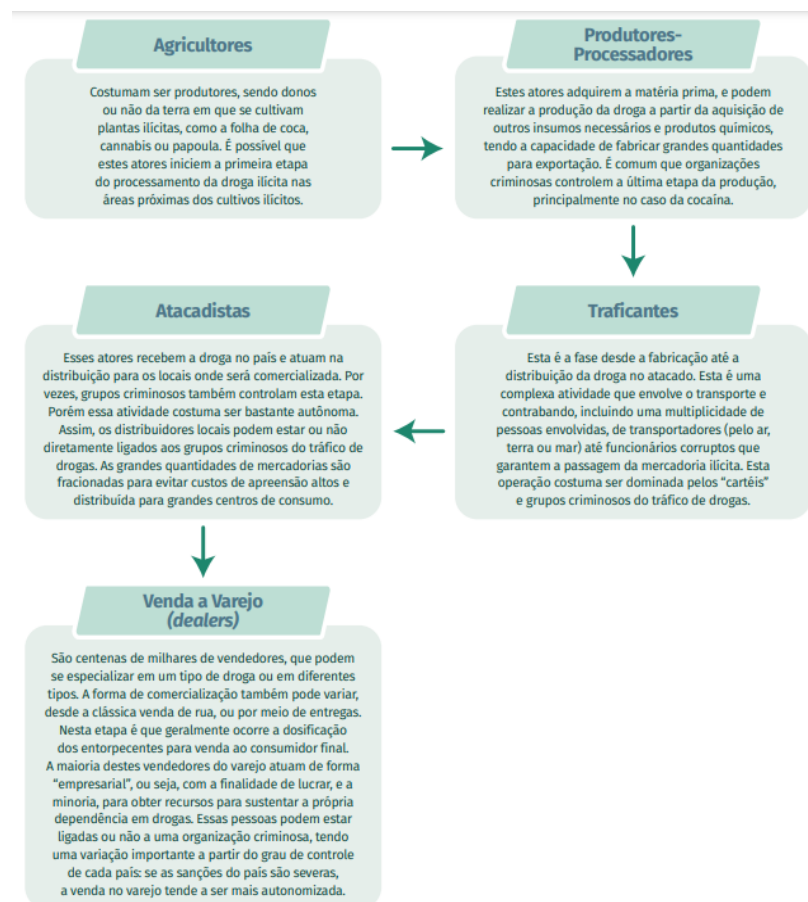


Figura 50 – Funções dos atores no mercado de drogas ilícitas
Fonte: Bergman (2018 *apud* UNODC, 2023, p. 39).

A partir de tal configuração da rede de atores envolvidos no mercado de drogas e retomando os Boletins de Ocorrência do BPFron à primeira vista, as apreensões de grandes volumes podem ter afetado alguns poucos negócios de traficantes. Entretanto, a grande maioria parece ter interferido no trânsito de mercadorias de atacadistas e vendas a varejo.

O gráfico a seguir refere-se ao número de ônibus de turismo que transportavam contrabando ou drogas apreendidos pela Receita Federal, em Foz do Iguaçu, entre 2000 e 2021. O evento extremo em 2005, com a apreensão de 641 ônibus, tem relação direta com a Operação Comboio Nacional (Receita Federal, 2005b).

Conforme descrito no site da Receita Federal, a referida operação ocorreu em virtude de “investigação minuciosa do esquema que descobriu que esses veículos transportaram nos últimos 12 meses mais de US\$1 bilhão em mercadorias importadas irregularmente, em 9.832 viagens a Foz, autorizadas pela ANTT só em 2004” (Receita Federal, 2005a).

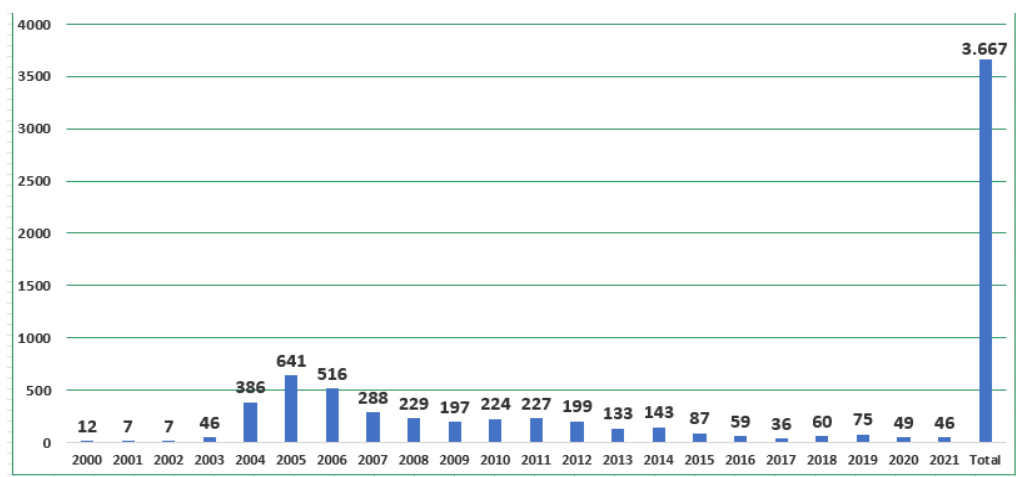


Gráfico 1 – Ônibus apreendidos pela Receita Federal (2000 a 2021) em Foz do Iguaçu (TF)
Fonte: PARCIANELLO, 2022.

Nos estudos que antecederam as operações, realizados no final de 2003, constatou-se que mais de 90% das mercadorias irregulares deixavam a cidade de Foz do Iguaçu através de ônibus que se passavam por transporte de fretamento eventual ou turístico. Os veículos tiveram suas placas filmadas e fotografadas, quando formavam comboios para escapar da fiscalização nas rodovias. Pelas imagens, descobriu-se que muitos ônibus fizeram ao menos 500 viagens à região (Receita Federal, 2005a).

A partir desse estudo, ações foram desenvolvidas para que se pudesse atingir a logística do contrabando, descaminho e pirataria. Foram então identificadas as principais cadeias logísticas responsáveis pelas organizações criminosas. Constatou-se que o volume de mercadorias contrabandeadas e falsificadas chegava a quinze mil contêineres equivalentes a R\$ 7,5 bilhões no período de um ano, através da rota Brasil–Paraguai. A Receita Federal traçou um perfil de atuação das redes de logística para o crime transfronteiriço (Receita Federal, 2005a).

Os veículos chegam a Foz pela manhã, carregam as mercadorias e retornam para suas origens num intenso vaivém. Mobilizam os seguintes atores em diferentes pontos da TF, sendo:

- a) batedores: responsáveis pelos contatos, vigilância a BR 277 e pontos de fiscalização, e pela formação dos comboios;
- b) facilitadores: os quais juntamente com os batedores são responsáveis pela contratação de equipes e contatos que eliminam os riscos dos transportes;
- c) exército de cidadãos desempregados sequestrados pelas organizações criminosas: pessoas empregadas pelo crime organizado para transpassar mercadorias e assumir a responsabilidade tributária e criminal em nome de seus patrões;

d) transportadores: empresas cadastradas para o turismo eventual e em menor escala e autorizadas a realizar o transporte regular de passageiros, bem como ônibus clandestinos utilizados para transportar os produtos do crime;

e) hotéis e guarda-volumes: utilizados para armazenar temporariamente as mercadorias;

f) veículos de passeio, vans, táxis e motos: utilizados para passar mercadoria pela fiscalização na fronteira e eventualmente, em condições adversas durante as operações, levá-las até o destino (Receita Federal, 2005a).

No início de 2005, as informações sobre empresas que têm atividades voltadas para dar suporte a esses ilícitos foram enviadas ao Ministério Público Federal, que ofereceu denúncia à Justiça Federal. Foram, então, emitidos 364 mandados de busca e apreensão (MBA) de n. 10/2005 a 373/2005, no Procedimento Criminal Diverso nº 2005.70.02.003121-0, para busca e apreensão de ônibus, relativamente a 81 empresas (Receita Federal, 2005a).

A denúncia oferecida detalhava os crimes: formação de quadrilha (os motoristas, passageiros e guias pouco variavam nas viagens realizadas); contrabando e descaminho (em muitos dos casos de fiscalização, as empresas foram responsabilizadas pelas mercadorias encontradas nos veículos); receptação qualificada (transportar mercadorias provenientes de crimes é considerado receptação, tornando-se qualificada em virtude de explorar comercialmente esta atividade); expor ao perigo outros meios de transporte (a formação de comboios e outras atitudes verificadas demonstram o conhecimento das empresas na prática dos ilícitos, sendo que foram muitos os acidentes provocados por ultrapassagens perigosas, além da afronta ao Estado) (Receita Federal, 2005a).

Os trabalhos foram realizados de forma contínua e em conjunto com a Polícia Federal, Polícia Rodoviária Federal, Agência Nacional de Transportes Terrestres, Departamento de Estradas de Rodagem e Secretaria de Segurança Pública do Estado do Paraná. Entre janeiro de 2004 e junho de 2005, foram apreendidos ou retidos 630 ônibus na Delegacia de Foz do Iguaçu. No decorrer de 2004, foram apreendidos ou retidos, somente em Foz, 385 ônibus. Em 2005, foram apreendidos US\$22 milhões em mercadorias contrabandeadas ou descaminhadas.

Além das apreensões, 81 empresas de transporte que atuam no setor serão investigadas, e os responsáveis poderão ser indiciados por participação em atividade criminosa (Receita Federal, 2005a).

Ao analisar outros dados disponibilizados pela Receita Federal, é possível constatar a contínua e linear apreensão de uma vasta gama de veículos que oferecem a logística para o transporte das *commodities* ilícitas na Tríplice Fronteira. Alguns exemplos e quantitativos podem ser observados nos gráficos apresentados a seguir. Listamos ainda alguns quantitativos

de apreensões efetivados pela Receita Federal em Foz do Iguaçu, em relação a dinheiro, cigarros, drogas e produtos contrabandeados.

Automóvel	26.077
Caminhão	1.412
Ônibus	3.743
Motocicleta	1.575
Caminhonete	2.428
Cavalo Mecânico	668
Carreta (sem reboque)	771
Kombi	971
Micro-ônibus e Vans	898
Furgão	1.313
Utilitário	422
Barco	1.116
Aeronave	53
Outros	280
Total	41.405

Tabela 15 – Total de veículos apreendidos pela Alfândega/Foz no período de 2000 a 2022
Fonte: Elaborado pelo autor a partir da base de dados da Receita Federal (2023).

Mercadoria	Milhões US\$
Bebidas	8.080.766,78
Brinquedos	39.348.307,14
Cigarros	542.073.264,57
Eletrônicos	266.169.169,68
Informática	129.657.339,27
Medicamentos	6.909.748,36
Mídia Ótica Gravada	7.832.125,13
Mídia Ótica Virgem	24.683.954,00
Óculos	7.876.459,54
Perfumes	19.986.990,61
Relógios	21.291.040,82
Telefones	33.165.342,79
Vestuário	35.423.909,81
Outras Mercadorias	215.327.376,80
Veículos	372.500.359,63
TOTAL	1.730.326.154,93

Tabela 16 – Total em milhões de US\$ apreendidos pela RF (2000 a 2021) por tipo de mercadoria
Fonte: Elaborado pelo autor a partir da base de dados da Receita Federal (2023).

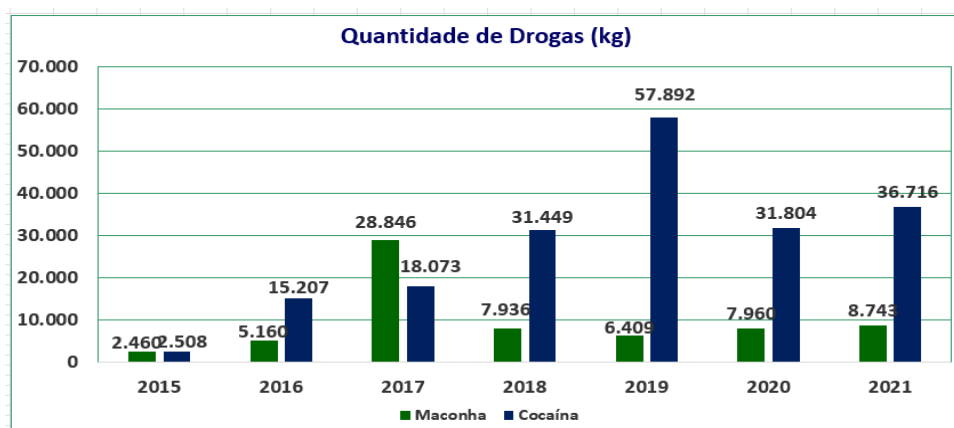


Gráfico 2 – Quantidade de Maconha e Cocaína apreendidas (por kg)
 Fonte: Elaborado pelo autor a partir da base de dados da Receita Federal (2023).

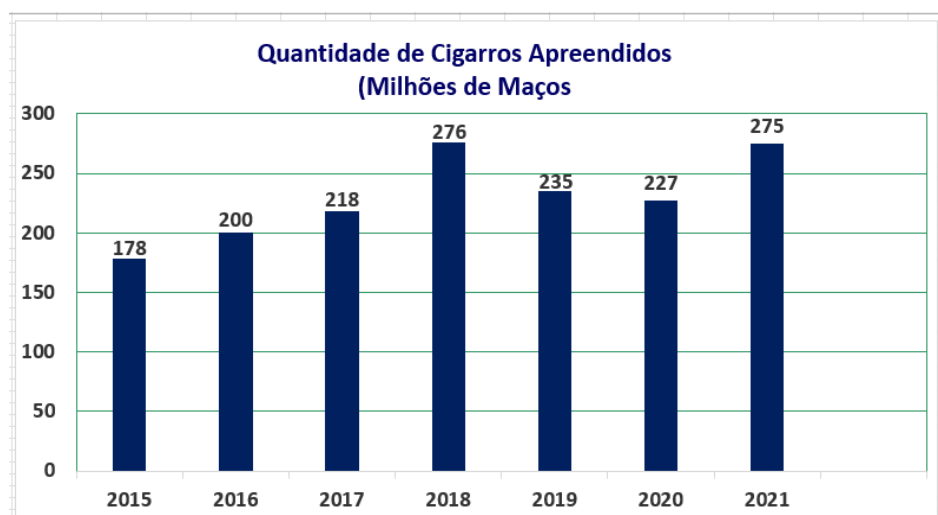


Gráfico 3 – Quantidade de Cigarros apreendidos (por milhões de maços)
 Fonte: Elaborado pelo autor a partir da base de dados da Receita Federal (2023).

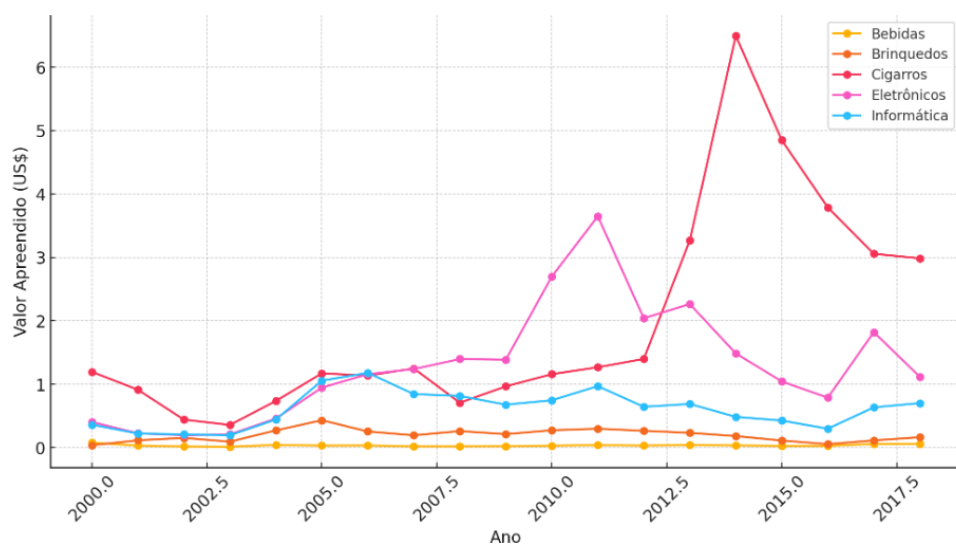


Gráfico 4: Evolução por tipologia de apreensões ao longo dos anos.
 Fonte: elaborado pelo autor a partir da base de dados da Receita Federal (2023).

Consolidando uma análise sobre o histórico de apreensões a partir da base de dados da Receita Federal, Parcianello (2022) argumenta que os dados refletem claramente os impactos das operações sistemáticas da Receita Federal ao longo do tempo, referenciando o exemplo das operações coordenadas pelo órgão tais com a “Cataratas” (2004-2005), “Comboio Nacional” (2005) e “Fronteira Blindada” (a partir de 2006), que tiveram como objetivo desarticular a logística do contrabando e descaminho na Tríplice Fronteira (PARCIANELLO, 2022, p. 38). Isso está em consonância com os picos de apreensão de cigarros e eletrônicos observados no período entre 2005 e 2007, reforçando a eficácia dessas operações.

O autor admite que, a partir de 2015, observa-se uma redução nas apreensões de diversas categorias, como eletrônicos e informática. Para ele tal tendência converge para uma de suas conclusões afirmando que o trabalho contínuo da Receita Federal está contribuindo com uma mudança no perfil econômico de Foz do Iguaçu, impulsionado por investimentos no turismo e serviços formais, reduzindo a necessidade da população local depender do comércio ilegal (PARCIANELLO, 2022, p. 134). Assim, o declínio nos valores apreendidos pode indicar um sucesso relativo na repressão ao contrabando.

Ademais, Parcianello (2022) destaca que o crime organizado passou a dominar o contrabando na Tríplice Fronteira, substituindo o perfil tradicional de sacoleiros por estruturas mais sofisticadas (PARCIANELLO, 2022, p. 27). Isso pode explicar o aumento das apreensões de cigarros e eletrônicos entre 2010 e 2013, pois esses produtos passaram a ser transportados de forma mais estruturada e em maior volume.

Embora Parcianello (2022) argumente que a atuação da Receita Federal gerou um impacto positivo na economia formal, os dados indicam um novo crescimento nas apreensões entre 2010 e 2013, especialmente para cigarros e eletrônicos. Essa divergência pode ser interpretada como um sinal de que, apesar dos esforços repressivos, as redes de contrabando se reorganizaram e encontraram novos meios para continuar operando.

Em relação ao gráfico, os dados mostram que os cigarros continuam sendo uma das mercadorias mais apreendidas, com valores elevados ao longo de todo o período analisado. Isso pode indicar que, apesar das operações e mudanças na dinâmica econômica, a lucratividade do contrabando de cigarros segue como um problema persistente.

Parcianello (2022), afirma que a redução das atividades ilícitas ocorreu de maneira mais acentuada a partir de 2005. Entretanto, os dados sugerem que o contrabando de cigarros permanece em alta até pelo menos 2018.

Parcianello (2022), sugere que o impacto das operações foi imediato, levando ao declínio do contrabando já a partir de 2005. Entretanto, os dados mostram que algumas

categorias continuaram crescendo até 2013, o que sugere um tempo de resposta maior por parte das redes ilegais, que encontraram meios de adaptar-se à fiscalização para algumas mercadorias.

Como contribuição de sua pesquisa Parcianello (2022, p.110) sugere algumas medidas para reforçar a capacidade e aprimorar o combate ao contrabando tais como: investimento contínuo em Tecnologia e Monitoramento - o uso de novas tecnologias, como sistemas de rastreamento e inteligência artificial; fortalecimento das operações de inteligência - o crime organizado encontrou formas de continuar operando, sendo essencial um trabalho integrado entre Receita Federal, Polícia Federal e Ministério Público para dismantelar as redes ilícitas; políticas de desenvolvimento econômico local – a fim de promover a mudança do perfil econômico de Foz do Iguaçu reduzindo a dependência do comércio ilegal e, por fim, políticas públicas voltadas à criação de empregos formais.

A queda nas apreensões pode indicar apenas uma mudança na estratégia dos contrabandistas, sendo necessário absorver e compreender as novas estratégias do crime organizado para antecipar novas formas de enfrentamento.

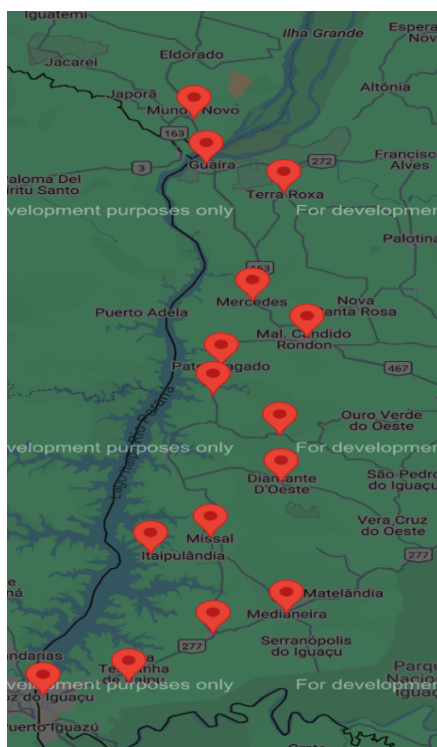


Figura 51: localização das sedes dos 16 municípios limítrofes ao reservatório de Itaipu, na margem brasileira. Fonte: Site Conselho dos Municípios Limítrofes (2024) <https://www.lindeiros.org.br/cidades>

Esta figura é a representação gráfica do contributo da Plataforma Crimes, com 6.218 registros entre Janeiro de 2016 e março de 2025, esta plataforma ainda segue com inserções de dados. Demonstra através do mapa as principais áreas da América do Sul, onde ocorrem os

crimes transfronteiriços, bem como a capilaridade destes, para garantirem rotas bioceânicas e caminhos para suas commodities ilícitas. Em uma clara demonstração dos produtos mais apreendidos pelos órgãos de segurança do Brasil e países limítrofes, destacam-se conforme o gráfico; Cigarros, Drogas, Armas, Defensivos agrícolas, dinheiro, eletrônicos, dentre outros.

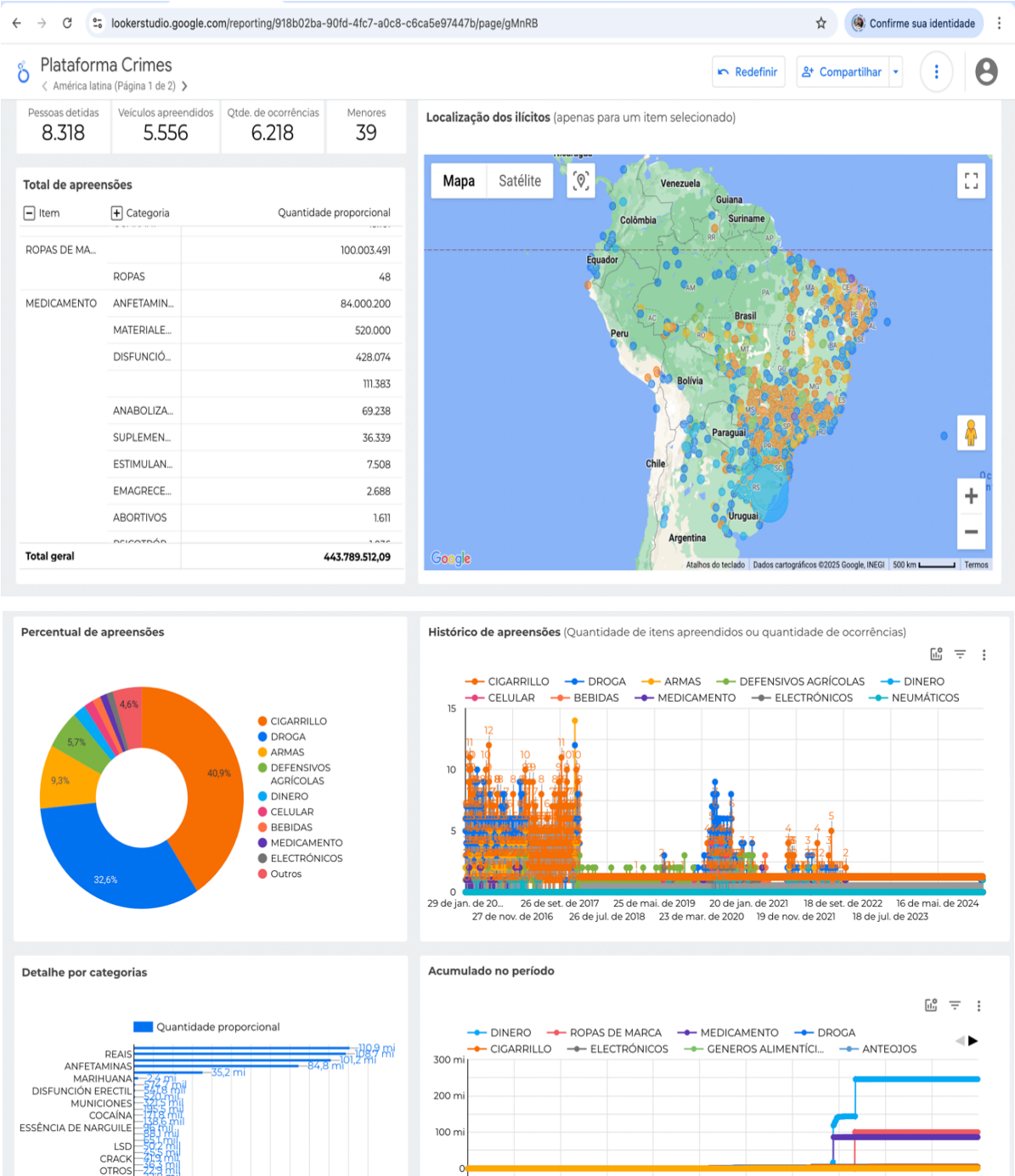


Figura 52: Plataforma Crimes (2016/2024).
Fonte: elaborado pelo autor partir da base de dados disponibilizados pelo release à imprensa BPFron.

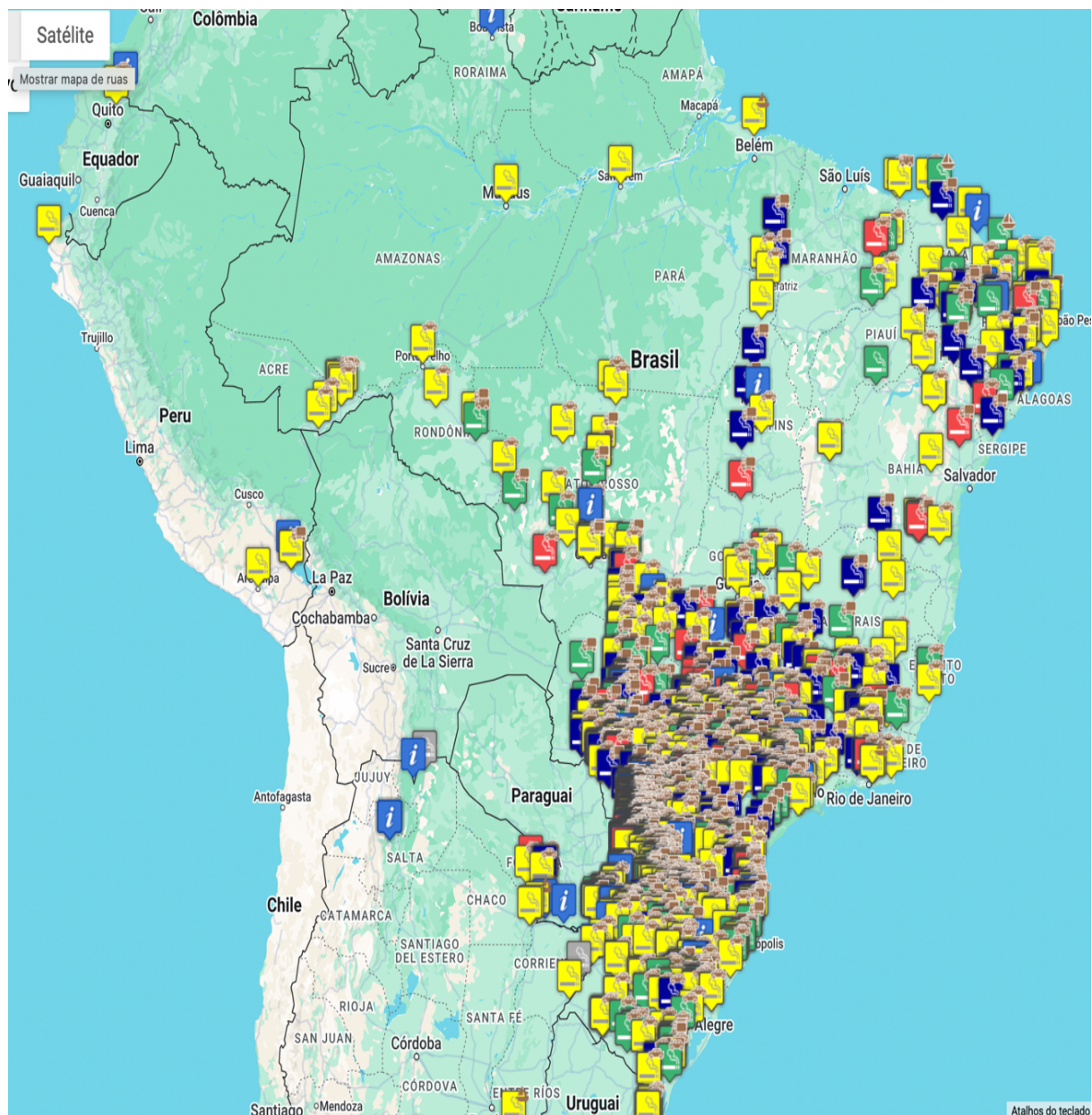


Figura 53: Rotas commodities ilícitas (2016/2024).

Fonte: elaborado pelo autor partir da base de dados disponibilizados pelo release à imprensa BPFron.

Neste mapa podemos ver os caminhos percorridos pelo contrabando de cigarros – através de apreensões entre 2016 e 2024 – demonstra a consolidação de rotas percorridas pelo contrabando, utilizando as infraestruturas.

Os dados são inseridos na “plataforma” para posterior análise integrada sobre a “interdependência complexa” entre os fatores que dão causa ao fenômeno de circulação das *commodities* ilícitas, com utilização da conectografia pública pelos agentes do crime transnacional.

Nesta plataforma, também é possível incluir os dados socioeconômicos dos municípios lindeiros à Hidrovia que irão sustentar a demonstração do processo de ocupação das faixas de

fronteira associadas à Hidrovia, bem como a realização do diagnóstico socioeconômico da população lindeira à Hidrovia, qualificando a evolução e a situação atual relativa ao desenvolvimento socioeconômico das populações das faixas de fronteira vulneráveis à cooptação pelo crime organizado transfronteiriço.

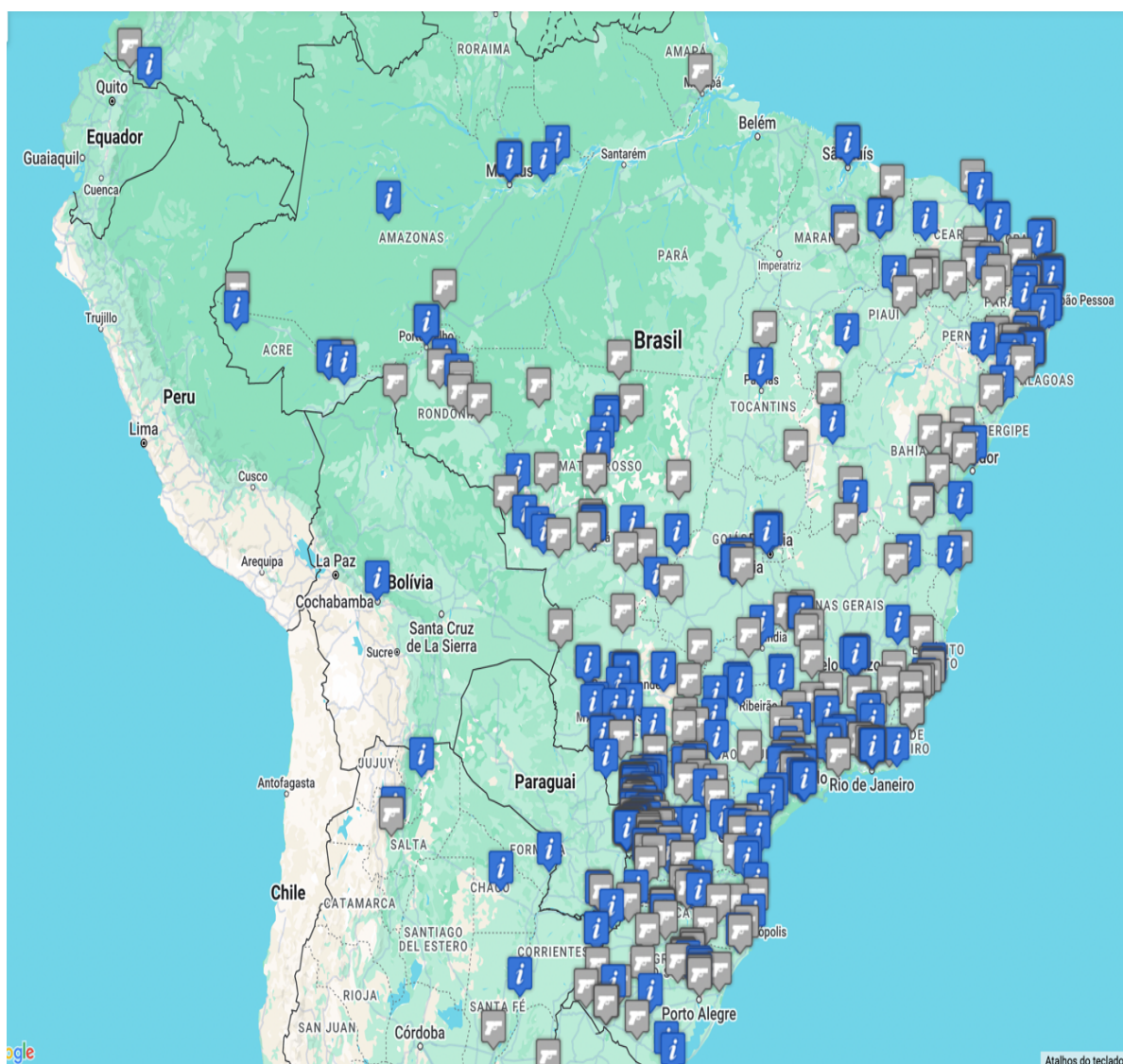


Figura 54: Rotas armas ilegais 2016 e 2024.

Fonte: elaborado pelo autor partir da base de dados disponibilizados pelo release à imprensa BPFron.

Entre 2016 e 2024, as rotas dos armamentos ilegais, se sobrepõe às do cigarro contrabandeado conforme ilustrado no mapa anterior.

Os símbolos em azul (grafados *i*) revelam que além das armas mais uma commodity ilícita foi apreendida na mesma ocorrência.

Este mapa representa as apreensões de drogas, que consolidam as rotas bioceânicas do crime expondo os mesmos caminhos para todos os ilícitos.

Os recortes a seguir demonstram como o tráfico transfronteiriço se utiliza largamente da hidrovia Paraná-Paraguai em consórcio multimodal com os portos marítimos de Paranaguá, Rio de Itaguaí, Vitória, Santos, São Francisco do Sul, Rio Grande, Rosário, Montevideo e Buenos Aires, configurando uma *supply-chain* criminosa.

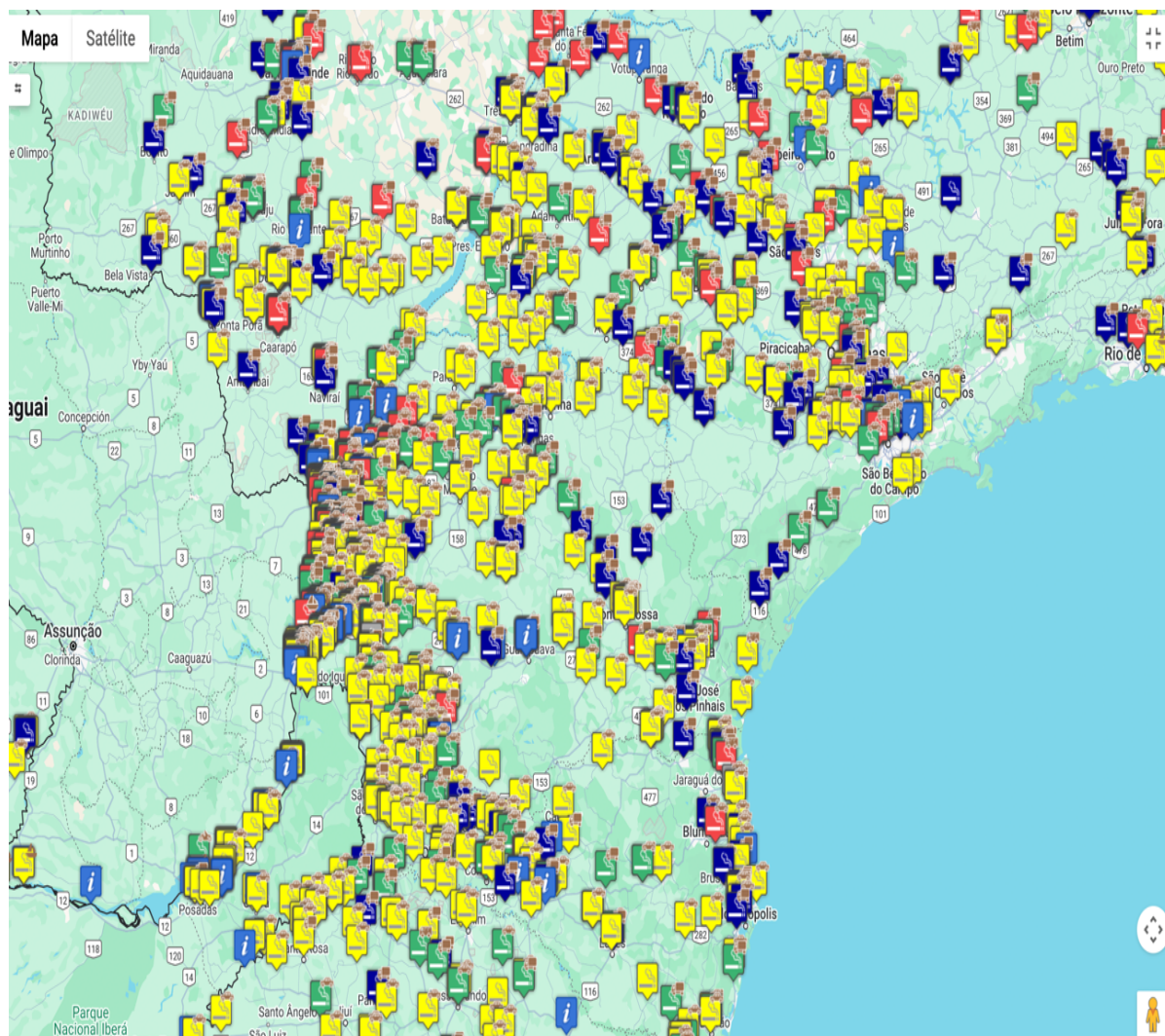


Figura 55: Zoom para demonstrar as rotas a partir da Tríplice Fronteira até os Portos Internacionais.
Fonte: elaborado pelo autor partir da base de dados disponibilizados pelo release à imprensa BPFRON.

Em um zoom mais apurado do mapa, percebe-se como a logística multimodal das commodities ilícitas é a mesma para as diferentes tipologias de produtos oriundos do tráfico ou do contrabando, neste caso o cigarro contrabandeando do Paraguai, utilizando as rodovias públicas, construídas pelo Estado.

Segue o recorte geográfico da Plataforma que corresponde à Tríplice Fronteira, sendo demonstrada a evolução de diferentes tipologias de apreensões realizadas, conforme as sucessivas pranchas que dão destaque aos diferentes tipos de *commodities* ilícitas, sendo esta uma das contribuições metodológicas e de inovação desta tese para o enfrentamento ao fenômeno objeto de estudo.

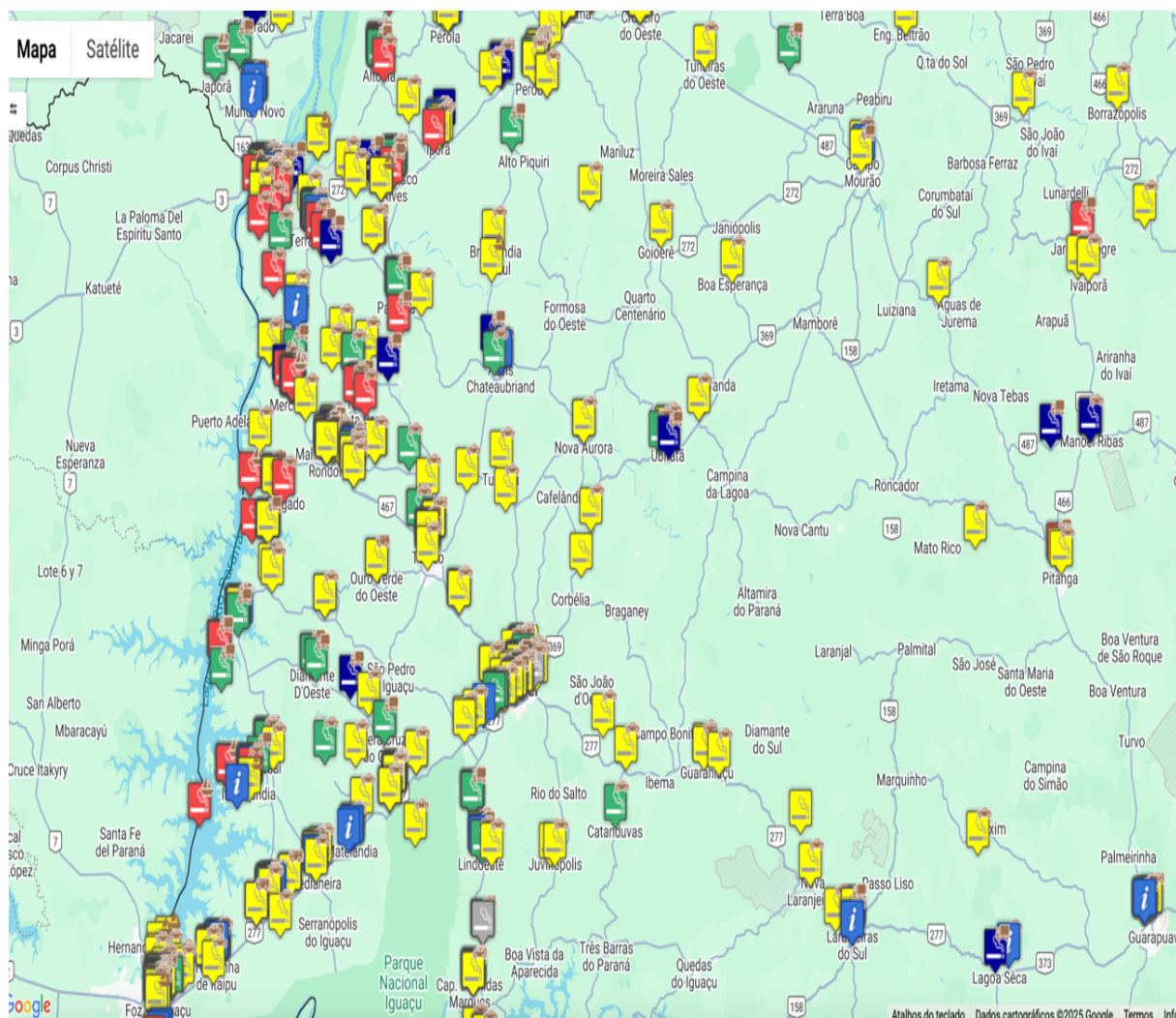


Figura 56: Zoom na Tríplice Fronteira e Reservatório da Hidrelétrica Itaipu binacional (BR/PY). Apreensão de Cigarros.

Fonte: elaborado pelo autor partir da base de dados disponibilizados pelo release à imprensa BPFron.

A próxima figura (57) ilustra as diferentes modalidades de transporte utilizados para a travessia das *commodities* ilícitas para o território brasileiro (barcos no reservatório) e caminhões e veículos (utilitários e de passeio – em sua maioria roubados em outros estados brasileiros) que por sua vez vão desdobrando a carga em menores quantidades do que as apreendidas às margens do reservatório (vermelho, amarelo e verde) para representar essa gradação de volume decrescente.

No mesmo mapa é possível observar a apreensão de drogas. Verifica-se que as rotas utilizadas são as mesmas do cigarro, corroborando mais uma vez o argumento de que há um sistema de logística multimodal consolidada pelo crime transfronteiriço com suas “frotas” à disposição do contrabando e tráfico das commodities ilícitas.

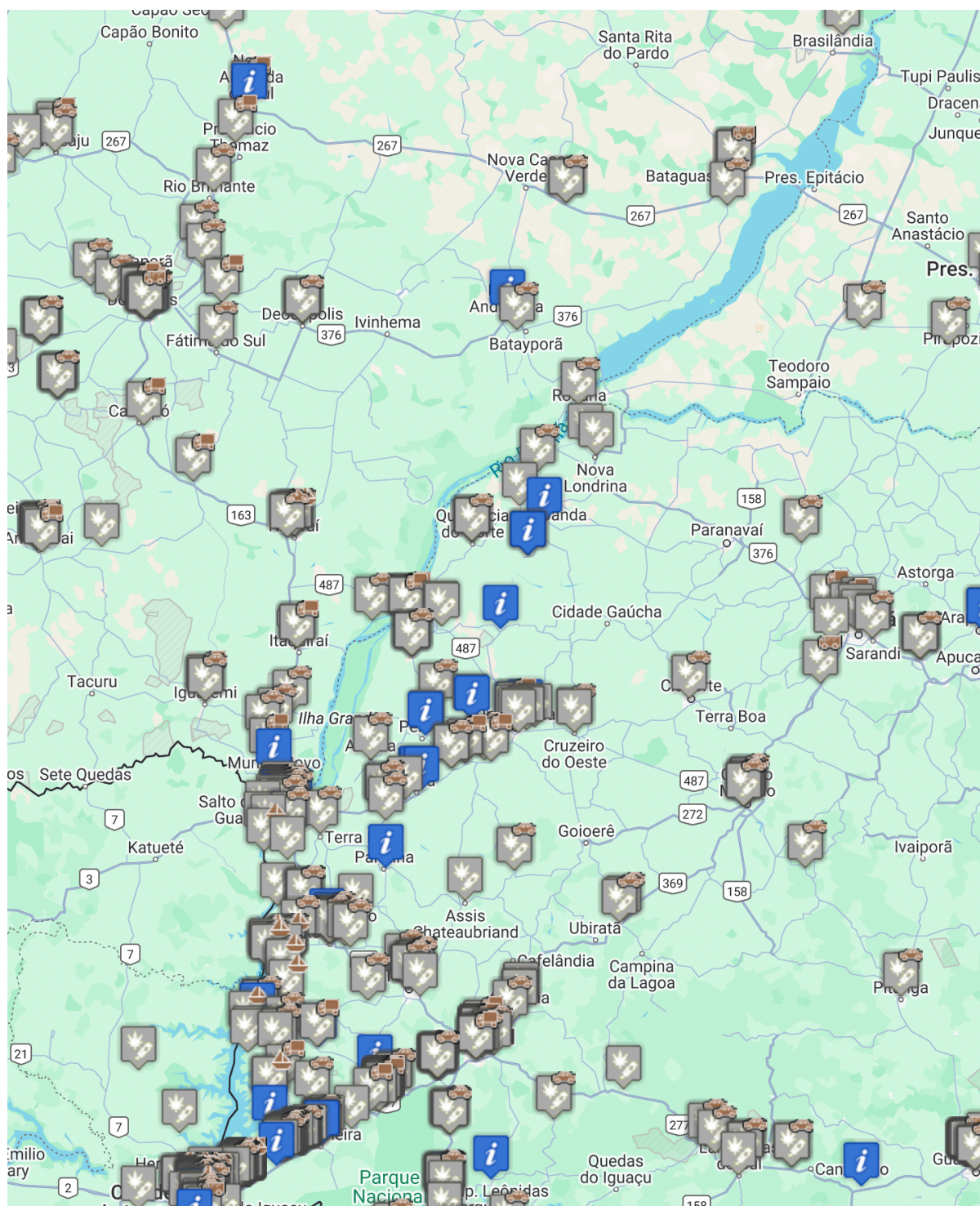


Figura 57: Zoom na Tríplice Fronteira e Reservatório da Hidrelétrica Itaipu binacional (BR/PY). Apreensão de Drogas.

Fonte: elaborado pelo autor partir da base de dados disponibilizados pelo release à imprensa BPFron.

Recuperando os argumentos de Barvinsk (2013), Rincón & Henríquez, 2017, p. 178 e HECKMAN, 2017 que indicam que a população jovem é a mais vulnerável à violência, seja como vítimas ou como autores de crimes. Ademais, os autores afirmam que a falta de acesso à educação, oportunidades de trabalho e redes de apoio social empurra muitos jovens para a criminalidade ou os torna alvos fáceis do recrutamento por organizações criminosas.

De forma específica para Heckman (2017), a “inteligência e as habilidades sociais são definidas em uma idade precoce - e ambas são essenciais para o sucesso. Muitos dos principais problemas econômicos e sociais na América - criminalidade, gravidez na adolescência, taxas de evasão escolar, condições adversas de saúde - podem ser atribuídos a baixos níveis de habilidade e capacidade social.

Para ilustrar o fenômeno de cooptação de menores pelo crime transfronteiriço apresentamos, a seguir, alguns exemplos de evidências do envolvimento de menores nos crimes de contrabando e tráfico de drogas.

Para cada exemplo serão apresentados o release do Boletim da Ocorrência do BPFロン e o recorte da informação lançado na Plataforma.

BPFロン e Polícia Federal apreendem veículos carregados com agrotóxicos e cigarros contrabandeados em Guaíra-PR

Na sexta-feira (10/03) policiais militares do BPFロン - Batalhão de Polícia de Fronteira em ação integrada com policiais federais realizavam patrulhamento em uma área rural da cidade de Guaíra-PR quando abordaram dois veículos que estavam trafegando em uma via. A van e o carro estavam carregados com 7.500 pacotes de cigarros contrabandeados e 200 kg de agrotóxicos. Dois homens e um menor de idade, os veículos e os materiais foram encaminhados para a Delegacia da Polícia Federal em Guaíra-PR.

BPFロン/PMPR

Disque denúncia: (44) 99985-2726
Disque denúncia 181

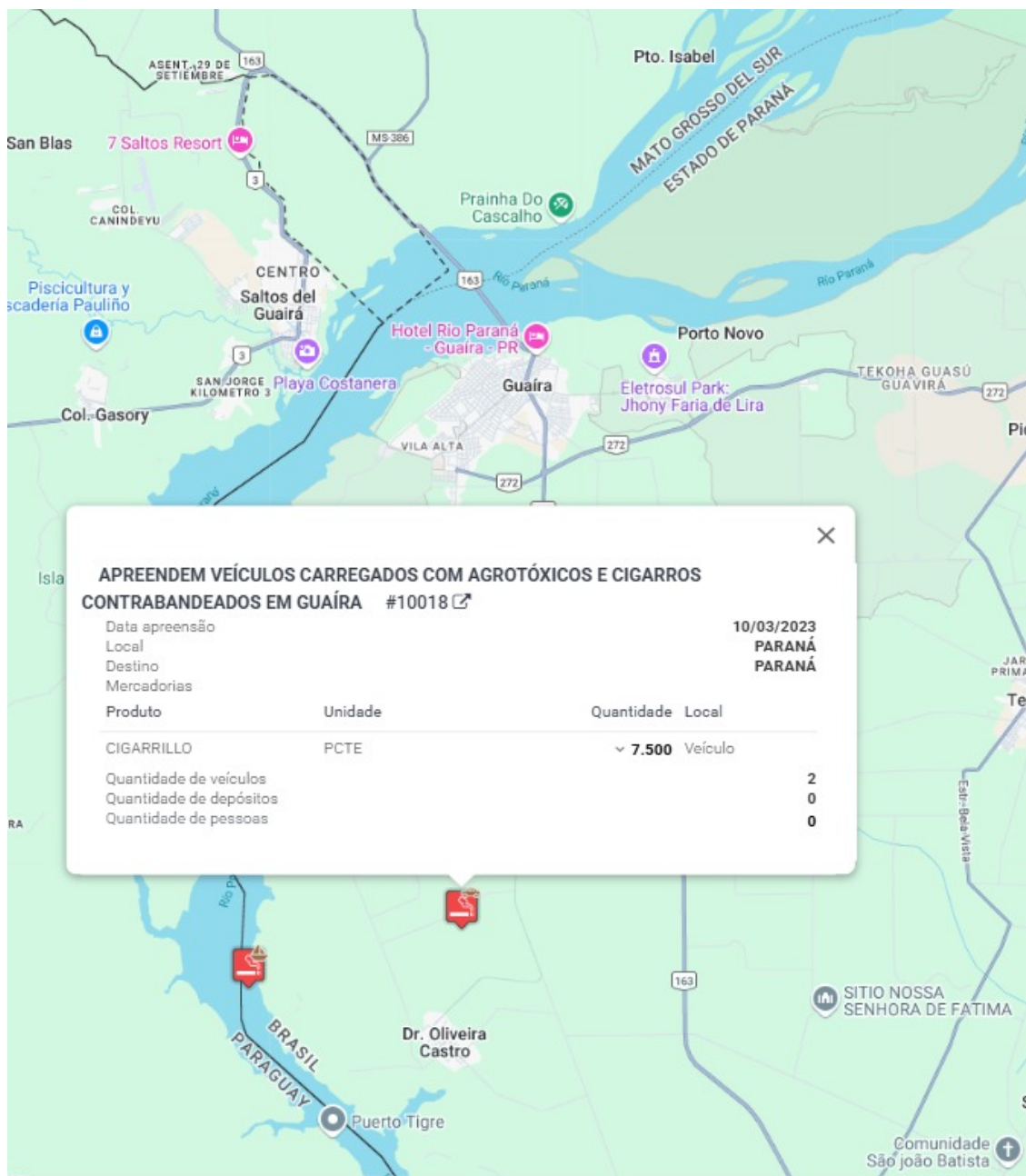


Figura 58: BO BPFron e recorte Plataforma com a ocorrência de contrabando de agroquímicos e cigarros em uma mesma embarcação.

BPFron prende homem e apreende dois menores com mais de 60 kg de maconha em Santa Tereza do Oeste-PR

Na madrugada deste domingo (20/10), a Polícia Militar do Paraná, por meio do BPFron (Batalhão de Polícia de Fronteira), na vigência da Operação Protetor de Divisas e Fronteiras, realizou abordagem a um veículo Toyota Etios na BR 277, nas proximidades de Santa Tereza do Oeste-PR, com quatro ocupantes. A condutora de 31 anos seria estudante de Medicina, e, segundo ela, usava o veículo para trabalhar como motorista de aplicativo para pagar a faculdade. A abordada disse que estaria levando os três passageiros da cidade de Foz do Iguaçu para Curitiba-PR. Os policiais procederam com busca veicular e foi localizada, nas bagagens dos passageiros, uma quantidade expressiva de substância análoga à maconha, distribuída em três malas de viagem e dentro de um travesseiro. Uma das passageiras, menor, com 16 anos, alegou que chamou os outros dois passageiros, que seriam seus amigos, para levar a droga. Ela seria responsável pela mala de cor rosa e uma bolsa de mão, as quais, somadas, totalizaram 20,273 kg, ao passo que um dos envolvidos, de 18 anos, era o responsável pela mala dourada, cuja droga pesada totalizou 20,5kg, mais o travesseiro que continha 2 kg da droga (dividida em seis porções), e, por último, um menor de 17 anos fora o responsável pelo transporte da mala de cor preta, que continha 20,1 kg de entorpecente. Os três receberiam R\$ 2.500,00 cada pelo transporte do ilícito até a cidade de Curitiba e foram conduzidos para a 10ª Central de Flagrantes de Cascavel-PR, diante do flagrante, sendo que ao maior foi dada voz de prisão, os dois menores foram apreendidos junto com os 62,8 kg de droga, e, a motorista conduzida como testemunha.

BPFron/PMPR

Disque denúncia: (44) 9 9985-2726

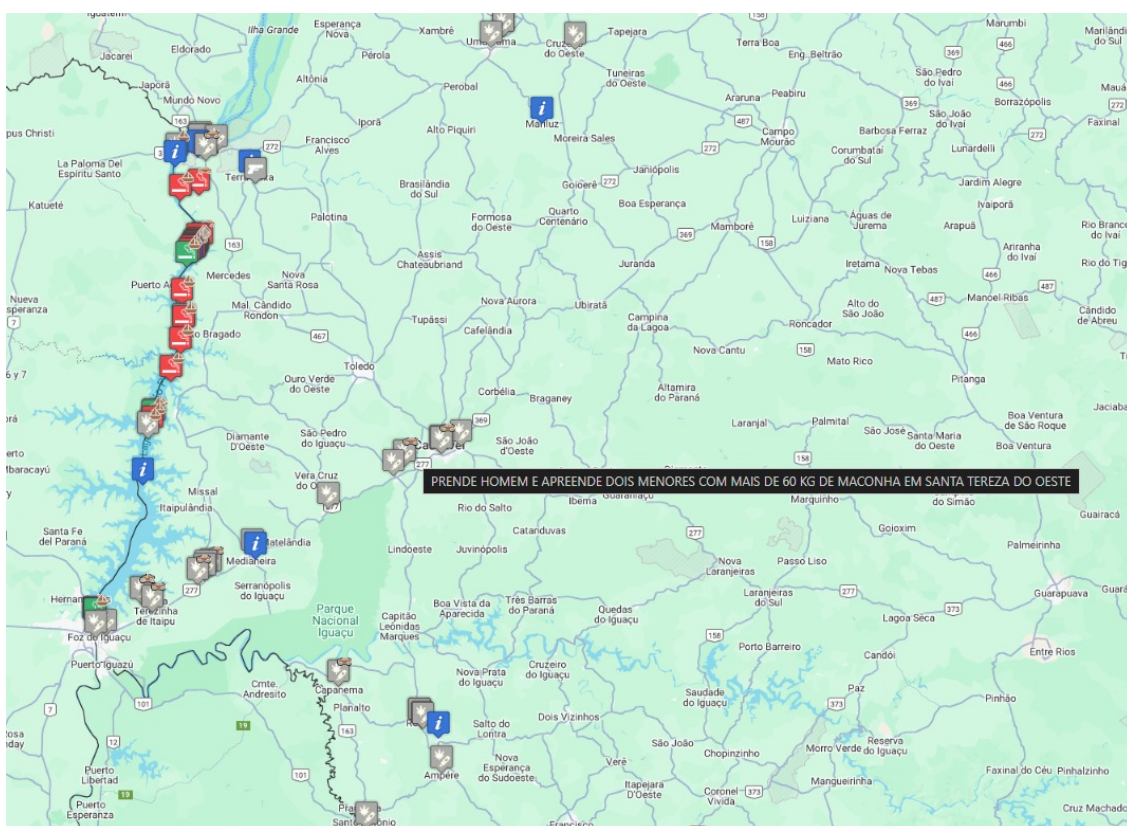


Figura 59: Figura 60: BO BPFron e recorte Plataforma com a ocorrência de tráfico de drogas por menores em larga distância com uso de aplicativo. Detalhe: o homem mencionado no BO, tinha 18 anos.

Nesta ocorrência é possível visualizar outras ocorrências de tráfico de drogas que utilizam sempre a mesma rota a partir do reservatório e da Ponte da Amizade.

A próxima ocorrência, apesar da pouca quantidade de droga apreendida com um menor, qualifica outra perspectiva, a cooptação por uma Organização Criminosa, nos termos da Lei nº 12.850/2013⁵⁵ (Lei de Organizações Criminosas) e a venda de drogas no ambiente escolar.

⁵⁵ https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/lei/12850.htm

BPFRON e Polícia Civil cumprem mandados de prisão referentes aos acontecimentos nas escolas em Terra Roxa/PR

Na data de hoje, 17/04 uma equipe do BPFRon juntamente com a Polícia Civil cumpriram mandados de prisão em Terra Roxa/PR, sendo que em um deles, um menor foi apreendido com um canivete e uma tesoura afiada de forma artesanal, um celular e uma folha com escritas referentes ao PCC e alusão ao ORCRIM. Já em outro endereço as equipes localizaram 240 gr de substância análoga à maconha, 01 cédula de 50 reais, 01 celular e uma balança de precisão. Um masculino foi preso. O masculino, o menor e os objetos foram encaminhados a delegacia de Polícia Civil de Terra Roxa para devidas providências.



Figura 61: BO BPFRON e recorte Plataforma com a ocorrência de um menor traficando drogas em uma escola em Terra Roxa portando material escrito alusivo ao PCC. Aproveitamos o recorte espacial da plataforma para ilustrar outras ocorrências com a presença de menores no contrabando de cigarro, tráfico de drogas e armas de grosso calibre.

Outro detalhe em relação ao uso das rotas de infraestrutura pública pelo crime é revelado quando o *layer* da imagem de satélite da Plataforma é ligado.



Figura 62: Uso do solo às margens do reservatório com concentração de apreensões de contrabando de cigarros associada às margens mais preservadas do reservatório em ambos os países.

É possível produzir análises em diferentes escalas. Na escala local, conforme já havíamos apresentado na figura 45 e que agora contém as ocorrências de apreensão de grandes quantidades de cigarros contrabandeados do Paraguai, há portos aglomerados em locais onde há facilidade de ocultar as “commodities ilícitas” em meio as margens com vegetação mais preservadas o que também ocorre na margem paraguaia do reservatório binacional. Ao saírem do reservatório se conectam por inúmeras opções de estradas vicinais rumo a rodovia federal BR 163, que inicia seu traçado em Tenente Portela, no Rio Grande do Sul, e termina em Santarém, no Pará atravessando 6 estados brasileiros percorrendo 4.476 km.

A partir de tais informações é possível tecer algumas considerações quais sejam:

Os menores iniciam suas atividades junto ao crime inicialmente junto aos contrabandistas de cigarros, uma vez que não são raras as ocorrências relatando a presença de menores nas apreensões de contrabando de outras commodities ilícitas.

Uma vez estabelecida a sua “carreira” em tal categoria de crime eles passam ser cooptados pelos criminosos dos tráficos de drogas e armas, não mais como apenas carregadores da carga na barranca do rio, mas agora, tantos os meninos como as meninas, como transportadores em ônibus, motoristas dos veículos, das embarcações e agora utilizando veículos a partir de aplicativos.

Considerando um extrato dos horários em apreensões realizadas que tinham a presença de menores, é possível admitir que tais indivíduos não frequentam a escola, corroborando com um dos argumentos desta tese de que, conforme Becker “os fatores mais importantes que

explicam a participação no crime são a idade, o sexo, a escolaridade e o rendimento” (BECKER, 1968, p. 177, tradução do autor). O autor reconhece a escolaridade como uma das variáveis explicativas centrais para a participação no crime. Isso sugere que baixos níveis de escolaridade - ou abandono escolar - podem estar associados a maior propensão ao envolvimento em atividades criminosas, uma vez que limita as perspectivas laborais em um território onde o crime é um player importante da economia

Alguns detalhes que não foram possíveis esclarecer e irão persistir como inquietações para futuras pesquisas para subsidiar a Plataforma a partir dos dados gerados pelo BPFON, Receita Federal, Polícia Federal e agregar dados da Vara de Infância e Adolescência, Ministério Público, Secretarias Municipais e Estaduais de Educação, Comando Tripartite para promoção de análises socioeconômicas, culturais, antropológicas, geográficas, históricas e de relações internacionais, quais sejam:

Qual a nacionalidade dos menores que atuam no reservatório da hidroelétrica binacional de Itaipu?

Qual a faixa etária dos menores cooptados pelo contrabando? E pelo tráfico?

Há reincidência de tais menores depois que são recolhidos pela polícia?

Qual é o protocolo de assistência social após a captura de um menor?

Qual o destino destes menores que levam cigarros contrabandeados ou drogas, ou armas em ônibus de linha? Retornam? Quantas vezes? O que recebem em troca?

Quando um menor é pego transportando uma commodity ilícita em um veículo sem documentação (ou fruto do roubo) e, como já ocorreu, causa um acidente com vítimas fatais - qual o procedimento legal?

Qual a relação entre os crimes de contrabando e tráfico com a prostituição infantil e tráfico de menores de adolescentes?

Há uma política de Estado para promover o acompanhamento destes menores (nos três países da Tríplice Fronteira) em relação a observação da resiliência de suas condições socioeconômicas, de habitação, estrutura familiar para não permitir que sejam cooptados pelo crime transfronteiriço?

Quais exemplos de iniciativas exitosas, na América Latina e Caribe, de políticas de Estado - em escala local, nacional ou regional - para enfrentamento do fenômeno de cooptação dos menores pelo crime transfronteiriço?

Para esta tese, foram realizadas entrevistas semiestruturadas com profissionais diretamente envolvidos na implantação da política brasileira de segurança pública em relação ao enfrentamento do crime transfronteiriço, seja em campo ou gabinete. Desta forma,

apresentamos o rol de perguntas que foram objeto das entrevistas, a lista das corporações acessadas e as respostas, omitindo (por questões de segurança) a identidade dos entrevistados.

Os profissionais que aceitaram responder aos questionamentos pertencem às seguintes instituições: Batalhão da Polícia de Fronteira (BPFron), Delegacia da Receita Federal, Polícia Rodoviária Federal e Polícia Federal, conforme identificado nos questionários apresentados na íntegra no Anexo 1.

As respostas foram consolidadas em diagramas apresentados nas figuras de 53 a 60 no Anexo 1, assim como nos seguintes diagramas a partir das percepções/respostas similares, evidências, proposições e preocupações individuais.

6.2. Conclusões do Capítulo

A partir da consolidação e análise do histórico dos dados das apreensões de ilícitos, das manifestações pessoais dos agentes das diferentes forças de segurança pública, das instituições e políticas públicas vigentes na região da Tríplice Fronteira, foi possível confirmar alguns dos argumentos objeto deste capítulo.

Há uma rede de conectografia institucional que opera de forma integrada (quando é possível tal integração) no enfrentamento dos crimes transnacionais promovidos por uma rede de instituições criminosas.

As redes do crime operam cooptando a população sem perspectiva de oferta de emprego ou renda formal. A informalidade e a disputa pelos territórios, rotas e mercado gera conflitos entre as bandas criminais; e a população (envolvida diretamente nas redes criminais ou não) fica vulnerável à intensificação da ocorrência de crimes violentos.

Apesar de os agentes das forças de segurança pública estarem dispostos a promover a cooperação interagências, com fins de compartilhar dados sobre estratégias, inteligência e atores ligados ao crime, tais atos de cooperação, muitas vezes, não estão previstos na legislação, fragilizando não só o processo judicial como criando vulnerabilidade pessoal para os agentes. Há dificuldade na harmonização de conceitos, legislação, procedimentos, atuação e métodos para cooperação.

A cooptação de agentes públicos pelo crime, por meio da corrupção, é um paradoxo a ser enfrentado pelos órgãos que atuam na região, uma vez que a fixação de tais agentes na TF, ao tempo em que incrementa o conhecimento sobre a realidade, deixa tais atores expostos e vulneráveis ao assédio pelo crime.

CONCLUSÕES E CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para a elaboração da Conclusão desta tese, foram recuperados os argumentos, hipóteses, perguntas e objetivos originalmente previstos na investigação, a fim de estabelecer a correlação não só entre o proposto e o efetivamente executado.

Na Introdução desta tese, apresentamos o objetivo de relacionar as políticas vocacionadas para a integração entre países e a utilização das infraestruturas físicas por parte do tráfico ou aquilo que chamamos de conectografias lícitas e ilícitas. Nos propusemos também a esclarecer os motivos (os porquês) associados à incapacidade dos órgãos competentes em três países - Argentina, Brasil e Paraguai - na TF, de controlar de forma integrada e eficiente o crescente desenvolvimento das atividades relacionadas aos crimes transfronteiriços (ou transnacionais, como também consta na literatura especializada no tema).

Foi possível identificar, contextualizar e analisar as variáveis relacionadas às distintas modalidades criminais capazes de promover um fenômeno social e econômico que arregimenta para o trabalho tanto agentes públicos (por meio da corrupção) quanto uma população desalentada, cooptada para “trabalhar” nas organizações, com oferta de salários que não encontram paridade e oportunidades alternativas, lícitas, nas atividades econômicas regionais.

A partir da escala regional até o local (Tríplice Fronteira e Hidrelétrica binacional Itaipu), por meio das lentes teóricas da Geopolítica, foi estabelecido um cenário do estado da arte dos ilícitos. O *zoom* aplicado na TF descortinou não só as tipologias de crimes transfronteiriços, as burocracias, a interface entre os órgãos competentes pela segurança e defesa das fronteiras, as políticas públicas dedicadas ao enfrentamento do problema assim como tal agenda perante os organismos multilaterais, tais como Mercosul e OEA.

Foram analisadas as principais iniciativas de integração regional, tendo as bacias hidrográficas Paraguai e Paraná como área de influências, considerando que a maioria e as mais relevantes não saíram da fase de planejamento e que as infraestruturas de logística implantadas servem ao processo de exportação de *commodities* lícitas e ilícitas.

Em relação à UHE Itaipu, foi possível comprovar os usos de seu reservatório como rota para o tráfico e contrabando a partir do Paraguai para o Brasil, mediante a análise dos dados disponibilizados pelo BPFron.

Em relação aos dados disponibilizados, as séries históricas disponíveis remontam ao ano de 2012. Desta forma, foi possível produzir análises qualitativas, quantitativas e espaciais (rotas) das *commodities* ilícitas apreendidas.

Recuperando as variáveis metodológicas, foi possível comprovar a interdependência e o nexo causal entre elas.

A Dependente (VD), relativa à infraestrutura de modal logístico associada à Hidrovia Paraguai-Paraná, foi devidamente detalhada (mesmo aquelas que ainda estão em fase de planejamento).

A Independente Principal (VIP), que diz respeito à necessidade de o crime organizado ampliar/expandir as rotas e áreas de atuação na América do Sul, foi comprovada a partir dos diagnósticos socioeconômicos, de criminalidade e de violência estrutural associadas à formação dos narcoestados.

As Independentes Antecedentes (VIAs) correspondem à burocracia (legal e administrativa) dos países limítrofes à Hidrovia, que não tem sido eficaz nos processos de integração para o enfrentamento dos crimes transfronteiriços. Foi possível comprovar essa VIA por meio da análise detalhada das estruturas burocráticas (caóticas e sobrepostas, como é o caso do Paraguai), alteradas de acordo com políticas de governo, e não como políticas de Estado (caso de Argentina e Brasil) e, de forma recrudescente, a partir das respostas formuladas para os questionários aplicados aos órgãos de segurança pública que atuam na TF. Os agentes confirmam esta VIA.

A outra VIA (o crime organizado tem mais capacidade de se reposicionar e qualificar quanto à mobilização de efetivos humanos, equipamentos e tecnologia do que os órgãos públicos competentes) também foi confirmada pelos dados obtidos junto aos órgãos competentes, mídias eletrônicas e respostas das entrevistas. A capacidade do crime transfronteiriço de inovar em estratégias e aportar recursos (tecnológicos, humanos e financeiros), mobilizar efetivo, alterar rotas, corromper, coagir e cooptar comunidades e adolescentes é inabalável devido ao desbalanceamento da equação (falta de investimentos públicos) e negligência dos poderes públicos com os vulneráveis.

Por fim, a última VIA: o crime organizado tem demanda para acessar de forma cada vez mais rápida o mercado global de ilícitos; com a expansão territorial da produção de *commodities* (soja e carne) para abastecer as cadeias globais de valor, a produção dos ilícitos passou a acessar áreas cada vez mais distantes, preservadas e habitadas por populações tradicionais e vulneráveis. O detalhamento dos casos apresentados em Nariño e das apreensões em Portugal (agosto 2024) e Espanha (setembro 2024), bem como os dados referentes à utilização das áreas de vegetação extremamente preservadas às margens do reservatório de Itaipu, convalidam tal VIA.

A respeito da Variável Interveniente (VInt) (conjunto de empreendimentos de interesse dos exportadores de *commodities* que são sobrepostos pelas rotas do crime transfronteiriço), a consolidação da plataforma e respectiva demonstração das rotas a partir do georreferenciamento das apreensões, confirmaram a relevância e a sinergia de tal variável com todas as demais. Ou seja, com a produção de tal banco de dados, foi possível cobrir uma lacuna investigativa que pudesse associar a potencialidade econômica, gerada pela operação da Hidrovia Paraguai-Paraná, com a “ocupação/sequestro”, pela economia do crime organizado, de tal infraestrutura logística regional, suas rotas de acesso e áreas lindeiras.

Todas as rotas foram devidamente analisadas e correlacionadas produzindo diagnósticos de forma contínua a partir da retroalimentação da plataforma com dados das apreensões de todas as *commodities* ilícitas apreendidas, que utilizam as mesmas oportunidades de “conectografia” com as cadeias globais de valor internacionais, fora do continente americano.

Foi possível convalidar os dados coletados e georreferenciados na plataforma, iluminando uma rota transnacional (que segue ativa) das *commodities* ilícitas, estas que, no primeiro semestre de 2024, efetivamente passaram a ser imiscuídas nas cargas das “*commodities* lícitas” exportadas para a Europa.

Em relação à análise da burocracia (leis, normas, organogramas, operações conjuntas), foi possível identificar semelhanças entre as diretrizes fundamentais e os problemas enfrentados pelas políticas públicas que combatem os crimes transfronteiriços (efetivo, equipamento, tecnologia e corrupção) dos países lindeiros à Hidrovia.

Conforme observado no resultado das entrevistas, há um clamor por providências de políticas públicas com iniciativas conjuntas de securitização de tal espaço de integração regional, assim como certa desesperança de que tais iniciativas ocorram.

O conceito de “*commodities* ilícitas” proposto como uma das contribuições desta tese surge e será continuamente aprimorado a partir da consolidação dos resultados de diagnósticos que combinam variáveis socioeconômicas, dados relativos aos índices de criminalidade e apreensões de ilícitos na área de influência da Tríplice Fronteira (TF) — Argentina, Brasil e Paraguai.

A partir das evidências empíricas reveladas por esses diagnósticos, torna-se possível articular a noção de “*commodities* ilícitas” às dinâmicas logísticas que sustentam o projeto de comando e controle das redes criminosas, evidenciando como variáveis socioeconômicas, fluxos de apreensões e indicadores de criminalidade convergem para explicar o aproveitamento estratégico da Hidrovia Paraguai-Paraná na projeção de poder transfronteiriço.

O propósito da pesquisa foi compreender o processo de como o crime transfronteiriço utiliza a infraestrutura de modais logísticos associados à Hidrovia Paraguai-Paraná para estabelecer seu projeto de comando/controle, projetar poder transfronteiriço na região sul da América do Sul, além de conectar os “produtos” na rede/cadeia global de ilícitos.

Para tanto, após o desenvolvimento de cada capítulo, aos quais estava diretamente vinculada a observância dos objetivos específicos da tese, foram constituídas pequenas considerações finais que coadunaram, ou não, com os dados primários e secundários coletados e organizados na plataforma georreferenciada e com a percepção pessoal dos servidores das forças de segurança pública federal entrevistados, atuantes na região da TF.

Políticas públicas relativas ao enfrentamento do crime transfronteiriço, assim como as respectivas estruturas burocráticas, de recursos humanos e tecnológicos dos países da TF, foram analisadas e comparadas, constituindo um esforço de diagnóstico das capacidades disponíveis que podem ser objeto de políticas de integração regional. Foi possível apontar os “abismos” que devem ser enfrentados caso uma efetiva política regional seja estruturada.

Também se identificou como o crime transfronteiriço se apropria dos “vazios” de integração, de recursos (humanos e tecnológicos), de políticas de Estado e regionais (que seriam mais consistentes do que as políticas de governo em curso), da ampla e contínua capacitação dos agentes de segurança pública, de legislação, de oportunidades de geração de emprego e renda formais, de incentivo para a fixação de efetivo na região de fronteira, de proteção dos agentes em relação a possível assédio pelo crime, de inteligência e de dados compartilhados.

Por outro lado, as informações recolhidas levam a crer que as populações tradicionais que vivem na área de influência direta da Hidrovia também são “sequestradas” pelos esquemas de produção de drogas, tráfico, distribuição, prostituição, tráfico de pessoas, mineração ilegal e contrabando. Isso expõe uma dimensão social do fenômeno que quisemos abordar.

Um dos objetivos propostos e alcançados no contexto desta pesquisa era comprovar a possível negligência por parte dos agentes estatais na maneira de gestionar estes assuntos na fronteira, e até que ponto as más políticas ou ausência destas fomentam o crime organizado que passa a ocupar os vazios de poder (social, político e econômico), promovendo atividades econômicas e uma cadeia local de geração de emprego e renda, insuperável por projetos públicos de desenvolvimento.

Em outras palavras, a negligência estatal que deixa brechas de governança na fronteira converte-se no principal ativo das redes ilícitas, pois lhes confere a confiança necessária para transformar rotas e infraestruturas locais em corredores sob seu domínio, operando na

expectativa de uma impunidade apenas esporadicamente contestada por ações pontuais das forças de segurança.

Isto é, o crime se apropria do espaço geográfico, das rotas e da infraestrutura com a certeza relativa da impunidade — que ainda não é absoluta pois há certa eficiência na atuação das forças de segurança que cooperam como podem (inclusive de modo informal) para diminuir a atuação dos contraventores e inviabilizar as rotas de seus negócios que percorrem toda a América do Sul.

Ficou confirmado que, além dos impactos sobre as infraestruturas públicas de forma direta, o tráfico das *commodities* ilícitas indiretamente gera significativos reflexos nos índices socioeconômicos na área de influência das rotas, corroborando para o aumento da criminalidade, a evasão escolar e cooptação de adolescentes para o crime.

A partir das contribuições desta tese, é possível iniciar a formulação de novas perguntas para futuras investigações. Por exemplo: Qual o valor investido pelos serviços de segurança pública dos países limítrofes à Hidrovia Paraguai-Paraná para consolidar uma governança integrada com o objetivo de enfrentar, coibir ou eliminar tal atividade socioeconômica da América do Sul?

Algumas tentativas de respostas devem ter como premissa fundamental a seguinte: o crime transfronteiriço que ascende outros territórios além-mar da América Latina e do Caribe, através da conectografia dos corredores de exportação das “*commodities* lícitas”, não é percebido como uma atividade socioeconômica e, em alguns países, como atividade política, quando os representantes dos grupos e bandas ascendem às carreiras políticas.

Outro princípio é a integração da governança, que é totalmente inviabilizada pela ausência de políticas de Estado sobre a própria integração regional. As iniciativas padecem de “pulsos políticos” e de políticas de governo que drenam recursos, tempo de dedicação de especialistas para planejar projetos e programas que, na medida em que não interessam ao Poder Executivo vigente, são engavetados, mas, como a última chance do desenvolvimento, podem ressurgir em épocas de campanhas eleitorais com outros nomes, logomarcas, lideranças.

Essa governança episódica sobre a integração territorial como prioridade é apropriada pelos líderes das corporações empresariais do crime, que não trabalharam e tampouco avançaram sobre o território sem constância e propósitos. Há uma estratégia de avanço dos ilícitos baseada nas carências e negligências do poder público em temas relacionados a educação, segurança pública, projetos para o desenvolvimento de arranjos produtivos locais, emprego e renda.

Ou seja, são camadas de contrassensos e paradoxos que nos distanciam de proposições e medidas simplistas, tais como elevar o orçamento para enfrentar o crime transfronteiriço 4.0: tecnológico, empreendedor, implacável, promotor da justiça por códigos internos, gerador de emprego e renda; além de oferecer perspectivas de vida quando adolescentes são cooptados e passam a sonhar com o cargo de dono da “boca”, do bairro, do morro, da cidade, como um estigma de possuir poder econômico e territorial, independentemente do seu currículo escolar.

Os “patrões” do tráfico são verdadeiros ídolos, ícones de valentia e crueldade. Os menores cooptados estão dispostos a provar que podem ser tão ou mais que aqueles que os cooptam. Têm a certeza da impunidade devido à idade; alguns, até a maioridade. Fazem fortuna e investem no melhor kit ostentação (tênis/celular/óculos/roupas/carros) e na compra de uma casa para a família. A prisão, quando chega junto com a maioridade, os leva para o outro estágio de aprendizado.

Apesar da falta de investimento na integração, na garantia de um efetivo altamente capacitado, não corrompido, apoiado pelo que há de mais inovador em termos de tecnologia — que poderia, por meio de operações conjuntas (interforças, inter-regional e internacional), constituir um cordão de isolamento na conectografia das *commodities* ilícitas — algumas iniciativas merecem destaque, como o Comando Tripartite (CT) e o Batalhão de Polícia de Fronteira (BPFron).

A realidade dos dados relativos às apreensões demonstra um quadro de expansão crescente das rotas, dos tipos de *commodities* ilícitas, dos volumes transportados e, por consequência, da mão de obra cooptada.

A partir deste processo investigativo, foi possível estabelecer, como proposto no projeto da tese, o nexo causal entre a infraestrutura logística multimodal (que tem a Hidrovia como coluna cervical) e todas as ramificações resultantes da implantação e desenvolvimento do ecossistema do crime organizado na porção sul da América do Sul.

Ademais, foi possível afirmar que a infraestrutura projetada e implantada com recursos públicos (a maioria em contínua fase de planejamento a depender do projeto político de plantão) na área de influência da Hidrovia, com fins de atender às demandas de integração de escoamento para exportação de *commodities* lícitas, é intensamente utilizada para também exportar as ilícitas.

Ou seja, a continuidade de investimentos em projetos de integração multimodal (ferrovias, portos, rodovias, pontes, energia, telecom, internet etc.) é ansiosamente aguardada pelos atores-membros das cadeias produtivas de drogas, operadores do contrabando e do descaminho.

Quanto maior for a conectografia pública, mais rentável será o crime transfronteiriço, caso não ocorra de forma antecipada integração das políticas públicas, harmonização da legislação regional e dos procedimentos de atuação das forças de segurança pública competentes pelas fronteiras da Hidrovia e, de forma específica, em escala local da TF.

Nesta tese, argumentamos que a Hidrovia é uma das principais rotas para escoamento da produção de *commodities* do agronegócio sul-americano. Pelos portos fluviais, podem ser embarcadas para o Pacífico ou para o Atlântico, vindo inclusive da floresta amazônica boliviana, onde estão localizadas as cabeceiras da bacia, não sendo apenas a soja que encontra seu destino fora do continente americano.

Admitimos que, no século XXI, o uso da Hidrovia, com todo o arcabouço de infraestrutura de polos logísticos multimodais instalados, viabiliza a conectividade das produções de *commodities* dos cinco países limítrofes com as cadeias globais de valor. No entanto, as redes de ilícitos — contrabando, narcotráfico e tráfico de pessoas — também se apropriaram desta “via” para distribuir suas próprias *commodities* às cadeias globais associadas ao crime transfronteiriço, sendo a TF um dos *Hubs* da circulação das *commodities* ilícitas.

Foi possível confirmar a incapacidade dos órgãos competentes nos três países (Argentina, Brasil e Paraguai) de controlar, de forma integrada e eficiente, o crescente desenvolvimento das atividades relacionadas aos crimes transfronteiriços (ou transnacionais).

Desse modo, a lacuna de governança que compromete o controle trinacional funciona como porta de entrada para que as redes ilícitas se imiscuam na estrutura produtiva local, transformando a fragilidade institucional em oportunidade de recrutamento massivo e consolidando um circuito econômico paralelo que oferece benefícios imediatos onde o mercado formal falha em prover alternativas dignas.

Outra afirmação que encontrou respaldo na tese refere-se à influência direta de tais modalidades criminais na socioeconomia local (TF), uma vez que arregimenta para o trabalho tanto agentes públicos (por meio da corrupção) quanto uma população desalentada, cooptada para “trabalhar” nas organizações, com oferta de salários que não encontram paridade e oportunidades alternativas, lícitas, nas atividades econômicas regionais.

Ratificamos que esta tese pode suprir a lacuna investigativa originalmente levantada. Desta forma, as reflexões e conclusões parciais nos capítulos fornecem substrato para admitir a urgência de providências de políticas públicas com iniciativas conjuntas de securitização de tal espaço de integração regional, a fim de enfrentar o fenômeno da “conectografia dos ilícitos”.

Foi comprovado que a negligência estatal fomenta o crime organizado e que tal atividade ocupa os vazios de poder (social, político e econômico). O resultado, conforme

ratificado nesta investigação, é a relação entre o incremento das estatísticas dos crimes violentos relacionados ao contexto de narco-violência e a falência do Estado, derivando para debates futuros sobre dados quali e quantitativos acerca do Narcoestado.

As rotas foram mapeadas e, a partir dos dados obtidos em fontes abertas e de apreensões realizadas pelo Batalhão de Polícia de Fronteira (BPFron), Polícia Rodoviária Federal (PRF), Polícia Federal (PF) e Receita Federal do Brasil (RF), bem como Gendarmeria Argentina, Polícia Nacional do Paraguai, dentre outras forças de segurança, tal material foi convertido em uma plataforma georreferenciada conforme ilustrações representativas apresentadas no Capítulo 5.

Em síntese, a pesquisa demonstrou com detalhe como as redes criminosas transnacionais se apoderam da malha logística da Hidrovia Paraguai-Paraná, convertendo-a numa plataforma de articulação de seus circuitos ilícitos e de projeção de poder sobre os tecidos social, econômico e burocrático dos Estados ribeirinhos e demais usuários desse corredor fluvial.

Ademais, foram detalhados os processos desenvolvidos pelos Estados lindeiros e utilitários da Hidrovia para a implantação de um sistema integrado de burocracia, legislação, comando, controle, segurança e defesa relativo ao enfrentamento dos crimes transfronteiriços.

Tanto as conclusões parciais de cada capítulo quanto a hipótese central desta tese, foram fortalecidas e asseveradas a partir do resultado das entrevistas concedidas pelos representantes das forças, agências e órgãos vinculados à segurança pública da Tríplice Fronteira.

Sem exceção, afirmam que a falta de investimento em equipamentos e treinamento de recursos humanos para utilizar ferramentas de alta tecnologia é um problema de longa data e que o crime está sempre um passo à frente. Por sua vez, todos validaram que a falta de prioridade de orçamento para tais providências é acompanhada da contínua postergação da integração regional.

Pudemos identificar que não somente as obras de infraestrutura, que poderiam favorecer a integração, foram postergadas. Persistem a falta da governança sobre dados criminais e a ausência de uma inteligência integrada entre polícias, o que gera a incoerência dos “vazios de poder” ocupados antecipadamente pelo crime. Podemos dizer, que o Mercosul é um espaço multilateral com muitos avanços no processo de integração econômica. Porém, ainda incipiente na construção de políticas públicas de enfrentamento eficaz para combater a logística e a conectografia do crime que vai muito além das fronteiras dos Estados-membros, sendo os narco Estados em constituição o outro lado da moeda, que se aproveita das negligências e atua oferecendo emprego, renda, meios de subsistir.

As entrevistas também certificaram que já existe estrutura burocrática capaz e suficiente para que o processo de integração ocorra e, nos casos de eventos críticos, as cooperações acontecem de forma espontânea entre agentes de campo, sem que estejam respaldados pelo marco legal.

Desta forma, esta tese se encerra com a confirmação da hipótese inicial de que: “O crime transfronteiriço na América do Sul possui um Projeto de Conexão Global constituído a partir da ocupação das infraestruturas públicas de transporte logístico multimodal regionais, viabilizadas com investimentos públicos dos países limítrofes à Hidrovia e, de forma mais evidente, na Tríplice Fronteira (Argentina, Brasil e Paraguai)”.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

20 ANOS da IIRSA na América do Sul: quem está comemorando agora? *Le Monde Diplomatique Brasil*, 4 set. 2020. Disponível em: <https://diplomatique.org.br/20-anos-da-iirsa-na-america-do-sul-quem-esta-comemorando-agora/>. Acesso em: 27 dez. 2024.

ACOSTA, Girlandrey Sandoval; ORBANDO SALAZAR, Olga Lucía Obando. Estrategia integral de reincorporación de las mujeres de FARC: construcción de subjetividades de paz en Colombia. In: OBANDO SALAZAR, Olga Lucia; GALVIZ ORTÍZ, Sara Lorena. *Voces subjetivas diversas: reflexiones polifónicas para la construcción de una cultura de paz*. Cali: Programa Editorial Universidad del Valle, 2021. p. 317.

ÁGATA FRONTEIRA Oeste II: a operação completa seis meses de combate ao crime organizado e resultados alcançam prejuízo de mais de R\$ 370 milhões aos criminosos. *Exército Brasileiro Notícias*, 2024. Disponível em: <https://www.eb.mil.br/web/noticias/w/agata-fronteira-oeste-ii-a-operacao-completa-seis-meses-de-combate-ao-crime-organizado-e-resultados-alcancam-prejuizo-de-mais-de-r-370-milhoes-aos-criminosos#:~:text=Al%C3%A9m%20disso%2C%20a%20opera%C3%A7%C3%A3o%20espelhada,maconha%2C%20totalizando%20um%20preju%C3%ADo%20de>. Acesso em: 30 dez. 2024.

AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS. *Resolução nº 2389 - ANTAQ, de 13 de fevereiro de 2012*. Brasília: ANTAQ, 2012. Disponível em: <http://web.antaq.gov.br/portaltv3/pdfSistema/Publicacao/0000004915.pdf>. Acesso em: 27 dez. 2024.

AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS. *Anuário estatístico de 2013*. Brasília: ANTAQ, 2013. Disponível em: <https://bibliotecadigital.economia.gov.br/handle/123456789/608>. Acesso em: 27 dez. 2024.

AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS. *Boletim informativo portuário 2º trimestre/2014*. Brasília: ANTAQ, 2014. Disponível em:

<http://www.antaq.gov.br/portal/pdf/BoletimPortuario/BoletimPortuarioSegundoTrimestre2014.pdf>.

Acesso em: 27 dez. 2024.

ALBANESE, Jay S. Corruption as the Cause, Not the Effect, of Organized Crime? *Journal of Economic Criminology*, 2025.

ALBANESE, Jay S. *Organized Crime: From the Mob to Transnational Organized Crime*. 7. ed. New York: Routledge, 2015.

ALBANESE, Jay S. The Prediction and Control of Organized Crime: A Risk Assessment Instrument for Targeting Law Enforcement Efforts. *Journal of Contemporary Criminal Justice*, 2004.

ALBANESE, Jay S.; REICHEL, Philip L. *Transnational Organized Crime: An Overview from Six Continents*. New York: SAGE Publications, 2013.

ÁLVAREZ, Álvaro. Integración e infraestructura en América del Sur: Aportes para el estudio do rol estratégico da Hidrovía Paraguai-Paraná na integração regional. Buenos Aires: FLACSO, 2017.

ANDREAS, Peter. The political economy of narco-corruption in Mexico. *Current history*, v. 97, n. 618, p. 160, 1998.

ARAÚJO, Érica Wayla Oliveira; SILVEIRA, Lia Saraiva. COLÔMBIA, EXPORTADORA DE INSEGURANÇA. *EXAMÃPAKU (revista descontinuada)*, v. 2, n. 2, 2009.

ARGENTINA. *Cuenca propia del río Paraguai en Argentina*. Cuenca nº 13. 2002.

Disponível em: https://www.argentina.gob.ar/sites/default/files/13_nueva.pdf. Acesso em: 30 dez. 2024.

ARGENTINA. Prisión Freak: Extraditamos a Brasil a un delincuente que intentó liberar a un preso en un penal. *Governo da Argentina Notícias*, 17 jan. 2024. Disponível em:

<https://www.argentina.gob.ar/noticias/prision-freak-extraditamos-brasil-un-delincuente-que-intento-liberar-un-presos-en-un-penal>. Acesso em: 30 dez. 2024.

AZEVEDO, Francisco Fransualdo; NASCIMENTO, Welton Paulo do. Integração econômica internacional e reestruturação produtiva no Rio Grande do Norte–Brasil. *Formação (Online)*, v. 1, n. 23, 2016.

BARATTA, María Victoria. La Guerra del Paraguay y la historiografía argentina. *História da Historiografia: International Journal of Theory and History of Historiography*, v. 7, n. 14, p. 98-115, 2014.

BARROS, Luciano Stremel; DAL POZZO, Eloiza. Ambiente fluvial, violência e as commodities ilícitas nas cidades brasileiras lindeiras ao lago de Itaipu. *Revista (Re) Definições das Fronteiras*, v. 1, n. 3, p. 296-317, 2023. Disponível em: <https://journal.idesf.org.br/index.php/redfront/article/download/66/51>. Acesso em: 18 dez. 2024.

BARROS, Luciano Stremel; DAL POZZO, Eloiza. Ambiente fluvial, violência e as commodities ilícitas nas cidades brasileiras lindeiras ao Lago de Itaipu. *Revista (Re) Definições das Fronteiras*, v. 1, n. 3, p. 296-317, 2023.

BARROS, Luciano; DAL POZZO, Eloiza, PARCIANELLO, Neri. *Cigarro: o maior mercado ilegal das fronteiras – a diferença de preços e o estímulo ao contrabando*. 2024. No prelo.

BARVINSK, Georgina María. Las Comunidades Fronterizas en América del Sur: Víctimas y Victimarios del Crimen Trasnacional – El caso de la Trata de Mujeres con fines de Explotación Sexual en la Región de la Triple Frontera. Universidade Nacional de La Plata, 2013.

BARTOLOMÉ, Mariano César; VENTURA BARREIRO, Vicente. Narcotráfico en América del Sur más allá del bloque andino: los casos de Argentina y Brasil. *Revista De Relaciones Internacionales, Estrategia Y Seguridad*, 2019, vol. 14, no 1, p. 205-222.

BECKER, Gary S. Crime and punishment: An economic approach. *Journal of political economy*, 1968, vol. 76, no 2, p. 169-217.

BECKER, Bertha K. A geopolítica na virada do milênio: logística e desenvolvimento sustentável. In: CASTRO, I. E.; GOMES, P. C. C.; CORRÊA, R. L. (orgs.). *Geografia: conceitos e temas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995. p. 271-307.

BETHELL, Leslie. *História da América Latina*. São Paulo: EdUSP, 2001.

BLACKWILL, Robert D.; HARRIS, Jennifer M. *War by Other Means*. Cambridge, Massachusetts: Harvard University Press, 2016.

BONILLA OVALLAS, María Eugenia; RESTREPO ECHAVARRÍA, Néstor Julián. Colombia: entre los vaivenes de la seguridad nacional y la seguridad ciudadana. In: Atlas de la Violencia en América Latina. San Luis Potosí: Universidad Autónoma de San Luis Potosí, 2018.

BORDIGNON, Fabiano. *As cooperações policiais internacionais em fronteiras, do local ao global: o comando tripartite na tríplice fronteira de Argentina, Brasil e Paraguai*. 2019. Dissertação (Mestrado em Sociedade, Cultura e Fronteira) – Centro de Educação, Letras e Saúde, Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Foz do Iguaçu, 2019.

BORGA, Ricardo Nunes. *Questões do Prata: Guerra da Tríplice Aliança, o conflito que mudou a América do Sul*. 2. ed. Rio de Janeiro: Clube de Autores. 2015.

BORGES, Andre *et al.* Desenvolvendo argumentos teóricos a partir de estudos de caso: o debate recente em torno da pesquisa histórico-comparativa. *Revista BIB*, v. 63, p. 45-59, 2007.

BORMANN, José Bernardino. *Historia da guerra do Paraguai*. Curitiba: J. Lopes, 1897.

BRANDÃO, Luciana Costa. *Segurança ambiental dos recursos hídricos internacionais: conflito e cooperação na Bacia do Zambeze*. 2015. Trabalho de conclusão de Curso (Graduação em Relações Internacionais) – Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015.

BRASIL. *Decreto n.º 10.452, de 11 de agosto de 2020*. Promulga o texto do Acordo Quadro de Cooperação entre os Estados Partes do Mercosul e Estados Associados para a Criação de Equipes Conjuntas de Investigação, firmado pela República Federativa do Brasil, em San Juan, em 2 de agosto de 2010. Brasília, DF: Presidência da República, 2020. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/decreto/d10452.htm. Acesso em: 27 dez. 2024.

BRASIL. *Decreto n.º 11.273, de 29 de dezembro de 2022*. Altera o Decreto nº 8.903, de 16 de novembro de 2016, que institui o Programa de Proteção Integrada de Fronteiras e organiza a atuação de unidades da administração pública federal para sua execução. Brasília, DF: Presidência da República, 2022. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2022/Decreto/D11273.htm#art1. Acesso em: 29 dez. 2024.

BRASIL. *Decreto n.º 11.331, de 1º de maio de 2023*. Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão, das Funções de Confiança e das Gratificações do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República e remaneja cargos em comissão, funções de confiança e gratificações. Brasília, DF: Presidência da República, 2023. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2023/decreto/D11331impresao.htm. Acesso em: 30 dez. 2024.

BRASIL. *Decreto n.º 5.015, de 19 de março de 2004*. Promulga a Convenção das Nações Unidas contra o Crime Organizado Transnacional. Brasília, DF: Presidência da República, 2004. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5015.htm. Acesso em: 30 dez. 2024.

BRASIL. *Decreto n.º 8.903, de 24 de novembro de 2016*. Institui o Programa de Proteção Integrada de Fronteiras e organiza a atuação de unidades da administração pública federal para sua execução. Brasília, DF: Presidência da República, 2016. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/decreto/D8903.htm. Acesso em: 29 dez. 2024.

BRASIL. *Decreto nº 11.676, de 30 de agosto de 2023*. Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão, das Funções de Confiança e das

Gratificações do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República, e remaneja e transforma cargos em comissão, funções de confiança e gratificações. Brasília, DF: Presidência da República, 2023. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2023/decreto/d11676.htm. Acesso em: 26 dez. 2024.

BRASIL. *Lei n.º 12.850, de 2 de agosto de 2013*. Define organização criminosa e dispõe sobre a investigação criminal, os meios de obtenção da prova, infrações penais correlatas e o procedimento criminal; altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal); revoga a Lei nº 9.034, de 3 de maio de 1995; e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2013. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/lei/112850.htm. Acesso em: 30 dez. 2024.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Regional. Bases da Faixa de Fronteira: instrumentos para o desenvolvimento regional e urbano. Brasília, DF: MDR, 2010. Disponível em: <https://www.gov.br/mdr/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/desenvolvimento-regional-urbano/BasesFaixadeFronteira.pdf>. Acesso em: 30 dez. 2024.

BRICEÑO MONZÓN, Claudio Alberto. Venezuela y Colombia: dimensiones de una crisis diplomática, sus repercusiones en las fronteras y la integración. *Aldea Mundo*, v. 14, n. 27, p. 27-35, 2009. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/543/54315984004.pdf>. Acesso em: 18 dez. 2024.

BRIGHENTI, Clovis Antonio. Colonialidade e decolonialidade no ensino da História e Cultura Indígena. In: SOUZA, Fábio Feltrin de; WITTMANN, Luisa Tombini. *Protagonismo indígena na história*. Tubarão: Copiart, 2016. p. 231-254.

BRIGHENTI, Clovis Antonio. *Estrangeiros na própria terra: presença Guarani e Estados Nacionais*. Chapecó: Edufsc; Florianópolis: Argos, 2010.

BRUCKMANN, Monica. Recursos naturais e a geopolítica da integração sul-americana. *In*: VIANA, André Rego; BARROS, Pedro Silva; CALIXTRE, André Bojikian (org.). *Governança Global e a integração da América do Sul*. Brasília: Ipea, 2011. p. 197-246.

BURNS, Bradford E. *A Aliança não escrita: o Barão do Rio Branco e as relações do Brasil com os Estados Unidos*. Rio de Janeiro: EMC, 2003.

CAMPOS, Tales de Paula Roberto de. *O projeto transfronteiriço do Primeiro Comando da Capital–PCC (2006-2016)*. 2020. Tese (Mestrado em Relações Internacionais) – Universidade Estadual Paulista “Júlio De Mesquita Filho”, Universidade Estadual de Campinas, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2020.

CAMPOS, Willian Costa; SOUZA, Marcos Aparecido de. A guerra continua: o papel do batalhão de polícia de fronteira e do núcleo de operações especiais no combate ao crime organizado. *Revista (Re) Definições das Fronteiras*, v. 1, n. 2, p. 132-154, 2023.

CARDIN, Eric Gustavo *et al.* As mutações do capitalismo e as práticas pedagógicas. *Revista Pleiade*, v. 1, n. 2, p. 53-66, 2007.

CARDOZO, Efraim. Hace 100 años: cronicas de la guerra de 1865-1870. *In*: THOMPSON, Roberto. *"La Tribuna" de Ascunición en el Centenario de la Epopeya Nacional*. 22. ed. Asunción: EMASA, 1968.

CARNEIRO FILHO, Camilo Pereira. *Processos de transfronteirização na Bacia do Prata: a tríplice fronteira Brasil-Argentina-Paraguai*. 2013. Tese (Doutorado em Geografia) – Instituto de Geociências, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013.

CASALE, J. F.; KLEIN, R. F. X. Illicit production of cocaine. *Forensic Science Review*, v. 5, p. 95-107, 1993.

CASCANTE, María José. Costa Rica: análisis de la violencia y el delito en el territorio. *In*: Atlas de la Violência en América Latina. San Luis Potosí: Universidad Autónoma de San Luis Potosí, 2018.

- CASTRO, Alessandra de Brito *et al.* Organização criminosa transnacional: a internacionalização do primeiro comando da capital. *Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação*, v. 9, n. 10, p. 6734-6752, 2023. Disponível em: <https://periodicorease.pro.br/rease/article/view/12208>. Acesso em: 18 dez. 2024.
- CAVALCANTI, Carlos A. *et al.* 8 Eixos de Integração da Infraestrutura da América do Sul. São Paulo: Federação das Indústrias do Estado de São Paulo – FIESP, 2012. Disponível em: <https://sitefiespstorage.blob.core.windows.net/uploads/2012/05/8-EIXOS-pt.pdf>. Acesso em: 19 dez. 2024.
- CAYLI, Baris. The Impossible Mission: Global Justice Movement Against Transnational Organized Crime. *New Global Studies*, v. 6, n. 1, 2012.
- CEPIK, Marco; BORBA, Pedro. Crime organizado, estado e segurança internacional. *Contexto internacional*, v. 33, p. 375-405, 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cint/a/yc9kXFhYxqNPJXDJHNPPBNB/>. Acesso em: 18 dez. 2024.
- CERVO, Amado; BUENO, Clodoaldo. *História da política exterior do Brasil*. Brasília: Ed. UnB, 2002.
- CHOUVY, Pierre-Arnaud. The myth of the narco-state. *Space and Polity*, v. 20, n. 1, p. 26-38, 2016.
- CIC. Comité Intergubernamental Coordinador de los Países de la Cuenca del Plata. *Proyecto de Porte Medio (PPM) llamado “Preparando las bases para la implementación del Programa de Acción Estratégica (PAE) de la Cuenca del Plata”*. 2017. Disponível em: <https://cicplata.org/es/proyecto-implementacion-pae/> e https://cicplata.org/wp-content/plugins/pdfjs-viewer-shortcode/pdfjs/web/viewer.php?file=https://cicplata.org/wp-content/uploads/2017/09/analisis_diagnostico_transfronterizo_de_la_cuenca_del_plata.pdf&attachment_id=0&dButton=true&pButton=true&oButton=false&sButton=true#zoom=auto&pageMode=none&_wpnonce=de264dc784. Acesso em: 30 dez. 2024.
- CLAVAL, Paul. Geografia econômica e economia. *Geo Textos*, v. 1, n. 1, 2008.

COFCO Internacional na Argentina. Produtos agrícolas essenciais que desempenham um papel fundamental na vida humana. *COFCO*, 2024. Disponível em:

<https://ar.cofcointernational.com/productos-servicios>. Acesso em: 23 dez. 2024.

COMITÉ INTERGUBERNAMENTAL COORDINADOR DE LOS PAÍSES DE LA CUENCA DEL PLATA. *Análise Diagnóstico Transfronteiriço da Bacia do Prata – ADT*. 1. ed. rev. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Comité Intergubernamental Coordinador de Los Países de La Cuenca Del Plata; Estados Unidos: Organización de los Estados Americanos, 2017. E-book. Disponível em:

https://issuu.com/comunicacioncicplata/docs/analise_diagnostico_transfronteiric. Acesso em: 27 dez. 2024.

CONHEÇA a Bacia do Prata. *Ecoa*, 16 de jul. de 2018. Disponível em:

<https://ecoa.org.br/conheca-a-bacia-do-prata/>. Acesso em: 27 dez. 2024.

CORPORACIÓN HUMANAS – CENTRO REGIONAL DE DERECHOS HUMANOS Y JUSTICIA DE GÉNERO. *Víctimas del conflicto armado según sexo y hecho victimizante. Boletín N. 31*. Información estadística: Contexto regional Departamento de Nariño, Municipios de Ipiales, Pasto y Tumaco, 2016. Disponível em:

https://www.humanas.org.co/mini-site/pdf/1_Boletin_31_Narino.pdf. Acesso em: 30 dez. 2024.

CORTESÃO, Jaime. Alexandre de Gusmão e Tratado de Madri. *Revista de História*, v. 1, n. 4, p. 437-452, 1950. Disponível em:

<http://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/download/34868/37604>. Acesso em: 18 dez. 2024.

COSTA, Edgar Aparecido (coord.) *Plano de Desenvolvimento e Integração da Faixa de Fronteira do Centro-Oeste do Brasil - PDIF*. Corumbá: UFMS; Unemat, 2023. Disponível em: <https://ppgefcpn.ufms.br/files/2024/03/Meta-3-PDIF-3.pdf>. Acesso em: 30 dez. 2024.

COSTA, Gabriela Dorneles Ferreira da; MENDER, Katiele Rezer; TANCREDI, Leticia. A reformulação dos eixos da IIRSA. *UFRGSMUN – UFRGS Model United Nations*, v. 3, p. 135-168, 2015.

CROOK, John R. "Ecuador" Suspends Support" for US Andean Trade Promotion and Drug Eradication Act. *The American Journal of International Law*, v. 107, n. 4, p. 935, 2013.

DANTAS JÚNIOR, José Anchieta. *Desenvolvimento econômico e a política industrial do Ceará: o caso da Companhia Siderúrgica do Pecém*. 2010. Dissertação (Mestrado em Gestão Logística) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2010.

DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES – DNIT; UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ – UFPR; INSTITUTO TECNOLÓGICO DE TRANSPORTES E INFRAESTRUTURA – ITTI. Estudo de Viabilidade Técnica, Econômica e Ambiental da Hidrovia do Paraguai. Cuiabá: DNIT; UFPR; ITTI, 2015. Disponível em: https://www.gov.br/ana/pt-br/assuntos/gestao-das-aguas/planos-e-estudos-sobre-rec-hidricos/plano-de-recursos-hidricos-rio-paraguai/grupo-de-acompanhamento/5a-reuniao-do-gap/dnit-e-ufpr_hidrovia-paraguai-anexo3.pdf. Acesso em: 30 dez. 2024.

DORATIOTO, Francisco. *Maldita guerra*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002a.

DORATIOTO, Francisco. *Nova história da Guerra do Paraguai*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002b.

DORATIOTO, Francisco. *O Brasil no Rio da Prata*. 2. ed. Brasília: FUNAG, 2014.

DORFMAN, Adriana. A condição fronteiriça diante da securitização das fronteiras do Brasil. In: NASCIMENTO, D. M.; PORTO, J. L. R. *Fronteiras em perspectiva comparada e temas de defesa da Amazônia*. Belém: EDUFPA, 2013. v. 1. p. 96-124.

DU, Yan; LU, Yi. The great opening up and the roadmap for the future: The story of China's international trade. *China & World Economy*, v. 26, n. 2, p. 68-93, 2018. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/abs/10.1111/cwe.12237>. Acesso em: 30 dez. 2024.

DULCI, Tereza Maria Spyer. *As conferências pan-americanas: identidades, união aduaneira e arbitragem (1889-1928)*. 2008. Dissertação (Mestrado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

DYNA, Eduardo Armando Medina. *O crime produz segurança? Uma análise do dispositivo de proteção, segurança e administração de conflitos do Primeiro Comando da Capital nas periferias paulistas*. 2023. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Estadual Paulista "Júlio De Mesquita Filho", Marília, SP, 2023.

ERBIG, J. A. Entre plazas y tolderías: mapas, nómades y territorialidad en el Río de la Plata, 1700-1805. In: CONGRESO CEISAL, VII, 2013, Porto. Actas del Congreso de CEISAL. Disponível em: <https://www.jeffreyerbig.com/research.html>. Acesso em: 30 dez. 2024.

ESTIGARRIBIA, Antonio de la Cruz. *Ocupação de Uruguiana: diário militar*. 4. ed. [S. l.]: Revista Militar Brasileira, 1965.

EXÉRCITO DIVULGA disque-denúncia para população ajudar contra tráfico de drogas. *Jovem Sul News*, [S. l.], 29 fev. 2024. Disponível em: <https://jovemsulnews.com.br/noticias/exercito-divulga-disque-denuncia-para-populacao-ajudar-contratrafico-de-drogas/>. Acesso em: 30 dez. 2024.

FALTA DE CONTROLES y geografía, dos ingredientes para el uso narco de la hidrovia. *Diário Del Norte*, 17 jan. 2022. Disponível em: <https://www.diarionorte.com/213870-falta-de-controles-y-geografia-dos-ingredientes-para-el-uso-narco-de-la-hidrovia>. Acesso em: 30 dez. 2024.

FERRER, Isabel. Os conflitos envolvendo países vizinhos da América Latina. *El País*, 20 jan. 2014. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2014/01/24/internacional/1390589834_173330.html. Acesso em: 30 dez. 2024.

FLORES PULLET, Natalia. Guatemala: la violencia como tipo de cambio fronterizo. In: Atlas de la Violência en América Latina. San Luis Potosí: Universidad Autónoma de San Luis Potosí, 2018.

FRANCHI, Tássio; MIGON, Eduardo Xavier Ferreira Glaser; VILLARREAL, Roberto Xavier Jiménez. Taxonomy of interstate conflicts: is South America a peaceful region?. *Brazilian Political Science Review*, v. 11, n. 2, p. e0008, 2017.

FREITAS, Vladimir Passos de; OLIVEIRA, Wagner Mesquita de. Segunda leitura: Fusion Center, um passo decisivo no avanço da segurança pública. *Consultor Jurídico*, 5 jan. 2020. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2020-jan-05/segunda-leitura-fusion-center-passo-decisivo-avanco-seguranca-publica/>. Acesso em: 27 dez. 2024.

GAITÁN CRUZ, Sol Alejandra. Estructuras de poder político y electoral. Observatorio de Democracia, Misión de Observación Electoral. In: LÓPEZ HERNÁNDEZ, Claudia (coord.). *Monografía Político Electoral – Departamento de Nariño – 1997 a 2007*. Bogotá: FordFundation, 2009a. Disponível em: https://moe.org.co/home/doc/moe_mre/CD/PDF/narino.pdf. Acesso em: 30 dez. 2024.

GAITÁN CRUZ, Sol Alejandra. Hipótesis de captura del estado. Observatorio de Democracia, Misión de Observación Electoral. In: LÓPEZ HERNÁNDEZ, Claudia (coord.). *Monografía Político Electoral – Departamento de Nariño – 1997 a 2007*. Bogotá: FordFundation, 2009b. Disponível em: https://moe.org.co/home/doc/moe_mre/CD/PDF/narino.pdf. Acesso em: 30 dez. 2024.

GALEANO, Eduardo. *As veias abertas da América Latina*. 3. reimp. Porto Alegre: L&PM Editores, 2013.

GALERANI, Kleber Antonio. Política Externa do governo Juscelino Kubitschek: a Operação Pan-Americana. *Revista InterAção*, v. 1, n. 1, p. 104-113, 2010.

GARCÍA PÉREZ, Juan. Conflictos territoriales y luchas fronterizas en América Latina durante los siglos XIX y XX. *Norba Revista de História*, México, v. 18, p. 215-241, 2005. Disponível em: https://dehesa.unex.es/bitstream/10662/10184/1/0213-375X_18_215.pdf. Acesso em: 30 dez. 2024.

GAY, João Pedro. *Invasão paraguaia na fronteira brasileira do Uruguai*. Publicado em 1867. Versão comentada e editada pelo Major Sousa Docca. Brasília: Senado Federal, Conselho

Editorial, Edições do Senado Federal, 2014. v. 177. Disponível em:

https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/573550/001035179_Invasao_paraguaia_frenteira.pdf. Acesso em: 30 dez. 2024.

GENEVA WATER HUB. *Hydropolitics*. 2019. Disponível em:

https://www.genevawaterhub.org/sites/default/files/atoms/files/2019.11.27_biblio_hydropolitics_en.pdf. Acesso em: 30 dez. 2024.

GERHARDT, Marcos. *História ambiental da erva mate*. 2013. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2013. Disponível em: <https://www.gerhardt.pro.br/doc/historia-ambiental-erva-mate.pdf>. Acesso em: 18 dez. 2024.

GLO EM PORTOS e aeroportos é prorrogada pelo presidente Lula por 30 dias. *Governo do Brasil Notícias*, Brasília, 6 maio 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/portos-e-aeroportos/pt-br/assuntos/noticias/2024/05/glo-em-portos-e-aeroportos-e-prorrogada-pelo-presidente-lula-por-30-dias>. Acesso em: 30 dez. 2024.

GLOBAL WITNESS. *Una década de resistencia*. Diez años informando sobre el activismo por la tierra y el medio ambiente alrededor del mundo. Inglaterra: Global Witness, 2022.

Disponível em:

https://www.globalwitness.org/documents/20426/Decade_of_Defiance_Defenders_Report_SPA_-_September_2022.pdf. Acesso em: 30 dez. 2024.

GOMES, Nancy Elena Ferreira. A Grande Colômbia: política externa e desintegração regional. *Janus.Net: e-Journal of International Relations*, v. 14, n. 2, p. 21-37, 2024.

GÓMEZ-QUINTERO, Juliana; CHAINEY, Spencer; BORRION, Hervé. A Method for Organized Crime Harm Assessment: Connecting Associated Crimes. *Journal of Crime Analysis*, 2022.

GOOGLE EARTH. *Canal Tamengo*. 2024a. 1 mapa, color. Disponível em:

<https://www.google.com/maps/place/Canal+Tamengo/@-18.9999791,-57.7102998,2892m/data=!3m2!1e3!4b1!4m6!3m5!1s0x9387a122d70e2b15:0x78b6e0ac7300>

[a693!8m2!3d-19!4d-57.7!16s%2Fg%2F1224z7cd?authuser=0&entry=tu&g_ep=EgoyMDI0MDgyNy4wIKXMDSoASAFQAw%3D%3D](https://www.google.com/maps/search/Vuelta+Queso+rio+Paraguai/@-20.9448651,-57.716s%2Fg%2F1224z7cd?authuser=0&entry=tu&g_ep=EgoyMDI0MDgyNy4wIKXMDSoASAFQAw%3D%3D). Acesso em: 23 dez. 2024.

GOOGLE EARTH. *Vuelta Queso, rio Paraguai*. 2024b. 1 mapa, color. Disponível em: https://www.google.com/maps/search/Vuelta+Queso+rio+Paraguai/@-20.9448651,-57.851704,5771m/data=!3m1!1e3?authuser=0&entry=tu&g_ep=EgoyMDI0MDgyNy4wIKXMDSoASAFQAw%3D%3D. Acesso em: 23 dez. 2024.

GOUVÊA, Maria de Fátima Silva. Revolução e independências: notas sobre o conceito e os processos revolucionários na América Espanhola. *Revista Estudos Históricos*, v. 10, n. 20, p. 275-294, 1997.

GRAYSON, George W. *Mexico: Narco-violence and a failed state?* New Jersey: Transaction Publishers, 2011.

GUERRA, François-Xavier. A nação na América espanhola: a questão das origens. *Revista Maracanan*, v. 1, n. 1, p. 09-30, 1999.

HECKMAN, James. The Heckman Equation. Heckman: The Economics of Human Potential, 2017. Disponível em: <https://heckmanequation.org/resource/a-equacao-heckman/>

HECKMAN, James J.; GARCÍA, Jorge Luis; ZIFF, Anna L. Early childhood education and crime. *Infant mental health journal*, 2019, vol. 40, no 1, p. 141-151.

HEMING, Li; WALEY, Paul; REES, Phil. Reservoir resettlement in China: past experience and the Three Gorges Dam. *Geographical Journal*, v. 167, n. 3, p. 195-212, 2001.

HERNÁNDEZ, Anabel. Brasil, campeão em consumo de cocaína e em violência. *DW*, 26 ago. 2019. Disponível em: <https://www.dw.com/pt-br/brasil-campe%C3%A3o-em-consumo-de-coca%C3%ADna-e-em-viol%C3%Aancia/a-50172622#:~:text=A%20explica%C3%A7%C3%A3o%20dos%20funcion%C3%A1rios%20da,de%2058%20a%20180%20d%C3%B3lares>. Acesso em: 27 dez. 2024.

HERNÁNDEZ ORTIZ, Esteban. *La narcoeconomía en la Sierra de Guerrero: 1965-2018*. 2019. Dissertação (Mestrado) – Universidad Autónoma de Guerrero, México, 2019.

HILSDORF, Carlos. O que é benchmarking? *Portal Administradores Negócios Digitais*, João Pessoa, 13 set. 2010. Disponível em: <https://www.administradores.com.br/artigos/o-que-e-benchmarking>. Acesso em: 27 dez. 2024.

HOUGH, Phillip A. Disarticulations and commodity chains: cattle, coca, and capital accumulation along Colombia's agricultural frontier. *Environment and Planning A*, v. 43, n. 5, p. 1016-1034, 2011.

IBGE. Brasil: uma geografia da desigualdade. Brasília, 2024. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=449556>. Acesso em: 30 dez. 2024.

INDEPAZ – Instituto de estudios para el desarrollo y la paz. *Informe especial Cauca – Nariño. Crisis de seguridad en el posacuerdo*. 2019. Disponível em: <http://www.indepaz.org.co/informe-especial-cauca-narino-crisis-de-seguridad-en-el-posacuerdo/>. Acesso em: 18 dez. 2024.

ÍNDICE de Desenvolvimento Humano (IDH): mede nível de qualidade de vida. *UOL Educação*, c1996-2024. Disponível em: <https://educacao.uol.com.br/disciplinas/geografia/indice-de-desenvolvimento-humano-idh-mede-nivel-de-qualidade-de-vida.htm#:~:text=A%20educa%C3%A7%C3%A3o%20%C3%A9%20avaliada%20a,expectativa%20de%20vida%20ao%20nascer>. Acesso em: 19 dez. 2024.

INVESTOPEDIA. *What Is a Commodity?* 2020. Disponível: <https://www.investopedia.com/terms/c/commodity.asp>. Acesso em: 18 dez. 2024.

ITAIPU BINACIONAL. *Itaipu completa 45 anos unindo ainda mais brasileiros e paraguaios*. 2019. Disponível em: <https://www.itaipu.gov.br/sala-de-imprensa/noticia/itaipu-completa-45-anos-unindo-ainda-mais-brasileiros-e-paraguaios>. Acesso em: 18 dez. 2024.

ITAIPU BINACIONAL. *Nossa História*. [S. d.]. Disponível em: <https://www.itaipu.gov.br/nossahistoria>. Acesso em: 18 dez. 2024.

ITAIPU. *A Bacia do rio Paraná*. 2024. Disponível em: <https://www.itaipu.gov.br/energia/bacia-do-rio-parana>. Acesso em: 18 dez. 2024.

ITAIPU Binacional. *Com recursos da Itaipu, nova sede do Batalhão de Fronteira de Guaira é inaugurada*. 7 jun. 2024. Disponível em: <https://www.itaipu.gov.br/sala-de-imprensa/noticia/com-recursos-da-itaipu-nova-sede-do-batalhao-de-fronteira-de-guaira-e-inaug>. Acesso em: 30 dez. 2024.

KANT, Immanuel. *Toward perpetual peace*. En *Theories of federalism: A reader*. New York: Palgrave Macmillan US, 1795. p. 87-99.

KEOHANE, Robert O.; NYE, Joseph S. *Power and Interdependence*. 4th ed. Wiesbaden: VS Verl. für Sozialwiss, 2012.

KHANNA, Parag. *Connectography: mapping the future of global civilization*. New York: Random House, 2016.

KOHLER, Guilherme. *Guerra do Paraguai: causas, principais fatos e consequências*. *Politize!*, 26 set. 2019. Disponível em: <https://www.politize.com.br/guerra-do-paraguai/>. Acesso em: 26 dez. 2024.

LA FISCALÍA reconstruye los hechos del feminicidio de la ambientalista Juana Perea. *Infobae*, 08 fev. 2021. Disponível em: <https://www.infobae.com/america/colombia/2021/02/08/la-fiscalia-reconstruye-los-hechos-del-feminicidio-de-la-ambientalista-juana-perea/>. Acesso em: 27 dez. 2024.

LAGO, Tatiana Ribeiro; ALMEIDA, Odilza Lines de. O tráfico de drogas como modalidade de crime organizado transnacional e as políticas sobre drogas no Brasil. *Cadernos de Dereito Actual*, n. 6, p. 75-91, 2017.

LAMARLIÈRE, Isabelle Gêneau de; STASZAK, Jean-François. *Principes de géographie économique*. Paris: Editions Bréal, 2000.

LA UNIÓN Europea urge a Colombia a proteger líderes ambientales y sociales. *El Espectador*, 12 jan. 2021. Disponível em: https://www.elspectador.com/noticias/medio-ambiente/la-union-europea-urge-a-colombia-proteger-lideres-ambientales-y-sociales/?utm_campaign=later-linkinbio-elspectador&utm_content=later-13495009&utm_medium=social&utm_source=instagram. Acesso em: 18 dez. 2024.

LESSING, Benjamin. *Making peace in drug wars: crackdowns and cartels in Latin America*. Cambridge: Cambridge University Press, 2017.

LEVY, J. S. Case Studies: Types, Designs, and Logics of Inference. *Conflict Management and Peace Science*, v. 25, n. 1, p. 1–18, 2008.

LLORENTE, María Victoria; GARZÓN, Juan Carlos. *O Que Fazer com o ELN? – Opções perante a uma derrota militar longínqua e um diálogo improvável*. Bogotá: FIP – Fundação Ideia para a Paz, 2020. Disponível em: http://ideaspaz.org/media/website/FIP_NE_QuehacerELN_Final.pdf. Acesso em: 30 dez. 2024.

MACIAS, Amanda; KELLEY, Michael B. These maps show the world's hard drug trade in remarkable detail. *The Journal*, 22 fev. 2015. Disponível em: <https://www.thejournal.ie/drug-trade-map-1949981-Feb2015/>. Acesso em: 18 dez. 2024.

MAESTRI, Mário. O singular relato do cônego João Pedro Gay sobre a Invasão Paraguaia da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul. *Revista Estudios Historicos*, p. 291-331, 2012.

MAGNO, Bruno; IVES, Diogo; FEDDERSEN, Gustavo. Semelhanças e Diferenças entre a Operação Pan-Americana e a Aliança para o Progresso. *Revista Perspectiva*, p. 121-139, 2014. Disponível em: https://www.academia.edu/download/55606038/2014_OPA_e_AlPro_MAGNO_et_al_2014_Perspectiva.pdf. Acesso em: 29 dez. 2024.

MAGNOLI, Demétrio. O Estado em busca do seu Território. *Terra Brasilis Online*, 5 nov. 2012. Disponível em: <http://terrabilis.revues.org/343>. Acesso em: 29 dez. 2024.

MARTÍN RODRIGUEZ, Andrés. *Integración regional y transporte fluvial*. 2018. Disponível em: <https://www.linkedin.com/pulse/integraci%C3%B3n-regional-y-transporte-fluvial-andr%C3%A9s-mart%C3%ADn-rodriguez/>. Acesso em: 29 dez. 2024.

MARTÍNEZ, Julián. Ecuador: violencia en fronteras ilegales. In: Atlas de la Violência en América Latina. San Luis Potosí: Universidad Autónoma de San Luis Potosí, 2018.

MAXWELL, Joseph A.; MILLER, Barbara A. Categorizing and connecting strategies in qualitative data analysis. In: HESSE-BIBER, S.; LEAVY, P. (ed.). *Handbook of emergent methods*. New York: The Guilford Press, 2008. p. 461-477.

MEDEIROS FILHO, Oscar. *Entre a cooperação e a dissuasão: políticas de defesa e percepções militares na América do Sul*. 2010. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

MELO, Arthur do Prado. *A internacionalização do Primeiro Comando da Capital e sua presença na Tríplice Fronteira entre Brasil, Colômbia e Peru*. 2021. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Relações Internacionais) – Instituto de Economia e Relações Internacionais, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2021.

MERCOSUL. *Temas abordados pelo MERCOSUL*. c1991-2024. Disponível em: <https://www.mercosur.int/pt-br/quem-somos/em-poucas-palavras/>. Acesso em: 30 dez. 2024.

MERCOSUL. *Tratado de Assunção para a Constituição de um Mercado Comum entre a República Argentina, a República Federativa do Brasil, a República do Paraguai e a República Oriental do Uruguai*. Mercosul, 1991. Disponível em: <https://www.mercosur.int/documento/tratado-de-assuncao/>. Acesso em: 30 dez. 2024.

MERCOSUL. *Protocolo de Ouro Preto sobre la Estructura Institucional del Mercosur*.

Mercosul, 1994. Disponível em: <https://www.mercosur.int/documento/protocolo-ouro-preto-adicional-tratado-asuncion-estructura-institucional-mercotur/>. Acesso em: 30 dez. 2024.

MILHOMENS, Paulo. Venezuela versus Guiana: breves considerações sobre um litígio sul-americano. *Contribuciones a las ciencias sociales*, v. 17, n. 9, p. e10196-e10196, 2024.

Disponível em: <https://ojs.revistacontribuciones.com/ojs/index.php/clcs/article/view/10196>.

Acesso em: 27 dez. 2024.

MING, Cameron. Zero Coca, Zero Culture: Bolivia's Struggle to Balance Cultural Identity and the Need for Economic Stability in the Midst of the Expiring Andean Trade Promotion and Drug Eradication Act. *Tulsa J. Comp. & Int'l L.*, v. 14, p. 375, 2006.

MINISTROS Simone Tebet e Waldez Góes visitam ponte binacional que ligará Brasil ao Paraguai. *Agência gov.*, 19 mar. 2024. Disponível em:

<https://agenciagov.ebc.com.br/noticias/202403/ministros-simone-tebet-e-waldez-goes-visitam-ponte-binacional-que-ligara-brasil-ao-paraguai>. Acesso em: 27 dez. 2024.

MIRANDA, Jorge Babot. *Amazônia: área cobiçada*. Porto Alegre: Editora AGE Ltda, 2005.

MIRANDA NETO, Manoel José de. *A utopia possível: missões jesuíticas em Guairá, Itatim e Tape, 1609-1767, e seu suporte econômico-ecológico*. Brasília: FUNAG, 2012.

MITRE, BARTOLOMÉ. *Guerra del Paraguay: memoria militar sobre el estado de la guerra con el Paraguay en 1867, y sobre los planes de campaña y operaciones a ejecutar, demostrando la probabilidad de forzar el Paso de Humaitá*. Buenos Aires: Imprenta de La Nación, 1903.

MITRE, Bartolomé; SOLANO LÓPEZ, Francisco; URQUIZA, Justo José de. *La guerra del Paraguai*. Buenos Aires: Imprenta de La Nación, 1911.

MORTON, Adam David. The War on Drugs in Mexico: a failed state?. *Third World Quarterly*, v. 33, n. 9, p. 1631-1645, 2012.

MOURÃO, Leila. *Memória da indústria paraense*. Belém: Federação das Indústrias do Estado do Pará, 1989.

MRE. NOTA A LA PRENSA N. 24. Declaración Conjunta con motivo de la Visita Oficial a la República Argentina del Presidente de la República Federativa del Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva. *Governo do Brasil, Serviços*, 23 jan. 2023. Disponível em: https://www.gov.br/mre/es/canales_servicio/prensa/notas-a-la-prensa/declaracion-conjunta-com-motivo-de-la-visita-oficial-a-la-republica-argentina-del-presidente-de-la-republica-federativa-del-brasil-luiz-inacio-lula-da-silva. Acesso em: 26 dez. 2024.

NASSAR, Pedro Ruiz Barbosa. *Guerra da tríplice aliança no jornal el centinela (1867): ambiente, corpo e cuidados prestados aos acometidos*. 2013. Dissertação (Mestrado em Enfermagem) – Centro de Ciências Biológicas e da Saúde, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.

NIEVA, Leonardo. Extraditan a Brasil a miembro de "Bala na Cara" del Primer Comando Capital. *Perfil*, 17 jan. 2024. Disponível em: <https://www.perfil.com/noticias/sociedad/extraditan-brasil-miembro-bala-na-cara-primer-comando-capital-Reinicke.phtml>. Acesso em: 30 dez. 2024.

NORIEGA, Roger F. *Organized Crime in the Americas: A Call to Action*. Washington, D.C.: American Enterprise Institute, 2015.

NORIEGA, Roger F. *Organized Crime in Latin America: Challenges and Policy Solutions*. AEI Press, 2016.

NUÑEZ, Magda Paola. Contexto de violencia y conflicto armado. Observatorio de Conflicto Armado, Corporación Nuevo Arco Iris. In: LÓPEZ HERNÁNDEZ, Claudia (coord.). *Monografía Político Electoral – Departamento de Nariño – 1997 a 2007*. Bogotá: FordFundation, 2009. Disponível em: https://moe.org.co/home/doc/moe_mre/CD/PDF/narino.pdf. Acesso em: 18 dez. 2024.

O'CONNOR, Francis; MEER, Jakob. The M-19's ideological Sancocho: the reconciliation of socialism and Colombian nationalism. *Small Wars & Insurgencies*, v. 32, n. 1, p. 127-151, 2021.

OECD. *Global Value Chain*. 2015. Disponível em: <https://www.oecd.org/sti/ind/global-value-chains.htm>. Acesso em: 18 dez. 2024.

OLIVEIRA, Giovanni França; KRÜGER, Caroline. As relações de reciprocidade e dívidas morais entre o presídio e a rua: A expansão e transnacionalização do Primeiro Comando da Capital (PCC) na fronteira Brasil-Bolívia. *Dilemas-Revista de Estudos de Conflito e controle social*, v. 11, n. 1, p. 28-52, 2018. Disponível em: <https://www.redalyc.org/journal/5638/563866278002/563866278002.pdf>. Acesso em: 18 dez. 2024.

OLIVEIRA, Patrícia Gonçalves de. *As razões pelas quais o sucesso da IIRSA importa para o campo da segurança, defesa e desenvolvimento nacionais*. 2020. Monografia (Especialização) – Altos Estudos em Defesa, Escola Superior de Guerra, Brasília, 2020.

OLIVEIRA, Vanessa Silva. Terrorismo na América Latina. *Revista Jurídica Online*, v. 1, p. 1-12, 2007.

OLIVEIRA, Vitor Wagner Neto de. *Entre o Prata e Mato Grosso: uma viagem pelo mundo do trabalho marítimo de 1910 a 1930*. 2006. Tese (doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, 2006.

ONU. *Precursores y sustancias químicas frecuentemente utilizados para la fabricación ilícita de estupefacientes y sustancias sicotrópicas 2019*. Report of the International Narcotics Control Board for 2019 on the Implementation of. UN, 2019. Disponível em: <https://shop.un.org/es/series/precursores-y-sustancias-qu-micas-frecuentemente-utilizados-para-la-fabricaci-n-il-cita-de>. Acesso em: 18 dez. 2024.

OZCELIK, Asli. The Challenges of Legalized Peacemaking: The Case of the 2012–16 Peace Negotiations in Colombia. In: TURNER, C.; WÄHLISCH, M. (eds.). *Rethinking Peace Mediation*. Bristol: Bristol University Press, 2021. p. 93-112.

PALMAR, Alexandre. Policiais brasileiros e paraguaios fecham o cerco a fugitivos na fronteira. *H2FOZ*, Foz do Iguaçu, 24 ago. 2018. Disponível em: <https://www.h2foz.com.br/reportagem-especial/policiais-brasileiros-e-paraguaios-fecham-o-cerco-a-fugitivos-na-fronteira/>. Acesso em: 30 dez. 2024.

PALO JR., Haroldo. *Foto Corixos no Pantanal*. Mato Grosso, Brasil. 2024. Disponível em: www.haroldopalojr.wordpress.com. Acesso em: 30 dez. 2024.

PARAGUAI. *Decreto n.º 24.634, de 28 de janeiro de 1957*. Disponível em: <https://docs.Paraguay.justia.com/nacionales/decretos/decreto-24634-jan-28-1957.doc>. Acesso em: 30 dez. 2024.

PARAGUAI. *SUMAR – Plan De Acción Contra El Abuso De Drogas*. Gobierno de Paraguay, 2023. Disponível em: https://sumar.gobiernodelparaguay.gov.py/img/sumarV-A_.pdf. Acesso em: 30 dez. 2024.

PARANÁ. *Lei 16138 - 01 de Julho de 2009*. Dispõe que o efetivo da Polícia Militar do Paraná fica fixado em 21.880 militares estaduais e adota outras providências. Curitiba, PR: Palácio do Governo, 2009. Disponível em: <https://www.legislacao.pr.gov.br/legislacao/listarAtosAno.do?action=exibirImpressao&codAtor=45660>. Acesso em: 30 dez. 2024.

PARCIANELLO, Neri Antonio. Os impactos das operações realizadas pela Receita Federal na fronteira de Foz do Iguaçu. 2022. Disponível em: <http://www.idesf.org.br/wp-content/uploads/2025/03/TCC-NERI-REVISADO-EM-JULHO-2023.pdf>

PASTEN, Max. *Situación actual y proyección hidrológica del río Paraguai*. Subdirección de Hidrología Dirección de Meteorología e Hidrología – DINAC: Asunción, Paraguay, 2023. Disponível em: https://sisa.crc-sas.org/wp-content/uploads/2023/12/Dia_1_P13_MaxPasten2023BA_ok.pdf. Acesso em: 30 dez. 2024.

PECEQUILO, Cristina Soreanu; CARMO, Corival Alves. *O Brasil e a América do Sul*. Rio de Janeiro: Alta books, 2015.

PIMENTA, Gabriel Fernandes. O cone sul no sesquicentenário da guerra do Paraguai: uma conjuntura comparada. *Conjuntura internacional*, v. 11, n. 3, p. 91-98, 2014.

PIMENTEL, Ary. Funk proibido, redes de microtráfico y territorio. Discurso normatizador y construcciones identitarias en la música de favelas. *In*: WINTER, Juan Duchesne;

PONTE Tancredo Neves completa 20 anos na terça. *H2FOZ*, Foz do Iguaçu, 2005.

Disponível em: <https://www.h2foz.com.br/noticia/ponte-tancredo-neves-completa-20-anos-na-terca-9632/>. Acesso em: 26 dez. 2024.

PRADO, Maria Ligia Coelho. Esperança radical e desencanto conservador na Independência da América Espanhola. *História*, São Paulo, v. 22, n. 2, p. 15-34, 2003.

PROCÓPIO FILHO, Argemiro; VAZ, Alcides Costa. O Brasil no contexto do narcotráfico internacional. *Revista Brasileira de Política Internacional*, v. 40, n. 1, p. 75-122, 1997.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO – PNUD. *O que é o IDH*. [S. l.]: PNUD, c2024. Disponível em: <https://www.undp.org/pt/brazil/o-que-e-o-idh>. Acesso em: 27 dez. 2024.

PUCARA. Pucará Defensa. 2024. Disponível em: <https://www.pucara.org/post/operaci%C3%B3n-%C3%A1gata-fronteira-oeste-ii-brasil-y-Paraguai-en-la-lucha-contra-el-crimen-transnacional>. Acesso em: 30 dez. 2024.

QUEIROZ, Fábio Albergaria de. *Hidropolítica e segurança: as bacias platina e amazônica em perspectiva comparada*. 2011. Tese (Doutorado em Relações Internacionais) – Instituto de Relações Internacionais, Universidade de Brasília, Brasília, 2011.

QUIEN FUE Jorge Raffat? *ABC Noticias*, Asunción, Paraguay, 15 jun. 2016. Disponível em: <https://www.abc.com.py/nacionales/quien-fue-jorge-rafaat-1489970.html>. Acesso em: 16 dez. 2024.

REBAUDI, Arturo. *Guerra del Paraguai: la conspiración contra SE el presidente de la República, mariscal Don Francisco Solano López*. Buenos Aires: Imprenta Constancia, 1917.

RECEITA FEDERAL. Dados Abertos. 2005a. Disponível em: <https://dados.gov.br/dados/conjuntos-dados/destinacoes-de-mercadorias-apreendidas>. Acesso em: 30 dez. 2024.

RECEITA FEDERAL. *Contrabando*: Operação Comboio Nacional já apreendeu 100 ônibus. 17 jun. 2005b. Disponível em: <https://www.gov.br/receitafederal/pt-br/assuntos/noticias/2005/junho/contrabando-operacao-comboio-nacional-ja-apreendeu-100-onibus>. Acesso em: 30 dez. 2024.

REMPM. Reunión Especializada de Ministerios Públicos del Mercosur. c2017. Disponível em: <https://www.rempm.org/rempm.php>. Acesso em: 30 dez. 2024.

REZENDE, Tadeu V. Freitas. *A conquista e a ocupação da Amazônia brasileira no período colonial: a definição das fronteiras*. 2006. Tese (Doutorado em História) – FFLCH, USP, São Paulo, 2006.

RIBEIRO, Fernando. Geopolítica da Guerra da Tríplice Aliança. *Velho General*, 3 jul. 2020. Disponível em: <https://velhogeneral.com.br/2020/07/03/geopolitica-da-guerra-da-triplice-alianca/>. Acesso em: 26 dez. 2024.

RIBEIRO, Gustavo Lins. *Transnational Capitalism and Hydropolitics in Argentina: the Yacyretá High Dam*. Gainesville: University of Florida Press, 1994.

RIBEIRO, Vitor Hugo; CASSULI, Danieli Cristina; FRASSÃO, Adair José Frasson. *Território e conflito*: breve histórico sobre a implantação da usina hidroelétrica Itaipu binacional e seus reflexos na produção do espaço. XIII Jornada do Trabalho, A irreformabilidade do capital e os conflitos territoriais no limiar do século XXI. Os novos desafios da Geografia do Trabalho, p. 09–12, October 2012, 2012.

RIBEIRO, W. C. Globalização e geografia em Milton Santos. In: El ciudadano, la globalización y la geografía. Homenaje a Milton Santos. Scripta Nova. *Revista electrónica de*

geografía y ciencias sociales, Universidad de Barcelona, v. VI, n. 124, 30 de septiembre de 2002. Disponível em: <http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-124.htm>. Acesso em: 27 dez. 2024.

RINCÓN, Liliana; HENRÍQUEZ, Alexis. El Salvador: el país más violento de América Latina. In: Atlas de la Violencia en América Latina. San Luis Potosí: Universidad Autónoma de San Luis Potosí, 2018.

RÍOS ÁVILA, Rubén. *Cosmografías sutiles del Caribe y Latinoamérica*. Barranquilla, Colombia: Sello Editorial Universidad del Atlántico, 2017. Disponível em: <http://52.4.66.61/bitstream/handle/20.500.12834/1048/admin%2C%2BCOSMOGRAFIAS%2BSUTILES%2BDEL%2BCARIBE%2BY%2BLATINOAMERICA%2B%28FINAL%29.pdf?sequence=1&isAllowed=y#page=78>. Acesso em: 18 dez. 2024.

RIOS VIVOS. [S. l.], c2024. Disponível em: <https://www.riosvivos.org/>. Acesso em: 27 dez. 2024.

RODRIGUES, B. S. *Geopolítica, recursos naturais, América do Sul*. 2015. Dissertação (Mestrado em Economia Política Internacional) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.

RODRIGUES, Bernardo Salgado. Geopolítica dos recursos naturais estratégicos na América do Sul. *Perspectivas*, São Paulo, v. 45, p. 63-87, 2015.

ROLLER, Heather F. *Amazonian routes: indigenous mobility and colonial communities in northern Brazil*. Stanford: Stanford University Press, 2013.

SAEGER, James Schofield. *Francisco Solano López and the ruination of Paraguai: Honor and egocentrism*. Lanham, Maryland: Rowman & Littlefield Publishers, 2007.

SALMERÓN SILVA, Renée Lucía. Nicaragua: ¿muro de contención para el crimen en la región Centroamericana? In: Atlas de la Violência en América Latina. San Luis Potosí: Universidad Autónoma de San Luis Potosí, 2018.

SANTOS, Renata Pavão dos. O Primeiro Comando da Capital como uma questão de segurança internacional. *Revista Hoplos*, v. 5, n. 9, p. 92-108, 2021. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/hoplos/article/view/43098>. Acesso em: 18 dez. 2024.

SCHULZ, Michael. *Turkey, Syria and Iraq: A hydropolitical security complex*. Hydropolitics: Conflicts over water as a development constraint. London: Zed Books, 1995, p. 91-122.

SCHWAB, Klaus (ed.). *The Global Competitiveness Report 2015*. Geneva, Switzerland: World Economic Forum, 2015. Disponível em: https://www3.weforum.org/docs/gcr/2015-2016/Global_Competitiveness_Report_2015-2016.pdf. Acesso em: 18 dez. 2024.

SCHWAB, Klaus (ed.). *The Global Competitiveness Report 2019*. Geneva, Switzerland: World Economic Forum, 2019. Disponível em: https://www3.weforum.org/docs/WEF_TheGlobalCompetitivenessReport2019.pdf. Acesso em: 12 dez. 2024.

SENHORAS, Eloi Martins; MOREIRA, F.; VITTE, Claudete de Castro S. *A agenda exploratória de recursos naturais na América do Sul: da empiria à teorização geoestratégica de assimetrias nas relações internacionais*. 12º Encuentro de Geógrafos de América Latina-caminando en una América Latina en transformación. Montevideo, Uruguai, 2009, p. 7-9. Disponível em: <http://observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal12/Geografiasocioeconomica/Geopolitica/16.pdf>. Acesso em: 18 dez. 2024.

SEVCENKO, Nicolau. O front brasileiro na guerra verde: vegetais, colonialismo e cultura. *Revista USP*, São Paulo, n. 30, p. 108-119, 1996.

SILVA, Henry Iure de Paiva; TEIXEIRA JÚNIOR, Augusto WM. *Securitized Referent Objects in Brazilian Defence Documents: Natural Resources, Critical Infrastructure and Energy Security*. Contexto Internacional, 2021, vol. 43, p. 77-98. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cint/a/wTK5tcMYBMkNB6fS8gbgFKC/?format=pdf&lang=en>. Acesso em: 18 dez. 2024.

SOLANO LÓPEZ, Gabriel; SOLANO LÓPEZ, Francisco. *La guerra del Paraguay*. Facultad de Filosofía y Letras, UBA, 2010.

SOLÍS DELGADILLO, Juan Mario; MORICONI BEZERRA, Marcelo (Coords.). *Atlas de la Violencia en América Latina*. San Luis Potosí: Universidad Autónoma de San Luis Potosí, 2018.

SOUZA, Márcio. *Breve história da Amazônia*. Rio de Janeiro: Ed. Agir, 2001.

SPOHR, Alexandre P.; ANDRIOTTI, Luiza S. A construção do papel regional do Brasil: uma análise do período Rio Branco. *Revista de Iniciação Científica*, UFPB, 2016. Disponível em: <http://www.ccsa.ufpb.br/dri/contents/menu/dri-1/ricri/revista-de-iniciacao-cientifica-em-relacoes-internacionais>. Acesso em: 18 dez. 2024.

SUSNIK, Branislava. *Os aborígenes del Paraguai*. Etnohistoria de los Guaraníes. Assunção: Museo Etnográfico "Andrés Bello", 1982.

TAMAYO GOMEZ, Camilo. Organised Crime Governance in Times of Pandemic: The Impact of COVID-19 on Gangs and Drug Cartels in Colombia and Mexico. *Bulletin of Latin American Research*, v. 39, p. 12-15, 2020.

TAUNAY, Alfredo d'Escagnolle. *A retirada da Laguna*: episódio da Guerra do Paraguai. Tradução de Benjamin Franklin Ramiz Galvão. Brasília: Senado Federal, 2011.

THÉRY, Hervé; VELUT, Sébastien. Élisée Reclus e a Guerra do Paraguai. *Revista franco-brasileira de geografia*, n. 24, 2015. Disponível em: <https://journals.openedition.org/confins/10379>. Acesso em: 18 dez. 2024.

TORRADO, Santiago. Última guerrilha da Colômbia desafia o Governo com uma “greve armada”. *El País*, 14 fev. 2020. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/internacional/2020-02-14/ultima-guerrilha-da-colombia-lanca-um-novo-desafio-com-uma-greve-armada.html>. Acesso em: 18 dez. 2024.

TORRICO, Mario. Bolivia: incremento sostenido de los crímenes más violentos. In: Atlas de la Violência en América Latina. San Luis Potosí: Universidad Autónoma de San Luis Potosí, 2018.

TRANSBOUNDARY WATERS. *International River Basins of South America*. Oregon: Oregon State University, 2018. Disponível em: <https://transboundarywaters.science.oregonstate.edu/content/international-river-basins-south-america-2018>. Acesso em: 18 dez. 2024.

TRANSPARENCY INTERNATIONAL. *Corruption Perceptions Index*. [S. l.]: Transparency, 2024. Disponível em: https://www.transparency.org/en/cpi/2023?gad_source=1&gclid=Cj0KCQjw8pKxBhD_ARIsAPrG45nfIBUkid8UFZ4IRWKIdS9XBsMIrchX88E6jpg7FF9wUJP-44sxyUUaAswyEALw_wcB. Acesso em: 12 dez. 2024.

TRANSPARENCY INTERNATIONAL. *Corruption Perceptions Index*. 2024. Disponível em: https://www.transparency.org/en/cpi/2023?gad_source=1&gclid=Cj0KCQjw8pKxBhD_ARIsAPrG45nfIBUkid8UFZ4IRWKIdS9XBsMIrchX88E6jpg7FF9wUJP-44sxyUUaAswyEALw_wcB. Acesso em: 23 dez. 2024.

TRISTANT, Pedro. Incautaron en Barcelona cuatro toneladas de cocaína en un contenedor que salió de Paraguay y pasó por Uruguay. *Infobae*, Montevideo, 10 set. 2024. Disponível em: <https://www.infobae.com/america/america-latina/2024/09/10/incautaron-en-barcelona-cuatro-toneladas-de-cocaina-en-un-contenedor-que-salio-de-paraguay-y-paso-por-uruguay/>. Acesso em: 19 dez. 2024.

TRISTANT, Pedro. Portugal incautó más de tres toneladas de cocaína en contenedor de soja que partió de Paraguay y pasó por Montevideo. *Infobae*, Montevideo, 4 set. 2024. Disponível em: <https://www.infobae.com/america/america-latina/2024/09/04/portugal-incauto-mas-de-tres-toneladas-de-cocaina-en-contenedor-de-soja-que-partio-de-paraguay-y-paso-por-montevideo/>. Acesso em: 20 dez. 2024.

UNITED STATES. *Public Papers of the Presidents of the United States: George H. W. Bush (1991, Book I)*. Washington, D.C.: U.S. Government Publishing Office, 1991. p. 177-178.

Disponível em: <https://www.govinfo.gov/content/pkg/PPP-1991-book1/html/PPP-1991-book1-doc-pg177.htm>. Acesso em: 22 dez. 2024.

UFPR ITTI. UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ INSTITUTO TECNOLÓGICO DE TRANSPORTES E INFRAESTRUTURA. Diagnóstico da Infraestrutura da Hidrovia Paraguai-Paraná e Base de dados georreferenciada. 2017. Disponível em: <https://itti.org.br/wp-content/uploads/2018/Relatorios/ANTAQ/Produto-2-diagnostico-da-infraestrutura-da-hidrovia-paraguai-parana-e-base-de-dados-georreferenciada-PROTEGIDO.pdf>

URIBE, Simón; OTERO-BAHAMÓN, Silvia; PEÑARANDA, Isabel. Hacer el estado: carreteras, conflicto y órdenes locales en los territorios de las FARC. *Revista de Estudios Sociales*, n. 75, p. 87-100, 2021.

USTR. UNITED STATES TRADE REPRESENTATIVE. ATPA – *Andean Trade Preference Act*. [S. l.], [20--], Disponível em: https://ustr.gov/archive/Trade_Development/Preference_Programs/ATPA/Section_Index.html. Acesso em: 30 dez. 2024.

VAN RIPER, Stephen K. *Tackling Africa's First Narco-State: Guinea-Bissau in West Africa*. Pennsylvania: Peacekeeping and Stability Operations Institute (PKSOI), 2014.

VAZ, Alcides Costa. *Cooperação, integração e processo negociador: a construção do Mercosul*. Brasília: Ibri, 2002.

VELÁZQUEZ, Marcos. Recapturaron a "Matrix", el narco asesino brasileño que ya se había fugado de la policía argentina y Paraguaia. "Frío, sanguinario y experto escapista". Así describen en la Justicia Paraguaia a Thiago Ximenes, uno de los capos del Primer Comando Capital. *Infobae*, 8 mar. 2019. Disponível em: <https://www.infobae.com/america/america-latina/2019/03/08/recapturaron-a-matrix-el-narco-asesino-brasileno-que-ya-se-habia-fugado-de-la-policia-argentina-y-Paraguaia/>. Acesso em: 12 dez. 2024.

VIANA, André Rego; BARROS, Pedro Silva; CALIXTRE, André Bojikian. *Governança global e integração da América do Sul*. Brasília: Ipea, 2011.

https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/livro_governancaglobal.pdf.

Acesso em: 12 dez. 2024.

WHIGHAM, Thomas L. *Road to Armageddon: Paraguai Versus the Triple Alliance, 1866–70*. Calgary: University of Calgary Press, 2017.

WHITNEY, W. T. *et al.* Venezuela pushes back. *Guardian*, Sydney, n. 1805, p. 9, 2017.

WOJCIECHOWSKI, Guilherme. Brasil-Paraguai: acordo combate crime organizado. *H2FOZ*, Foz do Iguaçu, 2023. Disponível em: <https://www.h2foz.com.br/fronteira/brasil-paraguai-acordo-combate-crime-organizado/>. Acesso em: 27 dez. 2024.

YPMA, T. Itaipu, Brazil, against the 'Drieklovendam' (Three Gorges Dam), China. Brazilian hydroelectric power giant has the largest capacity; Itaipu contra de Drieklovendam. *Braziliaanse waterkrachtreus levert grootste vermogen. Energy Magazine*, v. 3, 2008.

ANEXO 1

FIGURAS E TABELAS ADICIONAIS

24	N/A	Porto de Rosario	Grãos e derivados, contêineres	GSA, CG	5,1	PP¹	145.000 m³
25		APG Terminal	Grãos e subprodutos, óleo vegetal	GS, GLA	4,3	TP²	400.000 t
26		Porto Punta Alvear S.A.	Grãos	GSA, GLA	3	TP²	600.000 t
27		Porto Arroyo Seco	Grãos e derivados, subprodutos oleaginosos	GSA, GLA	5,3	PP¹	23.600 t
28		Porto Villa Constitución	Grãos e derivados, minério de ferro, manganês	GSA, GS	5,4	PP¹	256.000 t
29		Porto Acevedo - ACINDAR (Industria Argentina de Aceros)	Aço, minério de ferro	CG	1	TP²	-
30		Porto San Nicolás	Minério, combustíveis, fertilizantes, cereais, produtos siderúrgicos	GS, GL, CG	4,2	PP¹	20.000 t
31		Porto San Pedro	Arroz, frutas cítricas	GSA, CG	5,1	PP¹	120.000 t
32		Porto de Ibicuy	Pasta celulósica	CG	1	PP¹	23.000m³
33		Terminal Portuário del Guazú	Trigo, milho, soja, girassol, arroz e seus derivados	GSA	5	TP²	80.000 t
34	Região Portuária de Zárate	Porto Delta Dock	Grãos e CG	GSA, CG	5,1	TP²	106.000
35		Terminal Las Palmas	Grãos e derivados	GSA	5,1	TP²	130.000 t
36		Terminal VITCO S.A.	Petróleo e derivados	GL	2	TP²	181.000 t
37	N/A	Terminal Zárate S.A.	Automóveis, contêineres	CG	1	TP²	780.000 m³
38		Terminal Multipuerto S.A. – Porto Piapsa	Grãos, veículos, subprodutos oleaginosos, contêineres, combustíveis	CG, GL, GSA, GLA, GS	1, 2, 3, 4, 5	TP²	-
39	Complexo Portuário Campana	Porto Campana	Bobinas de aço, minério de ferro, papel, celulose, frutas, madeiras, petróleo, solventes, óleos e produtos químicos	CG, GL	1, 2	PP¹	-
40		Terminal Siderca	Minério, tubos de aço	GS, CG	4,1	TP²	35.000 m³
41		Terminal Euroamerica	Produtos florestais, siderúrgicos, minério, alimentos congelados	GS, CG	4,1	TP²	120.000 t
42		Terminal Depsa	Produtos siderúrgicos	CG	1	TP²	-
43	Complexo Portuário Campana	Terminal Esso (Axion Energy)	Petróleo e derivados	GL	2	TP²	390.000 t + 12.000 m³
44		Terminal Maripasa – Furlong S.A.	Automóveis	CG	1	TP²	4.000 t
45		Terminal Carboclor	Combustíveis	GL	2	TP²	25.600 t
46		Terminal Rhasa	Hidrocarbonetos, produtos químicos e líquidos em geral	GL	2	TP²	97.000 t
47		Odjfell Terminais Tagsa S.A.	Combustíveis	GL	2	TP²	63.000 t
48	N/A	Porto de Buenos Aires	Contêineres, granéis em geral, veículos, hidrocarbonetos, produtos químicos, líquidos em geral	GSA, GLA, GL, CG	5,3,2,1	PP¹	175.000 t

Tabela 17 – Enquadramento dos portos e dos terminais em operação na Argentina
Fonte: UFPR/ITTI (2016).

Ordem	Complexo Portuário	Nome do Porto	Principais produtos movimentados	Categoria	Grupo	Sistema de gestão	Capacidade estática aproximada
1	N/A	Central Aguirre Portuária S.A.	Cereais, soja, farinha, contêineres, combustíveis, frutas, carne	GSA, GL, CG	5,2,1	PP¹	40.500 t
2		Porto Gravelal Bolívia	Soja, farinha, combustíveis	GSA, GL	5,2	TP²	67.000 t
3		Complexo Agroindustrial Portuário Nutroil S.A.	Grãos, oleaginosos	GSA, GLA	5,3	TP²	67.000 t

Tabela 18 – Enquadramento dos portos e dos terminais em operação na Bolívia
Fonte: DNIT; UFPR; ITTI (2015).

Recorte Espacial	2008 (produção regional)	2021 (exportação e importação pela Hidrovia)
Brasil: Mato Grosso	Polo de produção e industrialização do complexo oleaginoso (principalmente soja).	soja e demais produtos do complexo oleaginoso, biodiesel, ferro
Mato Grosso do Sul	Polo Campo Grande: Segmentos industriais incluindo frigoríficos, laticínios, farinhas e óleos, indústria de couro, indústria madeireira, têxtil e moveleira. Polo Dourados: Segmentos industriais incluindo farinhas e óleos vegetais, frigoríficos, indústrias de álcool e açúcar, erva-mate, indústria têxtil e de couro. Polo Três Lagoas: Frigoríficos, laticínios, embalagens, álcool, açúcar, indústria de couro, bebidas e indústria madeireira. Polo Corumbá: Indústrias extrativistas (minerais, cimento, calcário), laticínios e frigoríficos.	
São Paulo	produção e industrialização muito desenvolvida de citrinos (principalmente laranja) e cana-de-açúcar, com notável dinamismo e aumento de produção. A produção de álcool a partir da cana-de-açúcar como combustível complementar é especialmente importante. O gado e as aves também foram fortemente desenvolvidos.	Não constam dados de exportação pela Hidrovia
Paraná	Importante produção de soja, sorgo, milho, cana-de-açúcar e mandioca. Pecuária, aves e suínos têm relevância na balança exportadora do Estado assim como as atividades relacionadas com a produção de celulose e madeira. A indústria têxtil e calçados tinham relevância para exportação, até o início dos anos 2000.	Idem anterior
Santa Catarina	Produção avícola, suína, soja e madeireira. O polo industrial têxtil foi de importância internacional, até o início dos anos 2000.	Idem anterior
Rio Grande do Sul	Importante produção de arroz, pecuária, suínos e aves. Assim como o Paraná e Santa Catarina, o polo industrial têxtil foi de importância internacional, até o início dos anos 2000	Idem anterior
Bolívia	Polo Santa Cruz: Polo de produção-industrialização do complexo oleaginoso (principalmente soja), frigoríficos, laticínios, silvicultura, derivados de petróleo e gás natural nas refinarias da região. Polo Puerto Suárez-Corumbá: Cluster de derivados de soja e serviços portuários.	Exportação: farinha de soja, soja, óleo de girassol, óleo de soja, minério de ferro e manganês.
Paraguai	Polo Departamento Central e cidade de Assunção: a) produção de oleaginosas; b) Frutas; c) Cluster produção-industrialização do algodão; e d) Cluster Metalmecânico. Polo do Departamento do Alto Paraná: soja, milho e trigo. Desenvolvimento de aglomerado de madeira.	Exportação: óleo de soja, açúcar, combustíveis, farinha de soja, milho, soja, farelo de soja, farinha de soja, sorgo, trigo, carga geral, trânsito de barcas. Importação: Carga geral, fertilizantes, combustível, coque de petróleo.
Recorte Espacial	2008 (produção regional)	2021 (exportação e importação pela Hidrovia)

Argentina Formosa	Centro de produção de petróleo. Produtos agrícolas: algodão e soja.	Biodiesel, combustíveis, produtos metalúrgicos, produtos químicos.
Chaco	Complexo produtivo-industrializador do algodão. Áreas produção e soja pecuária extensiva.	Grãos
Misiones e Corrientes	Cluster de fábricas de madeira, celulose e papel. Centro de produção de madeira, pasta de celulose e papel. Produção e industrialização em grande escala de chá e erva-mate. Soja em áreas de platôs.	Soja, celulose, chá, erva mate
Entre Ríos e Corrientes	Centro de produção de arroz. Centro Regional de Pecuária.	Grãos e combustível
Santa Fé	Centro de produção agroindustrial, metalúrgica e metalmecânica, especializado em máquinas agrícolas, peças agrícolas e autopeças. Cluster metalúrgico. Centro da indústria de laticínios.	Óleos comestíveis, combustíveis, produtos industrializados, produtos químicos.
Rosário Santa Fé San Nicolás	Cluster agroindustrial de oleaginosas e cereais. Centro de convergência, processamento e expedição de soja. Produção de óleos vegetais, farinhas e pellets. Indústria siderúrgica, indústria química e petroquímica e indústria metalmecânica automobilística. O mais importante complexo portuário argentino para operações de exportação.	Grãos e combustível
Uruguai	Polo Colônia - Nueva Palmira, polo agropecuário do Uruguai. Os serviços portuários de Nueva Palmira crescem a cada ano por demanda da Bolívia e do Paraguai relacionados à carga de grãos. Turismo regional (principalmente do Uruguai, Argentina e Brasil). Paysandú - Río Negro - Polo Colônia: produção de celulose e madeira, com sede em Fray Bentos e Conchillas.	Pasta de celulose, coque de petróleo, soja, trigo, cloreto de potássio, canola, cevada, sulfato de amônia, ureia granulada, fosfato mono amônio

Tabela 19 – Evolução das tipologias de produtos transportados na Hidrovia
Fonte: IIRSA (2009); CPTCP (2018); Bolsa de Comercio De Rosario (2022).

Grupo	Funções Estratégicas	Tipologia de Projetos
1 Rio Paraguai, Assunção-Corumbá	Melhorar a integração econômica e social das regiões do Paraguai, da Bolívia e do Brasil que partilham a bacia; fortalecer e impulsionar a integração das cadeias produtivas no Eixo; reforçar a competitividade nos países e regiões interiores, ligando-os de forma eficiente ao oceano Atlântico.	Portos (novos e reabilitação de existentes), navegabilidade rios, construção de novas rodovias e pavimentação de rodovias existentes (federais, estaduais/provinciais e vicinais),
2 Tietê - Paraná (Itaipú)	Fortalecer a dinâmica socioeconômica na área de influência do grupo; melhorar a integração das áreas de produção e consumo nas bacias do Tietê e do Paraná; reforçar a competitividade nos países e regiões interiores, ligando-os de forma eficiente ao oceano Atlântico.	Portos (novos e reabilitação de existentes), navegabilidade rios, construção de novas rodovias e pavimentação de rodovias existentes (federais, estaduais/provinciais e vicinais), ferrovia (novos traçados e recuperação de existentes), Transposição do lago de Itaipu (AR/BR), navegabilidade do lago de Itaipu.
3 Rios Paraguay/Paraná e Assunción/Delta Paraná	Fortalecer e impulsionar a integração das cadeias produtivas no Eixo; facilitar a integração dos países e regiões mediterrânicas nos mercados globais através de uma ligação eficiente com o Atlântico; melhorar o sistema produtivo da região e a qualidade de vida das pessoas que vivem nos municípios incluídos na área de influência.	Portos (novos e reabilitação de existentes), navegabilidade rios, construção de novas rodovias e pavimentação de rodovias existentes (federais, estaduais/provinciais e vicinais), ferrovia (novos traçados e recuperação de existentes), termoelétricas para ferrovias, sistema da comunicação, concepção de Zona Franca com Bolívia em Zárete.
4 Rio Paraná Confluência Itaipú	Fortalecer a dinâmica socioeconômica na área de influência do grupo; melhorar a integração das áreas de produção e consumo nas bacias do Tietê e do Paraná; reforçar a competitividade dos países e regiões interiores, ligando-os de forma eficiente ao oceano Atlântico.	Portos (novos e reabilitação de existentes), navegabilidade rios, construção de novas rodovias e pavimentação de rodovias existentes (federais, estaduais/provinciais e vicinais), ferrovia (novos traçados e recuperação de existentes), eclusa, desvio de arroio em Yacyretá,
5 Rio Uruguai	Fortalecer a dinâmica socioeconômica na área de influência do grupo; implementar um sistema regional eficiente de atividades fluviais e portuárias com vista a melhorar o acesso ao Atlântico.	Portos (novos e reabilitação de existentes), navegabilidade rios, construção de novas rodovias e pavimentação de rodovias existentes (federais, estaduais/provinciais e vicinais), ferrovia (novos traçados e recuperação de existentes), eclusa, gasoduto, canal interno.

Tabela 20 – Grupos Eixo Hidroviário Paraguai – Paraná. Funções Estratégicas e Tipologia de Projetos. Obs: apenas os projetos grafados em negrito não têm tipologia comum para todos os grupos

Fonte: concepção do autor a partir do banco de dados de projetos IIRSA.

Pilares	Atributos	
1º Instituições	Públicas	Direitos de propriedade e proteção da propriedade intelectual; ética e corrupção; desvio de fundos públicos; confiança pública nos políticos; pagamentos irregulares e subornos; influência indevida; independência judicial; favoritismo nas decisões de governantes; desempenho do setor público; desperdício de gastos do governo; ônus da regulamentação governamental; eficiência do quadro jurídico na resolução de litígios; eficiência do quadro jurídico na contestação de regulamentações; transparência na formulação de políticas governamentais; segurança; custos empresariais do terrorismo; custos empresariais do crime e da violência; crime organizado; confiabilidade dos serviços policiais.
	Privadas	Ética corporativa/comportamento ético das empresas; responsabilidade; rotina e padrões de relatórios de auditoria; eficácia dos conselhos corporativos; proteção dos interesses dos acionistas minoritários; procedimentos proteção ao investidor
2º Infraestruturas	Transporte	Qualidade da infraestrutura geral; qualidade das estradas; qualidade da infraestrutura ferroviária; qualidade da infraestrutura portuária; qualidade da infraestrutura de transporte aéreo; assentos aéreos disponíveis em quilômetros*
	Energia e telecom	qualidade do fornecimento de eletricidade; assinaturas de telefonia móvel; linhas telefônicas fixas.
3º Ambiente macroeconómico	Saldo orçamental do governo; poupança nacional bruta; inflação; dívida governamental; classificação de crédito do país.	
4º Saúde e ensino fundamental	Saúde	Impacto da malária nos negócios; incidência de malária; impacto da tuberculose nos negócios; incidência de tuberculose; impacto empresarial do VIH/SIDA; prevalência do HIV; mortalidade infantil; expectativa de vida.
	Ensino fundamental	Qualidade do ensino fundamental; taxa de matrícula no ensino primário.
5º Ensino superior e formação	Quantitativo	Taxa de matrícula no ensino secundário; taxa de matrícula no ensino superior.
	Qualitativo	Qualidade do sistema educacional; qualidade do ensino de matemática e ciências; qualidade das escolas de gestão; acesso à Internet nas escolas.
	Capacitação	Disponibilidade local de pesquisa e treinamento especializado; extensão do treinamento de pessoal
6º Eficiência do mercado de bens	Competição doméstica	Intensidade da competição local; Extensão o domínio do mercado; Eficácia da política antimonopólio; Efeito da tributação nos incentivos ao investimento; Taxa total de imposto; Número procedimentos necessários p/iniciar um negócio; Tempo necessário para iniciar um negócio; Custos da política agrícola

	Concorrência estrangeira	Prevalência de barreiras comerciais; Tarifas comerciais; 1 Prevalência de propriedade estrangeira; Impacto comercial das regras sobre o IDE (Investimento Direto Estrangeiro); Ônus dos procedimentos aduaneiros; Importações em percentagem do PIB.
	Demanda/	Grau de orientação para o cliente; Sofisticação do comprador
7º Eficiência do mercado de trabalho	Flexibilidade	Cooperação nas relações trabalho-empregador; Flexibilidade na determinação salarial; Práticas de contratação e demissão; Custos de redundância; efeito da tributação nos incentivos ao trabalho.
	Uso eficiente dos talentos	Salário e produtividade; Confiança na gestão profissional; Capacidade do país para reter talentos; Capacidade do país para atrair talentos; Participação feminina na força de trabalho.
8º Desenvolvimento mercado financeiro	Eficiência	Serviços financeiros que atendem às necessidades de negócios; acessibilidade dos serviços financeiros; Financiamento através do mercado de ações local; Facilidade de acesso a empréstimos; Disponibilidade de capital de risco
	Confiabilidade	Solidez dos bancos; Regulamentação de bolsas de valores; Índice de direitos legais*
9º Aplicação da Inovação tecnológica	Adoção	Disponibilidade das tecnologias mais recentes; Absorção de tecnologia em nível de empresa; IDE e transferência de tecnologia
	Uso das TIC	Internautas; Assinaturas de Internet de banda larga; Largura de banda da Internet; Assinaturas de banda larga móvel; Assinaturas de telefonia móvel; Linhas telefônicas fixas.
10º Tamanho do mercado	Interno	Índice de tamanho do mercado interno
	Externo	Índice de tamanho do mercado externo
11º Sofisticação empresarial	Fornecimento de produtos	Estado do desenvolvimento do cluster; Natureza da vantagem competitiva; Amplitude da cadeia de valor; Controle de distribuição internacional; Sofisticação do processo de produção; Extensão do marketing; Disposição para delegar autoridade; Confiança na gestão profissional.
12º Inovação em P&D	Capacidades para inovar	Qualidade das instituições de pesquisa científica; Gastos da empresa em P&D; Colaboração universidade-indústria em P&D; Compras governamentais de produtos de tecnologia avançada; Disponibilidade de cientistas e engenheiros; Pedidos de patente PCT; Proteção da propriedade intelectual.

Tabela 21 – Índices do Fórum Econômico Mundial para o “Global Competitiveness Report”



Ministerio de Relaciones Exteriores,
Comercio Internacional y Cultura
Argentina

f
X
@
v
in

EMERGENCIAS

ENGLISH
ESPAÑOL

SERVICIOS
INSTITUCIONAL
POLÍTICA EXTERIOR
EMBAJADAS Y CONSULADOS
EXPORTAR
INVERTIR
NOTICIAS

Inicio / Comites de Integracion Fronteriza / Brasil

Puerto Iguazú - Foz de Iguazú

Actas de las reuniones

Año

2022

Filtrar

Comités de Integración Fronteriza

BERNARDO DE IRIGOYEN - DIONISIO CERQUEIRA/ BARRACAO

PASO DE LOS LIBRES - URUGUAYANA

PUERTO IGUAZÚ - FOZ DE IGUAZÚ

MONTE CASEROS - BELLA UNIÓN - BARRA DO QUARAÍ

SANTO TOMÉ-SAO BORJA

Figura 64 – Comitês de Integración Fronteriza Argentina
 Fonte: Cancilleria⁵⁶ (2024).

⁵⁶ARGENTINA. Comité de Integración Fronteriza. 2022. Disponível em: <https://www.cancilleria.gob.ar/es/comites-de-integracion-fronteriza/brasil/puerto-iguazu-foz-de-iguazu>

247

XXXVIII REUNIÓN DEL COMITÉ DE INTEGRACIÓN FRONTERIZA FOZ DO IGUAÇU – PUERTO IGUAZÚ Foz do Iguaçu, 29 de noviembre de 2022 <u>ACTA DE LA COMISIÓN DE SEGURIDAD</u> En la ciudad de Foz do Iguaçu, Paraná, Brasil, en 29 de noviembre de 2022 y conforme el dispuesto en el Protocolo y Acta de de Puerto Iguazú fue realizado el XXXVIII Comité de Integración Fronteriza Puerto Iguazú-Foz do Iguaçu. El comité de seguridad fue integrado por los siguientes participantes de los respectivos órganos: Vandro Cezar Arenhardt - Defesa Civil do Município de Foz do Iguaçu, Pr. Brasil Major QOBM Marco Antonio Ferreira Pereira –Corpo de Bombeiros Robson Lima Souza – FozTRANS Villegas Rocio Ayelen – Policía Federal de Argentina división triple frontera Oyola Aldana Luján – Policía Federal Argentina división triple frontera Rita Fernández – Policía Federal Argentina división triple frontera Capitão QOPM Murilo Mendonça Mendes – Companhia de Atendimento ao Turista da Polícia Militar Comandante Major Roberto Marcelo Tomatis – Gendamerías Nacional Argentina Comandante José Federico Salazar – Jefe de Escuadrón 13 “Iguazu” de Gendamería Nacional Prefecto Principal Cristian Alberto Montiel Zini – Prefectura Naval Argentina Inspector Marcos García Burgo – Jefe de Unidad Operacional Iguazú Policía de Seguridad Aeroportuaria Marcelo Yarid Enrique – Diretor da Guarda Municipal de Foz do Iguaçu Juliana da Silva Nogueira – Chefe da Divisão – Ministério da Justiça Inspetor Marcos Pierre V. Carvalho – Polícia Rodoviária Federal Brasil Capitão Edésio Raimundo de Assis Junior – Marinha do Brasil Tenente Coronel Marcos AP. De Souza – Comandante do 1º BPM Agente Aranda Lucas Mariano – Policía Federal Argentina Nelson César Machado Júnior – Agente da Polícia Federal En acuerdo con lo cronograma de la reunión, fueron discutidos los siguientes temas: 1. Mecanismos de cooperación: En la actualidad existen mecanismos de cooperación en materia de seguridad entre ambos países, mediante convenios policiales internacionales como así también convenios celebrados a través del Comando Tripartito (incluye a Paraguay) mediante los cuales los países participantes intercambian de manera fluida y eficiente, información en materia de delitos (Terrorismo, Lavado de dinero, trata de personas, etc), manteniendo permanente comunicación entre las fuerzas lo que permite un intercambio real de información en tiempo y oportunidad. El Comandante de la Capitania Fluvial del río Paraná, Capitão de Fragata Edésio Raimundo de Assis Junior, y el Prefecto Principal Cristian Montiel Zini comunican que continúan establecidas las cooperaciones para salvamento de	XXXVIII REUNIÓN DEL COMITÉ DE INTEGRACIÓN FRONTERIZA FOZ DO IGUAÇU – PUERTO IGUAZÚ Foz do Iguaçu, 29 de noviembre de 2022 personas en el Río Iguazú. Se quedó también establecido el intercambio de informaciones para realización de patrullaje fluvial y ajuste de agendas para coordinación y optimización de acciones realizadas en el Río. El representante de FozTrans menciona la situación de personas que transitan en la frontera con vehículos en débito sin conocimiento de tal situación y, cuando abordados, reciben multas o tienen el vehículo removido, imposibilitando la continuidad de su tránsito. Una solución presentada es el uso del website GIT Cidadão donde se puede consultar la situación del vehículo y regularízalo. Sin embargo, tal iniciativa aún necesita mayor divulgación en Argentina. 2. Combate al narcotráfico: Ambos estados se encuentran comprometidos mediante políticas nacionales de lucha contra el narcotráfico, que vienen desarrollándose en los respectivos países, involucrando el intercambio de información entre las distintas fuerzas de seguridad de cada país, a los fines de mantener una actualización de los distintos modos operandi que desarrollan las organizaciones criminales que pueden operar en la zona de frontera. 3. Prevención de ilícitos: De igual manera a lo expresado precedentemente, las fuerzas de seguridad efectúan intercambio permanente de información que permita mantener un conocimiento de los distintos modos delictuales que se desarrollan en la actualidad en la zona limítrofe y que atañe a distintos delitos tales como CONTRABANDO DE MERCADERÍAS, LAVADO DE DINERO, TRAFICO DE ARMAS, TRAFICO Y TRATA DE PERSONAS, ETC. 4. Cooperación jurídica: Es de suma importancia la participación de representantes del Ministerio de Justicia y del Ministerio de Seguridad con el fin de diagramar convenios específicos. La representante del Departamento de Recuperación de Activos y Cooperación Jurídica Internacional del Ministério de la Justicia Brasileño destacó la importancia del dialogo entre las fuerzas de seguridad de los países y la cooperación directa en respecto al cambio de informaciones y conocimientos y resaltó el papel de la cooperación jurídica internacional por medio de las autoridades centrales cuanto al intercambio de evidencias, en investigaciones y acciones penales y que se coloca a la disposición para orientaciones de naturaleza técnica sobre modalidades de cooperación, a ejemplo de cartas rogatorias, auxilio directo, equipos conjuntas de investigación y transmisión espontanea de informaciones. 5. Cooperación en materia de defensa civil y respuesta a situaciones de emergencia: Las fuerzas de seguridad (federales) de Argentina son parte integrante del COMITÉ DE OPERACIONES DE EMERGENCIAS que se encuentra presidido por el EJERCITO ARGENTINO y que se encarga de actuar en oportunidad de que la magnitud del incidente o emergencia SUPERE la capacidad de acción del
--	---

Figura 65 – Memória da última reunião do Comitês de Integración Fronteriza Puerto Iguazú-Foz do Iguaçu

Fonte: Cancilleria (2024).

MAPA DEL
ESTADO

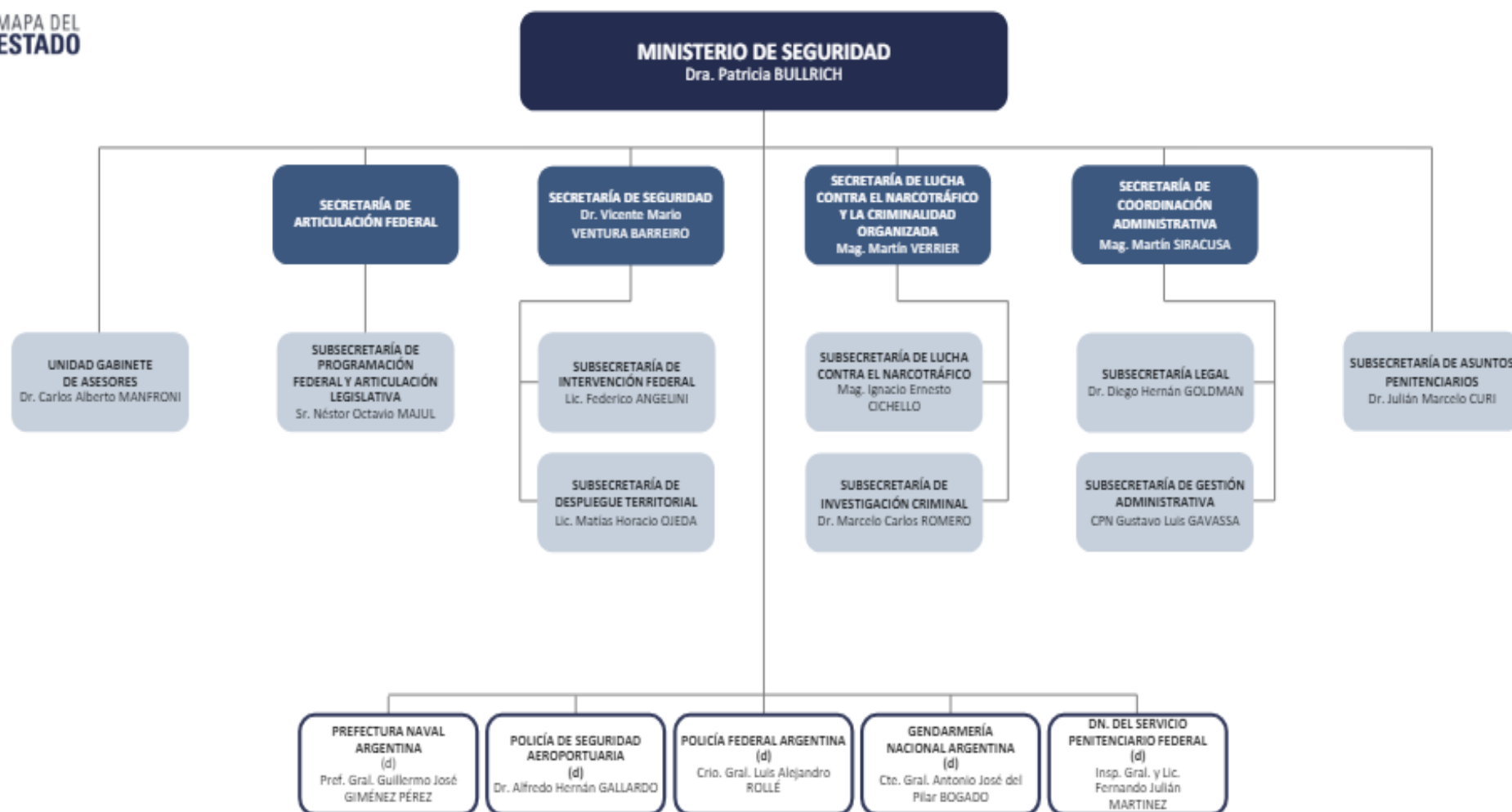


Figura 66 – Organograma Ministério de Seguridad da República Argentina - maio de 2024
Fonte: Mapa Del Estado (2024). <https://mapadeleestado.jefatura.gob.ar/ministerios/011>.

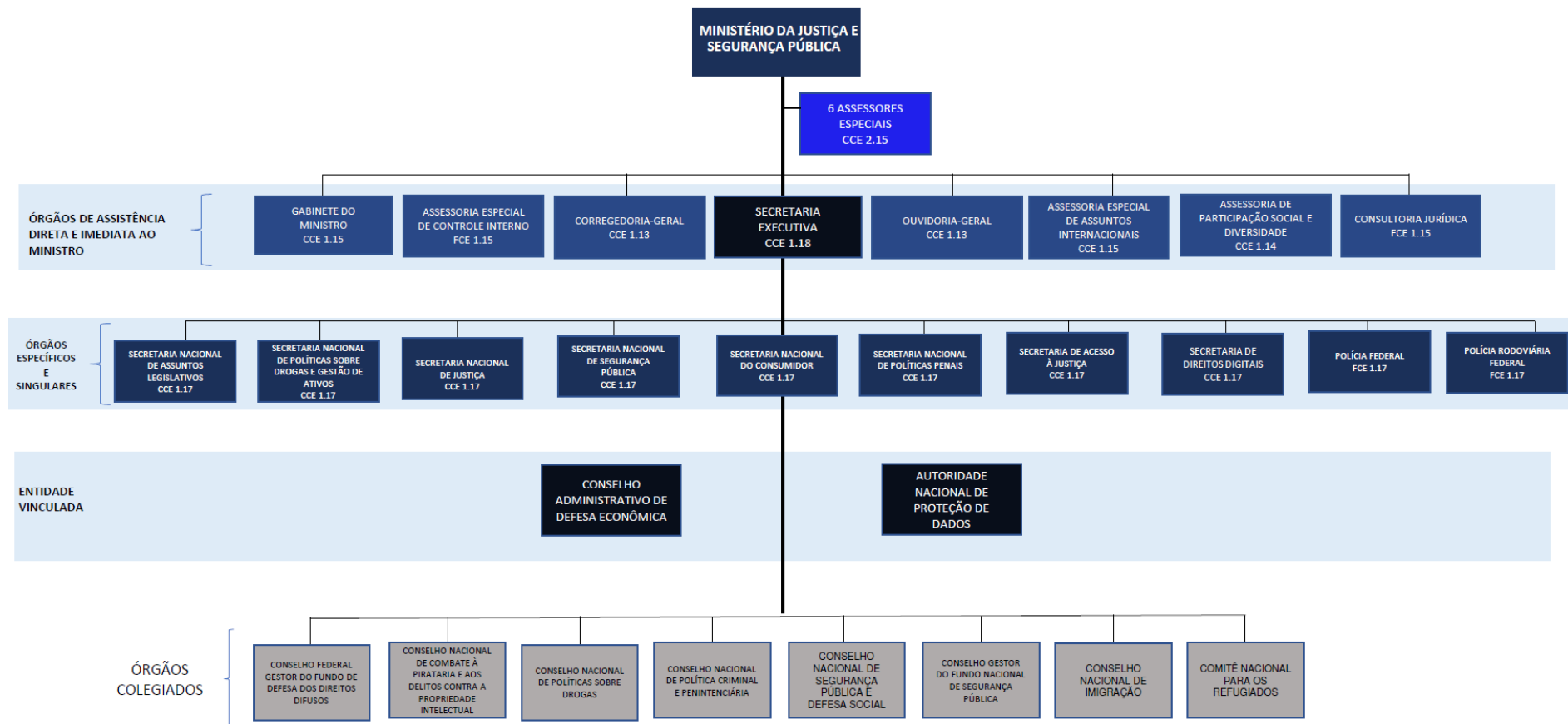


Figura 67 – Organograma Ministério da Justiça e Segurança Pública do Brasil - maio de 2024

Fonte: Ministério da Justiça e Segurança Pública (2024).

<https://www.gov.br/mj/pt-br/acesso-a-informacao/institucional/organogramas/ORGANOGRAMAS%20UNIDADES/organogramas-2023/decreto-11-348-alterado-pelo-decreto-11.759/organograma-mjsp-ok.png/view>.

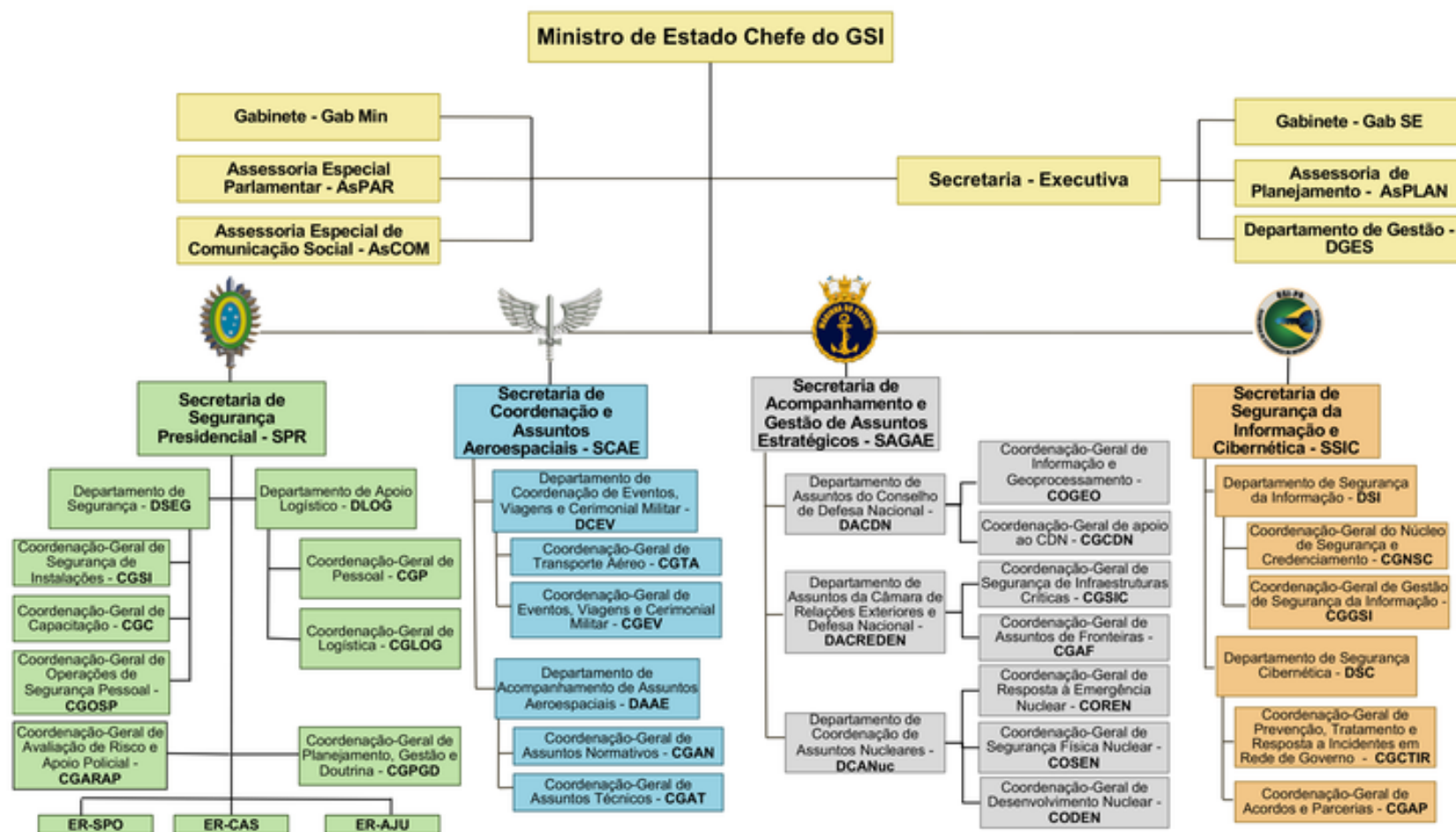


Figura 68 – Organograma do Gabinete de Segurança Institucional GSI – maio 2024

Fonte: <https://www.gov.br/gsi/pt-br/centrais-de-conteudo/noticias/2023-1/governo-aprova-nova-estrutura-do-gsi>.

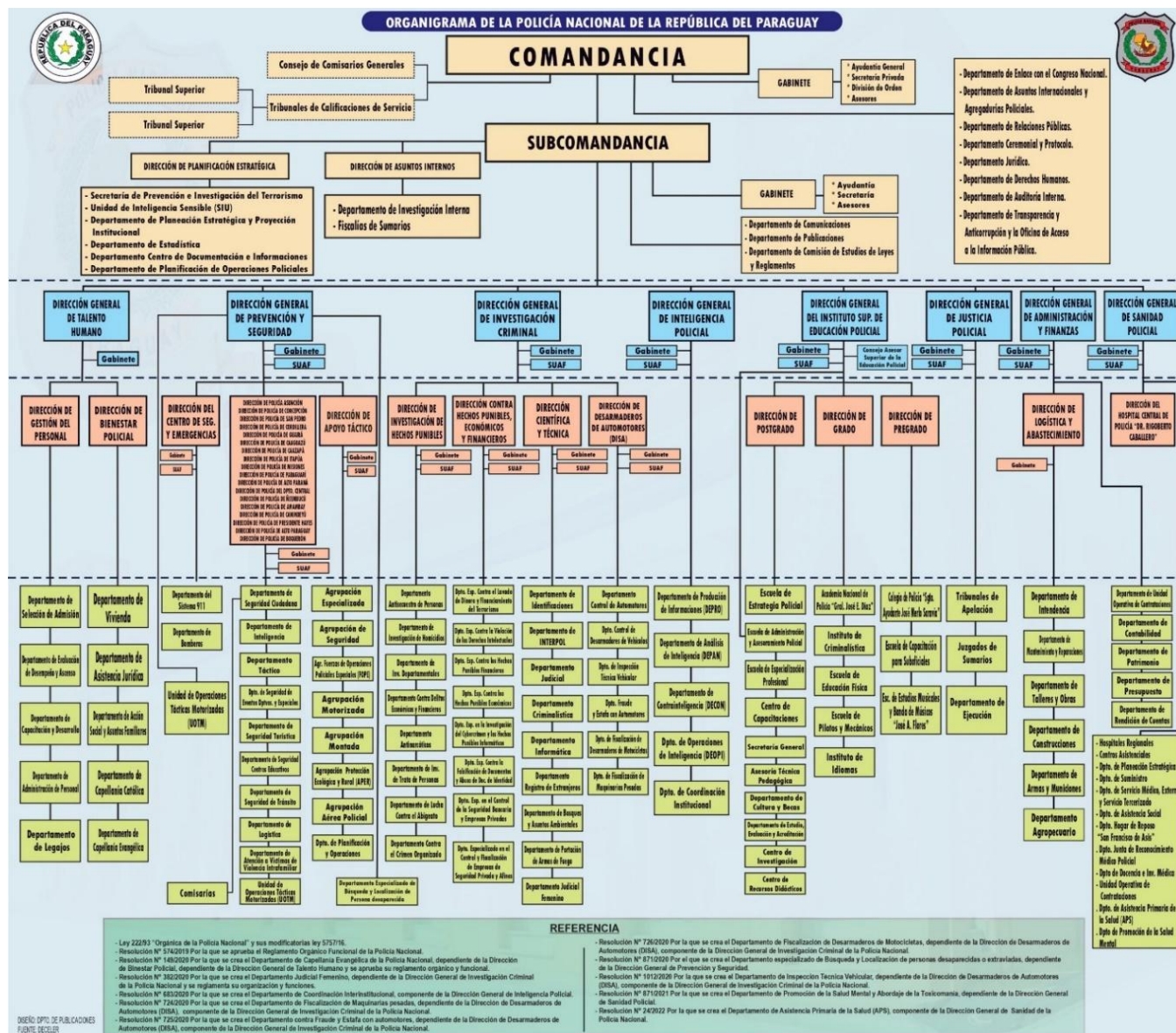


Figura 70 – Organograma da Polícia Nacional do Paraguay – maio 2024.
 Fonte: Policia Nacional Do Paraguay (2024). <https://www.policianacional.gov.py/organigrama-institucional/>.

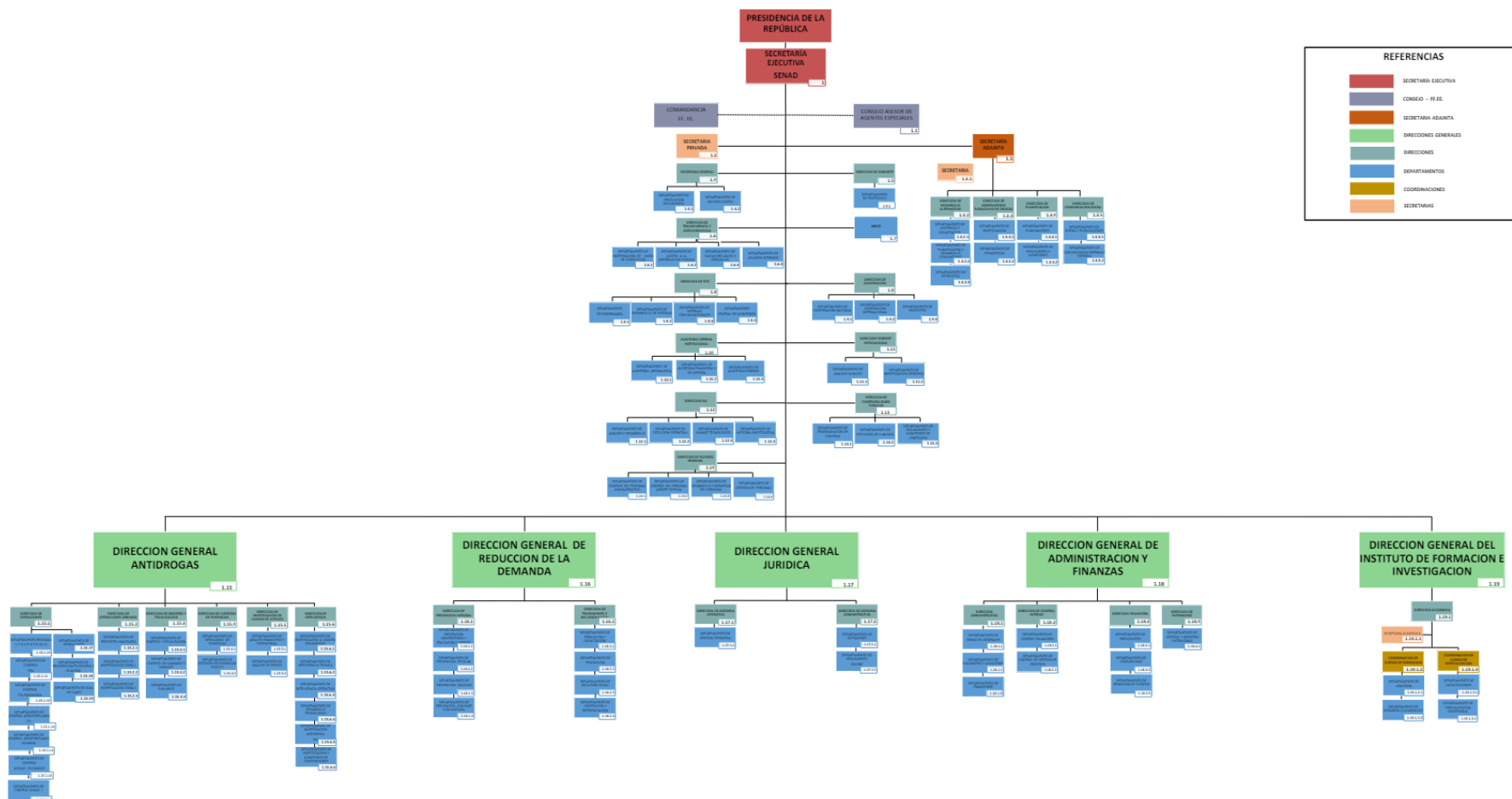


Figura 71 – Organograma da Secretaría Nacional Antidrogas (SENAD) – maio de 2024.
 Fonte: https://www.senad.gov.py/application/files/9617/0369/4513/EF-2023_S.2_Organogarama_SENAD-2023.pdf.

Respostas questionários

**DEPARTAMENTO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS
DOUTORAMENTO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS
UNIVERSIDADE AUTÓNOMA DE LISBOA
“LUÍS DE CAMÕES”**

Questionário para a TESE de Luciano Stremel Barros

QUESTIONÁRIO 1

Estimado XXXXXXX. Polícia Militar do Batalhão de Polícia de Fronteira. PMPR/BPFron.

Ao cumprimentá-lo, conforme conversas mantidas antecipadamente, venho encaminhar uma lista de perguntas que tem relação direta com minha investigação de Doutorado.

Conforme esclarecido, estas são questões que irão guiar nossa conversa (entrevista).

Não é necessário responder a todas. Apenas encaminho para que tenha conhecimento sobre qual temática estou tratando em minha pesquisa que analisa como o crime transfronteiriço também se utiliza da infraestrutura pública de transporte (em especial na área de influência da Tríplice Fronteira (Argentina, Brasil e Paraguai)).

Fico no aguardo de sua disponibilidade para um encontro presencial ou on-line, onde iremos conversar sobre a temática incluída nas questões a seguir indicadas.

1. Quais riscos o crime transfronteiriço oferece a sociedade civil na Tríplice Fronteira?

Os riscos são inúmeros e podem ser definidos com tangíveis (que causam efeitos diretos) e intangíveis (que causam efeitos indiretos). Os riscos podem ser classificados com individuais e/ou coletivos, pois afetam diretamente os indivíduos e a comunidade como um todo. Para resumir, posso citar alguns como por exemplo o trabalho informal, que além de não gerar direitos ao trabalhador – previdência, seguro desemprego entre outros – gera cultura do trabalho informal, escassez de trabalhadores no setor formal entre outros. Danos à saúde, causados pelo produto mau acondicionado, transportados sem os devidos cuidados, sem o aval dos organismos de fiscalização sanitárias, entre outros. Tráficos de armas e drogas, que produzem danos diretos à sociedade e fomentam a economia do crime, aumento de criminalidade entre outros. Evasões fiscais e de divisas, onde o Estado não arrecada para fazer esses recursos retornarem à sociedade por meio de serviços básicos como saúde, educação e segurança pública. O próprio custo causado pela criminalidade como por exemplo acidentes, crimes à vida, câncer de pulmão ocasionado pelo consumo do cigarro contrabandeado, onde o tributo que serviria para o

custeio do tratamento dos males causados pelo tabaco, deixam de ser recolhidos e repassados ao SUS. O custo com aparato judiciário, penitenciário e policial, que é mobilizado na tentativa de conter os fluxos de natureza ilegal e criminoso na trílice fronteira.

2. Há alguma iniciativa de sua instituição para enfrentamento?

Sim, as atividades policiais desenvolvidas pelo Batalhão de Polícia de Fronteira da Polícia Militar do Paraná, estão todas direcionadas ao combate aos crimes típicos de fronteira.

3. Por que os Estados limítrofes e utilitários da Hidrovia não desenvolveram um sistema integrado de comando, controle, segurança e defesa para o enfrentamento dos crimes transfronteiriços?

Esta é uma questão delicada e complexa. Inicialmente é preciso haver integração e governança a partir da fronteira, pois políticas cunhadas distantes da realidade fronteiriça, geralmente tornam-se uma anátema do ponto de vista prático, pois alguns dos fatores fundamentais para o sucesso, são o conhecimento, a integração, políticas flexíveis considerando as especificidades de cada lugar, haja vista que os criminosos possuem conhecimento e ampla disponibilidade de recursos para se modernizar e criar modus operandis de modo a burlar a fiscalização do Estado.

4. Quais os crimes transnacionais mais correntes na TF?

É uma resposta difícil de se dar, pois há crimes visíveis e invisíveis. No entanto, os crimes visíveis que mais aparecem devido as apreensões noticiadas diariamente, são contrabando, descaminho e os tráfegos de drogas e armas.

5. Existe alguma iniciativa de cooperação/integração institucional conjunta de combate aos crimes transfronteiriços?

Sim, no Governo Bolsonaro foi criada Operação HORUS, tendo como projeto piloto o Pelotão COBRA do BPFron, o qual também foi contemplado pela Itaipu Binacional, através da cessão de uso da Base Náutica no município de Entre Rios do Oeste. No Governo atual, a operação foi rebatizada como PROTETOR. As premissas das operações são a integração entre forças de segurança pública, o auxílio no custeio das despesas dos operadores, cursos entre outros.

6. O senhor tem conhecimento de iniciativas para integração da infraestrutura na área de influência da Hidrovia Paraguai /Paraná?

Sim, o NEPOM da Polícia Federal, o COBRA do Batalhão de Polícia de Fronteira, o Grupo TIGRE da Polícia Civil do Paraná, atuam constantemente juntos no combate aos crimes transfronteiriços cometidos no lago internacional de Itaipu, bem como na região da trílice fronteira entre Foz do Iguaçu, Ciudad del Este e Puerto Iguazu. As instituições compartilham algumas estruturas e realizam trocas de informações.

7. Como os crimes transfronteiriços impactam sua instituição?

O BPFron é uma Unidade Especializada de Fronteira, atua há mais de 10 anos na fronteira do Paraná com Paraguai e Argentina, e possui como metê o trabalho relacionado aos crimes típicos de fronteira.

8. Quais as iniciativas políticas regionais para conter os avanços do crime transfronteiriço na sua região?

No tocante a expectativas não são muito animadoras, tendo em vista que nada se faz além de coerção, e quando políticas públicas surgem, geralmente são descoladas das realidades fronteiriças. É importante salientar que as iniciativas internacionais mais exitosas ocorrem por meio da paradiplomacia ou diplomacia informal e no âmbito do Estado-nacional brasileiro ocorrem por meio da cooperação informal.

9. Quais estratégias sua instituição tem para enfrentamento do crime? Soluções para capacitação, qualificação, inovação tecnológica, estrutura física, etc...

Os gestores do BPFron não medem esforços em investir tempo para a elaboração de projetos que tragam inovação tecnológica, qualificação, capacitação. Aos poucos estão sendo construídas as estruturas físicas para dar melhores condições e salubridade aos operadores de fronteira.

10. Existe viabilidade de integração e compartilhamento de base de dados entre os países limítrofes/pares institucionais?

Sim, no entanto o compartilhamento de informações é realizado com critérios.

11. O senhor conhece o GGIF – Gabinete de Gestão Integrada de Fronteiras?

Sim.

12. Quais as soluções possíveis, relacionadas ao incremento de recursos humanos, equipamento, tecnologia e procedimentos para que esta integração interestatal e interinstitucional ocorra?

As soluções já existem, é preciso dar continuidade, fortalecimento e dar mais ênfase às decisões técnicas em detrimento de soluções políticas.

Ansioso em poder contar com sua colaboração, coloco-me desde já a disposição.

Cordialmente

QUESTIONÁRIO 2

Estimado XXXXXX – CIOF.

1. Quais riscos o crime transfronteiriço oferece a sociedade civil na Tríplice Fronteira?

Aumento de homicídios e outros crimes violentos, em razão de disputa de territórios, Degradação de áreas dominadas pelo crime organizado.

2. Há alguma iniciativa de sua instituição para enfrentamento?

Apoio aos órgãos de segurança pública, controle e fiscalização no fornecimento de dados relativos a indivíduos, veículos, embarcações etc., além de cruzamento de dados e produção de informações que subsidiem os órgãos de segurança pública nas suas respectivas atribuições.

- 3. Por que os Estados limítrofes e utilitários da Hidrovia não desenvolveram um sistema integrado de comando, controle, segurança e defesa para o enfrentamento dos crimes transfronteiriços?**

Dificuldades na integração adequada dos órgãos de segurança pública, controle e fiscalização, especialmente no quesito “invasão de atribuições” de cada instituição.

- 4. Quais os crimes transnacionais mais correntes na TF?**

Descaminho, contrabando, tráfico de drogas, lavagem de dinheiro e evasão de divisas.

- 5. Existe alguma iniciativa de cooperação/integração institucional conjunta de combate aos crimes transfronteiriços?**

Forças tarefas com secretarias de segurança pública em diversos estados, sob a coordenação da Polícia Federal.

- 6. O senhor tem conhecimento de iniciativas para integração da infraestrutura na área de influência da Hidrovia Paraguai /Paraná?**

Não.

- 7. Como os crimes transfronteiriços impactam sua instituição?**

Grande demanda de solicitação de informações de órgãos de segurança pública, controle e fiscalização.

- 8. Quais as iniciativas políticas regionais para conter os avanços do crime trans fronteiro na sua região?**

Não tenho conhecimento na atualidade.

- 9. Quais estratégias sua instituição tem para enfrentamento do crime? Soluções para capacitação, qualificação, inovação tecnológica, estrutura física, etc...**

SEM RESPOSTA

- 10. Existe viabilidade de integração e compartilhamento de base de dados entre os países limítrofes/pares institucionais?**

Sim. Porém depende de tratativas e acordos entre os países envolvidos.

- 11. O senhor conhece o GGIF – Gabinete de Gestão Integrada de Fronteiras?**

Sim.

- 12. Quais as soluções possíveis, relacionadas ao incremento de recursos humanos, equipamento, tecnologia e procedimentos para que esta integração interestatal e interinstitucional ocorra?**

Alinhamento político por meio do Ministério de Justiça e Secretarias de Segurança Pública, acompanhado de investimentos maciços da União e Estados em relação a recursos necessários a serem disponibilizados para a segurança pública.

QUESTIONÁRIO 3

Estimado XXXXX. Polícia Rodoviária Estadual. PM/PR.

1. Quais riscos o crime transfronteiriço oferece a sociedade civil na Tríplice Fronteira?

Os riscos são identificados como uma grande ramificação de problemas que se conectam a cada um dos crimes transfronteiriços. Um exemplo dos mais abrangentes e de mais fácil assimilação é o do tráfico de drogas. Ao adentrarem as drogas pelas fronteiras brasileiras (uma vez que o Brasil não se trata de um grande produtor de “Maconha” ou “Cocaína” por exemplo) há a necessidade de criação por parte das Organizações Criminosas de recrutamento de operários para o envio, recebimento, segurança, depósito, e transporte dessas drogas, além de trabalhadores relacionados a segurança das cargas ilícitas (suscetíveis a tentativas de arrebatamento por parte de organizações criminosas rivais ou até mesmo de apreensão por parte de forças policiais). Dessa forma, se gera um grande número de trabalhadores relacionados a cadeia de importação desses ilícitos. Para o pagamento, ou até mesmo 'para o transporte dos ilícitos se faz necessária uma logística envolvendo meios de transporte (veículos), para tanto, além da existência de trabalhadores locais, a criminalidade organizada se vale do roubo e furto de veículos, sobretudo em grandes centros urbanos, para abastecimento de sua logística, gerando uma reação em cadeia. Por fim, as brigas por territórios, as rivalidades internas e externas, acabam por ocasionar homicídios e confrontos, contribuindo assim para uma escalada de violência em cidades onde o crime organizado ocorre. Dessa maneira, esse se vê como um fenômeno multidimensional e acompanhado de grande risco para a população local.

2. Há alguma iniciativa de sua instituição para enfrentamento?

Sim. A Polícia Militar do Paraná, desde o ano de 2012, possui em seus quadros efetivo especializado, atuando especificamente em ações de combate a criminalidade transfronteiriça. Além disso, desde 2016, a instituição atua com órgãos federais em ações e operações voltadas ao combate a criminalidade transnacional.

3. Por que os Estados limítrofes e utilizadores da Hidrovia não desenvolveram um sistema integrado de comando, controle, segurança e defesa para o enfrentamento dos crimes transfronteiriços?

Em minha opinião, ocorre que por diferenças culturais, econômicas e inclusive políticas, as ações interagências internacionais, já existem de forma informal e realizadas por operadores (da base da cadeia de segurança), que trocam informações por meio de mensagens, grupos,

redes sociais ou em cursos institucionais, porém as lideranças, muitas vezes por falta de confiança ou de termos de cooperação claros, acabam por esquivar-se da atuação integrada no que diz respeito a hidrovia que conecta os principais países da tríplice fronteira.

4. Quais os crimes transnacionais mais correntes na TF?

Os crimes transnacionais mais reconhecidos na Tríplice Fronteira são o Tráfico de Drogas e Armas, o Contrabando e o Descaminho. Cada subregião da Tríplice Fronteira conta com suas respectivas peculiaridades, enquanto ao norte da tríplice fronteira (região entre os estados do Paraná e Mato Grosso do Sul) predomina a existência do Contrabando de Cigarros advindo ao Brasil por meio da região nordeste do Paraguai, ao sul (nas proximidades da divisa entre o estado do Paraná e o estado de Santa Catarina) predomina o descaminho de vinhos e produtos alimentícios oriundos da região Nordeste da Argentina. Já o tráfico de drogas tem migrado sazonalmente,

5. Existe alguma iniciativa de cooperação/integração institucional conjunta de combate aos crimes transfronteiriços?

Sim, recentemente tivemos a existência de Operações Conjuntas que visam estimular o repasse e a troca de informações entre os países vizinhos da região da tríplice fronteira, advinda de iniciativas públicas federais dos países envolvidos. Além disso, há a presença do Comando Tripartite que se trata de uma instituição cujo objetivo é facilitar a troca de informações, a integração sistêmica e a criação de protocolos, a ação do tripartite foi extremamente visível na captura de diversos fugitivos e nas ações tomadas pelas Instituições de Segurança Pública após a ocorrência do Roubo a Prosegur em Abril de 2017, em Ciudad del Este, no Paraguai.

6. O senhor tem conhecimento de iniciativas para integração da infraestrutura na área de influência da Hidrovia Paraguai /Paraná?

Sim, não apenas ações de segurança pública, como o intercâmbio entre as forças de segurança sobretudo em capacitações, mas a própria integração por intermédio da ponte da Integração (que fará a conexão entre Presidente Franco (PY) e Foz do Iguaçu (BR)) facilitará o tráfego de veículos de carga, de modo a potencializar e melhorar a inspeção desses veículos e trâmites aduaneiros.

7. Como os crimes transfronteiriços impactam sua instituição?

De várias maneiras. Os crimes transfronteiriços trazem notoriedade a instituição, uma vez que o combate a esse tipo delituoso requer respostas especiais da instituição como um todo e preparo de seus integrantes, dessa maneira, os incentivos na forma de recursos especiais, equipamentos e outros meios é justificada pela necessidade dessas atividades. Entretanto, do ponto de vista negativo, os crimes transnacionais acabam por requerer uma resposta diferenciada a criminalidade comum, uma vez que quando se retiram os materiais humanos do serviço ordinário para o serviço especial, ocorre imediatamente o prejuízo com essa ausência. Além disso, a problemática da corrupção acaba por assolar a instituição, os crimes transfronteiriços movimentam quantias substanciais de dinheiro, por vezes sendo consideradas vantajosas por maus profissionais, que acabam por se corromper quando apresentados a propostas de recebimento de recursos dos criminosos.

8. Quais as iniciativas políticas regionais para conter os avanços do crime trans fronteiro na sua região?

Atualmente se observa o investimento em geração de empregos, fazendo com que se reduza a atratividade do crime transfronteiriço para pessoas em situação de desemprego. Além disso, outra atividade que contribui para a redução dessa oferta é o incremento de ações de sequestro de bens de criminosos envolvidos com crime transfronteiriço, que acaba por gerar redução na sensação de impunidade. De modo ainda muito positivo, o Art. 278-A do Código de Trânsito Brasileiro contribui para desestimular a cooptação de pessoas para a criminalidade transfronteiriça, pois prevê a suspensão do direito de dirigir a pessoas flagradas no cometimento de crimes como a receptação, o contrabando e o descaminho.

9. Quais estratégias sua instituição tem para enfrentamento do crime? Soluções para capacitação, qualificação, inovação tecnológica, estrutura física, etc...

Desde 2018, a instituição realiza anualmente cursos, capacitações, treinamentos para estimular a aquisição de conhecimento por parte dos policiais militares sobre a temática de criminalidade transnacional. Além disso, se iniciou nessa época e se encontram em pleno andamento obras de reestruturação de unidades para as atividades de policiamento especializado e o desenvolvimento de sistemas como o Cortex (do Ministério da Justiça e Segurança Pública) e outros como o INFOSEG que facilitam aos profissionais de segurança pública as consultas a bancos de dados diferenciados. Outro fator que vem se aprimorando nos últimos anos é o emprego dos “cercamentos eletrônicos”, aprimorando o uso de câmeras com tecnologias OCR (optical character recognition) e LPR (License Plate Recognition), para que, somado ao uso de inteligência e as atividades policiais ostensivas de repressão, seja possível aplicar cada vez mais medidas assertivas contra o crime organizado.

10. Existe viabilidade de integração e compartilhamento de base de dados entre os países limítrofes/pares institucionais?

Sim, de certa forma, algumas informações já estão disponíveis. Muitas informações necessárias para o emprego em operações policiais já estão disponíveis amplamente por meio de OSINT (Open Source Intelligence). Faltam apenas a delimitação de um sistema que concatene informações dessa natureza em um sistema integrado. Um exemplo disso seriam Placas Veiculares. É possível por exemplo, consultar as placas de veículos paraguaios por meio de site <http://www.dinatran.gov.py:8082/wsint3/servlet/com.wsint3.conplacananac>. Placas de veículos brasileiros por meio de sites abertos como <https://buscaplacas.com.br/>. O que ainda há como dificuldade é um sistema integrado que poderia ser potencializado devido ao uso das placas “padrão mercosul”.

11. O senhor conhece o GGIF – Gabinete de Gestão Integrada de Fronteiras??

Sim.

12. Quais as soluções possíveis, relacionadas ao incremento de recursos humanos, equipamento, tecnologia e procedimentos para que esta integração interestatal e interinstitucional ocorra?

Inicialmente se faz necessário a integração de procedimentos e processos, principalmente legais, para haver a segurança jurídica e funcional dos operadores da ponta. Nenhuma integração pode funcionar se aquele operador deixar de “acreditar” no sistema integrado, e que será possível essa integração trazer benefícios a sua atividade-fim. Posteriormente, a operacionalização de sistemas de fácil assimilação, e possíveis de serem utilizados, por exemplo em smartphones, uma vez que a maioria das ações nos ambientes da tríplex fronteira se dão em condições voláteis, incertas, complexas e ambíguas. Além disso, se faz necessário sobretudo aos gestores deixarem de lado ações “midiáticas e de grande envergadura” e se voltarem em ações pontuais, de inteligência e integração real, deixando para que as ações repressivas, por exemplo, sejam direcionadas a alvos específicos e pré determinados, garantindo fluidez e segurança aos demais atores envolvidos no Teatro Operacional.

QUESTIONÁRIO 4

Estimada XXXXX - Polícia Rodoviária Federal

1. Quais riscos o crime transfronteiriço oferece a sociedade civil na Tríplex Fronteira?

O principal risco, no meu entendimento, é a ramificação rápida e silenciosa que o crime organizado é capaz de atingir. Os criminosos expandem suas conexões aos diversos

setores produtivos, dominam o fluxo de capital e absorvem para si a força de trabalho. / Esta força de trabalho cooptada é empregada na atividade criminosa diretamente ou em esquemas de lavagem de dinheiro.

2. Há alguma iniciativa de sua instituição para enfrentamento?

A PRF monitora e acompanha a atuação de organizações criminosas através de trabalhos de inteligência, os quais subsidiam operações de enfrentamento ao crime promovidos pela própria instituição ou por forças policiais parceiras.

3. Por que os Estados lindeiros e utilitários da Hidrovia não desenvolveram um sistema integrado de comando, controle, segurança e defesa para o enfrentamento dos crimes transfronteiriços?

SEM RESPOSTA

4. Quais os crimes transnacionais mais correntes na Triplíce Fronteira?

Percebe-se uma grande quantidade de contrabando (cigarros, cigarros eletrônicos), tráfico de drogas, armas e medicamentos e furto/roubo de veículos que têm como destino os países vizinhos.

5. Existe alguma iniciativa de cooperação/integração institucional conjunta de combate aos crimes transfronteiriços?

De forma permanente, a PRF participa do Comando Tripar te, contribuindo de forma operacional e estratégica, buscando o compartilhamento de informações. De forma pontual, participamos de operações conjuntas com a PF, RFB, PM, GM e etc.

6. O senhor tem conhecimento de iniciativas para integração da infraestrutura na área de influência da Hidrovia Paraguai /Paraná?

SEM RESPOSTA

7. Como os crimes transfronteiriços impactam sua instituição?

SEM RESPOSTA

8. Quais as iniciativas políticas regionais para conter os avanços do crime trans fronteiro na sua região?

SEM RESPOSTA

9. Quais estratégias sua instituição tem para enfrentamento do crime? Soluções para capacitação, qualificação, inovação tecnológica, estrutura física, etc...

De forma geral, todos os PRFs passam por um ciclo de capacitação periódico, revisando quesitos de segurança e procedimentos, o que inclui abordagens a criminosos de alta periculosidade. Por outro lado, os grupos especializados recebem treinamento diferenciado, específico para gerenciamento de crises, identificação de suspeitos e produção de conhecimento. Servidores que ocupam posições de gestão recebem capacitações

direcionadas também, permitindo uma visão ampla do cenário no qual a instituição está inserida, possibilitando melhor entendimento para a tomada de decisões. Na área de tecnologia a PRF investe em inovações, como veículos blindados, drones, aeronaves e convênios com outras instituições.

10. Existe viabilidade de integração e compartilhamento de base de dados entre os países limdeiros/pares institucionais?

Para que esta integração seja possível será necessário invés mento em soluções de tecnologia, pois cada instituição possui sua própria plataforma, com características específicas. Estas plataformas não “conversam” entre si. Não sou formada em TI, mas entendo que a integração ou migração de banco de dados é algo complexo. Além da barreira tecnológica, há também a questão de segurança de informação, sendo necessário um processo de seleção de usuários e manutenção do sigilo. Há que se garantir o princípio da necessidade de conhecer. Quanto mais instituições verem acesso a informações sensíveis, maior o risco de comprometimento. Dados básicos como consulta a base DENATRAN e mandados de prisão seria algo mais simples de compartilhar.

11. O senhor conhece o GGIF – Gabinete de Gestão Integrada de Fronteiras?

Sim. Já participei de algumas reuniões.

12. Quais as soluções possíveis, relacionadas ao incremento de recursos humanos, equipamento, tecnologia e procedimentos para que esta integração interestatal e interinstitucional ocorra?

Partindo de um de polícia ostensiva, acredito ser imprescindível a uni cação de planos de contingência das instituições, principalmente no caso de tentativa de tomada de cidades, e treinamento para que as forças policiais estejam preparadas para as diversas crises que possam se instalar na tríplice fronteira. Também fundamental é o investimento em tecnologia, como a criação de uma base de dados de uso comum para identificação de indivíduos por reconhecimento facial.

QUESTIONÁRIO 5

Estimado XXXXX – Alfandega em Foz do Iguaçu- PR.

1. Quais riscos o crime transfronteiriço oferece a sociedade civil na Tríplice Fronteira?

Risco de estagnação social, decorrente onde a criminalidade é livre. Desvalorização dos imóveis, desaceleração da oferta de serviços, degradação do comércio e do turismo.

2. Há alguma iniciativa de sua instituição para enfrentamento?

Permanente e eficaz. A Receita Federal faz o controle aduaneiro de cargas (6,5 bilhões por ano, o que representa 70% da corrente de comércio lícito Brasil – Paraguai) e retém anualmente em torno de 100 milhões de dólares em produtos apreendidos no ilícito, destes 100 milhões mais de 60% são retenções exclusivas das equipes da Receita Federal.

3. Por que os Estados limdeiros e utilitários da Hidrovia não desenvolveram um sistema integrado de comando, controle, segurança e defesa para o enfrentamento dos crimes transfronteiriços?

Não tenho a informação.

4. Quais os crimes transnacionais mais correntes na TF?

Contrabando e descaminho.

5. Existe alguma iniciativa de cooperação/integração institucional conjunta de combate aos crimes transfronteiriços?

Integração permanente entre a Receita Federal e demais forças institucionais, desde 2002.

6. O senhor tem conhecimento de iniciativas para integração da infraestrutura na área de influência da Hidrovia Paraguai /Paraná?

Não tenho conhecimento da hidrovia. Na área terrestre há permanente integração.

7. Como os crimes transfronteiriços impactam sua instituição?

Em demandas de pessoal e logística, principalmente.

8. Quais as iniciativas políticas regionais para conter os avanços do crime trans fronteiro na sua região?

Por parte da Receita Federal, a instituição faz operação permanente de envio de reforços a região, desde 2003.

9. Quais estratégias sua instituição tem para enfrentamento do crime? Soluções para capacitação, qualificação, inovação tecnológica, estrutura física, etc...

Temos a maior estrutura aduaneira de combate ao crime do Brasil em Foz do Iguaçu.

10. Existe viabilidade de integração e compartilhamento de base de dados entre os países limítrofes/pares institucionais?

Localmente não. Os dados da Receita Federal são protegidos por sigilo fiscal e o compartilhamento passa por acordos definidos no Órgão Central.

11. O senhor conhece o GGIF – Gabinete de Gestão Integrada de Fronteiras?

Sim.

12. Quais as soluções possíveis, relacionadas ao incremento de recursos humanos, equipamento, tecnologia e procedimentos para que esta integração interestatal e interinstitucional ocorra?

Entendo que já a temos, e já a tínhamos muito antes do GGIF.

QUESTIONÁRIO 6

Estimado Sr. XXXX BPFron

1. Quais riscos o crime transfronteiriço oferece a sociedade civil na Tríplice Fronteira?

O crime transfronteiriço na Tríplice Fronteira representa uma ameaça multifacetada à sociedade civil. O aumento da criminalidade coloca em risco a segurança pública, resultando em crimes contra a vida e propriedade. Além disso, a evasão fiscal prejudica a economia local e nacional, enquanto problemas de saúde pública e sanitária surgem devido à falta de controle e regulamentação. Esses riscos exacerbam as tensões sociais e a instabilidade, comprometendo a qualidade de vida e o desenvolvimento sustentável da região.

2. Há alguma iniciativa de sua instituição para enfrentamento?

Sim. Minha unidade foi criada no âmbito estadual justamente para combater os crimes transfronteiriços. (BPFron).

3. Por que os Estados lindeiros e utilitários da Hidrovia não desenvolveram um sistema integrado de comando, controle, segurança e defesa para o enfrentamento dos crimes transfronteiriços?

Pela dificuldade em realizar ações integradas que envolvam várias forças do Estado, desde as forças de segurança até os demais órgão municipais, estaduais e federais. Na prática, as ações integradas ocorrem geralmente em um único segmento como por exemplo, ações integradas das forças de segurança (PM, PF, PRF)

4. Quais os crimes transnacionais mais correntes na TF?

Roubo e furto de veículos, contrabando e descaminho de cigarros, agroquímicos, evasão fiscal, tráfico de drogas.

5. Existe alguma iniciativa de cooperação/integração institucional conjunta de combate aos crimes transfronteiriços?

Sim, a PM através do BPFron e Polícia Federal de Foz do Iguaçu e Guaira.

6. O senhor tem conhecimento de iniciativas para integração da infraestrutura na área de influência da Hidrovia Paraguai /Paraná?

Sim contudo nada concretizado, somente no campo de planos, nada efetivado.

7. Como os crimes transfronteiriços impactam sua instituição?

Os crimes transfronteiriços fazem com que haja a necessidade de cooperação entre os órgãos de segurança, defesa e fiscalização para que tais ações no âmbito da segurança pública sejam efetivas. A natureza dos crimes transfronteiriços sobrecarrega os recursos da unidade, exigindo maior treinamento e investimento em tecnologia de vigilância. Considerando que as ações de segurança realizadas nessa área de fronteira impactam na segurança pública de todo o Estado, a pressão para prevenir e combater esses crimes é constante, aumentando o stress do serviço policial e impactando na qualidade de vida desses militares que deveriam receber adicional de fronteira em seus proventos.

8. Quais as iniciativas políticas regionais para conter os avanços do crime transfronteiriço na sua região?

Não tenho essa informação.

9. Quais estratégias sua instituição tem para enfrentamento do crime? Soluções para capacitação, qualificação, inovação tecnológica, estrutura física, etc...

O baixíssimo efetivo policial para atuação na região de fronteira que está em 50% do efetivo previsto da unidade PM (BPFron) impossibilita ações efetivas para o combate à esse tipo de crime. A falta de efetivo afeta toda a estrutura pois impossibilita também realizações de capacitações e atualização profissional.

10. Existe viabilidade de integração e compartilhamento de base de dados entre os países lindeiros/pares institucionais?

Sim, porém não por completo. O “pano preto”, a briga de egos por resultados operacionais ainda é um obstáculo nesse campo.

11. O senhor conhece o GGIF – Gabinete de Gestão Integrada de Fronteiras?

Sim, porém tive a oportunidade de conhecer por atuar no BPFron e ser responsável por organizar as reuniões, sendo que demais Militares da unidade não conhecem esse gabinete.

11. Quais as soluções possíveis, relacionadas ao incremento de recursos humanos, equipamento, tecnologia e procedimentos para que esta integração interestatal e interinstitucional ocorra?

Reconhecimento por parte dos governos estaduais e federais do real problema na região de fronteira, assumindo suas devidas responsabilidades e providenciando projetos para melhorias das regiões desde oferecendo condições de trabalho para a população até incremento de efetivo policial na região para efetiva fiscalização e combate aos crimes transnacionais.

QUESTIONÁRIO 7

Estimado Sr. XXXX – Polícia Federal em Foz do Iguaçu.

1. Quais riscos o crime transfronteiriço oferece a sociedade civil na Tríplice Fronteira?

Criam um ambiente negativo para a livre iniciativa regular, posto que crimes como contrabando e descaminho causam um desequilíbrio nas condições comerciais, com vantagens ilegais para quem faz o errado. Ademais, os crimes transnacionais, dentre eles o tráfico de drogas e armas geram violência entre os grupos concorrentes (facções) e entre eles e as instituições policiais e de fiscalização, além de possibilitar pela corrupção a cooptação de servidores públicos.

2. Há alguma iniciativa de sua instituição para enfrentamento?

Uma das iniciativas importantes é o Comando Tripartite, criado desde 1996 para reunir as polícias dos países da Tríplice Fronteira objetivando a cooperação policial local e ágil. Outras iniciativas são a ampliação das adidâncias e oficialatos de ligação da Polícia Federal nos países vizinhos de forma a intensificar as cooperações policiais. Ademais é possível mencionar a criação do CIOF - Centro Integrado de Operações de Fronteira, em Foz do Iguaçu no ano de 2019, as FICCOS - Força Integrada de Combate ao Crime Organizado, que tiveram início em Minas Gerais e foram disseminadas gradativamente, inclusive em Foz do Iguaçu.

3. Por que os Estados limítrofes e utilitários da Hidrovia não desenvolveram um sistema integrado de comando, controle, segurança e defesa para o enfrentamento dos crimes transfronteiriços?

A meu ver por falta de uma maior articulação a partir do Mercosul por exemplo

4. Quais os crimes transnacionais mais correntes na TF?

Contrabando de cigarros (inclusive eletrônicos), descaminho (eletrônicos), tráfico de drogas (notadamente de maconha proveniente do Paraguai) e armas. Em decorrência do lucro dessas atividades importante destacar também a lavagem de ativos.

5. Existe alguma iniciativa de cooperação/integração institucional conjunta transfronteiriços?

De combate - referi algumas iniciativas no item 2 aos crimes

6. O senhor tem conhecimento de iniciativas para integração da infraestrutura na área de influência da Hidrovia Paraguai/Paraná?

Há um projeto as vezes mencionado sobre a construção de eclusa na usina de Itaipu.

7. Como os crimes transfronteiriços impactam sua instituição?

Geram grande esforço na repressão de tais atividades com necessidade de intensos e cada vez mais custosos investimentos

8. Quais as iniciativas políticas regionais para conter os avanços do crime trans fronteiro na sua região?

Políticas de desenvolvimento da região, com aumento de oportunidades de renda lícita podem repercutir na diminuição da atratividade das atividades criminosas. Diminuição ou equiparação dos impostos de importação/exportação de produtos lícitos (como bebidas e cigarro) entre os países também podem contribuir para a diminuição da influência do crime organizado na região.

9. Quais estratégias sua instituição tem para enfrentamento do crime? Soluções para capacitação, qualificação, inovação tecnológica, estrutura física, etc...

A PF tem incentivado a criação de forças tarefas, como as FICCO's para o enfrentamento da criminalidade organizada. Também vem estruturando o inquérito digital, sistemas informatizados de análise de dados e a parte pericial, com ênfase no DNA por exemplo. Importante referir também a criação por parte do Governo Federal do adicional de fronteira, gerando uma indenização para policiais e fiscais que são lotados nas fronteiras do Brasil e investimentos em infraestrutura com novas construções como o NEPOM de Guaíra e a futura nova sede da DPF/CAC/PR com licitação prevista para 2024.

10. Existe viabilidade de integração e compartilhamento de base de dados entre os países limítrofes/pares institucionais?

Viabilidade e previsão em tratados e acordos existe. Falta, a meu ver, vontade política e regionalização das decisões, dando-se mais ênfase para as fronteiras e menos para as decisões nas capitais dos países. Seria importante coordenar esses esforços a partir das fronteiras e não nas capitais dos países.

11. O senhor conhece o GGIF – Gabinete de Gestão Integrada de Fronteiras??

Sim.

12. Quais as soluções possíveis, relacionadas ao incremento de recursos humanos, equipamento, tecnologia e procedimentos para que esta integração interestatal e interinstitucional ocorra?

Fundamental a integração entre as forças policiais e de fiscalização, com incentivos financeiros e de equipamentos para formação de equipes interdisciplinares. Importante destacar a Doutrina Nacional de Atuação Integrada de Segurança Pública – DNAISP, que fornece uma metodologia para a integração, com base na liderança situacional (vide Portaria MJSP nº 18, de 20 de janeiro de 2020).

Consolidação das respostas dos questionários

Quais riscos o crime transfronteiriço oferece a sociedade civil na Tríplice Fronteira?

"representa uma ameaça multifacetada à sociedade civil.", "aumento da criminalidade coloca em risco a segurança pública, resultando em crimes contra a vida e propriedade", "evasão fiscal prejudica a economia local e nacional", "problemas de saúde pública e sanitária surgem devido à falta de controle e regulamentação", "riscos que exacerbam as tensões sociais e a instabilidade", "comprometimento da qualidade de vida e do desenvolvimento sustentável da região", "riscos tangíveis (causam efeitos diretos), intangíveis (causam efeitos indiretos), individuais e/ou coletivos", "cultura do trabalho informal", "transporte precário e sem vigilância sanitária de produtos contrabandeados gera riscos à saúde dos consumidores", "tráficos de armas e drogas produzem danos diretos à sociedade, fomentam a economia do crime e aumento de criminalidade", "custo com aparato judiciário, penitenciário e policial, que é mobilizado na tentativa de conter os fluxos de natureza ilegal e criminosa na tríplice fronteira", "grande ramificação de problemas que se conectam a cada um dos crimes transfronteiriços", "Brasil não se trata de um grande produtor de Maconha ou Cocaína", "Organizações Criminosas recrutam operários para o envio, recebimento, segurança, depósito, e transporte de drogas", "trabalhadores para segurança das cargas ilícitas suscetíveis a tentativas de roubo por parte de OC's rivais ou apreensão", "transporte dos ilícitos - roubo e furto de veículos para logística", "brigas por territórios", "rivalidades internas", "homicídios e confrontos", "fenômeno multidimensional", "risco para a população local", "ramificação rápida e silenciosa", "expandem suas conexões aos diversos", "dominam fluxo de K", "absorvem força de trabalho cooptada para atividade criminosa", "esquemas de lavagem de dinheiro", "estagnação social", "desvalorização dos imóveis", "desaceleração da oferta de serviços", "degradação do comércio e do turismo", "criam ambiente negativo para a livre iniciativa", "desequilíbrio nas condições comerciais", "vantagens para ilegalidade", "violência entre os grupos concorrentes (facções) e também entre eles e as instituições policiais e de fiscalização", "possibilitar corrupção a cooptação de servidores públicos", "aumento de homicídios e outros crimes violentos em razão de disputa de territórios", "degradação de áreas dominadas pelo crime organizado".

Há alguma iniciativa de sua instituição para enfrentamento?

"Sim, as atividades policiais desenvolvidas pelo BPFron da Polícia Militar do Paraná, estão todas direcionadas ao combate aos crimes típicos de fronteira.", "A Polícia Federal fornece apoio aos órgãos de segurança pública, controle e fiscalização no fornecimento de dados relativos a indivíduos, veículos, embarcações etc., além de cruzamento de dados e produção de informações que subsidiem os órgãos de segurança pública nas suas respectivas atribuições.", "Sim. A Polícia Militar do Paraná, desde o ano de 2012, possui em seus quadros efetivo especializado, atuando especificamente em ações de combate à criminalidade transfronteiriça. Além disso, desde 2016, a instituição atua com órgãos federais em ações e operações voltadas ao combate à criminalidade transnacional.", "A Polícia Rodoviária Federal monitora e acompanha a atuação de organizações criminosas através de trabalhos de inteligência, os quais subsidiam operações de enfrentamento ao crime promovidos pela própria instituição ou por forças policiais parceiras.", "Permanente e eficaz. A Receita Federal faz o controle aduaneiro de cargas (6,5 bilhões por ano, o que representa 70% da corrente de comércio lícito Brasil - Paraguai) e retém anualmente em torno de 100 milhões de dólares em produtos apreendidos no ilícito, destes 100 milhões mais de 60% são retenções exclusivas das equipes da Receita Federal.", "Sim. Minha unidade foi criada no âmbito estadual justamente para combater os crimes transfronteiriços. (BPFRON).", "Polícia Federal, uma das iniciativas importantes é o Comando Tripartite, criado desde 1996 para reunir as polícias dos países da Tríplice Fronteira objetivando a cooperação policial local e ágil. Outras iniciativas são a ampliação das adidâncias e oficialatos de ligação da Polícia Federal nos países vizinhos de forma a intensificar as cooperações policiais. Ademais é possível mencionar a criação do CIOF - Centro Integrado de Operações de Fronteira, em Foz do Iguaçu no ano de 2019, as FICCOS - Força Integrada de Combate ao Crime Organizado, que tiveram início em Minas Gerais e foram disseminadas gradativamente, inclusive em Foz do Iguaçu.

Por que os Estados limneos e utilitrios da Hidrovia no desenvolveram um sistema integrado de comando, controle, segurana e defesa para o enfrentamento dos crimes transfronteiriços?

“questo delicada e complexa”, “o preciso haver integrao e governana a partir da fronteira”, “políticas cunhadas distantes da realidade fronteiriça tornam-se uma anátema do ponto de vista prtico”, “ para sucesso: conhecimento, integrao, políticas flexíveis considerando as especificidades de cada lugar”, “criminosos possuem conhecimento e ampla disponibilidade de recursos para se modernizar e criar modus operandis de modo a burlar a fiscalizao do Estado”, “dificuldades na integrao dos rgos”, “invaso de atribuies de cada instituio”, “diferenas culturais, econmicas e políticas”, “aes interagncias internacionais, j existem de forma informal e realizadas por operadores (da base da cadeia de segurana), que trocam informaes por meio de mensagens, grupos, redes sociais ou em cursos institucionais”, “as lideranas, muitas vezes por falta de confiana ou de termos de cooperao claros, acabam por esquivar-se da atuao integrada no que diz respeito a hidrovia que conecta os principais pas da tríplice fronteira.”, “dificuldade em realizar aes integradas que envolvam vrios foras do Estado, desde as foras de segurana at os demais rgos municipais, estaduais e federais.”, “Na prtica, as aes integradas ocorrem geralmente em um nico segmento como por exemplo, aes integradas das foras de segurana (PM, PF, PRF)”, “falta de uma maior articulao a partir do Mercosul”,

O senhor/ a senhora conhece o GGIF – Gabinete de Gesto Integrada de Fronteiras?

PF-“Sim”, PRF-“Sim”, Receita Federal- “Sim”, BPFron – “Sim, poro tive a oportunidade de conhecer por atuar no BPFron e ser responsvel por organizar as reunies, sendo que demais militares da unidade no conhecem esse gabinete.”

Quais os crimes transnacionais mais correntes na Tríplice Fronteira?

"contrabando (cigarros, cigarros eletrônicos), tráfico de drogas, armas e medicamentos e furto/roubo de veículos que têm como destino os países vizinhos", "contrabando de cigarros (inclusive eletrônicos), descaminho (eletrônicos), tráfico de drogas (notadamente de maconha proveniente do Paraguai) e armas. Em decorrência do lucro dessas atividades importante destacar também a lavagem de ativos.", "resposta difícil de se dar, pois há crimes visíveis e invisíveis. No entanto, os crimes visíveis que mais aparecem devido as apreensões noticiadas diariamente, são contrabando, descaminho e os tráficos de drogas e armas.", "descaminho, contrabando, tráfico de drogas, lavagem de dinheiro e evasão de divisas.", "crimes transnacionais mais reconhecidos na Tríplice Fronteira são o Tráfico de Drogas e Armas, o Contrabando e o Descaminho. Cada sub-região da TF conta com suas respectivas peculiaridades, enquanto ao norte (região entre os estados do Paraná e Mato Grosso do Sul) predomina a existência do Contrabando de Cigarros advindo ao Brasil por meio da região nordeste do Paraguai, ao sul (nas proximidades da divisa entre o estado do Paraná e o estado de Santa Catarina) predomina o descaminho de vinhos e produtos alimentícios oriundos da região Nordeste da Argentina. Já o tráfico de drogas tem migrado sazonalmente.", "Contrabando e descaminho", "Roubo e furto de veículos, contrabando e descaminho de cigarros, agroquímicos, evasão fiscal, tráfico de drogas."

Existe alguma iniciativa de cooperação/integração institucional conjunta de combate aos crimes transfronteiriços?

“Comando Tripartite e CIOF”, “De forma permanente, a PRF participa do Comando Tripartite, contribuindo de forma operacional e estratégica, buscando o compartilhamento de informações. De forma pontual, participamos de operações conjuntas com a PF, RFB, PM, GM e etc.”, “Operação HORUS, rebatizada como PROTETOR tendo como projeto piloto o Pelotão COBRA do BPFRON, o qual também foi contemplado pela Itaipu Binacional, através da cessão de uso da Base Náutica no município de Entre Rios do Oeste. As premissas das operações são a integração entre forças de segurança pública, o auxílio no custeio das despesas dos operadores, cursos entre outros.”, “Forças tarefas com secretarias de segurança pública em diversos estados, sob a coordenação da Polícia Federal.”, “Operações Conjuntas que visam estimular o repasse e a troca de informações entre os países vizinhos da região da tríplice fronteira, advinda de iniciativas públicas federais dos países envolvidos. Além disso, há a presença do Comando Tripartite que se trata de uma instituição cujo objetivo é facilitar a troca de informações, a integração sistêmica e a criação de protocolos, a ação do tripartite foi extremamente visível na captura de diversos fugitivos e nas ações tomadas pelas Instituições de Segurança Pública após a ocorrência do Roubo a Prosegur em Abril de 2017, em Ciudad del Este, no Paraguai.”, “Integração permanente entre a Receita Federal e demais forças institucionais, desde 2002.”, “a PM através do BPFRON e Polícia Federal de Foz do Iguaçu e Guaíra.”

Quais as iniciativas políticas regionais para conter os avanços do crime transfronteiriço na sua região?

"as expectativas não são animadoras, tendo em vista que nada se faz além de coerção", "políticas pública são descoladas da realidade fronteiriças", "importante salientar que as iniciativas internacionais mais exitosas ocorrem por meio da paradiplomacia ou diplomacia informal", "no âmbito do Estado-nacional brasileiro ocorrem por meio da cooperação informal", "investimento em geração de empregos, fazendo com que se reduza a atratividade do crime transfronteiriço para pessoas em situação de desemprego", "incremento de ações de sequestro de bens de criminosos envolvidos com crime transfronteiriço, que acaba por gerar redução na sensação de impunidade", "Art. 278-A do Código de Trânsito Brasileiro prevê a suspensão do direito de dirigir a pessoas flagradas no cometimento de crimes como a receptação, o contrabando e o descaminho " a Receita Federal faz operação permanente de envio de reforços a região, desde 2003", "Políticas de desenvolvimento da região, com aumento de oportunidades de renda lícita podem repercutir na diminuição da atratividade das atividades criminosas.", "diminuição ou equiparação dos impostos de importação/exportação de produtos lícitos (como bebidas e cigarro) entre os países também podem contribuir para a diminuição da influência do crime organizado na região."

Tem conhecimento de iniciativas para integração da infraestrutura na área de influência da Hidrovia Paraguai /Paraná?

"o NEPOM da Polícia Federal, o COBRA do Batalhão de Polícia de Fronteira, o Grupo TIGRE da Polícia Civil do Paraná, atuam constantemente juntos no combate aos crimes transfronteiriços cometidos no lago internacional de Itaipu, bem como na região da tríplice fronteira entre Foz do Iguaçu, Ciudad del Este e Puerto Iguazu. As instituições compartilham algumas estruturas e realizam trocas de informações.", "Sim, não apenas ações de segurança pública, como o intercâmbio entre as forças de segurança sobretudo em capacitações, mas a própria integração por intermédio da ponte da Integração (que fará a conexão entre Presidente Franco (PY) e Foz do Iguaçu (BR)) facilitará o tráfego de veículos de carga, de modo a potencializar e melhorar a inspeção desses veículos e trâmites aduaneiros.", "nada concretizado, somente no campo de planos, nada efetivado.", "há um projeto as vezes mencionado sobre a construção de eclusa na usina de Itaipu."

Como os crimes transfronteiriços impactam sua instituição?

"o NEPOM da Polícia Federal, o COBRA do Batalhão de Polícia de Fronteira, o Grupo TIGRE da Polícia Civil do Paraná, atuam constantemente juntos no combate aos crimes transfronteiriços cometidos no lago internacional de Itaipu, bem como na região da tríplice fronteira entre Foz do Iguaçu, Ciudad del Este e Puerto Iguazu. As instituições compartilham algumas estruturas e realizam trocas de informações.", "Sim, não apenas ações de segurança pública, como o intercâmbio entre as forças de segurança sobretudo em capacitações, mas a própria integração por intermédio da ponte da Integração (que fará a conexão entre Presidente Franco (PY) e Foz do Iguaçu (BR)) facilitará o tráfego de veículos de carga, de modo a potencializar e melhorar a inspeção desses veículos e trâmites aduaneiros.", "nada concretizado, somente no campo de planos, nada efetivado.", "há um projeto as vezes mencionado sobre a construção de eclusa na usina de Itaipu."

Quais estratégias sua instituição tem para enfrentamento do crime? Soluções para capacitação, qualificação, inovação tecnológica, estrutura física, etc...

"A PF tem incentivado a criação de forças tarefas, como as FICCO's para o enfrentamento da criminalidade organizada", "estruturando o inquérito digital, sistemas informatizados de análise de dados e a parte pericial, com ênfase no DNA", "criação por parte do Governo Federal do adicional de fronteira, gerando uma indenização para policiais e fiscais que são lotados nas fronteiras do Brasil", "investimentos em infraestrutura - NEPOM/Guaíra e nova sede da DPF/CAC/PR", "Os gestores do BPFRON não medem esforços em investir tempo para a elaboração de projetos que tragam inovação tecnológica, qualificação, capacitação", "construídas estruturas físicas para dar melhores condições e salubridade aos operadores de fronteira", "Desde 2018, a PM Paraná realiza cursos, capacitações, treinamentos para estimular a aquisição de conhecimento por parte dos policiais militares sobre a temática de criminalidade transnacional", "obras de reestruturação de unidades para as atividades de policiamento especializado e o desenvolvimento de sistemas como o Cortex (MJ Brasil) e o INFOSEG (acesso e consulta para profissionais de segurança pública a bancos de dados diferenciados.", "emprego dos "cercamentos eletrônicos", aprimorando o uso de câmeras com tecnologias OCR (optical character recognition) e LPR (License Plate Recognition), para que, somado ao uso de inteligência e as atividades policiais ostensivas de repressão, seja possível aplicar cada vez mais medidas assertivas contra o crime organizado.", "Temos a maior estrutura aduaneira de combate ao crime do Brasil em Foz do Iguaçu.", "O baixíssimo efetivo policial para atuação na região de fronteira que está em 50% do efetivo previsto da unidade PM (BPFRON) impossibilita ações efetivas para o combate à esse tipo de crime. A falta de efetivo afeta toda a estrutura pois impossibilita também realizações de capacitações e atualização profissional", "", "os agentes da Polícia Rodoviária Federal passam por ciclos de capacitação periódicos", "grupos especializados recebem treinamento diferenciado, específico para gerenciamento de crises, identificação de suspeitos e produção de conhecimento", "servidores em posições de gestão recebem capacitações permitindo visão ampla do cenário no qual a instituição está inserida", "Na área de tecnologia a PRF investe em inovações, como veículos blindados, drones, aeronaves e convênios com outras instituições".

Existe viabilidade de integração e compartilhamento de base de dados entre os países limítrofes/pares institucionais?

"Sim, no entanto o compartilhamento de informações é realizado com critérios", "Sim. Porém depende de tratativas e acordos entre os países envolvidos.", "Sim, de certa forma, algumas informações já estão disponíveis. Muitas informações necessárias para o emprego em operações policiais já estão disponíveis amplamente por meio de OSINT (Open Source Intelligence). Falta apenas a delimitação de um sistema que concatene informações dessa natureza em um sistema integrado. Um exemplo disso seriam Placas Veiculares. É possível por exemplo, consultar as placas de veículos paraguaios por meio de site <http://www.dinatran.gov.py:8082/wsint3/servlet/com.wsint3.conplacanac>. Placas de veículos brasileiros por meio de sites abertos como <https://buscaplacas.com.br/>. O que ainda há como dificuldade é um sistema integrado que poderia ser potencializado devido ao uso das placas "padrão mercosul"., "Localmente não. Os dados da Receita Federal são protegidos por sigilo fiscal e o compartilhamento passa por acordos definidos no Órgão Central.", "Sim, porém não por completo. O "pano preto", a briga de egos por resultados operacionais ainda é um obstáculo nesse campo.", "Na PRF é necessário investimento em soluções de tecnologia, pois cada instituição possui sua própria plataforma, com características específicas. As plataformas não "conversam" entre si. A integração ou migração de banco de dados é algo complexo. Além da barreira tecnológica, há também a questão de segurança de informação, sendo necessário um processo de seleção de usuários e manutenção do sigilo. Há que se garantir o princípio da necessidade de conhecer. Quanto mais instituições tiverem acesso a informações sensíveis, maior o risco de comprometimento." "Dados básicos como consulta a base DENATRAN e mandados de prisão seria algo mais simples de compartilhar.", "viabilidade e previsão em tratados e acordos existe. Falta vontade política e regionalização das decisões, dando-se mais ênfase para as fronteiras e menos para as decisões nas capitais dos países. Seria importante coordenar esses esforços a partir das fronteiras e não nas capitais dos países.", "

Quais as soluções possíveis, relacionadas ao incremento de recursos humanos, equipamento, tecnologia e procedimentos para que esta integração interestatal e interinstitucional ocorra?

"As soluções já existem, é preciso dar continuidade, fortalecimento com mais ênfase nas decisões técnicas em detrimento de soluções políticas.", "fundamental a integração entre as forças policiais e de fiscalização, com incentivos financeiros e de equipamentos para formação de equipes interdisciplinares", "Destaque: Doutrina Nacional de Atuação Integrada de Segurança Pública – DNAISP - metodologia para integração, baseada na liderança situacional (Portaria MJSP nº 18, de 20 de janeiro de 2020)", "Partindo de um de polícia ostensiva, acredito ser imprescindível a unificação de planos de contingência das instituições, principalmente no caso de tentativa de tomada de cidades, e treinamento para que as forças policiais estejam preparadas para as diversas crises que possam se instalar na TF.", "investimento em tecnologia, criação de base de dados de uso comum, identificação de indivíduos por reconhecimento facial", "alinhamento político por meio do MJ e Secretarias de Segurança Pública", "investimentos maciços da União e Estados para segurança pública.", "integração de procedimentos e processos, principalmente legais, para haver a segurança jurídica e funcional dos operadores da ponta", "operador não pode deixar de "acreditar" no sistema integrado, e que será possível essa integração trazer benefícios a sua atividade-fim", "operacionalização de sistemas de fácil assimilação, e possíveis de serem utilizados, por exemplo em smartphones, uma vez que a maioria das ações nos ambientes da tríplice fronteira se dão em condições voláteis, incertas, complexas e ambíguas.", "gestores deixarem de lado ações "midiáticas e de grande envergadura" e se voltarem em ações pontuais, de inteligência e integração real, deixando para que as ações repressivas, por exemplo, sejam direcionadas a alvos específicos e pré-determinados, garantindo fluidez e segurança aos demais atores envolvidos no Teatro Operacional.", "Reconhecimento por parte dos governos estaduais e federais do real problema na região de fronteira, assumindo suas devidas responsabilidades e providenciando projetos para melhorias das regiões desde oferecendo condições de trabalho para a população até incremento de efetivo policial na região para efetiva fiscalização e combate aos crimes transnacionais.", "Entendo que já temos e já tínhamos muito antes do GGIF."